

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NICOLLE TANER DE LIMA

OS INTERNOS DA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO:
MEMÓRIAS SENSÍVEIS SOBRE INFÂNCIA
E INSTITUCIONALIZAÇÃO EM CURITIBA

CURITIBA

2023

NICOLLE TANER DE LIMA

OS INTERNOS DA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO:
MEMÓRIAS SENSÍVEIS SOBRE INFÂNCIA
E INSTITUCIONALIZAÇÃO EM CURITIBA

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Roseli Terezinha Boschilia.

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Lima, Nicolle Taner de

Os internos da Casa do Pequeno Jornaleiro : memórias sensíveis sobre infância e institucionalização em Curitiba. / Nicolle Taner de Lima. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Roseli Terezinha Boschilia.

1. Infância – História – Curitiba (PR). 2. História oral. 3. Memória. 4. Assistência a menores. I. Boschilia, Roseli, 1952-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **NICOLLE TANER DE LIMA** intitulada: **Os internos da Casa do Pequeno Jornaleiro: memórias sensíveis sobre infância e institucionalização em Curitiba**, sob orientação da Profa. Dra. ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Maio de 2023.

Assinatura Eletrônica
25/05/2023 22:49:06.0

ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
25/05/2023 21:16:12.0

MÉRI FROTSCHER KRAMER

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE)

Assinatura Eletrônica
25/05/2023 21:02:00.0

MARCOS GONÇALVES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
26/05/2023 08:27:12.0

AILTON JOSE MORELLI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

Assinatura Eletrônica
26/05/2023 11:09:47.0

SILVIA MARIA FAVERO AREND

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA)

AGRADECIMENTOS

Nessas linhas que se seguem quero demonstrar minha gratidão a todas aquelas pessoas que acompanharam, contribuíram e apoiaram a pesquisa, a escrita e principalmente, a conclusão desta tese. Começo os agradecimentos por minha orientadora, Professora Doutora Roseli Boschilia, que me ofereceu todo o suporte e que acreditou em mim, mesmo quando eu mesma não acreditava.

Agradeço as contribuições dos professores membros da banca de qualificação Prof. Dr. Marcos Gonçalves e Prof^ª. Dra. Méri Frotscher Kramer - seus apontamentos foram preciosos. A vocês, novamente, junto aos professores Prof^ª. Dra. Silvia Maria Fávero Arend e Prof. Dr. Ailton Morelli, por aceitarem fazer parte da banca de defesa deste trabalho. Somos gratas, eu e professora Roseli, de antemão, por suas críticas e conselhos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela oportunidade de cursar o doutorado com bolsa. Isso foi fundamental para que eu pudesse me dedicar à pesquisa. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) pela chance de fazer parte dos discentes desta instituição de renome e, especialmente aos membros do Colegiado, que confiaram na finalização deste trabalho.

Aproveito ainda para expressar minha gratidão a todos que participaram das entrevistas realizadas para essa pesquisa e a todas as pessoas integrantes do grupo carinhosamente apelidado de “Roselindos”, o grupo de orientandos e orientandas da professora Roseli, que contribuíram sobremaneira para o crescimento desse trabalho e para que eu pudesse recuperar minha confiança como pesquisadora. Agradeço sobretudo às contribuições de Mayla, Stella, Leonardo e Mavi. Obrigada!

*

Às vezes, sinto que a alegria é um delito de alta traição, que sou culpado do privilégio de seguir vivo e livre. Então me faz bem lembrar o que disse o cacique Huilca, no Peru, falando diante das ruínas: ‘aqui chegaram. Quebraram até as pedras. Queriam nos fazer desaparecer. Mas não conseguiram, porque estamos vivos’. E penso que Huilca tinha razão. Estar vivos: uma pequena vitória. Estar vivos, ou seja: capazes de alegria, apesar dos adeuses e os crimes”.

(Eduardo Galeano)

Me dedico agora a escrever de um modo um pouco mais pessoal. Esse é um espaço um tanto quanto livre e me sinto assim para poder utilizá-lo. Foram anos difíceis. Esses cinco anos foram de altos e baixos (principalmente baixos): uma eleição presidencial catastrófica em 2018, internações frequentes do meu pai (que é cardíaco), a morte do meu avô, que considerava como pai... Uma pandemia! Foram muitos meses de desespero e desamparo,

com o espectro da COVID-19 rondando a tudo e a todos. Nesse contexto, convivendo com muitas inseguranças, procurei ajuda médica e descobri o diagnóstico de ansiedade e o princípio de um quadro depressivo. Foi muito difícil dar o braço a torcer e conversar sobre isso - por este motivo escrevo essas linhas, para contribuir quem sabe para a não perpetuação do estigma das doenças que afetam nossa saúde mental: a pós-graduação é um ambiente muitas vezes solitário; para que quem leia possa entender toda a conjuntura em que este trabalho foi produzido, mas também não se sinta só caso passe pelo mesmo. Nesse ensejo, agradeço à psicóloga Kimberli Ferreti Pereira. Obrigada pela atenção e cuidado.

Recebi muitas sugestões, pelas quais serei sempre grata, dos colegas da pós-graduação - em especial, Caroline Gonzaga, Leon Adan, Ana Carolina Kosiak e Lorena Fernanda Oliveira. Agradeço às amigadas que mantive após o fim do mestrado, que também se fizeram presentes: Adriano Denovac, Paula Franco, Máira Pires Andrade e Jovelina Carlini. Às amigas Magnólicas, Carol Reis e Geslline Giovana Braga. Gostaria de agradecer da forma mais carinhosa possível às melhores pessoas que poderia ter ao meu lado: Ingrid Frandji, Carmem Camargo e Analu Ianik. Uma amizade que começou em 2009, logo nas primeiras aulas da graduação no anfí 600 e que percorre mais de uma década. Sem vocês, não teria conseguido. Obrigada por sempre estarem comigo, por dividirem os desamparos, mas também alegrias e risadas e, claro, comidinhas e vinhos.

Agradeço imensamente, por fim, à minha família. À minha tia Nancy, meu tio Kid, meu pai Abílio, pelo apoio. À minha irmã Natasha, pelo alívio e amor que sua presença proporciona; ao meu irmão Caio, pela tão valorosa escuta e pela troca de confidências acadêmicas; à minha irmã Alexia, pela alegria em poder te ver crescer.

Recuperar a vontade de viver e de escrever, reencontrar o caminho das palavras e textos, não seria possível sem duas pessoas incríveis e especiais: minha mãe, Maristela, e meu companheiro, Angelet. Minha mãe nunca soltou minha mão; mesmo não entendendo direito o que eu fazia, me ouvia falar sobre minhas dúvidas e temores. Seu apoio foi fundamental (ela tem contado para muita gente sobre essa pesquisa e sobre os jornaleros!). Obrigada, mãe! Angelet, vindo da área de Ciências Biológicas, também ouviu muito falar de História... me apoiou, me abraçou quando tudo que eu fazia era me desesperar. Seu amor me deu suporte e serei eternamente grata por isso. Nesse barco do doutorado, nos apoiamos um ao outro e logo poderemos compartilhar a alegria de sermos dois doutores!

É isso. Como escreveu Galeano no poema acima: estamos vivos! Estou viva e com uma tese, da qual gosto muito, entregue. Me sinto feliz. São grandes conquistas.

“O mundo está feito de histórias.
São as histórias que contamos, escutamos, multiplicamos,
que permitem converter o passado em presente
e o distante em próximo,
o que está longe em algo próximo,
possível e visível.”
(Eduardo Galeano)

RESUMO

A Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba foi uma instituição criada para atender crianças e adolescentes pobres, com foco na assistência e na educação através do trabalho. Fundada em 1942 pela primeira-dama do Paraná Dona Anita Ribas, a CAPEJO abrigou centenas de meninos que realizavam, como atividade moralizadora e educativa, a venda de jornais e revistas pelas ruas da capital paranaense. Esta tese busca investigar como homens que viveram parte de sua infância e adolescência na referida instituição, entre os anos de 1960 e 1980, relembram e relatam essa experiência em suas vidas. As fontes principais de análise foram as entrevistas realizadas com esses senhores e produzidas pela autora através da metodologia de História Oral. Este trabalho intenta, desta forma, perceber e analisar essas narrativas à luz das reflexões sobre História, Memória e História da Infância e Juventude. Para este percurso de investigação, buscou-se fundamentação teórica em autores referência dessas áreas, em especial Joël Candau, Michel Pollak, Alessandro Portelli e Susana Sosenski. Dividida em seis partes, a tese busca traçar um panorama acerca da estrutura física da instituição para, na sequência, se debruçar sobre as narrativas produzidas pelos entrevistados no que diz respeito a sua experiência de vida, dentro e fora da CAPEJO, com ênfase não só nas memórias difíceis e traumáticas que emergiram durante os relatos, mas também nos silêncios e ressentimentos que foram mobilizados por estes sujeitos no processo de rememoração do passado.

Palavras-chave: Casa do Pequeno Jornaleiro. História Oral. História da Infância e Juventude. Memórias de Infância. História e Memória. História do Paraná.

ABSTRACT

The "Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba" (CAPEJO) was an institution created to assist children and adolescents living in poverty and focused on assistance and education through work. Founded in 1942 by Paraná's first lady, Dona Anita Ribas, the CAPEJO hosted hundreds of boys that sold newspapers and magazines on the streets of Paraná's capital, Curitiba, as a moralizing and educational activity. This thesis aims to investigate how men that lived their childhood and adolescence in this institution, between 1960 and 1980, remember and report this experience in their lives. The main sources of analysis are the interviews conducted with these gentlemen and produced by the author through the methodology of Oral History. Therefore, this work intends to perceive and analyze these reports in the light of the reflections on History, Memory, and History of Childhood and Youth. For this line of investigation, a theoretical basis was sought in the works by authorities of these areas, especially Joël Candau, Michael Pollak, Alessandro Portelli, and Susana Sosenski. Divided into six parts, the thesis seeks to outline an overview of the physical structure of the institution, to then look into the narratives produced by the interviewees with regard to their life experience, inside and outside CAPEJO, with an emphasis not only on in the difficult and traumatic memories that emerged during the reports, but also in the silences and resentments that were mobilized by these subjects in the process of remembering the past.

Keywords: Casa do Pequeno Jornaleiro. Oral History. History of Childhood and Youth. Childhood Memories. History and Memory. History of Paraná

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – EXTRATO DO RELATÓRIO DA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO 1955.....	42
FIGURA 2 – IMAGEM AÉREA DA LOCALIZAÇÃO DA CAPEJO.....	47
FIGURA 3 – FOTOGRAFIA DA SEDE DA CAPEJO.....	48
FIGURA 4 – FOTOGRAFIA DO BUSTO DE MANOEL RIBAS	49
FIGURA 5 – ESTIMATIVA DO TRAJETO NARRADO POR WAGNER.....	121
FIGURA 6 – FOTOGRAFIA DE JORNALEIROS SAINDO PARA O TRABALHO.....	123
FIGURA 7 – CARTEIRINHA DO PEQUENO JORNALEIRO.....	125
FIGURA 8 – EXTRATO DO RELATÓRIO DA CAPEJO 1960.....	153
FIGURA 9 – MAPA COM RELAÇÃO DAS ESCOLAS	159
FIGURA 10 – MAPA DOS ESPAÇOS DE LAZER DOS PEQUENOS JORNALEIROS, PRAÇAS E PARQUES.....	172

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ESCOLAS QUE OS ENTREVISTADOS FREQUENTARAM.....	160
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE FILHOS POR FAMÍLIA DOS ENTREVISTADOS.....	90
GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES EM QUE OS ENTREVISTADOS VIVERAM.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABHO	-	Associação Brasileira de História Oral
ANPUH	-	Associação Nacional de História
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPEJO	-	Casa do Pequeno Jornaleiro
CEDIT	-	Centro de Estudos, Diagnóstico e Indicação de Tratamento
CESME	-	Centro de Estudos sobre o Menor
CESPI	-	Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Infância
CFPMCC	-	Centro de Formação Profissional para Menores do Campo Comprido
CLT	-	Consolidação das Leis Trabalhistas
CPJ	-	Casa do Pequeno Jornaleiro (Rio de Janeiro)
DAS	-	Departamento de Assistência Social
DECr	-	Departamento Estadual da Criança
DEIC	-	Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo
DNCr	-	Departamento Nacional da Criança
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	-	Fundação do Bem Estar do Menor
GT	-	Grupo de Trabalho
IAM	-	Instituto de Assistência ao Menor
LABGEF	-	Laboratório de Relações de Gênero e Família
LAHIN	-	Laboratório de História das Infâncias do Nordeste
LBA	-	Legião Brasileira de Assistência
MAIC	-	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
NEV	-	Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo
PAP	-	Patronato Agrícola do Paraná
PNBEM	-	Política do Bem Estar do Menor
REHIAL	-	Red de Estudios de Historia de las Infancias en America Latina
SAM	-	Sistema de Atenção ao Menor
SENAC	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SERPRO	-	Companhia de Saneamento do Paraná
SESC	-	Serviço Social do Comércio
TELEPAR	-	Telecomunicações do Paraná S/A
UDN	-	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	PERCURSO DE UMA PESQUISADORA: TRAJETO DE PESQUISA.....	15
1.2	UMA INSTITUIÇÃO PARA MORALIZAÇÃO DE CRIANÇAS.....	17
1.3	NOVAS PERGUNTAS, NOVA METODOLOGIA E FONTES.....	21
1.4	DOS ENTREVISTADOS.....	24
1.5	ENCAMINHAMENTOS TEÓRICOS.....	26
1.5.1	Lembrar, esquecer, silenciar: pelos caminhos da memória.....	26
1.5.2	Memórias de infância: contribuição da História Oral à História da Infância.....	33
1.6	DA ORGANIZAÇÃO DA TESE	36
2	UMA CASA PARA OS JORNALEIROS.....	38
2.1	A FUNDAÇÃO DE UM “TETO ACOLHEDOR DE GRANDE ABRIGO”	38
2.2.1	Mais que um prédio: a CAPEJO na memória.....	46
2.2	A CAPEJO E SEU CONTEXTO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA.....	52
3	UM PASSADO EM INSTITUIÇÕES: A PRESENÇA/AUSÊNCIA DA FAMÍLIA.....	68
3.1	A FAMÍLIA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.....	68
3.2	UM MODELO FAMILIAR LEGAL E NOVAS MENTALIDADES.....	72
3.2.1	A Família e a Criança Pobre: alvos da intervenção estatal.....	78
3.3	“NÃO TINHAM CONDIÇÕES DE ME CRIAR”: AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E AS FAMÍLIAS NOS RELATOS.....	81
3.3.1	Costurando narrativas: a família Souza.....	92
3.4	“FOI ALI QUE ME CONHECI POR GENTE”: SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA E ABRIGO.....	100
4	DE SEGUNDA A SEGUNDA: NARRATIVAS E MEMÓRIAS DE TRABALHO.....	108
4.1	CULTURA DO TRABALHO PARA MORALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TUTELADOS PELO ESTADO	109
4.2	O OFÍCIO DE JORNALEIRO: LABOR E TRAJETOS NA MEMÓRIA.....	118
4.3	DOMINGO: MEIO DIA DE EXPEDIENTE, MEIO DIA DE LIBERDADE.....	128
4.4	"OLHA A GAZETA, OLHA A TRIBUNA": VENDENDO PELA CIDADE.....	130

4.5	"O PRÊMIO DA VITÓRIA": A RECOMPENSA MONETÁRIA PELO LABOR.....	135
4.6	UM OLHAR PARA O PASSADO: UM PEQUENO TRABALHADOR?.....	140
5	ENTRE JORNAIS, LIVROS E <i>KICHUTES</i>: NARRATIVAS SOBRE O ESTUDO E O LAZER.....	147
5.1	"O MOMENTO QUE A GENTE ESTUDAVA": O ENSINO E AS ESCOLAS.....	147
5.2	“EU GOSTAVA QUE A GENTE TINHA LIBERDADE”: O LAZER E A RELAÇÃO DO PEQUENO JORNALEIRO COM A CIDADE.....	161
5.2.1	“Um Espacinho para o Lazer”: a Cidade, as Praças e os Parques.....	164
5.2.2	Um Lazer Dirigido: a Ocupação do Tempo Mediada pela Instituição.....	182
5.3	NARRATIVAS DE LAZER E ESPORTE E NARRATIVAS DE ESCOLA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....	195
6	“A NOSSA HISTÓRIA TÁ PRESA CONOSCO”: OS (RES)SENTIMENTOS NAS NARRATIVAS.....	209
6.1.	FALAR DO PASSADO: IMPORTÂNCIA OU DESINTERESSE.....	210
6.2.	“EU NÃO SABIA QUE IA ME EMOCIONAR TANTO ASSIM”: NARRATIVAS SENSÍVEIS.....	216
6.2.1	Relatos De Trauma: “Já De Manhã Eles Já Usavam De Violência”.....	219
6.2.2	“É que a gente perdoa, mas não entende”: Sentimento e Ressentimento nas Relações Familiares e para com a Institucionalização.....	236
6.2.2.1	A Gratidão.....	236
6.2.2.2	O Abandono e o Medo da Rejeição.....	242
6.2.2.3	Ressentimento da Instituição.....	255
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	260
	REFERÊNCIAS.....	268
	APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	286
	ANEXOS.....	287

1 INTRODUÇÃO

1.1 PERCURSO DE UMA PESQUISADORA, TRAJETO DE UMA PESQUISA.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.
Paulo Freire

Desde muito jovem, o interesse em narrativas sobre infâncias e juventudes fez parte do meu cotidiano. Não consigo precisar quando essa curiosidade teve início, mas posso creditar parte dela a Pedro Bala, João Grande, Professor, Dora, Gato... os *Capitães da Areia*, de Jorge Amado. Depois, as aventuras juvenis, histórias de desventuras, relacionadas em geral às infâncias pobres, solitárias, sem família e então, as institucionalizadas. *As Tumbas*, de Enrique Medina, ainda hoje me faz lembrar a angústia que senti, adolescente, quando o autor descreve as trajetórias de seus personagens, crianças, em reformatórios argentinos nos anos 1970 – e a tristeza em saber, ao fim, que tratava-se de uma autobiografia. Na conclusão de minha graduação, investiguei as interpretações históricas para o filme *Pixote, a Lei do Mais Fraco*, de Hector Babenco (1981), baseado na obra de José Louzeiro *A Infância dos Mortos* e me vi mergulhada em dezenas de audiovisuais e livros, estrangeiros e nacionais, sobre crianças em situação de rua, em instituições de abrigo ou disciplinares.

Cursando uma matéria optativa que colaborou com uma exposição sobre Curitiba nos anos 1950, vi pela primeira vez uma fotografia de garotos franzinos, uniformizados, com o jornal ao lado do corpo.¹ Perguntei ao professor responsável a origem das fotos e soube então que eram os pequenos jornaleiros. Foi ao ler a monografia e a dissertação de Welson Luiz Pereira (2005, 2009) que compreendi melhor quem eram aquelas crianças enfileiradas e a instituição que as organizava e que uma grande curiosidade pelas histórias daqueles meninos surgiu.

¹ Trata-se da exposição “Anos 50: Identidades”, que esteve em cartaz na Casa Romário Martins entre março e junho de 2013. Teve curadoria da Jornalista e Historiadora Prof. Dra. Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz, do Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira e de Lai Bottman Pereira, contou com o apoio técnico de Francielly Giachini Barbosa, Nicolle Taner de Lima, Paulo Eduardo Burda, Tatiane Bissoli, Petra Laus Henning, Sara Vitória Silva Monteiro, Luiz de Jesus Eggues. É possível conferir alguns resultados da exposição em: anos50identidades.blogspot.com.br. acesso em 01/03/2021.

No mesmo ano, 2013, participei do Encontro Regional de História da Anpuh Paraná,² em Londrina, frequentando o Grupo de Trabalho História da Infância e Juventude. Foi meu primeiro contato com pesquisadores dessa área e uma experiência muito rica; nesse congresso tive a certeza de que gostaria de me dedicar aos temas que envolvem as infâncias brasileiras, investigando, dessa forma, os pequenos jornalheiros.

Propus, assim, um projeto de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina e durante dois anos analisei o que foi a Casa do Pequeno Jornaleiro (CAPEJO) e qual era seu público, quem eram esses garotos que essa instituição abrigava. A dissertação intitulada *Os meninos na casa do pequeno jornaleiro: institucionalização, protagonismo e trajetórias (Curitiba, 1960-1978)*, foi realizada sob orientação da Professora Doutora Silvia Maria Fávero Arend e teve como fontes 98 prontuários inéditos de meninos institucionalizados entre os anos de 1960 e 1978, relatórios institucionais expedidos para o Ministério de Justiça e Negócios Interiores, legislação federal e estadual e uma seleção de reportagens de jornais paranaenses que fazem menção à instituição e aos pequenos jornalheiros – documentos que atualmente se encontram aos cuidados do Arquivo Municipal de Curitiba, Casa da Memória de Curitiba e Biblioteca Pública do Paraná.³

Investiguei durante esse período a origem de cada interno relacionado nos prontuários, sua configuração da família e motivos de internação; a categorização e triagem do menino quando da sua admissão na instituição e outras as práticas institucionais, a regulação das atividades, o trabalho de jornaleiro e o dia-a-dia dos garotos; também o fim do vínculo entre menino e instituição através dos desligamentos pela maioria, retorno à família, fuga ou transferência, analisando assim os vestígios que possibilitavam perceber o protagonismo desses meninos em suas ações e caminhos. Apresento abaixo algumas das importantes contribuições desse trabalho para uma melhor compreensão dos objetivos da CAPEJO e sobre assistência à infância paranaense.

² A ANPUH é a Associação Nacional de História. Fundada em 1961, em São Paulo, como Associação Nacional dos Professores Universitários de História, busca aperfeiçoar o ensino e a pesquisa em História, auxiliar seus associados nas questões profissionais, na liberdade de cátedra, na defesa da pesquisa e das fontes e manifestações culturais de interesse de historiadores e historiadoras. A cada dois anos realiza um encontro nacional, o Simpósio Nacional de História, e nos anos em que não há o nacional, as seções estaduais se organizam para realizar congressos regionais. Saiba mais em: <https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 26/07/2021

³ A dissertação pode ser acessada em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2666/nicolle_taner_de_lima_final.pdf

1.2 UMA INSTITUIÇÃO PARA MORALIZAÇÃO DE CRIANÇAS

No dia 27 de dezembro de 1942, no local onde seria a Casa do Pequeno Jornaleiro, aconteceu uma solenidade de lançamento de sua pedra fundamental. Nessa cerimônia, estavam presentes muitas personalidades, secretários estaduais, representantes da igreja católica e o interventor Manoel Ribas⁴ e sua esposa e primeira-dama, Anita Ribas, idealizadora e fundadora dessa instituição. No evento, foi realizada uma celebração religiosa e um discurso de autoria de Breno Arruda, texto esse que, posteriormente, foi impresso para que sua venda fosse convertida em recursos para manutenção da sede que se anunciava.^{5 6}

Em seu estatuto, a Casa do Pequeno Jornaleiro traz as seguintes informações:

A “Casa do Pequeno Jornaleiro”, instituída nessa cidade de Curitiba, onde tem sua sede, aos 11 de setembro de 1942, por escritura pública lavrada nas notas do 5º Tabelião da Capital, é uma associação civil destinada a amparar, educar e encaminhar os menores vendedores de jornais, prestando-lhes assistência material, moral e intelectual, e será construída com os recursos angariados pela sua fundadora, d. Anita Ribas.⁷

A instituição foi formalizada, então, para abrigar garotos, apenas do gênero masculino, e forneceria alimentação, moradia, e educação moral, católica e cívica – e boa parte dessa educação referia-se principalmente à disciplina através do trabalho. Esse tema esteve presente no debate das políticas para a infância por um longo período: “O trabalho se apresentou, ao longo da História do Brasil, e, notoriamente no discurso das elites econômicas, sociais e políticas, como um caminho ‘enobrecedor’ direcionado às crianças e adolescentes das classes menos abastadas” (SANTOS JR, 2014, p. 33).

⁴ Manoel Ribas foi indicado por Getúlio Vargas para assumir a posição de interventor. Permaneceu de 1932 a 1945 à frente do governo paranaense, ora como interventor de 1932 a 1934, ora como governador de 1935 a 1937, e outra vez como interventor de 1937 a 1945. Os interventores federais foram nomeados pelo presidente da República para substituir os antigos presidentes estaduais eleitos, que foram depostos pela chamada “Revolução de 30”. Em 1931, com exceção de Pernambuco e Bahia, todos os estados do Norte e do Nordeste tinham interventores no governo. Manoel Ribas foi indicado em 1932, quando o interventor General Mário Tourinho renunciou ao cargo. Referências: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PaisDosTenentes> <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=50> acesso em 02/03/2021.

⁵ À época, Breno Arruda era ex-diretor e ex-procurador da Justiça Eleitoral do Paraná, membro da Ordem dos Advogados do Brasil e Presidente do Centro de Letras do Paraná, entre outras funções.

⁶ Esse pequeno fascículo chama-se “Em Louvor da Bondade”. Com 17 páginas, ele contém o “discurso oficial pronunciado por ocasião da colocação da pedra fundamental do edifício da ‘Casa do Pequeno Jornaleiro’”. Na primeira página, esse título, seguido de uma ilustração de um jornaleiro, provavelmente de Fritz, pseudônimo do artista Anísio Oscar Mota. Na segunda página, uma reprodução de fotografia de Dona Anita Ribas. Na sua 4ª página, consta a informação de que este material seria vendido e o valor arrecadado seria utilizado para a construção da Casa e em sua 5ª página, há agradecimentos gerais. A partir da sétima página o discurso é reproduzido, tratando da data festiva natalina – momento em que se passa a cerimônia – sua importância e valores, mas também tecendo elogios à dama de “grande coração”, dona Anita, e descrevendo as possibilidades da instituição, de moralização e amparo às crianças.

⁷ Estatuto da Casa do Pequeno Jornaleiro, artigo 1º, 1942. Acervo da Casa da Memória.

As ideias que relacionavam nacionalismo, cidadania e trabalho se fortaleceram durante o Estado Novo e, em relação às crianças, era importante que os chamados “cidadãos do amanhã” se adequassem à nova ordem, com a internalização dos novos valores (CARVALHO, 2002), existindo até mesmo cartilhas para as crianças para que fossem difundidos entre esse público os pressupostos nacionalistas e de fortalecimento do Estado, e a disciplina e a obediência à autoridade (SCHMITZ; COSTA, 2017; ABREU, 2008). Segundo o historiador Antero Maximiliano Dias dos Reis: “Os menores trabalhadores eram vistos de forma positiva, e o trabalho desde tenra idade constituía-se como um valor, pois, deveria ser um meio de evitar que se tornassem ‘vadios’ e/ou ‘delinquentes’”. (REIS, 2015, p. 31)

A intenção era educar as crianças das camadas mais pobres para o trabalho e para a valorização deste – este foi o intuito de tantas outras instituições que surgiram no período concomitante à CAPEJO: os patronatos agrícolas, escolas rurais e técnicas, etc.⁸ Na Casa do Pequeno Jornaleiro a atividade laboral, que moldaria o caráter dos pequenos, era a venda de jornais e revistas. Os melhores jornaleiros eram premiados, seus nomes poderiam estar em uma placa de boas ações (anexos 1 e 2), recebiam certificados – e uma boa quantia de dinheiro ao completar 18 anos, visto que parte da venda desses jornais e revistas era destinada a uma poupança, cujo valor e seus rendimentos poderiam ser retirados quando o jornaleiro completasse a maioridade.

A dissertação de Welson Luis Pereira (2009) agrega muitas informações a respeito da Casa e de como rendiam os valores nas poupanças individuais dos garotos que por lá viveram entre os anos 1943 e 1962, com o foco na moralização pelo trabalho, através de instrumentos disciplinares diversos, como punições e gratificações. Segundo o autor:

O trabalho de vender jornais já era praticado por meninos pobres antes da criação da Casa. Conforme a documentação pesquisada era um trabalho desorganizado e os pequenos jornaleiros eram rotulados com alguns atributos imorais, *pequenos marginais, desajustados e futuros delinquentes*, e representavam um perigo social. Neste sentido, a Casa foi criada para disciplinar e moralizar os pequenos jornaleiros, que, após seu ingresso na instituição, continuavam vendendo jornais, mas de forma organizada, disciplinada e vigiada, tanto nas ruas como no interior da Casa, por membros da instituição. A Casa partia, portanto, da concepção recorrente naquela época, que os menores representavam um perigo social que deveria ser enfrentado pelo poder público, através de estabelecimentos que pudessem, além de oferecer assistência, provocar uma regeneração moral no trabalho infanto-juvenil até então praticado (PEREIRA, 2009, pp. 6-7).

⁸ No Paraná, durante o governo varguista, os esforços em disciplinar os meninos e rapazes eram direcionados a 12 instituições do Estado: 1 Escola de Pescadores e 11 nomeadas como Escola de Trabalhadores Rurais (OLIVEIRA, 2005, p. 19). Ainda havia as instituições religiosas e filantrópicas que, apesar de não focarem no trabalho, abrigavam crianças pequenas órfãs e consideradas abandonadas com o propósito de assegurar-lhes a sobrevivência e inculcá-lhes valores morais considerados adequados.

Em seu estatuto a Casa também traz a informação de que atendia menores órfãos e abandonados; o contraste desse dado com as fontes pesquisadas em minha dissertação é notável. De acordo com os documentos analisados, a maioria dos garotos internos na Casa possuía família. Muitas vezes eram esses familiares que pediam sua colocação na instituição. O termo abandonado e órfão se referia então à jurisprudência da época no que se referia ao poder paterno, o pátrio poder ou, ainda, tutela. Em seu artigo 31, o Código de Menores de 1927 lista uma série de atitudes suspeitas que poderiam permitir a interferência do Estado na questão do pátrio poder:

Nos casos em que a provada negligencia, a incapacidade, o abuso de poder, os máos exemplos, a crueldade, a exploração, á perversidade, ou o crime do pae, mãe ou tutor podem comprometer a saude, segurança ou moralidade do filho ou pupillo, a autoridade competente decretará a suspensão ou a perda do pátrio poder ou a destituição da tutela, como no caso couber.⁹

Ou seja, quando o Estado entendesse que os pais ou tutores não estavam aptos a criar uma criança ou que essa criação poderia colocar em risco a sua saúde e moral, poderia interferir e tomar para si a responsabilidade desse “menor”.¹⁰ Dessa forma, ao solicitar ajuda das autoridades, as mães e pais perdiam (ainda que temporariamente) a tutela sobre os filhos e o Estado assumia essa tarefa. Era o caso de muitos pequenos jornaleiros. Na dissertação, foi possível observar que muitas vezes era a genitora dos garotos que pedia a colocação na Casa - por diversas motivações, mas as principais se relacionavam ao que o Centro de Estudos, Diagnóstico e Indicação de Tratamento (CEDIT), do Instituto de Assistência ao Menor (IAM) denominava como “desarranjo familiar” ou “desajuste econômico”. Assim, uma mãe separada ou que criava seus filhos sozinha, solicitava apoio para o cuidado com eles; um pai viúvo assinalava que era impossível educar o garoto sem a mãe; uma irmã mais velha recém-casada alegava dificuldade em tomar conta do irmão sem importunar o marido... (LIMA, 2017). Os motivos eram muitos, mas em geral estavam relacionados a dificuldades financeiras ou com o que se considerava como desestruturação familiar.¹¹

⁹ BRASIL. Decreto número 17943 A, de 12 de outubro de 1927. Capítulo V, Art 31.

¹⁰ A documentação se refere, muitas vezes, aos internos da CAPEJO como “menores”. Levando em consideração a necessidade de superação do termo e de desnaturalização da associação entre “menor” e criança pobre ou em situação de vulnerabilidade, optei por utilizar as palavras meninos e garotos quando me referir a eles, e somente “menor” quanto estiver citando, direta ou indiretamente, às fontes.

¹¹ No decorrer da tese, abordaremos o que se entende por desestruturação familiar nos documentos analisados, entretanto é importante registrar que se refere a uma configuração familiar que não ia ao encontro daquilo que o Estado almejava como família, ou seja, uma ideia pautada da norma familiar burguesa. Para a historiadora Silvia Arend (2007), essa configuração de família surge inicialmente entre as elites e as camadas médias, pautando as seguintes questões: “pela composição pai, mãe e filhos; pela presença de representações sociais que conformam o chamado amor romântico entre os cônjuges, bem como o amor materno e paterno em relação aos filhos; a sexualidade do casal deveria ser pautada pela prática da monogamia e pelo heteroerotismo; à mulher caberia a administração do mundo do doméstico e a maternagem das crianças, enquanto o homem tornar-se-ia o provedor, atuando no âmbito do público; as relações de parentesco entre os

Outra questão interessante na pesquisa de dissertação foi o fato de que apesar de muitas fontes, como jornais e relatórios, afirmarem que a Casa era um *lar*, onde nenhum garoto fugia ou desobedecia, os prontuários mostram que muitos garotos se evadiram da Casa ou foram transferidos para outras instituições ou retornaram para as famílias, devido ao fato de não terem se acostumado com as normas da organização, de possuírem débitos constantes na prestação de contas dos jornais ou por cometerem pequenos furtos. Foram relacionados também os motivos de desligamento dos garotos e mapeadas as instituições para as quais eram frequentemente transferidos.

Ainda, foi possível verificar as ações desses garotos nesses documentos institucionais: foi realizada uma análise das fugas através dos conceitos de protagonismo e agência, e se explorou o fato de que muitas vezes essas vozes eram ouvidas pelas autoridades, como garotos que eles próprios solicitavam sua internação ou transferência, garotos que preferiram dizer não ter família para evitar a convivência com ela, crianças que se adequaram de alguma forma à rotina de trabalho e o fizeram tão bem que permaneceram na instituição até completar a maioridade – o que era raro, visto que dos 98 prontuários estudados, apenas cinco permaneceram na instituição até os 18 anos.

Constatou-se, portanto, que a instituição era ímpar em comparação a outras organizações e institutos, fossem elas do Estado, religiosas e civis. No mesmo recorte temporal e espacial, havia instituições de abrigo e assistência à orfandade e havia as de reclusão para crianças e jovens que cometessem alguma contravenção penal. A CAPEJO não se assemelhava a nenhuma dessas categorias: impunha a internação, a educação através do ensino regular e religioso, e o trabalho como eixo moralizador. Havia algumas especificidades, como a existência da poupança dos garotos e o fato de que possuíam certa autonomia, já que se dirigiam a pé sozinhos aos seus postos de venda e assim faziam seu retorno à Casa, a eles cabia dar o troco ao comprador de seus jornais e devolver os exemplares não vendidos (LIMA, 2017).

Entretanto, todas as fontes possuem limites para a interpretação e muitas perguntas ficaram sem respostas – muitas vezes os prontuários possuíam numerosas lacunas e mesmo completos, apresentavam uma visão de quem o preencheu e não do interno. O que pensavam nesse momento, quando alguém lhe perguntava dados, lhe indagava sobre sua família? O que sentiam quando foram informados de sua transferência ou quando viam suas mães nos dias de visita? Quais recordações os homens que passaram por essa instituição têm sobre seu

membros da família seriam construídas a partir de dois eixos, isto é, a consanguinidade e a afetividade” (AREND, 2007, p. 276).

cotidiano na sua infância? Essas e muitas outras questões ficaram em aberto e foi então que propus um novo desafio de pesquisa: uma tese para investigar as memórias de ex-internos sobre sua infância como pequenos jornalheiros.

1.3 NOVAS PERGUNTAS, NOVA METODOLOGIA E FONTES

Arlete Farge escreveu em *O Sabor de Arquivo* (2009), que muitas vezes documentos contam sobre as pessoas de uma maneira que elas nem sempre gostariam de ser lembradas. Diante de tantas perguntas e inquietações que eu possuía quanto à Casa do Pequeno Jornaleiro, o caminho que se delineou foi a escolha da História Oral como metodologia, na tentativa de oportunizar aqueles que viveram nessa instituição, como escrevem José Carlos Sebe Meihy e Leandro Seawright (2020), serem protagonistas de suas próprias narrativas, oportunizar que as histórias de suas vidas e suas maneiras de contá-las fossem ouvidas e lidas.

A História Oral é um conjunto de procedimentos que envolve desde a pesquisa e a elaboração de um roteiro, como a produção da entrevista, sua gravação, transcrição, interpretação e análise, divulgação e arquivamento (LAVERDI, 2020; NETO, 2012). É um campo metodológico amplo, interdisciplinar. Segundo o Estatuto da Associação Brasileira de História Oral (ABHO): “Por História Oral se entende o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes modalidades, independente da área de conhecimento na qual essa metodologia é utilizada” (ABHO, 1998, p.14).

O termo História Oral foi oficializado na Universidade de Columbia, por Allan Nevis, em 1948. Entretanto, sua inserção no Brasil se deu somente no início dos anos 1970 e, segundo os organizadores de *História oral: a democracia das vozes* (2019), isso se deveu justamente ao contexto ditatorial brasileiro que “(...) por meio do recrudescimento e das violações de direitos humanos, reprimiu a palavra com base não somente na violência da censura, mas no silenciamento levado às últimas consequências” (GATTAZ; MEIHY; SEAWRIGHT, 2019, p. 11). Os autores ainda destacam que a expressão “História Oral” teria sido usada pela primeira vez por aqui na dissertação de mestrado de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, *O documento de história oral como fonte histórica: uma experiência brasileira*, defendida em 1977 (GATTAZ; MEIHY; SEAWRIGHT, 2019; SANTHIAGO, 2015).¹²

¹² Carlos Humberto Pederneiras Corrêa foi um dos pioneiros na utilização da história oral como metodologia. Segundo o historiador Ricardo Santhiago, ele foi uma das trinta pessoas matriculadas no primeiro curso de História Oral que aconteceu na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, em 1975 e realizou um grande esforço em adaptar as metodologias estadunidense e mexicana para a realidade brasileira. A dissertação

A História Oral foi amplificada a partir dos anos 1990, com a realização de encontros regionais e nacionais, com o surgimento de núcleos de estudos e, sobretudo, com a fundação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e da Revista Brasileira de História Oral e um exponencial número de instituições que produziam e conservavam acervos com fontes orais (GOMES, 2020). Vencidos os debates, não somente no âmbito nacional, sobre a legitimidade e a confiabilidade das fontes orais, debateu-se então se a História Oral seria uma técnica, uma prática ou metodologia.

Em um dos livros pioneiros sobre esse campo de atuação, Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, organizadoras de *Usos & Abusos da História Oral*, fundamentam sua defesa: trata-se de uma metodologia, que “remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica” (FERREIRA; AMADO, 2006, VIII), que envolve a subjetividade, a memória, a alteridade, e mesmo sobre o papel do/a historiador/a, sobre a democratização da História e da marginalização que a própria disciplina histórica fomentou por anos, em diversos tempos, do que seria relevante ou não para a pesquisa, quem poderia ou não falar – e ser ouvido. Segundo Paul Thompson, a partir da introdução da História Oral “amplia-se e se enriquece o próprio campo de ação da produção histórica e ao mesmo tempo, sua mensagem social se modifica. Para ser claro, a história se torna mais democrática.” (THOMPSON, 1998, p. 28).

É preciso refletir também sobre a produção das fontes, cocriadas pelo/a historiador/a e pelo entrevistado. “Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a entrevista: literalmente, uma troca de olhares” (PORTELLI, 2016, p. 10). Não obstante, muitos/as historiadores/as tem denominado seus entrevistados como colaboradores, “pois remete à mediação, à participação conjunta e comprometida das partes, e também a relação efetuada por presenças que marcam diferenças, ao mesmo tempo em que se garantem buscas por mutualidades” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p.20).

A produção da fonte se dá a partir de narrativas induzidas e estimuladas e é fundamental levar isso em consideração. As fontes orais são trabalhos de memória, forjados na relação dialógica entre entrevistador e entrevistado. Ao recordar e narrar o passado, o entrevistado produz uma narrativa, (re)interpretando a si e à sua trajetória. Articula diferentes temporalidades de suas recordações e suas muitas memórias – pessoais, familiares, nacionais, regionais, grupais (CATROGA, 2015, p.11). Diz de suas vivências e experiências, mas

resultado desse esforço e mencionada no texto, foi o primeiro trabalho defendido no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e foi publicado como livro com o nome de *História oral: teoria e técnica* (1978), um dos primeiros manuais de História brasileiro (SANTHIAGO, 2015).

também de seu momento presente, posto que o “diálogo entre passado e presente é base da vida, da constituição da memória, da narrativa” (REZENDE, 2010, p. 26).

As narrativas produzidas nessa indução, segundo Meihy e Seawright, podem ser divididas em quatro gêneros narrativos: a história oral de vida, a história oral temática, a testemunhal e a tradição oral. No primeiro, o protagonismo narrativo do entrevistado é valorizado, visto que cabe a ele/a a condução da narração e ao entrevistador, apenas os estímulos em forma de perguntas que possibilitem relatos mais elaborados. Valoriza-se também sua experiência, visto que não se busca fatos, mas as subjetividades da memória e em geral, são contadas as memórias a partir da cronologia e sequência de fatos. No gênero História Oral Temática, há um assunto central que rege as entrevistas e é o modelo que melhor possibilita o confronto de opiniões entre entrevistados; mesmo que em torno de um tema principal, do qual /a pesquisador/a precisa se cercar de informações, a subjetividade também se faz presente não só na interação entrevistador-entrevistado, mas no próprio relato visto que também implica em escolhas narrativas (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020).

A História Oral Testemunhal é um dos gêneros que podem colaborar com políticas públicas de reparação e transicionais ao ouvir, por exemplo, pessoas que sofreram violações de direitos humanos. Se relaciona com questões sociais, trazendo à luz as violações e violências, mas também o silêncio nos documentos oficiais e escritos. Já na Tradição Oral, as entrevistas buscam o coletivo, mais do que o sujeito individual, os vestígios dos antepassados nos legados culturais, os passados imaginados, os mitos fundadores, as tradições e suas reinvenções, como na história de um bairro, de uma comunidade, família, de um festejo – e, em geral, se pauta nas memórias daqueles, mais velhos, conhecidos e reconhecidos pelo entorno como os guardiões da história e memória de tais lugares e tradições (MEIHY, SEAWRIGHT, 2020, p.75-87).

Acreditamos que as entrevistas realizadas para essa pesquisa transitam entre os dois gêneros: Temática e de Vida. Com a Temática, porque o sentido comum que conecta todas essas pessoas é o fato de terem sido pequenos jornalistas, de terem vivido na Casa do Pequeno Jornaleiro, de terem parte da sua infância um cotidiano semelhante em diversas questões; e com a História de Vida, porque o fio condutor de todas as entrevistas são as vidas dos colaboradores, de sua infância até o presente. Frequentemente, os entrevistados foram traçando uma linha quase cronológica e explicativa dos fatos, os encaixando em suas trajetórias – buscando uma lógica e coerência na apresentação de si (BOURDIEU, 2006), ordenando os acontecimentos que, no seu entender, balizam sua existência (POLLAK, 1989). Segundo os autores:

Existem projetos de história oral temática em que se mesclam em doses medidas, lances de história oral de vida sem que, contudo, sejam desprezados os fundamentos centrais da entrevista com foco em um assunto. Nesses casos, o que se busca é a contextualização de informações do colaborador em equiparação com as informações convenientes ao projeto (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 72).

A partir da análise das fontes é possível defender, portanto, o entrecruzamento desses dois gêneros em História Oral, pois apesar de as entrevistas terem sido propostas com um tema específico, muitas vezes, a CAPEJO é o pano de fundo para a condução do narrador, que conta o antes e o depois da sua permanência na Casa, sobre seus filhos, seus amores, e sobre como a CAPEJO fez parte ou não dos momentos felizes ou tristes que tiveram, dos que relembram ou procuram se afastar, como um fato quase que espetacular de suas trajetórias e que ajudou a forjar também suas identidades.

1.4 DOS ENTREVISTADOS

Quando terminava minha dissertação, recebi um e-mail de um senhor que pesquisava sobre um jornal paranaense. Ele me escreveu dizendo ter lido um texto meu que estava nos Anais de um congresso e que fazia referência a esse jornal que investigava. Na mensagem, dizia ter gostado muito do texto e que havia sido pequeno jornalista – ele e os irmãos! Fiquei ainda mais surpresa quando, após respondê-lo, soube que haveria um primeiro encontro de *ex-Capejo*, como eles se chamam entre si. Nem titubeei em comunicar que iria. Eu morava em Santa Catarina à época e o encontro seria em Curitiba, na mesma semana.

Nessa reunião, que na verdade foi um churrasco, conheci nove homens que estiveram parte de suas vidas na Casa do Pequeno Jornaleiro. Foi uma conversa informal, com histórias e anedotas das suas aventuras... e na despedida, pedi para que deixassem seus contatos em uma lista que havia levado. Saí de lá com muitas ideias e muita ansiedade pela pesquisa.

No projeto de doutorado, então, as entrevistas tomaram lugar de fonte principal. Como objetivo primeiro, buscava “delinear a trajetória de uma instituição através das trajetórias e memórias individuais de através dos relatos orais de *ex-pequenos jornalheiros*”. À medida que o projeto foi amadurecendo, depois de aprovado na seleção do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, o eixo sofreu uma inversão: passou do foco na instituição CAPEJO, como organização, a ter como protagonistas esses homens que permaneceram por algum momento de sua vida pela Casa. Assim como o fez Humberto da Silva Miranda, ao analisar as memórias da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor em Pernambuco:

Optei por percorrer um caminho diferente em relação aos trabalhos ora analisados. A Febem se apresenta de forma plural. Ao estabelecer as memórias do tempo de criança e de adolescente como ponto de partida de análise, procurei me afastar de uma abordagem essencialmente institucional. O fio que liga as trajetórias de vida desses meninos e dessas meninas é a experiência de ter passado nessa instituição na condição de interno (MIRANDA, 2014, p. 27).

A instituição é o que liga a todos e o pano de fundo para seus relatos, mas a centralidade torna-se a construção dessas memórias relacionadas à infância em uma instituição de acolhimento e disciplina.

Após o projeto ter sido aprovado no Conselho de Ética em Pesquisa na universidade, iniciei a produção das entrevistas.¹³ O contato se deu, primeiramente, a partir da lista de nomes e telefones já mencionada e depois, por indicações dos próprios entrevistados. O primeiro a aceitar o convite foi um dos senhores que idealizou o reencontro de colegas – nos encontramos em sua casa, em um escritório, conversamos por mais de uma hora. Entretanto, as entrevistas não seguem um padrão de duração e local de encontro, algumas aconteceram em suas residências, no local de trabalho, em um café, uma praça e até mesmo ao lado de fora de um cemitério e na sala de espera de uma consulta médica. Foram dezessete (17) entrevistados ao total. Optamos por não utilizar seus nomes reais, substituindo-os por pseudônimos:¹⁴

- Doze senhores que viveram na Casa do Pequeno Jornaleiro entre os anos 1970 e 1980 (onze encontros presenciais e dois virtuais);
- Um senhor que viveu em outras instituições do Estado, no mesmo período;
- Um senhor que foi interno na CAPEJO nos anos 1960 até completar a maioridade e trabalhou voluntariamente na instituição, depois dos 18 anos.
- A esposa de um dos entrevistados, que participou e acompanhou a conversa e foi fundamental para que ele ficasse à vontade;
- A mãe de dois entrevistados;
- Uma ex-diretora da CAPEJO.

É importante relatar que, no início do projeto, planejamos que acontecessem vinte e quatro entrevistas, somente com ex-internos, que tivessem vivido na Casa durante os sessenta anos de sua existência – havíamos idealizado entrevistar oito senhores de cada fase da instituição (organização civil, estadual e municipal); contudo, a dificuldade em localizar os ex-pequenos jornaleiros das fases até o ano de 1962 e de 1982 até o encerramento de suas

¹³ CAAE: 02470018.6.0000.0102 Número do Parecer: 3.094.004

¹⁴ Quatro das entrevistas foram realizadas durante a pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021. Duas delas, virtualmente, via chamada de vídeo e troca de mensagens de áudio e as duas últimas, presencialmente em local aberto e/ou bem ventilado, com uso de máscaras e com distanciamento de pelo menos um metro e meio.

atividades, conduziu o foco para os sujeitos que foram jornalheiros entre os anos finais de 1960 e 1980.

As entrevistas possuíam um roteiro que era entregue assim que nós nos apresentávamos;¹⁵ todavia, não seguíamos a ordem das questões e deixávamos as conversas fluírem: “É importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo da sua experiência” (BOSI, 2003, p. 56). Muitas vezes, abundantes em detalhes e sentimentos, outras, mais objetivas e sem muito aprofundamento.

Com as entrevistas realizadas e registradas, um novo desafio estava posto: a transcrição. Segundo o historiador Robson Laverdi, a transcrição não é uma tarefa menor, somente técnica, “é um momento rico para se identificar mudanças de tom, abordagem, gênero narrativo, pensar seus movimentos e nuances”; é um estudo da narrativa (LAVERDI, 2020).¹⁶

A partir das transcrições, pude notar quais questões eram mais presentes e se repetiam nas falas dos ex-internos procurando, nas palavras do mesmo professor, os sentidos comuns entre as narrativas. Temas como a família, os motivos de internamento, o trabalho de jornalheiro, as “aventuras” de infância, eram elementos compartilhados entre elas e, de certa forma, esperados e planejados pelo roteiro, mas outros eixos começaram a surgir e foram objeto dos relatos: os sentimentos e ressentimentos, as violências sofridas na CAPEJO e em outras instituições, os traumas que carregam consigo, uma análise de sua infância e famílias, baseada no que entendem hoje que esses aspectos de sua vida deveriam ter sido. Muitas possibilidades de análise despontaram e para isso, foi preciso buscar referências teóricas que fundamentassem a compreensão dessas fontes.

1.5 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICOS

1.5.1 Lembrar, esquecer, silenciar: pelos caminhos da memória

De acordo com Eclea Bosi (2003), o interesse pelas formas de memória social pelas ciências humanas intensificou-se nos anos 1970. O contexto de profícuos debates sobre a profissão do historiador, sobre novos objetos, sobre temporalidades, possibilitou uma nova maneira de entender o passado - não mais como totalmente apartado e longínquo. Sem temer

¹⁵ Na sessão “apêndice” é possível ter acesso ao roteiro utilizado.

¹⁶ Em seis entrevistas, solicitei ajuda de Gabriel Perin e Letícia Helena Oliveira para a transcrição. Depois, conferi e revisei todas as entrevistas, sistematizando os temas e realizando a análise..

a proximidade temporal entre pesquisador e objeto, houve intensas discussões sobre diversas questões, como o estudo da política, do contemporâneo e da memória (FERREIRA, 2002).

Na conjuntura onde começa a se olhar a política a partir de outros aspectos, as lembranças e críticas às construções de memórias nacionais ganharam destaque, como no livro-manifesto *Por uma História Política*, de René Rémond, publicado originalmente em 1988, ou mesmo nos trabalhos de Philippe Ariès quando critica as comemorações em torno de renomadas figuras políticas, de Maurice Agulhon em *Marienne au Combat* (1979) e ainda, Pierre Nora, com seu projeto *Lugares de Memória* (FERREIRA, 2002).

Muitos desses autores, de acordo com Marieta de Moraes Ferreira (2002), buscaram os escritos do sociólogo francês Maurice Halbwachs para compreender melhor como se poderia abordar a questão da memória. Aluno de Henri Bergson¹⁷ e discípulo de Émile Durkheim, desenhou uma teoria que confrontava a de um de seus tutores: se para Bergson, a operação prática da memória aconteceria ora através da ação e do funcionamento quase que automático do corpo diante das circunstâncias, ora implicaria o trabalho do espírito que busca as representações do passado para atuação no presente (BERGSON, 1999, p. 84), para Maurice Halbwachs a memória não é sonho, não é do espírito, mas sim, trabalho. Se o primeiro afirma a existência da memória pura, espontânea e livre, o segundo alega a memória como um exercício. A lembrança que temos, para o autor, não é uma imagem sobrevivente: “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1979, p. 17).

A memória-trabalho de Halbwachs é eminentemente coletiva: quando se evoca uma lembrança para recordar tal fato, de forma quase testemunhal, e quando podemos nos apoiar nas impressões dos outros, nossa confiança e exatidão em nossas memórias serão maiores, ou seja, outros testemunhos conferem aos nossos confiabilidade e legitimidade (HALBWACHS, 1990, p. 25). Trata, portanto, da interação entre a memória do indivíduo e de seus grupos de convívio porque, apesar de um fenômeno interno, esta sofre um condicionamento externo, através dos vínculos afetivos, pessoais e institucionais, além da própria linguagem que, para o autor, é o instrumento socializador da memória.

¹⁷ O filósofo Henri Bergson foi um dos primeiros a trazer a discussão do lugar da memória à tona. No seu livro *Matière et Mémoire*, publicado em 1897, o autor expôs suas preocupações acerca do tema e pretendeu traçar uma fenomenologia da lembrança: para ele, a memória era como uma reserva da experiência adquirida, que relacionava imagens, aspectos e o passado (BOSI, 1979, pp. 10-13). O autor considerava a existência de uma memória que residiria no espírito, que poderia ser acessada pelo corpo, mas nunca de forma completa, sempre fragmentada. A memória estaria em um espaço vazio, suspensa (BERGSON, 1999, p. 178), cujo corpo é o local de ação, um condutor de lembranças e movimentos (ibidem, p. 44).

Um dos aspectos interessantes sobre essa interação é que, mesmo que sozinhos, as nossas lembranças permanecem coletivas: “não é necessário que outros homens estejam lá (...) porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 1990, p. 26). Para o autor, como estamos em convívio e diálogo constante com outros grupos, no plural, nunca estamos verdadeiramente sós, já que os grupos nos ajudam a lembrar: “não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que deslocava de um tal grupo para outro (...)” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

A interação entre o indivíduo e seus grupos de convívio é muito importante na análise da memória que Halbwachs realiza já que nossos atos e pensamentos se explicariam pela nossa natureza de ser social. Para o autor, a memória individual não é suficiente para o ato de lembrar e de reconhecer lembranças. Para que a reconstrução de lembranças ocorra, afirma, são necessários dados e noções comuns a nós e ao grupo – de modo compartilhado (HALBWACHS, 1990). Mesmo que, na base das lembranças, exista um estado de consciência puramente individual (que o autor chama de intuição sensível), ele considera que “(...) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Esse vínculo que Halbwachs estabelece entre a formação da memória individual e a coletiva, é o alvo de críticas de Michael Pollak:

Assim também Halbwachs, longe de ver essa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva" (POLLAK, 1989, p. 3).

Halbwachs fez uso do termo comunidade afetiva para se referir a esses grupos dos quais nos sentimos pertencentes em maior ou menor medida e que cujos membros estão “dentro do quadro de nossas preocupações” (HALBWACHS, 1990, p. 35). Para Pollak (1989), a questão é menos uma coletividade via negociação e mais um processo de enquadramento da memória, que não deixa de ser mediado por violências que intervêm nesse trabalho de constituição e formalização das memórias: Pollak acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva, cujo representante maior é a memória nacional (POLLAK, 1989, pp. 3-5).

Para Fábio Rios, há muitos pontos convergentes entre um autor e outro: ambos entendem a memória como um fenômeno coletivo e a definem como uma construção social e

seletiva e formada sobre o passado no presente (RIOS, 2013, p. 8). Portanto, afirmar a crítica a Halbwachs não significa, segundo Rios, que Pollak não acredite no caráter coletivo da memória, porque a questão do coletivo é importante para que o segundo a explique, mas não é o suficiente. Para Halbwachs, a memória coletiva seria composta pelos pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos, e esse pertencimento ocorreria principalmente no plano afetivo. Para Pollak, é o sujeito que lembra e que administra as influências externas para que, então, possa construir e formalizar suas próprias recordações e participar de forma ativa na construção das memórias em seus grupos (RIOS, 2013, p. 9) e essa ideia de afetividade mascara os processos de coerção e dominação que estão relacionados à formação das memórias. A diversidade de memórias a torna objeto de conflitos e disputas (POLLAK, 1989, pp. 3-4).

Alessandro Portelli, autor italiano, para além da memória coletiva, traz à tona o conceito de memórias divididas. Ao tratar do Massacre de Civitella Val di Chiana,¹⁸ Portelli salienta o “choque” das memórias da Resistência, considerada oficial, e da comunidade de Civitella, marcada pelo luto dos sobreviventes (PORTELLI, 1996, p. 105). Para Portelli trata-se não só de um confronto entre memória oficial e comunitária: “Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou outra, ideologicamente e culturalmente mediadas” (PORTELLI, 1996, p. 106). O autor afirma que é preciso radicalizar a definição de memória dividida, que trate da multiplicidade e pluralidade de memórias, não só entre comunidade e resistência, entre memória oficial e subalterna, mas que explicita as próprias divisões internas dos grupos e até as individuais, que se fragmentam “(...) entre o desejo de silenciar e esquecer e a necessidade de expressar” (PORTELLI, 1996, p. 128).

Mesmo que busquemos afirmação em um grupo ou que nossas memórias possuam uma mediação externa, do social, para Portelli “a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos, se lembram” (1996, p. 127). Do mesmo modo, Lowenthal (1998) afirma que o passado lembrado é tanto coletivo como individual, mas como forma de consciência, a memória é intensamente e totalmente pessoal: o lembrar é individual. Esta é uma ideia que o autor reitera ao longo de seu texto *Como conhecemos o passado*

¹⁸ O Massacre de Civitella trata-se do assassinato de habitantes do vilarejo de mesmo nome em retaliação ao assassinato de três soldados alemães nazistas. A memória oficial traz o massacre como parte fundamental da história da Resistência e as vítimas como mártires; já a comunidade de Civitella culpa justamente a Resistência pela morte dos civis, conformando toda uma narrativa cheia de ressentimento quanto aos partisans locais, criando-se mitos e lendas repetidas e evocadas para marcar essa oposição de memórias, e onde alemães aparecem como pessoas naturalmente ruins, assim os isentando de culpa e que somente reagiram ao terem sido provocados (PORTELLI, 1996, pp. 110-118).

(1998), do caráter pessoal do lembrar, já que para ele cada um tem uma experiência única com o passado.

A partir de uma abordagem antropológica, Joël Candau também realiza uma defesa da memória individual como conceito. Professor de Antropologia da Universidade de Nice Sophia, tem se destacado por suas pesquisas envolvendo Antropologia Cognitiva e, sobretudo, acerca da memória compartilhada ou supostamente compartilhada. Em seu livro *Memória e Identidade* (2012), Candau tem como objetivo refletir como se passa de formas individuais às coletivas da memória e também da identidade. Para o autor, a memória é a força da identidade e uma reconstrução do passado que é atualizada continuamente. Ao analisar a memória, propõe três denominações para distintas manifestações da memória. A primeira seria a protomemória, a segunda, a memória propriamente dita e, por fim, a metamemória (CANDAU, 2012, pp. 17-23).

A protomemória, ou memória de baixo nível, seria aquela que “(...) constitui os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade” (CANDAU, 2012, p. 22). Candau disserta que essa definição se assemelha à memória repetitiva ou memória-hábito, como defendia Bergson. Seria, portanto, uma memória social incorporada, uma memória imperceptível que ocorre sem tomada de consciência: os costumes introjetados, gestualidade incorporada, senso prático que carregamos conosco, quase que num automatismo – o passado agindo pelo corpo (pp. 22-23). Esta seria de grande importância para as pesquisas de grupos sociais, já que é na protomemória onde se organizam os saberes mais compartilhados pelos membros de uma sociedade.

A memória propriamente dita, ou de alto nível, seria a evocação deliberada ou involuntariamente das lembranças autobiográficas ou pertencentes a saberes e conhecimentos, crenças, sentimentos, entre outros (CANDAU, 2012, p. 23). Já a metamemória seria uma memória reivindicada e teria, para o autor, dois sentidos: a representação da memória pelo indivíduo e a construção de sua identidade:

(...) é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela, e de outro, o que diz dela, dimensões que remetem ao ‘modo de afiliação de um indivíduo a seu passado’ e igualmente [...] a construção explícita de sua identidade (CANDAU, 2012, p. 23).

Ao diferenciá-las, frisa que as duas primeiras, protomemória e a memória propriamente dita, dependem diretamente da memória enquanto faculdade; já a metamemória seria uma representação relativa a essa faculdade. Entretanto, salienta, esta sistematização é adequada e válida somente para compreensão das memórias ditas individuais (CANDAU,

2012, p. 23). Se sobrepusermos tais taxonomias para o nível de grupos ou sociedades, afirma Candau, essas perderiam o sentido, ficariam invalidadas. A noção de memória procedural (a protomemória), por exemplo, mesmo que comum, mesmo que esses saberes fossem compartilhados pelos membros, se tornaria inadequado (CANDAU, 2012, p. 24).

Candau também traz outra importante reflexão para o debate acerca da memória: a distinção entre memória fraca e forte. A memória forte seria a memória massiva, compacta e profunda, que se encontra e se impõe à maioria dos membros de um grupo: “Uma memória forte é uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo” (CANDAU, 2012, p. 44). Para o antropólogo, é maior a possibilidade de se encontrar essa tipificação de memória em grupos menores. A memória fraca seria aquela sem contornos bem definidos, superficial e difusa e essa seria dificilmente compartilhada por um conjunto de indivíduos. Essa também teria potencialidade de ser desorganizadora e de contribuir para a desestruturação de um grupo (CANDAU, 2012, pp. 44-5). Na memória forte, importante na constituição de um grupo, é onde se encontraria com mais intensidade o que Candau chama de retóricas holistas.

Para o autor, retóricas holistas seriam uma técnica de persuasão utilizada com a operação de termos relativamente estáveis, que remetem a uma realidade conhecida, mas sem uma ideia precisa:

Entendo por “retóricas holistas” o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos (CANDAU, 2012, p. 29, grifo do autor).

Seriam exemplos de retóricas holistas os termos classe operária, opinião pública, corpo social, identidade cultural e, que nos interessa particularmente, memória coletiva. Candau considera que a memória coletiva seja uma retórica holista e se interroga sobre a pertinência de se usar a expressão como conceito. O autor entende que a memória individual é um enunciado relativo a uma denominação, está vinculado a uma faculdade – já a coletiva, seria um enunciado relativo a uma descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças (CANDAU, 2012, pp. 24-5). Hipotético porque, se pergunta Candau: “qual pode ser a realidade desse compartilhamento de lembranças e representações do passado?” (CANDAU, 2012, p. 25).

Para Candau, tal compartilhamento seria insustentável: “(...) mesmo que suponhamos que as representações relativas a esses atos de memória são corretamente comunicadas e transmitidas, nada nos permite afirmar que são compartilhadas” (CANDAU, 2012, p. 36).

Afirma ainda que há uma distinção entre dizer que há uma memória coletiva e acreditar em sua existência, entre ela existir no discurso, mas não no plano concreto. Ou seja, mesmo que existam marcos memoriais de memória coletiva, isso não significa que os indivíduos de um grupo compartilhem as mesmas representações do passado (CANDAU, 2012, p. 35).

A possibilidade da existência de uma memória coletiva no plano concreto, para Candau, é, portanto, inexistente e insustentável. Seria um recurso discursivo, uma espécie de metáfora ou, como prefere denominar, uma retórica holista (CANDAU, 2012, p. 34): “uma metamemória [a evocação] é bem diferente da prova empírica da existência de uma memória coletiva enquanto realidade objetiva” (CANDAU, p. 54, n.r.75, adendo nosso). Mesmo que se compartilhem lembranças em uma comunidade, as evocações individuais vão ser distintas.

Assim, percebem-se alguns contrapontos de Candau à definição de memória coletiva proposta por Maurice Halbwachs. Para Halbwachs (1990), as memórias individuais são fragmentos da memória coletiva. O primeiro é crítico a essa ideia, mas considera importante a noção do segundo acerca dos quadros sociais da memória – esse seria uma facilitadora tanto do lembrar, quanto do esquecer, como do regular e apoiar a memória, facilitando a evocação. Para Candau, há a possibilidade da existência de uma memória coletiva da forma que aponta Halbwachs somente em grupos muito reduzidos, abertos à inter-relação e à concordância profunda das memórias individuais (CANDAU, 2012, p. 49). Entretanto, a maioria dos casos não corresponde a essa dos grupos reduzidos, afirmando, portanto, que toda memória é social, mas não necessariamente coletiva:

Nisso toda memória é social, mas não necessariamente coletiva – e em alguns casos e apenas sob certas condições se produzem “interferências coletivas” que permitem a abertura recíproca, a inter-relação, a interpenetração e a concordância mais ou menos profunda de memórias individuais (CANDAU, 2012, p. 49).

A partir das leituras realizadas e do posicionamento dos autores, consideramos como mais pertinentes ao trabalho relacionado aos *pequenos jornaleiros* as reflexões elaboradas por Joël Candau, no que tange à memória. Primeiro, por concordarmos com o autor no que diz respeito à insustentabilidade da teoria de compartilhamento de memórias como propôs Halbwachs. Segundo, por compreendermos que, mesmo que mediado de alguma forma pelos quadros sociais da memória, o ato de lembrar é, em si, individual.

Por fim, exceto por poucos núcleos de irmãos, acreditamos que os homens que foram entrevistados não constituem, de fato, um grupo. Constituíram há mais de vinte ou trinta anos quando dividiam o mesmo espaço, conversavam com frequência, passavam a maioria dos dias juntos. Contudo, depois de seu desligamento da Casa, a maioria deles não manteve contato. Raramente houve momentos em que essa memória poderia ser evocada e reconstruída

coletivamente, a partir do compartilhamento de experiências, lembranças e vestígios como fotos ou recordações físicas; tampouco discursos oficiais institucionais que pudessem de alguma forma, conformar uma narrativa coletiva a partir dessa mesma fonte – aconteceram alguns poucos encontros entre os ex-alunos, como algumas vezes se chamam, mas nada tão frequente que se teria balizas sólidas onde se encontrassem memórias organizadoras, memórias fortes para uma história comum de um grupo (CANDAUI, 2012, p. 77).

Mesmo que se encontrem, mesmo que troquem informações e relatem suas lembranças, não se trata da conformação de uma memória coletiva. Mesmo que tenham um conjunto de lembranças em comum, isso não seria suficiente para afirmar a capacidade desse grupo de compartilhar integralmente as representações relativas ao passado (CANDAUI, 2012, p. 31). Por fim, há uma diferença entre a lembrança manifestada, verbalizada, e a lembrança “conservada”, ou seja: “a parte da lembrança que é verbalizada (a evocação) não é a totalidade da lembrança” (CANDAUI, 2012, p. 33). Dessa forma, ainda que a narrativa destas lembranças tenha vindo à tona nesses encontros ou conversas, não se trata de um compartilhamento da memória propriamente dita, visto que essa ocorre somente no âmbito individual.

1.5.2 Memórias de infância: contribuição da História Oral à História da Infância

A História Oral não é necessariamente um instrumento de mudança;
isso depende do espírito com que seja utilizada.
(THOMPSON, 1998, p. 22)

A História da Infância no Brasil tem se estabelecido como um campo proeminente de investigação, tendo como sujeitos crianças e adolescentes em diferentes temporalidades. Nesse subitem, discutimos brevemente como a História Oral pode contribuir para compreendermos a atuação das crianças no passado. De acordo com Esmeralda Moura e Silvia Arend,

O repertório de fontes documentais que têm subsidiado os estudos sobre a história da infância no Brasil pode ser desmembrado em três grupos: as que tratam sobre as crianças, as que foram produzidas para as crianças e as que foram geradas pelas crianças ou por pessoas adultas sobre a infância (MOURA; AREND, 2020, p. 47).

As entrevistas produzidas através da História Oral podem se encaixar no terceiro grupo, das geradas por pessoas adultas sobre a infância. Entende-se que os relatos aqui estudados partem de homens adultos, contando sobre suas infâncias da maneira que lembram e que escolhem narrar. É importante enfatizar, então, que há diferença entre memórias de

infância e vozes infantis (SOSENSKI, 2015). Não se trata, de modo algum, de visibilizar vozes infantis, mas de recuperar memórias de infância.

Ao analisar textos autobiográficos que relatam memórias de infância, Susana Sosenski e Mariana Gumá dissertam: “Es importante destacar que estos textos, escritos por adultos, no implican necesariamente una limitante para historiar la infancia si los entendemos como textos de memorias, como narraciones retrospectivas” (SOSENSKI, GUMÁ, 2012, pp. 156-157).¹⁹ Frisando o fato de que se olha o passado, essa infância, com as lentes do presente, sendo adulto, a História Oral pode colaborar sobremaneira para a compreensão de aspectos nem sempre registrados em outra tipologia de fontes; como afirma Francesco Motto:

Como sabemos, a história se faz com documentos; mas sabemos também que ela não está inteira nos arquivos oficiais, e que já interesse em interrogar atores e testemunhas que ainda vivem, antes que alguns vestígios do passado desapareçam definitivamente com eles (MOTTO, 2004, 191).

Uma das preciosidades da metodologia da História Oral é oportunizar àqueles que muitas vezes foram silenciados, falarem e serem de fato ouvidos. Trazer à tona sujeitos marginalizados e que, de outra forma, dificilmente poderiam registrar sua perspectiva, sua história. Também permite analisar memórias e vestígios de fatos e eventos que, por questões políticas e oficiais, raramente estariam nos documentos oficiais, como temas referentes à alimentação, à experiência de imigração, às sociabilidades, às práticas religiosas, etc.

Dessa forma, a História Oral tem sido utilizada também para retratar memórias de infância no que concerne às práticas do brincar, à escolarização (ou ausência dela) e mesmo questões de gênero, trabalho infantil e da experiência da institucionalização. A seguir, destaco alguns trabalhos acerca dessa intersecção entre metodologia e a área de estudo da infância.

Alessandro Portelli, importante expoente da História Oral, coordenou um projeto que deu origem ao livro *República dos sciuscìa: a Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco* (2004). As entrevistas foram realizadas com homens que foram internos em uma instituição católica, uma iniciativa para amparar órfãos e empobrecidos devido ao conflito, meninos “abandonados” e “transviados” que transitavam pelas ruas da capital italiana. Em 1948 foi fundado pelos irmãos salesianos o Borgo Ragazzi, a vila dos meninos, um local para abrigo e educação desses garotos. Os relatos perpassam o tema da guerra, do abrigo, dos estranhamentos em ser um interno, das brincadeiras e das punições. Um dos colaboradores da pesquisa, do Instituto Histórico Salesiano, escreve que, ao ousar ouvir os

¹⁹ “É importante destacar que estes textos, escritos por adultos, não implicam necessariamente uma limitação para historicizar a infância se os entendermos como textos de memórias, como narrativas retrospectivas”. Tradução livre e nossa.

relatos, “somos conduzidos a um mundo dinâmico, constituído de um sem-número de relações que envolvem a vida de centenas de meninos e adolescentes para os quais essa vida foi duríssima desde o início” (MOTTO, 2004, p. 192).

A dissertação de Flávia Pereira de Sousa aborda as memórias de infância de três gerações de moradores de São Luís de Montes Belos, em Goiás, que versam sobre o trabalho, a educação e práticas de lazer - ou divertimento, como falam os entrevistados (SOUSA, 2009). O trabalho de mestrado de Bruna Breda, defendido na Universidade de São Paulo, analisa as imagens que um grupo de adultos entrevistados têm de sua infância (BREDA, 2010). Já Francisco Emílio de Medeiros, investiga em sua tese entrevistas com moradores idosos de Florianópolis sobre suas memórias de quando pequenos, com foco nos relatos de brinquedos e brincadeiras (MEDEIROS, 2011). As duas primeiras pesquisas foram realizadas na área da Educação e a última, da Educação Física.

Humberto Miranda, historiador e uma das referências na área, refletiu em seu trabalho de doutoramento sobre relatos de pessoas que experienciaram a reclusão na unidade pernambucana da FEBEM e como construíram significados para essas vivências: “As instituições não são exclusivamente o que está nos seus respectivos estatutos ou regimentos, e sim nas experiências das pessoas que ali vivem ou passam parte do seu dia” (MIRANDA, 2014, p. 23). Em sua tese, são os relatos que induziram os encaminhamentos de análise, inclusive adotando em seu título o plural do nome da instituição. Para o autor, através das diferentes experiências se teria diferentes FEBEM’s.

Veridiana Domingos Cordeiro analisou em seu projeto de doutorado a relação entre a memória e identidade a partir de relatos de ex-internos da FEBEM de Batatais, São Paulo. Baseada nos preceitos da Sociologia da Infância realizou uma entrevista livre e narrou sua análise em um artigo apresentado XVII Congresso Da Sociedade Brasileira De Sociologia, em 2017, onde pretendeu compreender “um adulto (contando de seu passado como criança abandonada) conta sua vida, articulando elementos sociais e individuais. Isto é, nomeando espaços, tempos, pessoas e funções, ao passo que se refere a si próprio, suas emoções e percepções” (CORDEIRO, 2017, p. 2).

Como pudemos notar, não são raros os trabalhos que utilizam a metodologia da História Oral para analisar aspectos referentes à infância. É significativo que, muitas vezes na disciplina histórica, as entrevistas acabam por tornar-se uma fonte documental auxiliar. Neste trabalho, no entanto, elas são as fontes principais, os fios condutores que movem os questionamentos da pesquisa.

A partir das entrevistas realizadas pude perceber como estas são importantes para suscitar questões que, talvez, não estivessem descritas em documentos oficiais e institucionais. No caso dos entrevistados, vários relatos contrastam com os discursos oficiais: desde fatos mais simples como o horário de trabalho ou aspectos físicos da Casa até questões referentes à violência e a traumas. Falam mais da experiência de ser um interno, de ser um pequeno trabalhador e enriquecem assim as possibilidades interpretativas para a assistência prestada pela CAPEJO e pelo Estado.

Ainda, podemos compreender as entrevistas a partir da representação que os colaboradores têm de sua infância, como interpretam esse período de suas vidas. Como veremos, foi constante o enquadramento da memória com base no que consideram ser uma infância ou mesmo, uma família. Pode-se discutir também como os signos estabelecidos do que seria ter uma infância ou ser criança impactam a interpretação que se tem desse período. Por fim, há ainda uma relação estabelecida entre o que entendem como a infância de hoje e a infância de ontem, mobilizando sentimentos sobre um e outro.

1.6 DA ORGANIZAÇÃO DA TESE

História e Memória, História da Infância, História do Paraná e de Curitiba, História do Tempo Presente – são os caminhos historiográficos e teóricos que como fios se entrelaçam aos relatos e narrativas das fontes, nas tramas que tecem essa tese composta por seis capítulos, sendo o primeiro esta introdução.²⁰

No **segundo**, servem como ponto de partida as memórias que os entrevistados possuem da CAPEJO para uma descrição de seu espaço e organização, inserindo-a na contextualização política de governo para as infâncias na época de sua fundação e no período que os narradores viveram na Casa.

No **terceiro capítulo** são analisados os relatos do período anterior à internação: que lembranças os entrevistados têm de suas famílias, da sua internação e das outras instituições pelas quais passaram. Há também uma discussão sobre a legislação referente ao pátrio poder, explicitando o que preconizava a lei e o que os entrevistados lembram-se deste momento de separação das famílias.

As memórias relacionadas ao ofício do pequeno jornaleiro são o foco do **quarto capítulo** - quais são e como são narradas essas questões, relacionando os relatos com a

²⁰ Conforme o Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT (AMADEU et al, 2015).

legislação, com a cultura do trabalho na moralização de crianças e adolescentes tutelados pelo Estado e outras fontes, como os relatórios da instituição.

O **quinto** aborda as narrativas de lazer e o estudo. Como se recordam do período escolar, das escolas que frequentaram e narram sobre seu tempo de lazer, permeado por idas ao cinema, campeonatos de futebol e banhos de rio, numa cidade que se queria moderna. Conta ainda com uma discussão sobre a diferença entre as narrativas de estudo e a de lazer, comparando-as e tentando entender essas distinções.

Por fim, o **último capítulo** aborda as questões mais sensíveis e das interpretações do “lugar que a instituição ocupa em suas vidas”, relacionando-as com as narrativas de si e a “ilusão biográfica”: de que forma narram suas memórias, o que escolhem dizer ou omitir, dificuldade de tratar do passado, a negativa em falar, como são narrados certos temas e as emoções que os entrevistados expressaram durante a entrevista, como referentes ao abandono familiar, a violência e os traumas.

2 UMA CASA PARA OS JORNALEIROS

A Casa do Pequeno Jornaleiro existiu em Curitiba entre os anos de 1942 e 2002. Recentemente, o prédio de duas faces passou a abrigar em uma delas o Serviço de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário, uma iniciativa do Governo do Estado do Paraná. No outro lado do prédio, a placa onde se lê “Prédio Anita Ribas” divide espaço com as avarias do tempo e as ações de vandalismo.

Há alguns anos, ao passar pelas ruas Saldanha Marinho ou Cruz Machado, seria possível ver o entra-e-sai de garotinhos fardados com suas pilhas de jornal a serem vendidas. Durante sua existência, centenas de meninos lá moraram, como internos ou como alunos externos - a instituição e os jornaleiros fizeram parte do cotidiano da capital. Para iniciar essa tese, propomos uma discussão sobre o espaço físico, sobre sua organização e como se estabeleceu no Paraná. Em seguida, tratamos da inserção da Casa em seu contexto e as aproximações com as políticas públicas nacionais e estaduais, que acabaram por nortear os trabalhos da instituição.

2.1 A FUNDAÇÃO DE UM “TETO ACOLHEDOR DE GRANDE ABRIGO”

No Rio de Janeiro, em 2019, foi reinaugurada a estátua do pequeno jornaleiro, de autoria de Fritz, pseudônimo do caricaturista Anísio Oscar Mota. A estátua voltou a seu lugar original, entre as ruas Ouvidor e Miguel Couto com a Avenida Rio Branco, onde foi instalada em 1933.²¹ Uma peça em bronze fundido, de um garoto com roupas rotas, um grande chapéu, segurando alguns exemplares de jornal embaixo do braço – com a boca aberta, como se estivesse recitando as manchetes do dia.²² Relembra quem passa por ali de um antigo personagem representativo do cotidiano carioca.

A cidade de Erechim, no Rio Grande do Sul, também conta com um monumento conhecido como “Pequeno Jornaleiro”, que mostra um menino dormindo ao lado de alguns jornais. Encostado a uma pedra, vestindo camisa amarela e calção azul, descalço, o jornaleiro

²¹ Para saber mais, ver: O Globo. Estátua do pequeno jornaleiro volta ao centro do rio após três anos guardada em depósito. <https://oglobo.globo.com/rio/estatua-do-pequeno-jornaleiro-volta-ao-centro-do-rio-apos-tres-anos-guardada-em-deposito-23993547>. Acesso em 31.07.2021.

²² Para conferir as imagens das estátuas mencionadas, verificar a seção “Anexos” - anexos 3 e 4.

tem um cigarro em suas mãos.²³ Em São Paulo, a escultura de Ricardo Cipicchia se chama "O Engraxate e o Jornaleiro ou Contando a Féria". Em Belém, em frente à sede do jornal *O Liberal*, há o "Monumento ao Gazeteiro", vendendo o primeiro impresso da região, *O Paraense*.²⁴

Em Curitiba, não há estátua, monumento ou algo que vincule um lugar de memória à atividade do jornaleiro, aos pequenos trabalhadores do século XX. Desse modo, para além da edificação da Casa do Pequeno Jornaleiro, a capital paranaense não dispõe de nenhum patrimônio público que possibilite lembrar e/ou problematizar as ações do governo, nas esferas municipal e estadual, para assistência e reeducação de milhares de crianças e adolescentes que por muitas instituições foram tutelados. Apesar da grande repercussão das ações na mídia impressa – e a importância que a Casa do Pequeno Jornaleiro teve nas vidas dos garotos que por lá viveram – a instituição é desconhecida pela maioria da população que hoje reside em Curitiba, a despeito de ter estado em funcionamento por mais de 60 anos, em pleno centro da capital.²⁵

De todo modo, o jornaleiro era figura comum nas ruas da cidade, mesmo antes da fundação da CAPEJO. Esse personagem estava presente também em outros lugares do Brasil. Segundo Viktor Chagas, duas versões perpassam o surgimento da atividade de vender jornais: há, por um lado, relatos que os primeiros jornaleiros teriam sido meninos africanos ou de origem africana escravizados e, de outro, registros de que, nas primeiras décadas do século XX, garotos descendentes de italianos mantinham pelas ruas sua distribuição de impressos e uma fonte de renda (CHAGAS, 2012).

Em Curitiba, de acordo com Otávio Weinhardt, a figura do jornaleiro começou a ganhar destaque no fim do século XIX, em consonância com a exponencial produção e circulação dos impressos – o historiador afirma ainda que os dois principais jornais no estado eram *A República*, fundado em 1886, e *O Diário da Tarde* em 1889 e ambos utilizavam a mão de obra de garotos para a distribuição de seus exemplares (WEINHARDT, 2017).

Já nesta época, o perambular do menino jornaleiro causava comoção, tanto pelo perigo desses meninos estarem atuando nas ruas, local considerado perigoso, quanto pelo perigo que eles próprios representavam na visão das elites da cidade. Weinhardt analisa notícias de atropelamento de alguns vendedores de jornais, de brigas entre estes e outros

²³ <https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/3301/monumentos-um-legado-a-memoria-coletiva> acesso 31.07.2021

²⁴ <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=42426&view=detalhes> acesso 31.07.2021

²⁵ Aqui é importante mencionar que, a despeito da CAPEJO ter encerrado suas atividades em 2002, foi somente em 2013 que o Arquivo Municipal de Curitiba recebeu as muitas caixas de documentos e registros da instituição para armazená-los de maneira adequada.

transeuntes e o enaltecimento desse personagem tão importante para a manutenção das vendas de seus periódicos: “Se não por suas mãos sujas, de que maneira os homens importantes da cidade receberiam as notícias diárias?” (WEINHARDT, 2017, p. 9).

As brigas e arruaças dos meninos trabalhadores que ocupavam logradouros públicos eram alvo constante da intervenção policial. Conforme a historiadora Judite Maria Barbosa Trindade, com a urbanização da cidade, as ruas passaram a ser vistas como via de circulação para o trabalho, para o consumo – assim, nesse novo ordenamento espacial, o menino pobre que perambulava pelas praças e calçadas, ainda que exercendo um trabalho, era indesejado nesse local e precisava, como outros marginalizados, ser controlado (TRINDADE, 1998, p. 111).

Em crônica reproduzida em um dos relatórios da CAPEJO, Heitor Stockler de França escreveu: “(...) os garotos dos jornais de Curitiba, eram um verdadeiro bando de garotos mal-educados, audaciosos e até insuportáveis. Nada respeitavam e, insolentemente, afrontavam os pacatos costumes da cidade”.²⁶

No estatuto da Casa do Pequeno Jornaleiro há o reconhecimento da existência desses garotos, visto que a intenção era organizar as atividades dos meninos que *já* vendiam jornais. Isto posto, a instituição deveria cumprir diversos aspectos que foram celebrados à época, tais como: ordenar os jornaleiros arruaceiros, disponibilizar mão-de-obra mais qualificada para distribuição dos periódicos, amparar os chamados órfãos e abandonados, moralizar condutas e comportamentos através do ensino formal e do instrumento “enobrecedor” do trabalho.

A preparação da cerimônia de lançamento da pedra fundamental da instituição e a própria festividade, mencionadas na introdução deste trabalho, foram noticiadas pelo Diário da Tarde. Na reportagem de 10 de dezembro de 1942, o destaque está na personalidade de Dona Anita Ribas:

Levada pelos mais nobres sentimentos humanitários, dedicou-se de corpo e alma à tarefa que a si mesma se impôs, com aplausos e simpatia do povo curitibano, cujo valioso apoio tem sido decisivo.²⁷

Quando trata do apoio do povo como decisivo, muito provavelmente a notícia faz menção não só ao suporte moral, mas também ao econômico. De acordo com a pesquisa de Diego Minella, colaborador do projeto Prédios de Curitiba, a campanha pela construção da casa, liderada pela primeira-dama, teve apoio de empresas de grande porte para o período,

²⁶ Casa do Pequeno Jornaleiro. Relatório anual de 1960. Curitiba, 1960. p. 22

²⁷ Diário da Tarde. O lançamento da pedra fundamental da “Casa do Jornaleiro”. Curitiba, 10 de dezembro de 1942. Edição 14575, p. 5. (BN/HDB).
[Http://memoria.bn.br/docreader/800074/63529](http://memoria.bn.br/docreader/800074/63529)

como “a Leão Junior, o Banco Popular e Agrícola do Norte do Paraná S.A, e a Companhia Construtora Nacional, assim como profissionais liberais, associações, sindicatos e igrejas contribuíram com recursos para o projeto beneficente” (MINELLA, 2021). O esforço contou com outras ações de filantropia, doações diretas e, de acordo com o jornal Correio do Paraná, até mesmo a realização de um concerto de piano para arrecadação de fundos.²⁸

No Diário da Tarde, somente três dias depois da primeira reportagem, há uma nova notícia sobre a cerimônia. Nesta há uma ênfase maior sobre a obra, mas da mesma forma que na anterior, a figura de Dona Anita é destacada como dotada de grande coração. Percebe-se nas duas reportagens a questão da associação entre assistência e caridade, enfatizando ainda que a clientela da Casa seria aproximada dos princípios cristãos e católicos. De fato, na sede que se ergueria, a partir do terreno doado por Manoel Ribas, haveria uma capela e seriam ofertadas aulas de catecismo (LIMA, 2017; PEREIRA, 2009).

Conforme a reportagem do Diário da Tarde, do dia seguinte ao natal, a festividade do lançamento da pedra fundamental contou com a presença de diversas autoridades, secretários de estado, o prefeito municipal Dr. Rosaldo Gomes Mello Leitão, o arcebispo metropolitano, D. Atico Euzebio da Rocha, representantes de empresas, jornalistas e alguns militares. Pela manhã, o interventor e sua esposa foram à missa acompanhados dos jornaleiros – e, personagens aqui ainda não mencionados, meninos engraxates e garis; após a cerimônia religiosa, houve a benção da pedra fundamental no lugar onde se ergueria a CAPEJO. Em seguida, houve uma churrascada e a apresentação de uma peça de teatro para os pequenos.²⁹

Apesar de a reportagem mencionar a presença das crianças que seriam amparadas pelo projeto, os registros fotográficos deixam de focalizá-las, enfatizando a presença de diversos militares. Esses terão grande importância para a manutenção da Casa até o ano de 1962. Ao analisar os relatórios emitidos pela instituição, nota-se que a maioria dos cargos administrativos eram exercidos por coronéis, como podemos observar na FIGURA 1:

²⁸ Correio do Paraná. Recital e piano em benefício da Casa do Jornaleiro, Curitiba, 9 de setembro de 1942. Edição 4430, p. 6. (BN/HDB).

[Http://memoria.bn.br/docreader/171395/16756](http://memoria.bn.br/docreader/171395/16756)

²⁹ Diário da tarde. Lançada a pedra fundamental da “casa do jornaleiro”. Curitiba, 26 de dezembro de 1942. Edição 14588, p. 1. (BN/HDB).

[Http://memoria.bn.br/docreader/800074/63620](http://memoria.bn.br/docreader/800074/63620)

FIGURA 1 – EXTRATO DO RELATÓRIO DA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO 1955.

DIRETORIA		CONSELHO ADMINISTRATIVO	
DA			
CASA DO PEQUENO JORNALEIRO			
DE			
CURITIBA			
Presidente Perpétua	Sra. Anita Ribas	Dr. Marcos Enriette	
Presidente	Cél. Alfredo Ferreira da Costa	Sr. Alberico Falce	
Vice-Presidente	Tte. Cél. Carlos Bardelli	Dr. Alberto Franco Ferreira da Costa	
1.º Secretário	Sr. Lourido F. Aust	Dr. José Carlos de Figueiredo	
2.º Secretário	Sr. Hélio Cabral	Sr. Pedro Lapalú Deffés	
Diretor Contador	Sr. Antonio da Silva Pereira	Dr. Francisco Albizú	
Procurador	Cap. Domingos Castellano	Sr. Henrique Achtermann	
Diretor Interno e Tesoureiro	Sub. Ten. Alfredo Ruque.		
		CONSELHO FISCAL	
		Sr. Licínio Costa	
		Cap. Amado Binde	
		Cap. Silvino Ribeiro	
		— 5 —	

FONTE: Relatório Da Casa Do Pequeno Jornaleiro 1955.

A direção da instituição foi exercida pelo Coronel Alfredo Ferreira da Costa durante 19 anos. De acordo com Welson Luis Pereira, ele era conhecido pelos garotos como Coronel Costinha (PEREIRA, 2009). Muito provavelmente, a presença dos militares contribuiu para a instauração da mentalidade disciplinar na CAPEJO, visto que essa disciplina era sempre enaltecida nos relatórios e reportagens que mencionavam a Casa.

A rotina dos pequenos jornaleiros, conforme os relatórios e as notas divulgadas pela imprensa, era bastante rígida com horários definidos para a realização das atividades – desde o café da manhã até o escovar de dentes à noite (PEREIRA, 2009). No terceiro capítulo dessa tese, veremos como esse cotidiano disciplinar é relatado pelos entrevistados.

A instituição abrigava, desde sua fundação até os anos 1990, somente crianças do sexo masculino, com idade entre 10 e 19 anos. A agenda do assistido iniciava logo cedo: “às 6 horas havia café, leite e pão, às 11 horas havia o almoço e finalmente das 18 horas às 19 horas o jantar” (PEREIRA, 2009, p. 95). O tempo estava distribuído entre as atividades de trabalho, estudo e lazer. O tempo disciplinar, estabelecido como instrumento de regulação de condutas, era um dos dispositivos de docilização usados pela organização. Por docilização compreendemos o objeto fim do adestramento através do poder disciplinar. De acordo com Michel Foucault “o poder disciplinar é [...] Um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’: ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor [...] É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2005, p. 143, p.118).

Como estratégia para essa moralização e adestramento, em primeiro lugar estava o labor. A atividade realizada pelos jornaleiros exigia destreza dos garotos para deslocarem-se sozinhos pelas ruas da capital paranaense, carregando um grande fardo de jornais, lendo as principais manchetes e realizando toda a transação comercial que uma pequena venda exige:

cobrar, dar o troco... e prestar contas. Ao retornar à Casa, por volta do meio-dia, os meninos realizavam a prestação de contas dos exemplares que tinham recebido para vender.

A maior parte do dinheiro arrecadado pelos jornaleiros com as vendas era destinada à manutenção da instituição e uma pequena parcela deste valor era depositada em uma caderneta de poupança, no nome do garoto, cujo montante poderia ser retirado quando este completasse 18 anos, após autorização do Juiz. Essa prática também pode ser entendida como uma ferramenta de incentivo ao trabalho, de disciplinarização e de recompensa por serviços prestados (LIMA, 2017). Ao fim de cada ano, os melhores vendedores eram condecorados em cerimônia especial e poderiam ter seus nomes exibidos em um painel de madeira, onde se lia “Jornaleiros Premiados” (anexo 4).

Outro aspecto destacado na documentação oficial diz respeito à estreita relação existente entre a instituição e a Igreja Católica. As aulas de catecismo eram obrigatórias e ministradas por párocos da arquidiocese, no interior da capela que havia na Casa. A reprodução de fotografias das festividades de batismo e de crisma dos meninos era constante nos relatórios.

Além da capela, também funcionava na sede um grupo escolar, a Escola Manoel Ribas. O corpo docente contava com professoras normalistas e ofertava os primeiros anos de alfabetização e instrução formal; eram ensinadas as disciplinas de Matemática, Português e Estudos Sociais. Após o 4º ano, as professoras indicavam outras escolas para que os alunos pudessem continuar os estudos. Podemos concluir que a existência do grupo escolar era muito significativa no período, pois o governo de Manoel Ribas foi bastante efetivo na difusão das escolas de educação primária no Estado (CORRÊA, 2016), então a existência de uma unidade na própria instituição é um indício de que havia um destaque para os estudos na política de assistência da CAPEJO. Obviamente, o fato de que a fundadora benemérita da Casa ser esposa do governador-interventor pode ter colaborado para o estabelecimento da escola, que levava o nome do marido.

Em 1945, Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 18.205 de 28 de março, conferindo à instituição a declaração de utilidade pública. A lei que estabelece as regras para essa titulação define em seu artigo 1º quem poderia recebê-la: “As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no país com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade”.³⁰ Dessa forma, a CAPEJO poderia firmar parcerias com o poder público, receber doações de pessoas jurídicas, entre outros benefícios. Foi um importante

³⁰ BRASIL. Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935.

reconhecimento para a Casa, o que rendeu mais admiração ao Presidente Vargas, assim como à dona Darcy Vargas, que foram homenageados em diversos relatórios expedidos.³¹

Com o falecimento de Dona Anita Ribas em 1952, cujo velório foi realizado na sede da CAPEJO, a instituição permaneceu sob a direção do Coronel Alfredo Costa até o ano de 1962, quando ocorreu o processo de doação da Casa para o Estado do Paraná.³² Essa data marca também o encerramento da emissão dos relatórios e o referente ao ano apresenta uma edição bastante saudosa, tratando de sua fundação, suas atividades, visitas ilustres e correspondências honrosas já recebidas.

Naquele mesmo ano, houve uma troca de mensagens entre o Coronel e Felipe Arestides Simão, responsável pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social, que encaminhou o expediente ao governador de Estado, Ney Braga, e este, à Assembléia Legislativa do Estado, onde ficou estabelecido a responsabilidade estatal através da Lei nº 4574, onde se lê:

Fica o Poder Executivo autorizado a receber por escritura pública de doação, o patrimônio integrante da “Casa do Pequeno Jornaleiro”, com a clausula condicional de continuidade perpétua da obra para fins a que foi criada e da aplicação dos recursos oriundos de qualquer fonte na própria instituição.³³

Desse modo, a partir de 1962 a administração da CAPEJO fica a cargo do governo estadual. Não obstante, no mesmo ano, foi criado o Instituto de Assistência ao Menor (IAM).

Não foi possível obter informações sobre a ocupação dos cargos de diretor nos anos seguintes da transferência, apenas a partir de 1968, quando assumiu a posição o advogado Milton Kafka.³⁴ Ele exerceu essa função por mais de 10 anos e participou de muitas reportagens nos jornais paranaenses, nas quais além de enaltecer a qualidade do trabalho da Casa, que atendia aproximadamente 100 meninos, sempre reforçava a quase inexistência de fugas. É importante destacar que, ao analisar os prontuários individuais dos jornaleiros, foi

³¹ Uma das contrapartidas, inclusive, da titulação de utilidade pública era a prestação de contas anual em forma de relatórios para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores – ou seja, motivou a publicação dos relatórios que compõem o quadro de fontes aqui analisados.

³² O historiador Welson Luis Pereira (2009) afirma que é possível que esse afastamento do Coronel tenha se relacionado com sua idade avançada. Segundo o autor, apesar da dificuldade da confirmação de tal fato, que Costa tenha sido o segundo presidente da casa e que na primeira gestão, a cargo de Dr. João O. Franco, o Coronel ocupava o cargo de primeiro tesoureiro. (PEREIRA, 2009). Seu velório também foi realizado na CAPEJO, em 1971. (Diário do Paraná, Faleceu mais um herói da “Guerra do Contestado”).

³³ De acordo com o jornal Diário do Paraná que, em pequena nota, divulga a posse de Kafka como diretor em substituição ao senhor Ozir Oscar Kronland. A posse teria acontecido em 18 de março de 1968. <http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=761672&pesq=%22milton%20kafka%22&pasta=ano%20196&pagfis=66815>.

³⁴ De acordo com o jornal Diário do Paraná que, em pequena nota, divulga a posse de Kafka como diretor em substituição ao senhor Ozir Oscar Kronland. A posse teria acontecido em 18 de março de 1968. <http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=761672&pesq=%22milton%20kafka%22&pasta=ano%20196&pagfis=66815>.

possível perceber que essa informação não correspondia com os dados oficiais: dos 98 meninos internos, entre os anos de 1960 e 1978, 25 meninos evadiram-se da sede (LIMA, 2017).

Nos prontuários, são intensas as trocas de mensagens e ofícios entre o diretor Kafka e os servidores que ocuparam cargos no IAM. Os pedidos de transferência dos internos jornalheiros ou de desligamentos eram todos assinados e autorizados pelo Instituto, após esclarecimento dos motivos realizados pelo diretor. Isso denota que as duas entidades estavam em constante comunicação. A verba para manutenção da Casa, nesse período, era repassada pelo próprio IAM.

A partir da década de 1970, segundo as reportagens, houve uma mudança em relação às atividades laborais realizadas pelos internos com mais de 16 anos. Embora a CAPEJO continuasse recebendo garotos até 18 anos, a partir deste momento os maiores de 16 eram encaminhados para diferentes cursos profissionalizantes. Na reportagem *Jornaleiro: Casa quer dar a eles uma profissão*, do Diário do Paraná, Milton Kafka afirmou que os mais velhos eram encaminhados para centros de profissionalização como o SENAC e cursavam oficinas de datilografia, vitrinismo e relacionados ao comércio.³⁵ Como veremos no quarto capítulo, quase não há menção a esses cursos ou a esses encaminhamentos profissionais entre os entrevistados.

Nos anos 1980, durante o processo de abertura democrática, ocorreram várias rupturas no funcionamento da instituição, possivelmente em decorrência da mudança de rumos que as políticas nacionais estavam promovendo em relação aos menores, conforme será discutido mais adiante.³⁶ Em 1984, por exemplo, a Casa deixou de oferecer o sistema de internato. O Diário Popular informou o fim do regime interno e divulgou o processo de transição. Segundo a matéria, teriam sido realizadas entrevistas com os meninos para saber se tinham família e também efetuadas visitas por parte das assistentes sociais para verificar se os familiares teriam condições de recebê-los. O diretor à época, Alberto Chiodi, afirmou ao periódico que foi necessário fornecer ajuda material, como colchões e camas para que retornassem às suas casas, mas que “o mais importante, é manter a criança e o adolescente

³⁵ Diário do Paraná, *Jornaleiro: Casa quer dar a eles uma profissão*. 13.07.1975. <http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=761672&pesq=%22milton%20kafka%22&pagfis=104954>.

³⁶ A partir do Golpe Militar de 1964, houve a tentativa de se federalizar o sistema de atendimento aos chamados menores infratores e à infância carente, com a criação de uma Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM), que estabelecia a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM). As unidades de atenção estaduais foram denominadas Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor (FEBEM). A política da PNBEM, depois reforçada pelo Código de Menores de 1979, era de que a internação deveria acontecer somente em último caso, pois entendia-se que era preciso manter a criança e o adolescente junto da família.

carente junto à família, e o internamento desfaz o vínculo familiar”.³⁷ Manter essa relação com os familiares e utilizar a internação como último recurso eram recomendações tanto da PNBEM, quanto do Código de Menores.³⁸

Em 1985, a Gazeta do Povo noticiou a cessão da CAPEJO do Estado para a prefeitura municipal de Curitiba. De acordo com o diretor do IAM, Nelson João Sperandio, a cidade estava sendo pioneira na municipalização dos serviços, conforme estipulava a PNBEM. Após essa transferência, a CAPEJO iniciou um projeto paralelo, voltado aos adolescentes, chamado República. Assim, os mais novos continuavam desempenhando a atividade ligada à venda dos jornais e morando na sede da instituição, enquanto os mais velhos, entre 14 e 17 e que não possuíam família, eram encaminhados pelo Juizado de Menores para a República. De acordo com a reportagem publicada no jornal *O Estado do Paraná*, em 1994, estes garotos: “trabalham durante o dia como office-boys ou auxiliar de escritório e estudam à noite. (...) são responsáveis pela limpeza da república e podem usufruir da estrutura de lazer e apoio pedagógico da Casa”.³⁹

O relato do mais novo dos nossos entrevistados, que possivelmente foi desligado da CAPEJO antes dessa transferência para a prefeitura, ratifica que nenhum dos participantes da pesquisa chegou a viver nessa república ou essa aproximação via assistência social com suas famílias. Entretanto, consideramos importante traçar essas mudanças na gestão e políticas da instituição de modo que se possa perceber que a Casa nem sempre funcionou da mesma forma e que houve uma adaptação às novas regulamentações que foram surgindo até o fim de suas atividades, como veremos no próximo subcapítulo.

2.1.1 Mais que um prédio: A CAPEJO na memória dos entrevistados

A edificação que abrigou a Casa do Pequeno Jornaleiro, como mencionado na introdução, é um prédio de três andares, no coração de Curitiba, próximo à Catedral e à Praça Tiradentes. O prédio tem, ainda hoje, uma das faces voltada à Rua Saldanha Marinho e a outra para a Rua Cruz Machado. Com três pisos (dois andares) e 2000 m², a sede da CAPEJO possuía uma posição privilegiada para a venda dos jornais: ficava próxima às sedes dos

³⁷ Diário Popular. Casa do jornaleiro: não há mais internos. 30.03.1985.

³⁸ Entretanto, a produção bibliográfica sobre o assunto verifica que nem sempre essa política era posta em prática.

³⁹ O Estado do Paraná. Uma casa querida comemora o jubileu. 07.01.1994.

principais jornais paranaenses e de importantes pontos de fluxo de pessoas.⁴⁰ Para os garotos, a localização também favorecia o acesso às escolas mais centrais e aos cinemas e praças públicas, locais que, conforme relataram os ex-jornaleiros, eles podiam frequentar durante o seu tempo livre.

FIGURA 2 – IMAGEM AÉREA DA LOCALIZAÇÃO DA CAPEJO



FONTE: Google Earth

LEGENDA: Fotografia aérea do centro de Curitiba, localizando o endereço onde se situa o edifício que sediou a Casa do Pequeno Jornaleiro.

Welson Pereira (2009) a partir dos relatórios oficiais conseguiu definir os espaços do prédio: possuía dormitórios, banheiros, cozinha, salas de aula, almoxarifado, salas administrativas, capela, gabinete médico e odontológico. Nos jornais e revistas, a estrutura da CAPEJO é elogiada como um ambiente limpo e arejado. Uma das críticas ao local é expressa sutilmente em uma reportagem do jornal Diário Popular: “Criada para ser um internato em pleno centro da cidade, não oferece nenhuma área verde ou condição para essa finalidade porque não há espaços nas suas imediações para o lazer”.⁴¹

⁴⁰ A localização próxima aos pontos de vendas e aos prédios da imprensa facilitava o deslocamento dos meninos para a venda, visto que tanto a busca quanto a distribuição dos exemplares eram feitas a pé.

⁴¹ DIÁRIO POPULAR. Casa do Jornaleiro: não há mais internos. 30.03.1985

FIGURA 3 – FOTOGRAFIA DA SEDE DA CAPEJO

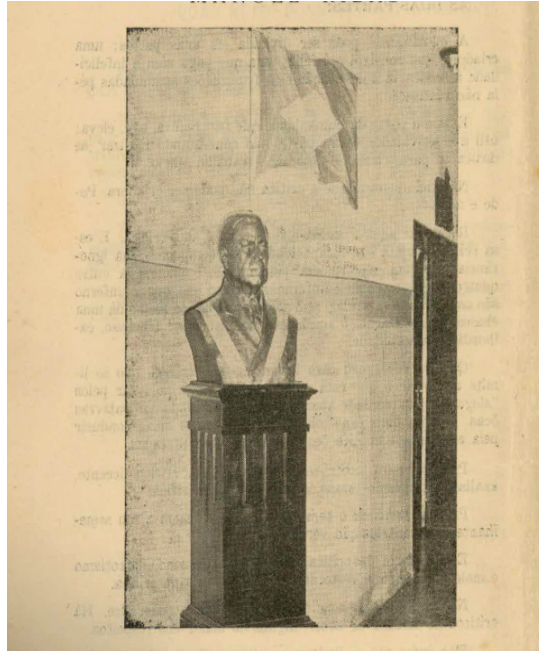


FONTE: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1962. P. 33

Nos relatos dos entrevistados, raramente a sede da CAPEJO é mencionada em sua estrutura. O silêncio em relação ao agenciamento dos espaços internos da Casa talvez possa ser atribuído ao fato dos internos permanecerem muitas horas fora do prédio, vendendo jornais, frequentando a escola ou jogando bola nas ruas. Algumas lembranças sobre o espaço físico emergiram nas narrativas somente após a formulação de perguntas mais enfáticas feitas pela pesquisadora. Desse modo, foi preciso analisar os indícios sobre esse aspecto nas falas, quando o ponto de discussão talvez fosse outro, por exemplo quando Adalberto narra sua chegada à Casa, nos anos 1950, disse: “eu lembro que na entrada, quando eu cheguei com a

minha mãe, tinha um busto do Manoel Ribas, de bronze”.^{42 43} Uma fotografia do referido foi reproduzida no relatório institucional de 1962:

FIGURA 4 – FOTOGRAFIA DO BUSTO DE MANOEL RIBAS



FONTE: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual** 1962. Curitiba, 1962

A figura de um busto logo na entrada da Casa que o abrigaria durante anos, chocou Adalberto e essa é uma das primeiras memórias que possui da instituição.⁴⁴ A aquisição dessa obra foi, de acordo com Pereira, uma grande empreitada:

Por uma reportagem publicada no matutino ‘O Dia’, desta Capital, do dia 31 de Julho de 1952, descobriu-se em Londrina, o busto em apreço, nos fundos de um quintal de uma casinha de suburbio, em um monte de lixo, inclinado sôbre um velho balde enlameado, onde havia sido jogado. A Diretoria da Casa, ao tomar conhecimento dessa triste ocorrência, por meio de telegramas á autoridades daquela cidade, conseguiu que o busto de MANOEL RIBAS, adquirido por Cr\$ 20.000,00, por intermédio de um jornalista londrinense, viesse a ser instalado no recinto da CASA DO PEQUENO JORNALEIRO, em lugar adequado, onde se acha e onde é venerado pelos homens justos e de sã consciência (PEREIRA, 2009, p. 47).⁴⁵

⁴² Entrevista Adalberto. Realizada em 04/04/2019.

⁴³ Adalberto é um homem branco, de pequena estatura e um pouco franzino, de cabelos e barba já brancos. Nasceu em Santa Zélia, distrito de Astorga (Paraná) em 1946. Com a morte do pai, a mãe, os avós, ele e seus sete irmãos migraram para Curitiba. Pouco tempo após, os filhos foram internados em várias unidades do Estado. Na CAPEJO, foi jornaleiro, auxiliar, inspetor e professor voluntário, se dedicando às aulas de estudo dirigido. Possui uma deficiência motora e de fala, sem causa definida, que credita à falta de vacinação. Tinha o sonho de ser advogado, mas decidiu pelas Letras. Chegou a iniciar o curso de Filosofia, mas se casou e foi difícil frequentar as aulas. É escritor e já trabalhou como editor de jornais da capital. É casado, pai de dois filhos e avô.

⁴⁴ Os nomes utilizados são pseudônimos, escolhidos por proximidade com os nomes originais.

⁴⁵ Pereira reproduz um trecho do Relatório de 1954.

A título de comparação, o salário mínimo no ano em que a obra foi obtida era de Cr\$ 1.200,00. Ou seja, o valor investido foi equivalente a dezesseis meses de trabalho.⁴⁶ Foram realizados muitos esforços para obter o busto que era de autoria de João Turin, importante escultor do estado, considerado um dos precursores dessa arte no Paraná.⁴⁷ Esse intento ia ao encontro de uma característica da instituição, que era as homenagens a políticos, principalmente os governadores. Nos seus relatórios, há a reprodução e frases de respeito dedicadas à Dona Anita Ribas, idealizadora da Casa, e Manoel Ribas, interventor à época da fundação, Getúlio Vargas e Darcy Vargas, e a eles, em alguns dos relatórios, soma-se à imagem da primeira dama Hermínia Lupion, considerada madrinha da Casa.

Em que pese o silêncio da maior parte dos entrevistados em relação à estrutura física da CAPEJO, Wagner, um dos internos, forneceu uma boa descrição:

W - Nós tínhamos sim, tinha um laboratório lá em cima que era pra isso [para atendimento médico e odontológico].

N - Então lá em cima tinha um laboratório, a capela...

W - A capela, duas salas que era ambulatório, enfermaria, ambulatório na verdade. E aí tinha a parte de dentista. Daí saía, na lateral todinha era a parte em que nós ficávamos, os adolescentes. Do outro lado tinha uma barbearia. Do lado da barbearia era onde que ficava a enfermaria, os que ficavam doentes ficavam lá em cima. Depois a enfermaria.⁴⁸

Sobre o refeitório, o entrevistado relata:

W- O refeitório era comum e era no térreo. Na parte do térreo. Ali era comum.

N - Tinha uma ala comum e o refeitório, a cozinha era também neste andar?

W - Era uma área comum, o refeitório era pra todo mundo, cozinha era igual pra todo mundo. Daí tinha a parte de baixo, depois tinha banheiro, depois tinha a parte da garagem onde a gente recebia e distribuía jornal.[...] ⁴⁹

⁴⁶ Para realizar um paralelo, procurei investigar quanto custava alguns itens básicos da alimentação. Não encontrando o valor para o ano de 1952, é possível ter uma percepção de tal questão a partir da reportagem “Em 1930 o ovo era um tostão”, de uma série chamada “A Dança dos Preços”, do Jornal A Noite. A matéria acompanha a evolução dos preços em diversas épocas, e ao chegar aos anos 1950, seleciona alguns itens de alimentação para mensurar. Por exemplo, em 1950 o quilo de farinha de mandioca era Cr\$ 2,50 e em 1955, custava Cr\$ 5, a carne de vaca, Cr\$ 9 e Cr\$ 36,10 e o café, Cr\$ 20,30 e Cr\$ 54,20, para o mesmo período. http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_06&pagfis=2392&url=http://memoria.bn.br/docreader#

⁴⁷ “João Zanin Turin nasceu em Porto de Cima, na cidade de Morretes no Paraná. Frequentou a Escola de Artes e Indústria do Paraná entre os anos de 1896 e 1899, e a Real Academia de Belas Artes de Bruxelas na Bélgica. Em 1911 transferiu-se para Paris, onde residiu por 11 anos. Turin retorna ao Brasil em 1922 e fixa residência em Curitiba, no Paraná. Abriu um atelier em sua casa, conhecido como ‘sinagoga’, que servia de ponto de encontro de artistas da cidade. Junto com Lange de Morretes e João Ghelfi, foi um dos idealizadores e produtores do movimento artístico “paranismo” na década de 1920. Suas obras públicas podem ser vistas em vários locais de Curitiba. Faleceu em 1949 na capital.” http://www.memoria.pr.gov.br/biblioteca/index.php#sobe_paginacao

⁴⁸ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

⁴⁹ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

Outro espaço destacado em sua narrativa foram os dormitórios, que ficavam situados no 1º andar do edifício:

No primeiro andar era onde ficava um inspetor dormindo ali, no primeiro andar. Daí tinha outro dormitório que era bem grande, 30, 40 beliches ali, umas 60, 70 pessoas ficavam ali. [o inspetor] Dormia do lado, dormia no quarto dele. Não com a gente, dormia no quarto dele.⁵⁰

Wagner morou na Casa do Pequeno Jornaleiro por aproximadamente 10 anos.⁵¹ A duração de sua permanência possivelmente tenha ajudado a formular mentalmente a explicação para a organização espacial e relatá-la. A entrevista dele e de Gilson, que também permaneceu por um bom período na Casa (08 anos), mencionam um espaço que não é citado nos relatórios oficiais ou nos jornais que, por ventura, registrassem os cômodos da instituição: o “quarto do *mijão*”.⁵² Tratava-se então, de um quarto destinado exclusivamente aos meninos que, durante a noite, urinavam nos colchões. Segundo Wagner:

W - Depois que a enfermaria foi desativada, virou o quarto dos mijão. Dos meninos que faziam xixi na cama.

N – Independente da idade, deixavam lá?

W – Deixava lá, era o quarto dos mijão.⁵³

Gilson relatou não só a existência do quarto, como sua experiência com ele, já que, conta, “tinha problema de bexiga, né, de mijar na cama né? [...] muitos lá que tinham problema urinário... De bexiga assim”.^{54 55} Ao falar sobre isso, tomei a liberdade de perguntar sobre o malfadado quarto:

N – Na tua época... você falou que fazia xixi na cama... não tinha o quarto do *mijão*?

G – Tinha. Separado. Soube disso, né?

N – Sim, a última pessoa que eu entrevistei falou isso, do quarto.

G – Isso, era na parte de cima. Eles colocavam separado. Aí como não cabia muito, acabavam, a gente dormia às vezes lá com os outros. E era assim, o colchão não era, não tinha proteção nenhuma né. Aí quando a criança, a gente mijava, a criança mijava aí passava (risos) porque era beliche né. Aí eles faziam com que a gente

⁵⁰ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

⁵¹ Nascido em Piraquara (consta na certidão, Curitiba), em 28.10.1962, Wagner é branco, foi o jornaleiro número 36. Viveu na CAPEJO entre os nove e dezenove anos. Hoje é casado, tem uma filha, é bailarino – no momento da entrevista, preparava sua aposentadoria dos palcos e trabalha no setor de cultura. Assumiu a responsabilidade de tentar reunir com alguma frequência os ex-pequenos jornaleiros, mantendo o contato entre eles. A entrevista aconteceu em sua casa, em 2019.

⁵² Mijo é uma expressão popular para urina

⁵³ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

⁵⁴ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

⁵⁵ Gilson nasceu em Umuarama (PR) em 1965. É um homem negro, bastante alto, simpático, apesar de tímido. A interferência do Estado na vida de Gilson se deu por uma denúncia de maus tratos, que seus irmãos e ele teriam sofrido. O pai era pernambucano e sanfoneiro, a mãe baiana e vendedora ambulante e passavam longos períodos fora de casa. Quando foram retirados da casa onde viviam, ele e seus irmãos foram encaminhados para Curitiba onde acabaram por se separar. Gilson viveu no Educandário Munhoz da Rocha até conseguir se demonstrar apto para realizar as tarefas de jornaleiro. Como era alto, foi transferido para a CAPEJO tão logo completou 10 anos - e permaneceu lá até os 18. Morou em pensionatos até se casar com Eliana, com quem teve dois filhos e um netinho. Seu trabalho se relacionava à segurança e vigilância quando realizamos a entrevista.

dormisse embaixo. [...] Depois que implantaram uma proteção, uma capa tipo uma napa pra colocar no colchão, mas o aluno às vezes tinha que lavar o lençol, lavar a fronha, deixar o colchão, o travesseiro no sol.⁵⁶

O chamado “xixi na cama”, de acordo com Rodrigo Fernando Pereira (2010), clinicamente é nomeado enurese e refere-se à perda de urina durante o sono em pessoas com mais de 5 anos, sem outra condição médica que cause esses episódios. Os fatores que contribuem para esse distúrbio são a predisposição genética e a ausência de sinal para que a criança acorde para urinar (MENESES, 2001), entretanto, considera-se também os aspectos psicossociais e ambientais: “Experiências disruptivas na infância também podem estar associadas à enurese, uma vez que podem afetar o desenvolvimento normal e, conseqüentemente, a aquisição do controle urinário” (PEREIRA, 2010, p. 16).

A despeito de ser uma patologia médica e poder ser associada aos traumas possivelmente vividos pelos pequenos jornalheiros, a administração da Casa optou pela disciplina através da exclusão vexatória; Gilson relata outras atitudes dos inspetores e direção que demonstram como se utilizavam da violência na tentativa de corrigir o “problema”. Destacamos esse relato no último capítulo da tese, quando analisamos as narrativas difíceis, os sentimentos, os relatos sobre essas experiências traumáticas e como elas são construídas.

Esses trechos selecionados das duas entrevistas são excelentes demonstrativos da potencialidade da História Oral. Sobre algo relativamente simples que seria a lembrança do espaço físico, os relatos acabaram por mobilizar sentimentos e instigam a reflexão não somente do ponto primeiro da discussão (a organização espacial), mas sobre o que se silencia ou se expõe em documentos oficiais, por quais motivos e sobretudo, sobre as metodologias aplicadas na CAPEJO e como as lembranças relatadas podem apresentar narrativas que questionam o descolamento entre o que se apresentava sobre a instituição e o que a legislação preconizava. Para tanto, precisamos entender que doutrinas jurídicas e diretrizes para a assistência perpassaram a existência da Casa.

2.2 A CAPEJO E SEU CONTEXTO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA

Recorrentemente, quando menciono meu tema de pesquisa, as reações dos ouvintes presentes são de surpresa e espanto: “um abrigo/escola onde os meninos viviam e trabalhavam como jornalheiros? Em Curitiba?” O fascínio aumenta quando explico que havia ainda uma recompensa monetária mantida em poupança até a maioridade. Entretanto, embora haja o

⁵⁶ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

desconhecimento das pessoas sobre a Casa e a singularidade que aparenta, é preciso compreender que a CAPEJO foi criada em um contexto que legitimava sua existência e a de outras casas com fundamentos bem parecidos.

Desde o período colonial existiam abrigos para acolhimento de crianças, como a Roda dos Expostos e Casas de Misericórdia,⁵⁷ regidas por instituições católicas; mas com a República, o Estado passou a se preocupar em modernizar legislações e instituições, se esforçando em contrapor esse “novo tempo” com o que consideravam o atraso da monarquia. Conforme Maria Teresa Chaves de Mello,

à monarquia vão se colando termos tais como: tirania, soberania de um, chefe hereditário, sagrado e inimputável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização, teologia. Em contraposição, à república são associadas as idéias de liberdade, soberania popular, chefe eleito e responsável, talento ou mérito, cidadania, energia, progresso, federalismo, ciência. Enfim, de um lado, o passado; de outro, o futuro (MELLO, 2008, p.16).

Esse esforço de modernização perpassou a urbanização das capitais, reformas jurídico-políticas, o debate intelectual sobre identidade nacional e os problemas sociais, apresentando possíveis soluções para saná-los, a fim de que se alcançasse a modernidade e a civilização (SANTOS, 2006). Segundo Gislania Kreniski e Maria Aguiar, o período inicial da República tinha como aspiração a modernidade europeia e buscava combater os males da sociedade, como a pobreza, a embriaguez, jogos, prostituição e a vagabundagem (KRENISKI, AGUIAR, 2011), buscando modernizar também os costumes.

Desse modo, a pobreza foi associada ao desvirtuamento moral e a potencialidade da violência e criminalidade. A historiadora Ivonete Pereira (2009) discute como as teorias originadas em países europeus inspiraram os intelectuais brasileiros a reforçarem essa associação; baseando-se nesses princípios e em conceitos ditos científicos, as elites entendiam o pobre como sujeito a ser disciplinado e corrigido:

⁵⁷ A roda dos expostos foi um instrumento criado para preservar o anonimato nas doações e caridade cristã no período medieval, mas acabou por ser utilizado como um modo de abandonar crianças recém-nascidas e pequenas, muitas vezes, consideradas ilegítimas. Para saber mais, consultar: TRINDADE, J. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. Revista Brasileira de História. Vol.19 n.37 São Paulo sept. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-01881999000100003. Acesso em 01.03.2021.. Também conhecidas como Santa Casa, as Casas de Misericórdia são instituições de caridade, muitas vezes hospitalares, a cargo da Irmandade de Nossa Senhora de Misericórdia de Lisboa, uma irmandade leiga, patrocinada pelas elites. Essa instituição teve sua fundação em Portugal em 1498 e logo se espalhou por todo o reino e colônias. No Brasil, não se sabe ao certo quando se estabeleceu, pois há relatos de que Pe. José de Anchieta teria se encarregado de sua criação. Para saber mais, ver: GANDELMAN, Luciana Mendes. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos Séculos XVI a XIX. História, Ciências, Saúde vol. Viii(3). Set/dezembro 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/cx5bxnktbytvvcxvrzjzmp/?format=pdf&lang=pt> acesso 27/07/2021.

Assim, tornou-se premissa, para a elite intelectual e política do país, a gestão científica da pobreza através do saber médico-higienista, bem como a imposição de normas burguesas às camadas populares, mais o controle e a apropriação da infância por diferentes saberes. (...) a puericultura, ao elaborar uma representação da criança dentro do padrão da normalidade, no qual a criança, para ser saudável, deveria ser rosada, gordinha e sorridente, criou no imaginário social a representação da criança doente, ou seja, daquela que não se enquadrava nas características acima descritas (PEREIRA, 2009, p. 53).

Se antes, até fins do século XIX, a criança em situação de abandono era encaminhada para orfanatos e abrigos, nesse momento era preciso repensar os procedimentos, com locais específicos voltados a essa parcela da população, delineando toda uma nova forma de governamentalidade da infância, na forma de políticas públicas (SILVEIRA, 2019). Conforme o historiador Daniel Alves Boeira:

As iniciativas para atender crianças e jovens em situação de carência, acrescidos de discursos sobre o problema da "menoridade" ganharam mais espaço. O termo criança começava a ser insuficiente para expressar as várias implicações que permeavam a questão. Na ordem desses discursos, crianças e jovens pobres passaram a ser sinônimo de “desassistidos” e/ou “pervertidos”, orientando a criação de leis que oscilavam entre a defesa das crianças pobres e a ideia de que estas constituíam ameaça à ordem e ao progresso do país; deveriam, assim, ser protegidas e também educadas, para que contribuíssem com o futuro do país (BOEIRA, 2012, p. 4).

Quando falamos aqui de governamentalidade, tratamos de todo um conjunto de práticas, procedimentos, instituições para que se exerça um poder sobre a população (FOUCAULT, 1993), nesse caso, a população infanto-juvenil. Sobre ela, saberes médicos, pediátricos, psiquiátricos, jurídicos emergiram, para melhor governá-la e discipliná-la. De acordo com Michel Foucault (1993), desde o século XVIII, estaríamos vivendo a governamentalidade, quando o Estado aprimorou os mecanismos para melhor gerir a população e administrar condutas – e as crianças não escaparam do foco da vontade de poder, emergindo também como objeto de saber.⁵⁸

Assim, é preciso ter em mente que a assistência do Estado não ocorreu de forma espontânea, mas que havia diversos setores da sociedade envolvidos, pensados, a partir de uma lógica salvacionista, como tornar os pequenos aptos para o bom convívio em sociedade: “Para muitos médicos, políticos e advogados, o futuro da ordem social brasileira parecia

⁵⁸ Alguns dos mecanismos para melhor governar são controlar e registrar a natalidade, mortalidade, a longevidade. Rosineide Cordeiro e Débora Santos, por exemplo, afirmam que os “documentos são uma tecnologia da visibilidade que permite ao estado controlar e regular a população” (CORDEIRO; SANTOS, 2013, p. 2). No início do século XX se teve diversas iniciativas de que a população realizasse o registro de nascimento, e no ano de 1931, tornou-se obrigatório fazer a certidão de nascimento (BRASIL, decreto nº 19.710, de 18 de fevereiro de 1931). A historiadora Sílvia Maria Fávero Arend, descreveu, no livro que organizou junto à Ivonete Pereira, como nos processos que analisou referentes à Florianópolis na década de 1930, muitas mães eram chamadas em juízo para explicarem o porquê de seus filhos não possuírem registro (ARENDE, 2009). De toda a forma, foram necessários muitos anos para que essa prática se tornasse popular e corriqueira entre os brasileiros, principalmente os pertencentes às camadas populares.

depende da capacidade do governo de resolver efetivamente o problema da infância” (WADSWORTH, 1999, p. 105). Leni Dornelles afirma que a emergência da infância como objeto de intervenção:

Implica na produção de saberes e “verdades” que têm a finalidade de descrever a criança, classificá-la, compará-la, diferenciá-la, hierarquizá-la, excluí-la, homogeneizá-la, seguindo novas regras ou normas disciplinares. (DORNELLES, 2005, p. 19)

Na virada do século esta questão ficou mais perceptível no Brasil. Foi um período de urbanização crescente, aumento populacional, difusão de doenças endêmicas, com grande mortalidade materna, infantil e expansão da delinquência juvenil (WADSWORTH, 1999, p. 104). Foram agenciados então diversos mecanismos de intervenção, através do direito, da medicina, da puericultura, de práticas higienistas. Para as mães e aos bebês empobrecidos, algumas entidades ofereciam serviços médicos e ensinavam práticas de higiene e saúde, realizavam campanhas de aleitamento e até mesmo concursos de robustez.⁵⁹

Para os mais velhos, a depender de seu delito – que poderia ser de vadiagem e ociosidade até confusões e furtos – se recorria à institucionalização através de obras assistenciais, e mais tarde, oficiais, que buscavam “recuperar” garotos através do trabalho, como as Escolas de Marinheiros, de Aprendizes Artífices, Patronatos Agrícolas e as Escolas de Reformas, esta última destinada para os considerados delinquentes. Dessa forma, ampliou-se a ideia de que era necessário regenerar essas crianças e ao mesmo tempo afastá-las da sociedade, buscando por instituições de reclusão que eram muitas vezes distantes dos grandes centros.⁶⁰

De todo modo, os debates brasileiros não estavam descolados dos que se realizavam na América Latina, pois havia uma troca de conhecimentos e saberes para o amparo e intervenção na infância, principalmente durante as reuniões do Congreso Americano del Niño, cujas três primeiras edições foram em Buenos Aires em 1916, em Montevideu em 1919 e no Rio de Janeiro em 1922, concomitantemente ao Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Nesses seminários debatia-se o amparo à criança, a questão da maternidade, os direitos à educação e à escolarização (CORDEIRO, 2015) e se encorajava a aprovação de leis específicas sobre os direitos das crianças, propondo que houvesse uma centralização

⁵⁹ O primeiro concurso de robustez foi realizado em 1902, pelo médico Arthur Moncorvo Filho, como forma de incentivar o aleitamento infantil e o cuidado materno. Os avaliadores dos bebês, em geral, eram médicos pediatras, que levavam em consideração o peso, a altura e a idade. Foram famosos até a década de 1960 e patrocinados por diversas instituições, como a Legião Brasileira de Assistência, Johnsons & Johnsons e Nestlé.

⁶⁰ As escolas que se baseavam na pedagogia do trabalho para a intenção de “regenerar” são abordadas com maior ênfase no quinto capítulo desta tese.

governamental sobre a assistência pública e a privada. Algumas dessas recomendações foram incorporadas ao Código de Menores de 1927.

O Código Mello de Mattos,⁶¹ como também era conhecido o decreto, consolidou a interferência do judiciário na questão da infância. Essa legislação é considerada um marco jurídico na História da Infância e Juventude no Brasil, visto que assegurava que o cuidado com a criança não deveria ser somente responsabilidade dos pais, como também do Estado. A partir de uma doutrina menorista e salvacionista, fazia distinção entre as crianças “da primeira idade”, entre os infantes expostos, os menores considerados abandonados, aqueles que cometiam algum tipo de delito e os trabalhadores menores de idade (LIMA, 2017).

Foi essa legislação que ajudou a popularizar o termo menor. Apesar de que já era utilizado anteriormente como um marcador de idade, é a partir do Código que se cria e dissemina o estigma menorista, com ajuda da imprensa, associando ainda mais as crianças pobres e abandonadas à criminalidade e à delinquência. Conforme assinala Humberto Miranda:

Desde sua criação, o Código repercutia para além do campo jurídico e ganhava espaço na imprensa brasileira. [...] A “questão do menor” recorrentemente esteve presente nas capas, nos editoriais e principalmente nas colunas policiais. A imprensa brasileira foi uma das grandes disseminadoras do ideário menorista. Ao propagar e reproduzir as práticas fundamentadas no Código, contribuiu para disseminar na sociedade as suas ideias, tornando-se, na maioria das vezes, mais menorista que o próprio Código (MIRANDA, 2019).

Destarte, havia uma separação entre a criança, aquela filha de famílias abastadas, com direito à educação formal (ainda que subsidiada pelos próprios pais) e encaminhamentos profissionais, e o “menor”, o filho de famílias pobres, para quem a intervenção do Estado era baseada na educação para o trabalho e para a moralização dos costumes, não havendo espaço para a ociosidade, a vagabundagem, a preguiça, tornando-se necessária a interferência do poder judiciário.

O Código de Menores também enfatiza a necessidade de que se instituísse e ampliasse as unidades de Juizado de Menores, apesar de que já existiam em alguns municípios. O Paraná era um dos estados que já possuíam Juizado Privativo de Menores, sendo o terceiro do país, instaurado em 1925, mas que passou a atender somente em 1926.

⁶¹ José Cândido de Albuquerque Mello Mattos era natural de Salvador, Bahia. Iniciou sua graduação na faculdade de Direito de São Paulo, mas tornou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, no ano de 1887. Foi promotor e desembargador em São Paulo, Sergipe, Paraíba e Mato Grosso e exerceu longa carreira na magistratura. Importante intelectual para o pensamento sobre a infância, foi o primeiro juiz da infância e juventude do Brasil, tendo sido nomeado em 02 de fevereiro de 1924. Fontes: <http://www.tjgo.jus.br/index.php/comarcas/jij/jijde-goiania/o-juizado/memorial-mello-mattos> (PINHEIRO, 2014) acesso em: 31.06.2021.

Esse foi o único juizado do estado durante décadas, o que acabava por acumular centenas de processos para apenas um juiz averiguar (SILVA, 2015; COSSETIN, 2012). O papel do magistrado era deliberar sobre a vida das crianças a ele encaminhadas, o que poderia acontecer devido a estar desacompanhado perambulando pela cidade, estar em lugares considerados inadequados para a idade, sofrer violências e abusos e quando se considerava que a família era incapaz de prover os cuidados materiais necessários para o pequeno (LIMA, 2017).⁶²

A assistência paranaense aos chamados “menores” também estava em consonância com os debates nacionais. Aqui, já existiam escolas de reforma e as que propunham a atividade laboral como forma de ressocialização, como o Patronato Agrícola e a Escola de Aprendizes Artífices. A associação das gestões governamentais com as congregações religiosas também era notória, visto que muitos abrigos a crianças desvalidas eram dirigidos por irmandades católicas. Segundo Mariza Scheffer Freire, apesar de estarem ambientados à conjuntura das discussões sobre a necessidade de se melhorar o atendimento à infância, pouca coisa mudou na atuação dos governantes; mesmo porque na década de 1920, o Paraná atravessava um período de desenvolvimento e não dispunha de muitos recursos para a implementação de escolas e asilos oficiais (FREIRE, 2013, p. 43). Entretanto, como salienta esta autora, aos poucos o discurso sobre a criança como futuro da nação foi ganhando mais força e provocando a cobrança das elites para que houvesse uma intervenção política mais assertiva.

O próprio juiz Mello Matos, o primeiro juiz de menores da América Latina, já havia escrito: “o menor é para o Estado um valor econômico e um valor social” (WADSWORTH, 1999, p. 113). O representante paranaense, juiz Francisco Cunha Pereira, que se inspirou em Mello Matos, reforçava: “a mocidade é o futuro da Nação” (FREIRE, 2013, p. 44). Esse pensamento foi intensificado com a chegada de Getúlio Vargas ao poder.⁶³

Muito se sabe sobre a campanha de nacionalização acerca da educação do período varguista, uma verdadeira empreitada em estabelecer práticas nacionalistas nas escolas e na

⁶² Os lugares considerados indecorosos podiam ser prostíbulos, casas noturnas, cinemas, teatros e estádios de futebol. O trânsito dessas crianças nas ruas e logradouros públicos também preocupava a sociedade, jornais e autoridades. Menores estarem na rua, mesmo que vendendo balas, jornais ou gibis, era considerado um perigo não só para a criança, mas para a sociedade.

⁶³ De acordo com Joseane de Fátima Machado da Silva, Francisco Cunha Pereira nasceu em Peçanha, Minas Gerais, em 1895. Formou-se bacharel em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, no ano de 1918. Mudou-se para o Paraná e foi juiz municipal em Clevelândia até 1924, quando foi indicado pelo Tribunal de Contas para organizar o Juizado Privativo de Menores. Foi o primeiro juiz de menores do estado e permaneceu no cargo por 23 anos (SILVA, 2015, p. 16).

nacionalização das escolas étnicas no sul do país.⁶⁴ Esses esforços iam ao encontro de uma política de valorização do homem brasileiro, articulando a figura do cidadão à do trabalhador e a da criança de hoje como o homem trabalhador de amanhã:

Proteger a criança, defender seus direitos, significava por extensão resguardar a própria nação. A imagem de criança que se divulgava estava intimamente associada à nova nação que o governo almejava construir, trabalhar a infância, modelar o futuro cidadão, para mudar os rumos do País (FONSECA, 1993, 102).

Portanto, a criança era vista com um duplo potencial: como virtualmente perigosa, uma ameaça social, mas também como um talento futuro. Justificava-se, assim, a intervenção tanto na família pobre para se imputar condutas consideradas adequadas e ainda, quanto aquela que focava no “menor”, a partir da institucionalização, para que se pudesse impor a disciplina, direcionando-a para os interesses da sociedade brasileira, tornando-a instrumento do progresso da nação (PEREIRA, 2009).

Durante o governo Vargas houve a criação de dois importantes órgãos destinados ao atendimento da população infanto-juvenil, que exemplificam a dicotomia entre a criança e o menor: o Departamento Nacional da Criança (DNCR), fundado em 1940, e o Serviço Nacional de Assistência aos Menores (SAM), em 1941. Enquanto o primeiro coordenava ações para a criança e a família, focando na proteção materno-infantil, o segundo organizava os serviços estaduais de assistência, no que tangia especialmente à internação de menores em instituições particulares ou públicas (RIZZINI, 2011).

Como vimos, é nesse contexto que surge a Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, inaugurada em 1943. A fundação idealizada pela primeira dama Anita Ribas, esposa do interventor federal Manoel Ribas, indicado pelo próprio Vargas, refletia a perspectiva de moralizar condutas, a partir do trabalho, inculcando nos internos o amor à pátria. Nos relatórios da instituição a que tivemos acesso, não é raro o uso das expressões *futuros cidadãos, homens de amanhã*⁶⁵ e mesmo na frase que acompanha a publicação de tais brochuras: “a nação caminha pelos pés das crianças”. De acordo com Welson Pereira:

a política paternalista e moralista da Casa era uma permanência e não uma ruptura dos projetos políticos e ideológicos, criados durante o Estado Novo, que pretendiam criar uma *Nação*, através da revalorização do trabalho e do trabalhador brasileiro. [...] moralizar o trabalho infanto-juvenil e se enquadrava no projeto político do Estado: *transformar* prováveis *delinquentes* em *cidadãos úteis* para a *Pátria* (PEREIRA, 2009, p. 166).

⁶⁴ Sobre o assunto consultar QUADROS, Claudemir (org.). Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: UFSM, 2014.

⁶⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957, p. 59. CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1959**. Curitiba, 1959, p. 28.

O governo de Ribas, segundo Mariza Freire, enfatizava a ideia do Paraná como “celeiro agrícola”, ou seja, de que a saída para a estruturação e desenvolvimento local estava na agricultura. Nesse sentido, o investimento do ensino correcional se relacionou ao incentivo ao trabalho agrícola e que pudesse ser proveitoso para a economia do Estado (FREIRE, 2013, p. 52). No momento da criação da Casa, estavam em funcionamento no estado outras 12 instituições voltadas para o trabalho como elemento ressocializador, além dos abrigos e orfanatos: 1 Escola de Pescadores, no litoral paranaense, no município de Paranaguá, e 11 nomeados como Escola de Trabalhadores Rurais, nas cidades de Piraquara, Curitiba, Paranaguá, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Rio Negro, Reserva e Paranaguá (OLIVEIRA, 2005, p. 19).

Apesar dos discursos do governador destacarem a necessidade de articulação entre instrução escolar e ensino agrícola, as pesquisas de Irineu Colombo (2006) e Márcia Cossetin (2012) demonstram que algumas das escolas, como a de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti, não possuíam vínculo com a Secretaria de Educação ou registros de matrículas escolares. Assim, analisa Freire, podemos perceber que havia pouca intenção em se educar, de fato, os internos através do ensino formal (FREIRE, 2013).

Diferentemente dessas instituições, a Casa do Pequeno Jornaleiro possuía um grupo escolar dentro da própria sede. A educação formal era proposta por professoras normalistas vinculadas à Secretaria de Educação e proporcionava o ensino até a 4ª série. Nos prontuários resguardados no Arquivo Municipal de Curitiba, há boletins escolares que revelam os critérios avaliativos da escola, além dos relatórios que demonstram os resultados nos exames aplicados anualmente (PEREIRA, 2009; LIMA 2017). Entretanto, como veremos no quinto capítulo, apesar da educação estar presente e ser incentivada, a força motriz da moralização e educação pautava-se fortemente no trabalho: a educação ficava em segundo plano.⁶⁶

A comercialização de jornais como atividade laboral e educacional também foi a estratégia utilizada por instituições criadas a partir de propostas similares a CAPEJO em outras cidades do país, tais como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Campos de Goytacazes. Algumas destas instituições continuam em funcionamento até os dias atuais, embora com outras propostas.⁶⁷ Foi possível perceber que a criação da maioria dessas fundações, assim

⁶⁶ O quinto capítulo se chama “Entre jornais, livros e kichutes: narrativas sobre o estudo e o lazer” e se dedica a investigar quais as relações traçadas pelos entrevistados com as áreas do estudo e do lazer.

⁶⁷ Em nossas pesquisas, pouco foi encontrado sobre a Casa do Pequeno Jornaleiro de Campos dos Goytacazes, fundada em 1961, na cidade do Estado do Rio de Janeiro. Esta instituição abrigava “os vendedores de jornais e outras crianças e adolescentes, não portadores de distúrbios neurológicos, psiquiátricos ou dependentes químicos até a idade máxima de dezoito anos de idade, proporcionando aos mesmos a assistência integral à saúde, educação cívica, de letras, profissionalizante e esportiva.” Instituto Historiar. [Http://institutohistoriar.blogspot.com/2009/07/casa-do-pequeno-jornaleiro.html](http://institutohistoriar.blogspot.com/2009/07/casa-do-pequeno-jornaleiro.html) acesso em 01.08.2021.

como a CAPEJO de Curitiba, partiu da iniciativa individual de algumas pessoas e da demanda da sociedade. Como no caso da instituição em Belo Horizonte, onde Helena Antipoff, psicóloga russa, via crianças que tinham por hábito “(...) dormir na rua para estarem preparados para receber, ainda de madrugada, a edição do jornal” (MACHADO, TEIXEIRA, 2009, p. 5).

Helena Antipoff já dirigia a Fazenda do Rosário, criada em 1940, em Belo Horizonte, destinada às crianças consideradas “excepcionais”, e a Sociedade Pestalozzi, que divulgava ideias sobre higiene mental e eugenia no Brasil, fundada em 1932. Antipoff, chocada com a atuação dos jornaleiros nas ruas da capital mineira, realizou uma investigação sobre esses garotos, constatando que muitos deles desobedeciam a legislação, visto que, segundo o Código de Menores de 1927, era proibido o trabalho para menores de 14 anos nas ruas e para menores de 12 sem diploma do ensino elementar, também ultrapassavam as horas de trabalho permitidas e muitos não frequentavam a escola.

Criou então a Casa do Pequeno Jornaleiro, em 1934, uma sede onde os jornaleiros e outros trabalhadores como engraxates e vendedores, poderiam descansar e realizar atividades que não a do labor (RAFANTE, 2006).⁶⁸ De acordo com Ângela Teixeira e Marília Machado, “As crianças recebem uniforme cáqui, quase militar. Vivem internas, compartilhando um grande dormitório, frequentam aulas, estudam na biblioteca da instituição e continuam a vender jornais” (MACHADO, TEIXEIRA, 2009, p. 6).

No Rio de Janeiro, a Casa do Pequeno Jornaleiro (CPJ) foi criada pela Primeira-Dama Darcy Vargas, em 1939. Uma das obras mais conhecidas da importante filantropa, vai servir de molde para outras instituições assistenciais a nível nacional e sua repercussão inspirou a fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) (BARBOSA, 2020). A primeira-dama já havia participado da Legião de Caridade e criou em 1938 a Fundação Darcy Vargas, “uma associação filantrópica que contou com a participação de senhoras da elite carioca na proteção à infância pobre” (BARBOSA, 2020, p. 136). Dentro da Fundação, ela levantou os fundos necessários, a partir de bailes e jantares dançantes, através de sua influência política na esfera pública e privada, para a construção de um prédio onde se

⁶⁸ No trabalho de Rafante, ela não cita o termo Casa do Pequeno Jornaleiro, esse nome é utilizado em Machado e Teixeira. Nas pesquisas realizadas, aparecem tanto o termo casa do pequeno jornaleiro, como Associação de Assistência ao Pequeno Jornaleiro (BORGES, BARBOSA, 2019) e Instituição Beneficente Casa do Pequeno Jornaleiro, no Arquivo Público Mineiro. É possível conferir registros fotográficos da instituição mineira em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29145 e <https://www.facebook.com/pequenojornaleirodebelohorizonte>

estabeleceria a CPJ, com capacidade para atender 200 meninos. Segundo o estatuto, esta instituição teria como missão:

amparar, educar e encaminhar os vendedores de jornais e outros menores de até 18 anos de idade, cuja ocupação se exercita nas ruas, será construída e mantida pela Fundação, para morada dos beneficiários necessitados desse auxílio, proporcionando gratuitamente a estes, como aos demais menores, nela matriculados, assistência médica, educação pátria, religiosa, moral, básica e ensino profissional e assistência nos seus empregos, em colaboração com os Sindicatos Profissionais (Estatuto da Fundação Darcy Vargas – Casa do Pequeno Jornaleiro, artigo 4º, 1939 – BARBOSA, 2020, p. 137).

A instituição carioca ficou muito famosa e criou-se um imaginário tanto para a fundação quanto para sua mantenedora, que inspirou outras senhoras da sociedade a participarem da filantropia e inaugurou o movimento conhecido como primeiro-damismo.⁶⁹ O sucesso da organização repercutiu de tal maneira, que há um samba-enredo dedicado à Casa.⁷⁰ Para a primeira-dama foram feitas muitas homenagens e honorarias, incluindo um selo na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) com direito a lançamento oficial, com presença de autoridades e dos próprios jornaleiros.⁷¹ A CPJ funciona até hoje, na região portuária do Rio, sendo que, a partir do estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, deixou de atender em regime de internato. A instituição oferece diversos cursos, reforço escolar, atividades esportivas e alimentação para meninos entre 12 e 18 anos, provenientes de bairros próximos ao porto.⁷²

É possível perceber algumas similaridades entre a Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro e a de Curitiba: as duas surgiram por iniciativa de primeiras-damas, com prédio próprio, em regime de internato, para amparo de meninos considerados desvalidos. O trecho do estatuto da organização carioca acima descrito também se parece muito com o primeiro artigo do estatuto da casa paranaense: “amparar, educar e encaminhar os menores vendedores de jornais, prestando-lhes assistência material, moral e intelectual”.⁷³ As duas

⁶⁹ Segundo Iraildes Torres “o nascedouro do primeiro-damismo no Brasil tem uma função política, uma vez que as mulheres dos governantes são chamadas a intervir no social, através de estratégias de enfrentamento à pobreza, desresponsabilizando o estado de garantir à população o acesso a políticas públicas de caráter universal, considerando-se que a atuação da primeira-dama se dá no âmbito do voluntariado e da filantropia” (TORRES, 2002, p. 24).

⁷⁰ O samba chama-se “Casa do Pequeno Jornaleiro”, do compositor Pindonga. Foi tema do desfile da Acadêmicos do Salgueiro, em 1940. Segundo Ricardo de Moraes, esse pode ser o primeiro samba-enredo, no sentido atual do termo. <https://www.diariodeniteroi.com.br/papo-de-samba/> acesso em 01.08.2021.

⁷¹ Correio da Manhã. Sêlo com efigie de Darcy Vargas lembra de obra. 10 de junho de 1969. http://memoria.bn.br/docreader/hotpage/hotpagebn.aspx?bib=089842_07&pagfis=102088&url=http://memoria.bn.br/docreader# acesso em 17.07.

⁷² Casa do Pequeno Jornaleiro atende jovens. Revista Porto Maravilha. Rio de Janeiro. P. 8. <https://www.portomaravilha.com.br/uploads/revistas/c9907fd479ac30a98ca1d398112007e3.pdf> acesso em 01.07.2021. Ver também <https://fdv.org.br/sobre-a-fdv/nossa-historia/>

⁷³ Extrato dos estatutos da Casa do Pequeno Jornaleiro, 21 de setembro de 1942. Disponível em: Casa da Memória de Curitiba.

senhoras também são homenageadas nos relatórios anuais da CAPEJO, com a reprodução de suas fotografias.

A figura de Anita Ribas é enaltecida nos relatórios e também na imprensa, como a mãe que os garotos não tiveram, dotada de grande coração – associando a inclinação à filantropia com a figura feminina, como podemos observar na reportagem *A Casa do Jornaleiro e a sra. Anita Ribas*:

O coração feminino é como a sensitiva que ao mais leve toque, se retrai, fechando-se em si mesma. Quando se trata, porém, de manifestar a solidariedade em face da dor, converte-se a mulher na sacerdotisa devotada do Bem. Assim é a snra. Anita Ribas, cujos exemplos de bondade infinita calam fundo no espírito do povo, maravilhado com a obra de assistência social que a distinta dama paranaense vai paulatinamente edificando.⁷⁴

Iraildes Torres afirma que a figura da primeira-dama e seu protagonismo no estabelecimento das atividades de assistência e caridade, isentam o Estado de propor políticas públicas efetivas para o enfrentamento da pobreza e outras mazelas que acometiam a população vulnerável (TORRES, 2002). É possível perceber, isto posto, que no desafio da “questão do menor” se associavam a assistência e a caridade, a cargo das filantropias dirigidas principalmente por senhoras da elite e destinadas à maternidade e à primeira infância, e da atenção jurídica e policialesca para os maiores e considerados inclinados à criminalidade.

Se a nível nacional existia o DNCr e o SAM, o Paraná criou em 13 de maio de 1947 a Secretaria de Assistência Social (SAS), que abrigava o Departamento de Assistência Social (DAS) e o Departamento Estadual da Criança (DECr). O primeiro tinha por objetivo proteger os considerados desvalidos e o segundo, estimular e orientar os estabelecimentos destinados à proteção da maternidade, infância e adolescência. De acordo com Joseane Machado da Silva, apesar da existência desses órgãos que deveriam colaborar com o trabalho realizado pelo Juizado de Menores, criando condições para a assistência dos menores nas instituições públicas do Estado, apenas na capital havia o Serviço Social do Estado, dificultando o trabalho do Departamento de Assistência Social (SILVA, 2015, p. 62).

Em 1962, como vimos precedentemente, outro importante órgão estatal foi criado pela Lei número 4.617 de 16 de Julho: o Instituto de Assistência ao Menor (IAM). Subordinado à Secretaria de Trabalho e Assistência Social, o IAM tinha a competência de, de acordo com seu artigo primeiro, gerir “a formulação e execução da política governamental de

⁷⁴ A Casa do Jornaleiro e a sra. Anita Ribas. Gran Fina Magazine, Curitiba, 18 de julho de 1942. Edição 106, p.1. Biblioteca nacional/hemeroteca digital brasileira (BN/HDB). <http://memoria.bn.br/docreader/w00015/1434>

assistência ao chamado menor” e gerenciar toda ação com foco nas crianças consideradas em perigo:

Era [o IAM] uma entidade autárquica estadual, com personalidade jurídica dotada de autonomia administrativa e financeira, para cuidar de menores em situação irregular (abandonados, carentes, delinquentes), em suas unidades do interior e da capital (COLOMBO, 2006, p 104).

A criação do IAM coincidiu com o momento em que houve uma ruptura de caráter jurídico na coordenação da Casa do Pequeno Jornaleiro: a entidade passou de uma organização civil para os cuidados do Estado e ficou, justamente, sob responsabilidade do recém-criado Instituto. O IAM trabalhava em parceria com o Juizado de Menores e concentrava as ações estaduais para as crianças consideradas órfãs, abandonadas e delinquentes e, para além de instituir e gerir casas, abrigos, orfanatos estaduais, também fiscalizava as organizações assistenciais administradas por outros interessados, como as de caráter religioso, que representavam boa parte das instituições no Paraná.

O IAM mantinha uma sede na capital e outros 20 escritórios distribuídos por todo o estado (DE PAULA, 2003). Dessa forma, é possível perceber que os problemas sociais que envolviam o menor não estavam somente na capital. A mecanização dos processos agrícolas provocaram o êxodo rural, o que Vera Abagge de Paula chama de excedente populacional:

No Paraná, a população excedente, também, é constituída pelos aptos para o trabalho, mas que, não encontrando emprego e não desenvolvendo uma atividade remunerada, empobrecem rapidamente. Não há dúvida de que órfãos, abandonados e filhos de mendigos, além dos incapacitados para o trabalho, ajudam a formar tal população. [...] é nessa população excedente que, certamente, encontraremos os marginalizados (DE PAULA, 2003, p. 48).

Portanto, mesmo com as mais de 13 instituições de assistência destinadas ao amparo aos desvalidos e órfãos existentes nos anos 1960 (SILVA, 2015, p. 219), a “questão do menor” estava longe de ser solucionada. Com o golpe militar de 1964, o receio da delinquência somou-se ainda à potencialidade da criança e jovem pobre em se tornar um rebelde, dando origem então à noção do inimigo interno. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) difundiu a ideia do perigo comunista e de que se deveria fazer o necessário para manutenção da ordem vigente, mesmo que para isso, se combatesse seus próprios compatriotas (BESCHER, 2012; CARDOSO, 2015).

Nesse sentido, com foco nas crianças e adolescentes marginalizados considerados propensos à sublevação por melhores condições de vida e a se render aos combatentes do

regime, o Estado extinguiu o “malfadado SAM”,⁷⁵ propondo a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1964 e a Política do Bem-Estar do Menor (PNBEM), em 1965. A FUNABEM teve como objetivo estudar e pesquisar o chamado problema do menor, planejar soluções, orientar, coordenar e fiscalizar as entidades, centralizando as políticas assistenciais e difundindo as ideias dos militares (LIMA, 2017). As unidades estaduais deste órgão foram denominadas como FEBEM.

O governo paranaense optou por não utilizar a nomenclatura proposta pela nova política, mantendo o IAM e suas instituições de assistência, porém, apesar disso, conforme observa Jaqueline Micali, o Paraná continuou se alinhando à política nacional (MICALI, 2019). Uma das organizações que representavam esse comprometimento foi a Escola para Menores Professor Queiroz Filho, destinada aos infratores – a primeira dedicada exclusivamente para essa clientela, inicialmente subordinada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e, em 1969, à Secretaria de Trabalho e Assistência Social (COLOMBO, 2006; MICALI, 2019).

De acordo com Micali, outra mudança de vinculação organizacional aconteceu no IAM em 1974, que passou da Secretaria de Trabalho e Assistência Social para a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social. Uma importante ação ocorreu em 1978, com o desmembramento do Juizado de Menores de Curitiba, de forma a separar os processos de meninos em conflito com a lei e os demais (MICALI, 2019, p. 96).

A nível nacional se articulava nesse contexto o estabelecimento de uma nova legislação voltada para os “menores”. Camila Serafim Daminelli aborda em sua tese como diversos debates, alguns encabeçados pelo jornal *O Globo* durante a década de 1970, tencionaram a opinião pública e, aos poucos, inseriram outros atores nas discussões sobre o tema, retirando a dominância da produção de saberes que a Funabem dizia possuir (DAMINELLI, 2019). O período também foi marcado por diversas denúncias à Política de Bem-Estar do Menor, sendo uma das mais proeminentes a investigação proposta por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), conhecida como CPI do Menor, realizada entre os anos 1975 e 1976 (BOEIRA, 2019, p. 25).

No estado do Paraná, nessa mesma década, o “menor” também ocupou o debate social. Conforme Mariza Freire, a partir dos discursos e mensagens oficiais do governador Jayme Canet Júnior (1975-1979), a proteção da criança era colocada como prioridade da

⁷⁵ A expressão é utilizada por Irma Rizzini em *A Arte De Governar Crianças*, para se referir à má fama do Serviço De Assistência Ao Menor, relacionado à corrupção e à violência (RIZZINI, 2011).

administração. Foi no governo dele, eleito indiretamente, que se criou o Centro de Estudos, Diagnóstico e Indicação de Tratamento do Instituto de Assistência ao Menor (CEDIT), que deveria realizar entrevistas e pesquisas a fim de encontrar um destino mais adequado à criança tutelada pelo Estado. De acordo com Freire, a cifra de entidades assistenciais passou de 80 unidades para 114 e o IAM teria quintuplicado o atendimento ao menor, tendo assistido em 1976, 16.350 crianças. Em 1978, os números saltaram para 16 unidades de amparo, administradas diretamente pelo IAM, e mais de 129 conveniadas. Ao término do governo de Canet Junior, as instituições com convênio somavam 172 (FREIRE, 2013, pp. 94-98).

Em 1979, estabelece-se o Novo Código de Menores que inaugurou a doutrina de situação irregular. Segundo Maria Guiomar Frota:

No período de vigência da doutrina da situação irregular, as leis e instituições são orientadas predominantemente pela lógica da integração sistêmica, ou seja, o Estado prevalece como poder jurídico e administrativo que racionaliza e controla o processo de socialização, especialmente da criança pobre considerada menor, e exerce um controle social pleno sobre este segmento, excluindo a família como ator partícipe do processo (FROTA, 2005, p. 1-2).

Ou seja, o Código aliava práticas assistencialistas e repressoras (MELO, 2012, p. 9). A criança podia se encontrar em situação irregular caso fosse privada de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus tratos; se se entendesse que sofria perigo moral (exploração ou atitude contrária aos bons costumes); se privada de representação legal ou se tivesse desvio de conduta ou cometesse algum delito ou infração (FALEIROS, 1995).

Com o lento processo de redemocratização, adicionado das críticas destinadas à FEBEM, à PNBEM e à própria doutrina de situação irregular, constata-se a falência desses modelos e o clima de entusiasmo por mudanças, convertem-se em encontros e seminários, para debates e compartilhamento de experiências (VOGEL, 2011). Com a força dos movimentos sociais, a Constituição de 1988 incluiu a criança em seu texto, alterando o paradigma destinado à infância, expressando a doutrina de proteção integral, principalmente em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988).⁷⁶

⁷⁶ Essa é a redação original do artigo, que foi alterado pela emenda constitucional nº 65, de 2010, onde se inclui “ao jovem”. [Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

A principal ruptura na história dos direitos das infâncias e juventudes brasileiras aconteceu por meio da promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990. O Estatuto afirma que a criança e adolescente são também sujeitos de direitos: direito à sobrevivência, ao desenvolvimento pessoal e social, à integridade física, psicológica e moral. Quanto à ocorrência de delitos, não se trata mais de um “menor”, infrator ou delinquente, e sim de uma criança ou adolescente em conflito com a lei, que poderá cumprir medidas socioeducativas de caráter pedagógico (SILVA, 2011, p. 41).

Quanto à nossa instituição em tela, a Casa do Pequeno Jornaleiro foi intensamente afetada pelo estabelecimento do ECA. Em primeiro lugar, a doutrina da proteção integral indica que, à medida do possível, o lugar da criança deveria ser junto da família, ou seja, desaconselhava o internamento em instituições. Em segundo, veta o trabalho/exploração de meninos e meninas sob a alcunha de atividade moralizadora e também qualquer atividade laboral para menores de 14 anos, salvo se na condição de aprendiz.

Junto ao surgimento das bancas de jornais, que já dificultava o trabalho dos jornaleiros desde meados dos anos 1980, muitos desafios foram enfrentados para que a instituição continuasse existindo. Deste modo, a CAPEJO precisou se adaptar ao novo contexto. Pode-se inferir que a queda nas vendas resultou na diminuição da receita da Casa, o que comprometia sua manutenção. Em 1985, a CAPEJO passou para a responsabilidade da prefeitura municipal de Curitiba o que, possivelmente, também reduziu a verba para o prosseguimento das atividades.

A despeito do ECA ter sido promulgado em 1990, os jornaleiros trabalharam pelas ruas até 1994. As reportagens que noticiam as comemorações do aniversário de 50 anos da instituição no referido ano informam a rotina diária dos meninos, que alternavam a venda de jornais e a escola, apesar de não mais habitarem a instituição e sim, morarem com suas famílias (LIMA, 2017). Outras reportagens informam que até o ano de encerramento, em 2002, a CAPEJO realizava oficinas de gráfica, computação, aulas de judô, entre outras atividades extracurriculares.

*

Neste capítulo procuramos iniciar a tese com uma ambientação espacial da CAPEJO para que o/a leitor/a pudesse se situar e compreender quais eram os objetivos dessa instituição. Assim, partimos para uma contextualização das políticas públicas voltadas para as crianças pobres, no intuito de localizar a Casa dentro dessa trama de assistência. Procuramos

demonstrar que a CAPEJO, embora possuísse procedimentos e rotinas específicas, estava inserida em uma política nacional e estadual que legitimava sua existência e manutenção. A intenção foi expressar como havia circulação de saberes entre as esferas política, jurídica e médica e como o Paraná se esforçava em seguir as orientações nacionais, adequando-as à realidade regional.

Na próxima seção, o foco de análise será sobre as lembranças do período anterior à internação: o que os entrevistados rememoram dessa fase, se lembram dos familiares, como essa família era composta. Refletiremos, por assim dizer, sobre a vida dos jornaleros antes de tornarem-se jornaleros.

3 UM PASSADO EM INSTITUIÇÕES: NARRANDO A PRESENÇA/AUSÊNCIA DA FAMÍLIA

Histórias da roça, do sítio, da pobreza, do trabalho braçal dos pais – lembranças da última vez que alguém viu a mãe... recordações dos orfanatos, de pintar as árvores com cal, de aprontar com a criançada e de levar broncas das freiras... Muitas são as narrativas do período anterior à internação na CAPEJO. Dentre os entrevistados, somente um não viveu em outra instituição antes de ser jornaleiro, todos passaram por educandários e abrigos de todo o Paraná. Alguns reencontraram seus irmãos por esses lugares, outros somente depois de anos, já adultos... há aqueles ainda que nunca mais viram os pais e quase não tem recordações do tempo que viveram juntos.

Neste capítulo serão analisadas as memórias desse período, refletindo quais lembranças os entrevistados têm de suas famílias antes de sua internação e das outras instituições pelas quais passaram. Os motivos que levaram suas famílias a buscar auxílio do Estado foram relacionados ao contexto, discutindo as narrativas sobre essa ruptura em suas trajetórias e a legislação referente a essa interferência das autoridades nas famílias e vidas das crianças.

3.1 A FAMÍLIA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A família como tema de pesquisa para História é um tópico relativamente recente. Apesar de que no século XIX alguns livros tangenciaram tal questão,⁷⁷ foi com a Escola dos *Annales* e sua ampliação de sujeitos e objetos, que a família passou a ser vista como potencial objeto de estudo (ALMEIDA, 2001, p. 2). Um dos trabalhos pioneiros não só do campo da família, mas também da infância, foi a obra de Philippe Ariès, *A História Social da Família e*

⁷⁷ “(...) como Johan Jacob Bachofen, que publicou, em 1861, *O direito materno*, e o historiador americano Charles Morgan, cujo livro, *A sociedade antiga*, foi editado em 1877. Friedrich Engels serviu-se amplamente deste segundo livro e das anotações de Karl Marx sobre ele para escrever *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884)” (ALMEIDA, 2001, p. 1).

da Infância (1960).⁷⁸ Os subsídios teóricos de Ariès contribuíram inclusive para a História das Mentalidades.

No Brasil, de acordo com Eni de Mesquita Samara, foi entre os anos 1970 e 1980 que a História da Família começou a ganhar espaço: “(...) no bojo de um processo geral que se estabelecia de revisão da História do Brasil, os estudiosos da família de dedicaram-se com afincos às pesquisas em fontes documentais históricas, que os colocaram diante de velhos problemas com novas questões” (1997, p. 7). O pouco que conhecíamos sobre a família brasileira estava vinculado à obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1981) e foi para seus escritos que os primeiros pesquisadores da família voltaram-se (SAMARA, 2002).

79

De acordo com a pesquisadora Mariza Corrêa, durante muito tempo o foco das análises que se aventuravam a historicizar a família no Brasil, partia da perspectiva de uma única forma de estrutura familiar e de unidade doméstica: a família patriarcal (CORRÊA, 1981, p. 7). Esse modelo de organização familiar era rural e extenso, tendo um homem como figura central de poder, o chefe da família e provedor, que atuava não só como responsável pelos negócios e questões financeiras da família, mas como autoridade moral dos grupos sob sua influência (ALVES, 2009, p. 3). Era ainda composta pela esposa, filhos e netos e por um núcleo secundário, formado por outros agregados, amigos, serviçais e as pessoas escravizadas que viviam na grande propriedade (FREYRE, 1987).

Para Corrêa, o conceito de família patriarcal ignorou “(...) as diferenças, comprimindo-as até caberem todas num mesmo molde que é então utilizado como ponto central de referência quando se fala de família no Brasil” (CORRÊA, 1981, p. 10). Para a autora, a ênfase dada a essa mesma estrutura acabou por marginalizar muitas outras formas de organização e parentesco, de modo que estas foram encaradas como subsidiárias. E os debates realizados por essa nova geração de historiadores, influenciada pelos *Annales*, apontaram

⁷⁸ Originalmente publicado com o nome de *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, o livro de Ariès trata da infância enquanto uma construção social, cujo despertar ele atribui ao século XVII. É importante frisar que o autor aborda não um marco temporal da evolução dos infantes, mas como a existência de um sentimento de infância e o surgimento de uma preocupação de fato com as crianças quando não mais seriam vistas como pequenos adultos. Apesar da sua contribuição para o campo da História da Infância e das Mentalidades, Ariès ainda hoje recebe críticas importantes sobre seus escritos. Ver CUNNINGHAM (1998), GÉLIS (1991), DORNELLES (2005), SOSENSKI e ALBARRÁN (2012), CUEVAS (2012).

⁷⁹ Gilberto Freyre também tem sido largamente revisto, lido e criticado por conta de sua visão do Brasil como uma democracia racial. Como exemplo, o Professor Doutor Henrique Cunha Junior tece, entre outras críticas, a de que *Casa Grande & Senzala* tenha funcionado “(...) como uma forma de desqualificação cultural reafirmando um suposto e controvertido atraso civilizatório das populações africanas em relação à portuguesa” (CUNHA JUNIOR, 2013, p. 88). Essas denúncias foram amplamente realizadas também pelos movimentos sociais (ver: SILVA, Gabrielle; Santos, Cleito. *Mito Da Democracia Racial Como Pensamento Hegemônico E A Contranarrativa Do Movimento Negro Unificado* [MNU], Anais do Seminário do Nemos: Movimentos Sociais e Sociedade Moderna, 2021).

justamente para a flexibilidade desse modelo e, mais ainda, para a ideia de múltiplos modelos familiares no Brasil, levando em consideração as regiões, grupos sociais e etnias (SAMARA, 2002, p. 45).

As críticas elaboradas à Freyre quanto a esse conceito de família são alvo de discordância de Angela Mendes de Almeida.⁸⁰ Ela ressalta que foi realizado um esforço imenso desses pesquisadores para marcar que o modelo de Freyre poderia ser possível, mas não para o Brasil todo e sim, para o nordeste. Os pesquisadores notaram, a partir de diversas fontes, que as famílias do sudeste não eram tão extensas em número de membros como as latifundiárias, que esse modelo não levava em conta a presença de bastardos ou que mulheres poderiam “se separar” com alguma frequência e ainda, que algumas mulheres viúvas assumiam o controle da família e dos negócios, questionando assim a rigidez do papel das mulheres apresentado em *Casa Grande & Senzala* (ALMEIDA, 2001). Para a autora, esse tipo de debate fomentava uma ideia de modernidade do sudeste em contraposição às práticas analisadas na obra que forja o conceito:

De tudo isso adviria a conclusão de que aquela família patriarcal de Freyre era um “modelo” antigo, próprio apenas do Nordeste atrasado, enquanto no Sudeste, por causa destas características citadas, teria havido desde a Colônia, uma família mais próxima da moderna (ALMEIDA, 2001, p. 4).

Para os críticos era excessivo colocar a família patriarcal como a única ou mais expressiva formação familiar para o Brasil Colônia e ainda, como célula *mater* da sociedade brasileira, isto porque Freyre analisou um contexto muito específico e regional, que não deveria ser transposto para todas as outras regiões, como um modelo hegemônico – e que essa insistência deixou outras formas de organização familiar às margens das pesquisas (CORRÊA, 1981). Para Almeida, entretanto, Freyre não falava de um modelo, mas sim de uma mentalidade: um tipo de arquitetura mental que ordenou relações de dominação e submissão, quase a naturalizá-las socialmente, forjando comportamentos hierarquicamente tipificados (ALMEIDA, 2001, p. 5) e que deixou reminiscências, tanto no imaginário social, quanto na historiografia.

Para buscar esse contraponto, deu-se início a outra busca: a pesquisa sobre uma família moderna e distinta de um modelo extenso e patriarcal – pelo menos, nas elites – e sua relação com o desenvolvimento econômico e político, principalmente no sudeste. Para Elizabeth Anne Kuznesof, a família e o parentesco são questões intrínsecas à evolução da política brasileira e, ainda, “(...) a organização básica subjacente à formação do capital e da

⁸⁰ Antonio Candido e Oliveira Viana também são revistos e criticados por essa geração de autores (SOUZA, BOTELHO, 2001).

empresa privada no Brasil” (KUZNESOF, 1989, p. 44). Para a autora, a família das elites até o século XIX representava a consanguinidade e parentesco, mas sobretudo, unidade econômica; menciona, por exemplo, os arranjos de matrimônio entre clãs importantes e tradicionais com os comerciantes, para firmar uma aliança de interesses econômicos privados, nos anos finais do XVIII (KUZNESOF, 1989, p. 55).

A autora aponta a importância dos laços criados para manutenção do poder e do capital: se, nos meados do século XIX, os casamentos eram mais endógamos, ou seja, entre parentes, no fim deste e na virada para o XX passam a ser mais exógamos, fora desses parentescos – como uma forma de expandir os relacionamentos familiares através das unidades políticas. As relações familiares não são um fim em si só, mas tem implicações econômicas e culturais. Kuznesof cita a questão de como o fim dos dotes (pelo casamento com uma filha) proporcionou mudanças na urbanização e ocupação de São Paulo, pois com uma menor dependência material foi possível maior autonomia para que os filhos e genros buscassem outras atividades econômicas e deixassem o modelo de residência matrilocal, habitando outros locais da cidade (KUZNESOF, 1989, pp. 55-57).

A autora afirma ainda que, nos estudos da família, as classes populares demoraram um pouco mais para ter atenção dos pesquisadores das ciências humanas – o texto foi escrito em 1989 e ela disserta: “as relações familiares nas classes populares apenas agora estão começando a ser estudadas no Brasil, em grande parte baseadas nos registros criminais” (KUZNESOF, 1989, p. 57). Alega que as unidades familiares das camadas populares se igualavam a das elites, mas que mesmo que divergente nos aspectos econômicos e nos motivos de matrimônio, era possível notar a presença de uma norma e uma ideologia, como veremos no próximo tópico.

Se as configurações familiares dos pobres que habitavam o campo e as cidades não eram ainda vistas como interessantes pelos pesquisadores, menos ainda eram as dos escravizados.⁸¹ Robert W. Slenes (1999) demonstra como, durante muito tempo na historiografia, a partir de relatos de viajantes, foi formada uma ideia de que as pessoas

⁸¹ Optamos aqui por utilizar o termo escravizado para se contrapor ao termo escravo como condição natural de inferioridade e subalternidade, como se intrínseca ao fato de a pessoa ser negra; ao passo que escravizado modifica a carga semântica, denunciando o processo de violência relacionada à escravidão e marca a responsabilização daquele que escravizou. Para saber mais, ver: HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth. SANTOS, Adriano Rodrigues dos. Sobre Escravos E Escravizados: Percursos Discursivos Da Conquista Da Liberdade. Anais do III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) Dilemas E Desafios Na Contemporaneidade. 2012. Pp 1-13; GUIMARÃES, Antonio S. A. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade branca e a fraternidade mestiça). Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011, n. 2, p. 17-36.

escravizadas não produziam laços familiares, ou seja, a família era inexistente.⁸² Nas décadas de 1950 e 1960, tanto o Brasil como os Estados Unidos formulavam os primeiros esboços sobre a escravidão e nesse contexto forjou-se um consenso de que foi preciso soterrar qualquer aproximação entre os escravizados visto que esses autores argumentavam que o fim da família cativa era fundamental para o sistema escravista.⁸³ No começo dos anos 1970, já se traçava uma nova rota interpretativa em *Ser escravo no Brasil* de Katia Mattoso, que questionava a ideia da total domesticação psicológica dos senhores para com os cativos e, se ainda não reconhecia a família em si, salientava modos de solidariedade que havia entre os africanos e descendentes (SLENES; FARIA, 1998).

As famílias empobrecidas, brancas ou não-brancas, foram primeiro preocupações de outras ciências sociais, como a antropologia. Na História, a disposição sobre essas questões se relacionou aos estudos de gênero, com investigações sobre a mulher no âmbito familiar ou no mercado de trabalho, nos espaços fabris e na ocupação dos espaços públicos que antes lhes eram negados, e ainda, dos estudos das infâncias, sobre sua institucionalização e como alvo prioritário de diversas políticas públicas. Hoje, muitos estudos estão sendo realizados sobre as novas configurações familiares e sobre o que se entende por família, em esforços de diferentes disciplinas, como a História, Antropologia, Sociologia, no Serviço Social, na Educação e mesmo na área da Saúde.⁸⁴

Se para a História as famílias pobres demoraram a serem autorizadas na lista de objetos possíveis, para as políticas públicas essas configurações foram alvo de constante vigilância e intervenção do Estado, como em breve abordaremos.

3.2 UM MODELO FAMILIAR LEGAL E NOVAS MENTALIDADES

A abordagem de Angela Mendes de Almeida (2001) sobre a família enquanto uma mentalidade é muito interessante quando pensamos sobre o termo “família nuclear burguesa”.

⁸² É a partir dos escritos de Slenes, principalmente, que a partir dos anos 1990 muitos historiadores vêm se debruçando sobre as formações familiares dos cativos e o significado desses laços para o cotidiano dos espaços de trabalho forçado e moradia. Nas universidades, cresce cada vez mais o interesse por essas questões e amplia-se também a tipologia das fontes utilizadas, como listas de desembarque dos navios que traziam à força os africanos, listas de casamento e batismo e relações de compadrio...

⁸³ Robert W. Slenes e Sheila de Castro Faria citam como esses autores que cunharam tais paradigmas, Florestan Fernandes e Roger Bastide. (SLENES; FARIA, 1998, p. 1).

⁸⁴ A antropóloga Claudia Fonseca realiza uma discussão no artigo *Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica*, publicado na Revista Saúde e Sociedade, relacionando as discussões do que é uma família e como nossa socialização e ordenamentos jurídicos podem influenciar na possibilidade de intervenção dos profissionais de saúde e do serviço social (FONSECA, 2005).

A autora defende que para que pudéssemos perceber as transformações na mentalidade relacionada à família, aos moldes do que se passou na Europa e Estados Unidos, seria preciso que aqui houvesse existido uma grande revolução burguesa e que existisse o estabelecimento de uma classe burguesa nas cidades bastante poderosa e dominante, que conseguisse impor seus ideais – o que, de acordo com a pesquisadora, não ocorreu (ALMEIDA, 2001, p. 7). Não obstante, afirma Almeida, isso não significa que a mentalidade acerca dos valores burgueses para a família não tenha chegado ao Brasil:

os navios despejaram no Brasil – sob a forma de material impresso em livros e revistas, bem como de brasileiros que retornavam com a cabeça fervilhante de ideias – um conjunto de novos princípios, novas modas, novos procedimentos de estar em sociedade e em família, novos ideais públicos e privados (ALMEIDA, 2001, p. 7)

Mas o que seria, de fato, a família nuclear burguesa? Para a historiadora Silvia Maria Fávero Arend, essa configuração é formada:

pela composição pai, mãe e filhos; pela presença de representações sociais que conformam o chamado amor romântico entre os cônjuges, bem como o amor materno e paterno em relação aos filhos; a sexualidade do casal deveria ser pautada pela prática da monogamia e pelo heteroerotismo; à mulher caberia a administração do mundo do doméstico e a maternagem das crianças, enquanto o homem tornar-se-ia o provedor, atuando no âmbito do público; as relações de parentesco entre os membros da família seriam construídas a partir de dois eixos, isto é, a consanguinidade e a afetividade (ARENDA, 2007, p. 276).

Esse modelo de família forjou-se no período pós-revolução francesa, com o estabelecimento da burguesia. A despeito de a revolução ter tentando subverter as fronteiras entre o público e o privado, o pensamento político posterior as reiterava e sustentava a família não só como uma instância reguladora dos costumes, onde o privado seria fundamental, mas também como a célula base da sociedade (PERROT, 1991, p. 91).

Nesse contexto, a família foi entendida como dotada de uma moralidade natural e que o bom andamento da família seria fundamental para o progresso do Estado:

Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Garantia da espécie, ela zera por sua pureza e saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. É a criadora da cidadania e da civilidade. A “boa família” é o fundamento do Estado (...) (PERROT, 1991, p. 105).

Fundada sobre o casamento monogâmico, cada indivíduo tem seu papel estabelecido nesse agrupamento. O pai é a autoridade maior, onipotente – tanto quanto à sua esposa, quanto sobre os filhos; tem o direito, e o dever, de vigiar todas as ações de sua mulher. Mesmo passando mais tempo fora de casa do que dentro dela, ele é a figura de poder dominante: a ele cabem as decisões morais e, sobretudo, econômicas; e é por isso que a morte

de um pai representa uma “(...) fratura econômica e afetiva da vida privada, é o acontecimento que dissolve a família, que permite a existência das outras famílias e a libertação de indivíduos” (PERROT, 1991, p. 129).⁸⁵

Se no início do XIX, as mulheres das classes mais abastadas podiam colaborar na gestão das empresas e na administração, na metade do século a maioria delas se retirou (ou foi retirada) dessa esfera econômica e ao se distanciar, seu espaço de ação foi resumido à casa. A mulher passou a ter um lugar demarcado: o do cuidado. Era a responsável por gerar e parir, nutrir, cuidar e educar os filhos, decorar e cuidar do lar, realizar (ou mandar os empregados realizarem) todas as tarefas necessárias para que quando o esposo chegasse a casa, pudesse ter descanso.

Nas classes populares, a paternidade significava honra, patrimônio e mesmo, a sobrevivência – Perrot alega que os proletários se apropriaram da paternidade como virilidade, associando-a à masculinidade e sobre esses valores, edificaram suas identidades. Já a mulher, esposa e mãe dessas classes acumulava muitas mais funções do que as de classe média e da alta sociedade: era a responsável por cuidar de todos os numerosos filhos, pelos volumosos afazeres da casa e também por, sempre que possível, conseguir alguma forma de renda, seja lavando, passando ou realizando pequenos reparos nas roupas (PERROT, 1991, p. 142-145).

Nesse modelo familiar, homem e mulher, unidos pelo casamento monogâmico, são vistos como desiguais entre si. Já a criança passou a ter a centralidade da afeição e investimentos da família, mas também dos debates do Estado que a entendia então como “ser social”. Ela não era só a herdeira da família, mas de uma nação, da raça, aquela que seria o produtor, o soldado, o cidadão de amanhã e que, por esse motivo, se tornou objeto de disputa entre os poderes familiar, eclesiástico e estatal: “Isso significa que a infância é, por excelência, uma daquelas zonas limítrofes onde o público e o privado se tocam e se defrontam, muitas vezes de maneira violenta” (PERROT, 1991, p. 148).

É possível dizer então que a formação dessa família nuclear se relaciona com as novas definições dos espaços públicos e privados e forja-se como um núcleo moral, cujos personagens menos “dotados de racionalidade” – mulheres e crianças – deveriam ter atenção das autoridades, para sua proteção e para a da sociedade; como consequência houve o

⁸⁵ Michelle Perrot realiza esse adendo da morte do patriarca como uma libertação dos indivíduos, já que este tinha um grande poder sobre suas vidas. A autora afirma a importância dessa figura através da citação da legislação que era especialmente rigorosa contra o parricídio (homicídio do pai) e também dos relatos presentes nos folhetins e livros, sobre a liberdade dos filhos pós-falecimento do genitor (PERROT, 1991, p. 131).

surgimento de diversos dispositivos de domínio da sexualidade,⁸⁶ controle da moralidade e saberes médicos, como a puericultura, por exemplo.

Esses preceitos também chegaram ao Brasil e tiveram grande repercussão entre médicos, juristas e higienistas: “Se ‘antes’ a família era encarada apenas do ponto de vista do patrimônio, o pensamento da ‘moda’ estava sob a forma de um ideário moderno, higiênico, científico e normalizador” (KROTH, 2008, p. 33). Direcionadas primeiramente às classes altas, mesmo que em um contexto mais urbano ainda que em uma sociedade escravocrata e agrária, foram criadas medidas para a inserção de valores que reorganizaram a vida familiar e doméstica e a administração do tempo, mas que também ditavam os papéis de cada um nessa organização, gestando novas relações, afetos e sensibilidades (D’INCAO, 2004).

O casamento até o início do período republicano era ditado pela Igreja Católica e para esta, o sacramento do matrimônio legitimava a família e sua função social era a procriação e a organização da sociedade. Nos anos finais do século havia então uma preocupação latente dos juristas sobre a natureza jurídica do casamento:

Durante toda a segunda metade do século XIX e o início do século XX os meios jurídicos e o Estado debateram-se ante o dilema de aceitar a modernidade do código modelo, com a laicização da vida civil e a separação entre Igreja e Estado, mas ao mesmo tempo conservar a indissolubilidade do casamento, tão cara aos católicos e tão necessária à conservação do patrimônio familiar e à submissão da mulher ao pátrio poder (ALMEIDA, 2001, p. 8).

É possível notar, dessa forma, que a modernização legislativa dos primeiros códigos brasileiros precisava combinar elementos ditos modernos e burgueses, mas mantendo vários preceitos católicos e tidos como tradicionais: “no âmbito específico da legislação jurídica relativa à família e ao casamento, a modernidade foi expurgada daquilo que contrariava as nossas ‘tradições’, ou seja, a mentalidade da família patriarcal rural escravista” (ALMEIDA, 2001, p. 9).

Com a Proclamação da República e a separação formal da Igreja e do Estado, instituiu-se o casamento civil, não sem o enfrentamento dos católicos. Definiu-se então a família como efeito do casamento, com a pretensão de se ter filhos legítimos e com papéis bem definidos pelos membros: o pai era o chefe da família, representante legal e administrador dos bens, provedor do sustento da esposa e filhos e decidia sobre a profissão da mulher e sobre como educar os filhos. A esposa, entendida então como “mulher honesta”,

⁸⁶ Para Michel Foucault, a sexualidade é um dispositivo histórico. Representa uma rede que engloba a intensificação dos prazeres, a incitação do discurso, a formação do conhecimento e o reforço dos controles. Para o autor, a burguesia se distingue enquanto classe, por suas práticas, seu corpo e sua subjetividade. Seu corpo é valorizado, não enquanto força de trabalho, mas pelo que representava política, econômica e historicamente, para o presente e futuro da burguesia (FOUCAULT, 1988, pp. 110-118).

poderia utilizar o sobrenome do marido e “gozar das suas honras e direitos, que pela legislação brasileira se possam comunicar a ella” (BRASIL, 1890).⁸⁷ Ou seja,

Como se observa no modelo de família previsto neste decreto, a divisão formal entre o Estado e a Igreja não influenciou significativamente na determinação das regras atinentes às famílias. Era evidente a similaridade entre as normas de direito canônico (Código de Direito Canônico de 1917) e as do Decreto 181 de 1890 em relação ao lugar da família (centralidade da família na sociedade); as suas funções (reprodução da espécie, legitimação dos filhos); a sua estrutura (formada exclusivamente pelo casamento, cujas características eram a indissolubilidade, o heterocentrismo, a monogamia); e as funções desempenhadas pelo homem (autoridade em relação à mulher e aos filhos), pela mulher (submissa em relação ao poder do marido) e pelas crianças (classificadas por meio da relação conjugal dos genitores) (KROTH, 2008, pp. 56-57).

Essa ideia da família ocupando lugar central na sociedade permaneceu no Código Civil de 1916 e manteve-se como ideal, a mesma estrutura. O pai ainda seria dotado desse pátrio poder, sendo o chefe da família, mas pela primeira vez foram impostos alguns limites a essa dominação: “este Código ‘inovou’ ao limitar o poder do pai, já que o Ministério Público poderia agir para resguardar a segurança do filho, em virtude de ‘castigos imoderados’, de ‘abandono’ e de ‘atos contrários à moral e aos bons costumes’ (art. 394 e 395)” (KROTH, 2008, p. 65). Isto posto, apesar de se parecer muito com o Código de 1890, instituiu alguns pontos importantes como alguns direitos comuns aos cônjuges, limitação de algumas formas de violência exercidas pelos pais contra os filhos, critérios para a adoção e instituição do bem de família, para que se assegurasse uma moradia para os familiares (KROTH, 2008, p. 65).

De acordo com Vanessa Kroth, o Código Civil de 1916 “continuou a ser utilizado como parâmetro para a definição de família pelos juristas durante todo o século XX” mesmo depois da promulgação da Constituição de 1988 (KROTH, 2008, p. 69). Nesse intervalo de tempo, não foram poucos os decretos, decretos-lei e leis⁸⁸ concedendo direitos, definindo as responsabilidades do pai, mãe e filhos, que determinaram a família como formada pelo casamento monogâmico, heterossexual e indissolúvel, cujos frutos eram os filhos legítimos e legitimados. O direito penal, trabalhista e a assistência do estado em alguns casos, como benefícios e garantias, se baseavam também nessa formação de família, reconhecida pela lei.

Com o Estatuto da Mulher Casada, de 1962, a mulher passa a ser reconhecida como uma colaboradora do marido no lar, mas o esposo ainda é o chefe. Segundo a historiadora

⁸⁷ BRASIL, Decreto 181 de 1890, artigo 56. “São efeitos do casamento”.

⁸⁸ A autora cita também as constituições que se seguiram e que abordam a família: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 (Constituição de 1934), na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937 (Constituição de 1937), na Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 (Constituição de 1946) e na Constituição do Brasil de 1967 (Constituição de 1967) (KROTH, 2008).

Marlene de Fáveri, nessa década foram registradas algumas decisões judiciais em favor das “amásias”⁸⁹ e também as consideradas “amantes” e “concubinas” (FÁVERI, 2007, p. 341).⁹⁰

A indissociabilidade do matrimônio foi uma questão debatida longamente entre as esferas de poder, juristas, instituições religiosas e sociedade civil. Até o período em que alguns dos entrevistados dessa pesquisa eram crianças, discutia-se ainda a questão do divórcio. Apesar de o primeiro projeto sobre isso ter sido apresentado em 1893 à Câmara dos Deputados, a Lei do Divórcio foi homologada no Brasil apenas em 1977. Antes disso, o Código de 1916 em seu artigo 315, trazia a questão da possibilidade de uma separação de corpos e bens, mas em que se mantinha o vínculo matrimonial (KROTH, 2008, p. 62). A esse arranjo chamava-se “desquite”. Fáveri descreve:

O desquite era a única possibilidade de separação oficial dos casais, e as mulheres desquitadas sofriam o preconceito da sociedade, cuja conduta estava sob constante vigilância – sem a quebra do vínculo matrimonial, os cônjuges continuavam casados sob a ótica da Igreja e dos costumes aceitos, e pressupunha que os desquitados se abstivessem de relações sexuais, mas eram as mulheres as mais vigiadas (FÁVERI, 2007, p. 341).

A autora, a partir dos discursos jurídicos e da imprensa, relata os intensos debates entre a Igreja Católica e os chamados divorcistas. A primeira desejava a manutenção da família, entendendo esta como um sacramento e o divórcio justamente como o fracasso dessa estrutura, já que nessa compreensão a procriação estaria comprometida, visto que a função da família era a reprodução – e nesse contexto, estava comprometida também a maternidade, que deveria ser exercida somente dentro do casamento. Os divorcistas sustentavam, segundo Fáveri, alguns argumentos conservadores, pois defendiam “que o ‘recasamento’ era a forma de manter a família, fundamentando-se na mesma base conservadora de sua sustentação e reafirmação das estruturas familiares vigentes, re-enquadrando homens e mulheres nos seus papéis essenciais dentro da sociedade” (FÁVERI, 2007, p. 342). Ou seja, ainda estava posta a ideia da família e da honra, os estereótipos a partir dos papéis sexuais.

Sendo assim, é interessante perceber a permanência dos discursos que atravessaram os tempos quanto à família brasileira. A partir da fundamentação do que seria uma família, desenvolveu-se todo um aparato jurídico e todo um imaginário, que pautou subjetividades por décadas e moldou comportamentos, ditando o que seria aceitável ou não. O modelo familiar

⁸⁹ Amasiado é um termo utilizado para designar a pessoa que mantém uma relação sem vínculo legal ou formal como a estabelecida pelo casamento, como pessoas que mantêm uma relação afetiva e moram no mesmo domicílio, mas sem formalizar isto através do matrimônio

⁹⁰ Segundo Vanessa Kroth, “Em outros termos, para o direito, há duas definições do que é ser concubina. Na primeira definição, a concubina é a mulher que mantém uma relação estável com um homem, semelhante ao casamento. Contemporaneamente, esta definição é sinônima de companheira (que é a mulher que está em união estável com o seu companheiro)” (KROTH, 2008, p.55).

nuclear burguês vai pleitear lugar em nossa sociedade e mentalidades e mesmo que, em determinado momento, pesquisas nos provem que há décadas as configurações familiares são plurais e divergentes deste, é esse que vai perdurar culturalmente - a partir das entrevistas realizadas para essa pesquisa foi possível perceber que os narradores pautam a sua configuração familiar em contraste com o que eles consideram que deveria ser uma família e os papéis que cada membro, pai, mãe e filhos, deveriam ocupar nesse agrupamento e isso se refere inclusive, aos sentimentos, como o de pertencimento e amor.⁹¹

3.2.1 A Família e a Criança Pobre: alvos da intervenção estatal

Como vimos, o estabelecimento de um modelo familiar alinhado com a modernidade pretendida na República Velha foi dirigida primeiramente às classes abastadas e deveu-se a um grande esforço “de alto para baixo da pirâmide social” (FONSECA, 2004, 436). De acordo com Maria Angela D’Incao,

Esse período marcou a passagem das relações sociais senhoriais às relações sociais do tipo burguês. A cidade burguesa teria sistematicamente de lutar contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram considerados inadequados para a nova situação (D’INCAO, 2004, p. 188).

Com a normatização de comportamento nos centros urbanos pelos enriquecidos e, sobretudo, com a ascensão das teorias higienistas, as autoridades passam a intentar inserir os novos costumes e valores morais também para os pobres, que “não abraçaram imediatamente o modelo da família moderna” (FONSECA, 2004, p. 437), focando não só no lar, mas na força produtiva (GIOPPPO, 1996, p. 167). Vanessa Kroth afirma que:

Uma das preocupações das classes dirigentes, nesta época, estava centrada na organização das famílias, pois das camadas populares se esperava uma força de trabalho adequada e disciplinada. Era preciso, portanto, impor a “nova” ordem e os “novos” entendimentos a respeito do modelo de família sobre as camadas populares (KROTH, 2008, p. 57).

Entre o que se considerava adequado, estavam algumas questões difíceis de serem adotadas nas famílias das classes populares, como por exemplo, a privacidade. Não só

⁹¹ Não obstante, a discussão tem vindo à tona com o avanço no conservadorismo no Brasil. Em 2013, uma comissão especial na câmara federal foi favorável a um projeto de lei que definia família somente como a “união entre um homem e uma mulher e seus descendentes”. Em 2019, houve uma nova proposta para alteração dessa definição, incluindo outras configurações familiares a partir de laços afetivos sem necessariamente incluir consanguinidade, e tem sido alvo de críticas dos setores conservadores. Para mais informações, verificar: SILVA, Fernanda Pinheiro de Souza e. Minha família não existe, por quê? Discussões sobre o estatuto da família no congresso nacional pelo olhar da mídia. Editora Appris, 2020. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>

marcando a distinção do que era público e que era íntimo, mas ainda, a privacidade promovida pelos espaços físicos da casa entre os próprios moradores. Há os espaços comuns no domicílio burguês, como salões e salas de jantar, e o exponencial uso de corredores internos, que separavam quartos e alcovas, onde se podia ficar só (D'INCAO, 2004, 192). Em geral, os lares das famílias pobres não possuíam tanto espaço, muito menos privados:

No final do século XIX, constata-se o surgimento de cortiços em praticamente todas as cidades brasileiras. Essas habitações coletivas, onde moravam uma média de até três pessoas por cômodo, pontuavam as ruelas da cidade ainda nos anos 20. Através dos processos jurídicos, podemos entrever as condições de moradia, quando, por exemplo, um oficial de justiça, voltando de uma apreensão judicial, registra seu escândalo frente à pobreza do casebre, ou porão, em que as mulheres moravam (FONSECA, 2004, p. 434).

Outro ponto se relacionava ao que se considerava o comportamento desejado da mulher honesta. Essa honestidade estava associada a manter a honra da família e do marido, zelar “pelo seu nome” e poderia ser colocada em risco, entre outras coisas, quando a mulher ocupava os espaços públicos - assim, a legislação de 1890 vai indicar que a mulher honesta deveria estar sempre acompanhada. Entretanto, na busca de seu sustento, a mulher pobre frequentemente precisava circular pelas ruas, lugar tido como um espaço perigoso para a moral (KROTH, 2008, p 55). Segundo Marcus Vinicius Amorim de Oliveira, a mulher honesta seria aquela de conduta impecável e irrepreensível no ponto de vista da moral e essa normativa representava “a operacionalização do direito penal com o objetivo de regular a moral subjetiva e mesmo a maneira de ser das pessoas” (OLIVEIRA, 2007, pp. 1-3).

“A autonomia das mulheres pobres no Brasil da virada do século é um dado indiscutível. Vivendo precariamente, mais como autônomas do que como assalariadas, improvisavam continuamente suas fontes de subsistência”, afirma Raquel Soihet (2004, p. 317). A rua era o espaço por excelência das vendas e serviços, no entanto, ocupou um lugar central nos debates da virada do século como um local indecoroso às mulheres e crianças. Não bastasse a vigilância constante por parte da sociedade, das autoridades policiais e jurídicas, dos comportamentos considerados desonrosos creditados às mulheres, ascendia um novo movimento capaz de regular as condutas das famílias: o movimento higienista.

Com impacto em diversos setores, como a medicina, psiquiatria e educação, o higienismo chegou ao Brasil em fins do século XIX e preconizava normas e hábitos que colaborariam com o aprimoramento da saúde coletiva e individual (GÓIS JR, 2007, p. 5). Na conjuntura que se estabelecia, “o discurso médico-higiênico acompanhou o início do processo de transformação política e econômica da sociedade brasileira em uma economia

urbano-comercial e expressou o pensamento de uma parte da elite dominante que queria modernizar o país” (MANSANERA, SILVA, 2000, p. 117).

Com essa ideia de modernidade, os higienistas contrapunham o Brasil à Europa alegando que o que chamavam de “atraso” do país devia-se à falta de educação e saúde do povo e que as doenças tinham suas raízes na desorganização social e o mau funcionamento da sociedade (GUIMARÃES, 2007). A influência do movimento teve muitas consequências no cotidiano das famílias, como veremos a seguir.

O surgimento da puericultura, por exemplo, foi um meio de divulgação de práticas de higiene para as mães e também de condutas maternas. Eram publicados folhetos educacionais com orientações de cuidado, do que se evitar, de como limpar a casa para evitar doenças... (WADSWORTH, 1999). Foram criadas organizações que prestavam assistência às mães e seus filhos, primeiramente, a partir de igrejas e iniciativas individuais ou de agremiações, como as de damas da sociedade. Como política de Estado, de fato, foi somente na segunda década do século XX, com a disseminação da ideia na criança como bem do futuro do Brasil, que se justificou o cuidado e controle das pessoas, sobretudo, as empobrecidas.

A partir de então, o interesse do Estado na criança legitimou congressos, estudos e legislações que declaravam a responsabilidade estatal no cuidado com os infantes – Irene Rizzini considera que as duas primeiras décadas do século XX foram as mais frutíferas da história da legislação brasileira para a infância (RIZZINI, 2011, p.109). Para além da interferência do Estado com o indicativo de que a criança é um valor, a semente do amanhã, há ainda a visão de uma ação preventiva a fim de se evitar a delinquência. Nesse sentido, a justiça e a assistência andavam de mãos dadas: junto do estabelecimento de creches e reformas educacionais, estavam os debates sobre criminalidade juvenil, a criação de escolas de reforma e até mesmo os dispensários e asilos psiquiátricos; foi nesse contexto que se popularizou o uso do termo menor para distinguir as crianças pobres, abandonadas e “criminosas” dos filhos dos cidadãos moralmente respeitáveis, os ricos (RIZZINI, 2011, p. 123) e que surgiram diferentes discursos sobre os tipos de trabalho que os pequenos poderiam realizar ou não (FALEIROS, 2011, p. 46).

Dentre esses postulados, se defendeu a possibilidade de interferência no âmbito doméstico caso se percebesse que as famílias não proviam da maneira desejada seus descendentes:

O mito criado em torno da família das classes empobrecidas serviu de justificativa para a violenta intervenção do Estado neste século. Com o consentimento das elites políticas da época, juristas delegaram a si próprios o poder de suspender, retirar e restituir o Pátrio Poder, sempre que julgassem uma família inadequada para uma criança (RIZZINI, PILOTTI, 2011, p. 25).

É importante notar que muitos fatores poderiam fazer com que se considerasse uma família inadequada, por exemplo, o desemprego ou estar empregado em ocupações ditas contrárias à moral, a falta de habitação certa, vagar pelas ruas, etc. (RIZZINI, PILOTTI, 2011). A questão da tutela dos pais e quando esta seria perigosa aparece em diversos projetos de lei da época e nos debates da imprensa, e tais discussões culminaram na promulgação do Código Mello Matos ou, como ficou mais conhecido, Código de Menores de 1927. Dentre outras decisões, no decreto descrevem-se os motivos pelos quais o Estado poderia intervir em uma família em temas relacionados à infância.

Com o passar do tempo, as instituições criadas para abrigar essas crianças retiradas do seio familiar, foram adotando o caráter profissionalizante e reproduzindo o discurso de moralização pelo trabalho. Esses valores foram incorporados ainda mais quando no Governo Vargas, que também relacionou a infância e a família à preservação da raça, à manutenção da ordem e com o progresso da nação (FALEIROS, 2011, p. 57). No contexto estadonovista, “a moralidade ‘higienizada’ e, ao mesmo tempo, ‘higienizadora’ seria a síntese do amor da família ao Estado. A família, com seus laços fortemente atados, seria a força motriz constituidora e instituidora da dignidade do Estado” (SOUSA, 2010, p. 51).

Durante todo o século XX houve a preocupação com a família e a sua moral, focando nessa como fundamental para a organização social e na criança como o cerne do núcleo familiar; esta deveria ser o centro da atenção do pai, mãe ou tutor e na impossibilidade disto, o Estado deveria interferir pelo bem da criança, mas também pelo bem da sociedade. Dessa forma, era preciso prover instituições de assistência, cuidado, educação e profissionalização e fiscalizar as que eram de controle da igreja ou outras organizações – educandários, orfanatos, patronatos... Como os muitos institutos pelos quais os entrevistados passaram antes de serem pequenos jornaleiros, conforme relataram.

3.3 “NÃO TINHAM CONDIÇÕES DE ME CRIAR”: AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E AS FAMÍLIAS NOS RELATOS

As configurações familiares dos grupos populares ao longo da história têm sido muito mais diversas, reconstituídas e dinâmicas do que as das classes abastadas. Ao analisar

os relatos dos entrevistados, foi possível perceber essas configurações e como foram importantes para a solicitação de internação nas instituições pelas quais passaram. Foram bastante citadas algumas questões, relacionadas entre si, como o abandono ou não convívio com o pai, o abandono da mãe, a necessidade da mãe trabalhar, a precariedade da vida pré-internação que se relacionou também à vida no campo.

A frase que dá título ao tópico poderia ter sido dita por qualquer um dos entrevistados e, de certo modo, foi. Todos os participantes da pesquisa alegaram que a sua tutela no Estado se deu pois sua família não tinha como cuidar dele, não possuía condições de ficar com ele. Isso é posto em xeque algumas vezes em suas narrativas, mas o fato é que a pobreza foi um motivador de suas internações.

Exceto as duas pessoas que não sabem sobre suas famílias, o restante dos entrevistados citou a questão rural ou a migração: ou os genitores trabalhavam na roça, eram bóias-frias, ou vieram de outro estado onde exerciam essa função para Curitiba e região, a fim de “melhorar de vida”.

Dentre os entrevistados jornalheiros:

- a) 2 nasceram em outro estado (Mato Grosso, Alagoas);
- b) entre os paranaenses, somente 3 foram registrados na capital, mas 2 nasceram em Piraquara;
- c) 4 tinham pais ou mães que vieram de outros estados (Mato Grosso, Alagoas, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco);
- d) As outras cidades mencionadas como de origem são: Cornélio Procópio, Peabiru, Engenheiro Beltrão, Umuarama, Santa Zelia, Campo Mourão, Nova Fátima (todas no Paraná).

A pobreza e a dificuldade em achar trabalho no campo foram citadas como justificativas para que os pais, em geral a mãe, buscassem oportunidade na capital. Foram também as dificuldades na cidade grande que impulsionaram a solicitação da assistência do Estado para criação de seus filhos. Os fenômenos migratórios marcam a História do Brasil e estão associados aos ciclos econômicos – entretanto, a partir dos anos 1930, houve um exponencial aumento nesses movimentos internos:

A população se desloca com frequência surpreendente, no entanto, o fenômeno migratório não acontece apenas de uma região para outra (migração inter-regional), mas também no interior de uma mesma região (migração intra-regional). Em linhas gerais, a orientação e a densidade dos fluxos migratórios decorrem basicamente do processo histórico de desenvolvimento (VALE, LIMA, BONFIM, 2005, p. 23).

Os trânsitos migratórios dos pais dos narradores, tanto aqueles que vêm de outros estados quanto do interior pra capital, se inserem nesse contexto de deslocamentos em busca de melhores empregos e oportunidades. O Paraná recebeu muitos imigrantes e migrantes no século XX, sobretudo pela demanda pela força de trabalho no campo, pelo menos até o começo da década de 1960. A partir daí, com a modernização agrícola e mecanização dos processos, as pessoas deixaram as áreas rurais para buscar moradia e emprego nas cidades próximas, depois nas maiores, os centros urbanos mais dinâmicos no Paraná e ainda, em outros estados (COSTA, ROCHA, 2012).

Curitiba e as cidades adjacentes se tornaram destino desses grandes deslocamentos:

Tanto quanto o Paraná nesse período, sua capital foi invadida por uma nova população de diferentes origens e com diferentes expectativas. Com um mercado de trabalho em expansão no setor de manufaturas e construção [BALHANA et.al, 1969, p. 248] tornou-se também pólo atrativo de migrantes. No período, a população da capital teve um aumento percentual de 98,78%, passando de 180575 habitantes em 1950 para 356830 habitantes em 1960 [IBGE, 1950/1960]. (BONI, 2011, p. 6).

Nos atentemos aqui para o fato de que a maioria dos entrevistados são nascidos na década de 1960 (um em 1947, um em 1959), justamente nesse período em que muitas modificações no setor agrário e industrial estavam acontecendo, houve transformações na divisão social e espacial do trabalho, interferindo nas dinâmicas sociais e culminando nesse processo de êxodo rural (MAGALHÃES, 2003). Na maioria dos relatos foi possível perceber essa menção à migração, como no caso de Cosme,⁹² nascido em Nova Fátima, há mais de 300 quilômetros de Curitiba:

C - ... É que na realidade quando nós viemo da roça e não tinha, como a minha mãe já era, como se diz, ela não tinha estudo, não tinha nada, daí ela veio pra Curitiba pra fazer uma vida melhor, né, daí nós ficamo lá na roça lá, daí que foi que ela veio aqui, arrumou um serviço, né, de empregada doméstica daí que ela foi buscar os filhos, e trouxe todos nós pra cá. [...] Daí ela veio trabalhar na fazenda aqui mas daí como ela viu que a vida tava difícil ela...

N - Veio pra cá.

C - Veio pra Capital.⁹³

A mãe de Cosme, Jane, vinda de Minas Gerais com o marido, instalou-se no pequeno povoado de Nova Fátima, no Paraná. O esposo partiu para mais um deslocamento quando sofreu um acidente: “E nessa uma, a minha mãe disse que tava, quando ele veio pra cá, tava

⁹² Cosme nasceu em 1958, em Nova Fátima, interior do Paraná. Os pais, nascidos em Minas Gerais, migraram para o sul em busca de trabalho. Com os filhos pequenos, decidiram pelo deslocamento mais uma vez - no caminho, o pai que havia viajado primeiro, sofreu um acidente e morreu. A mãe, jovem e com 3 filhos, seguiu os planos anteriores e mudou para Curitiba. Na distância da família e sem rede de apoio, a mãe pediu ajuda ao patrão que providenciou a internação dos meninos. Separado, de baixa estatura, um homem bastante simples, Cosme tem duas filhas e um neto de quem divide o cuidado. Trabalhava à época da entrevista como zelador em uma quadra esportiva.

⁹³ Entrevista Cosme. Realizadas em 17/07 e 14/09/2019.

chovendo muito, e as estrada muito precária, né, e o caminhão tombou. Daí diz que ele veio a falecer.”⁹⁴ Em seguida, a mulher veio para Curitiba e depois de instalada, pode buscar os filhos. Entretanto, trabalhava como empregada na casa de um dentista e não podia dar moradia aos filhos – então, o patrão fez uso de sua influência, colaborando com a internação dos garotos, que eram 3, nas instituições de abrigo e assistência.

Longe da família, sem amparo ou estabilidade, vinda de outra cidade, dona Jane procurou auxílio do Estado. A viuvez da mãe aparece em 3 relatos, mas mais recorrente ainda é o abandono do pai. Constando em 5 narrativas, o afastamento do pai aparece relacionado a dizê-lo como namorador, como galanteador, boêmio, como no caso do pai do senhor Gilson:

Então, a história é assim. A gente morava em Umuarama, né. Aí minha mãe separou... não... minha mãe era baiana, meu pai pernambucano. Pernambucano, sanfoneiro, da noite né, era boêmio né. Aí ele ia tocar muito na zona. E daí ele não... não... não, a família fica meio que por conta da minha mãe, pra alimentar né.⁹⁵

O mesmo é descrito sobre o genitor de Saulo e Wagner, sobre quem usaram o termo “um *Don Juan*”. Proprietário de casas de show e outros negócios, ao separar-se da mãe dos garotos, furtou-se de seus deveres como pai e incentivou a colocação dos meninos nas instituições de assistência, questão confirmada pela mãe em seu relato. O pai de Márcio e de outros três irmãos, dois que também estiveram internados “sumiu, desapareceu em [19]64 acho, coisa assim, minha mãe ficou, gente simples, da lavoura, né, ficou sem ter como cuidar, ela pegou e, pegou os quatro filho que tinha, entregou no orfanato”.⁹⁶ Segundo a antropóloga Cláudia Fonseca, “a incrível mobilidade geográfica dos homens, resultado da busca incessante de emprego, deixava as mulheres periodicamente em estado de abandono” (FONSECA, 2004, p. 432).

Para trabalhar fora e prover seu sustento, as mulheres (principalmente) precisavam deixar seus filhos com alguém, nem sempre da família, e isso acontecia Brasil afora. Para explicar essa transitoriedade do abrigo e cuidado com as crianças, que ora ficavam com os pais, ora com uma tia, a avó, algum parente – e mesmo nas instituições - a antropóloga criou o conceito de circulação de crianças. Esse conceito exprime a dinâmica partilhada pela parcela pobre da sociedade, em que crianças passam parte da infância ou juventude habitando longe de seus pais consanguíneos.⁹⁷ são criadas por avós, tios/as, padrinhos e madrinhas, algum/a primo/a da mãe ou pai ou amigos/as da família, estendendo-se assim as redes de sociabilidade

⁹⁴ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

⁹⁵ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

⁹⁶ Também está presente em outros estratos sociais, mas com outros intuitos, como educação e profissionalização, por exemplo.

⁹⁷ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

já existentes e garantindo a sobrevivência e educação da criança (FONSECA, 2002). De acordo com Silvia Arend, “a colocação de meninos e meninas em abrigos e a filiação adotiva – temporária ou permanente – foram ‘estratégias’ utilizadas, sobretudo em função da pobreza, por pessoas que visavam a sobrevivência de crianças, adolescentes e jovens” (AREND, 2014, p. 71).

No entanto, é curioso perceber, ao contrário da maioria dos entrevistados, alguns dos irmãos, principalmente as irmãs, viveram algum período de suas vidas em companhia de outros familiares que não o núcleo próximo – enquanto os irmãos meninos também foram colocados no sistema estadual de amparo, as irmãs foram tanto para instituições de assistência quanto para a convivência de algum parentado. Seu Márcio, à época, tinha dois irmãos homens e uma mulher; ele e os irmãos foram distribuídos pelas escolas de meninos e sua irmã foi criada por uma tia: “a minha tia, que pegou ela, criou ela como se fosse filha dela. Então a *Marta* também ficou com a minha, minha tia... minha tia que adotou ela e ficou. E eu e meus dois irmãos viemos pro orfanato em Curitiba.”^{98 99}

Pelos relatos, o único que se recorda de viver em companhia de algum familiar que não a mãe, foi Saulo. Antes de entrar na CAPEJO, ele foi abrigado por um período, a pedido de sua genitora, no Educandário Curitiba. Ele, sua mãe e irmão, contam que Saulo ficou muito doente lá – ele tinha 3 ou 4 anos, e a irmã, que tinha 2, também adoeceu. Retirado do Educandário, ficou internado no Hospital das Clínicas e depois, morou alguns anos com os avós em Rio de Areia de Cima, um distrito da cidade de Teixeira Soares. Segundo o relato da mãe:

Minha filha ficou doente, eu tirei ela, aí minha mãe mandou buscar. Aí o *Saulo* ficou doente, eu tirei ele de lá, ele quase morreu. Ele tava muito doente, ele tinha 4 aninhos quando eu tirei ele de lá, e ele ficou com nove quilos. [...] eu levei ele pro hospital e curaram ele pra mim lá no Hospital das Clínicas. Eu fiquei com ele lá o tempo que ele ficou internado, o médico não me garantia a vida dele né? Depois tirei, daí meus pais mandaram buscar porque ele era pequeno né, também, daí meus pais mandaram buscar.¹⁰⁰

Ela salientou na sua resposta que os pais *mandaram buscar* as crianças, duas das três que estavam no educandário. Saulo, na sua entrevista, mencionou esse período, o trabalho no campo, os serviços que fazia tendo apenas sete anos, falou com carinho dos avós e de uma tia,

⁹⁸ Márcio nasceu em Cornélio Procópio, em 1961. É um homem branco, com cabelos rareando, muito educado e cortês. Como outros participantes da pesquisa, Márcio foi inserido no sistema de assistência pela mãe, após a evasão do pai. Foi separado dos irmãos e irmãs, já que cada um foi designado a um local. Morou em diversas unidades, desde o Educandário até uma escola de trabalhadores rurais. Fez o ensino científico, depois a faculdade e hoje trabalha num órgão público importante para a sociedade. É casado e pai de duas filhas.

⁹⁹ Entrevista Zenaide. Realizada em 03/12/2019.

¹⁰⁰ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

que “era como se fosse uma mãe” para ele – faz uma comparação entre o laço que criou com essa tia e com a relação que tem com a mãe: “Eu posso dizer que com a minha mãe eu nunca convivi”.¹⁰¹

Um pouco diferente dos relatos dos colegas foi a trajetória de Lauro.¹⁰² Todas as outras internações foram realizadas pelas mães (10 entrevistados) ou por agência direta do estado (2 entrevistados) como retomaremos logo mais, mas a internação de Lauro foi pedida pelo seu pai. Sua narrativa é muito interessante enquanto estrutura, pois vai e volta nos fatos memoráveis, retoma pontos e relaciona sua passagem pelo exército com as instituições pelas quais passou, com o contexto atual... e, surpreendentemente, termina seu relato pelo que considera o começo: “tudo começou na minha lembrança, quando minha mãe entrou dentro de um carro e nós fomos pro Educandário Caetano Munhoz da Rocha”.¹⁰³

Sua família era composta pelo pai, mãe, por ele e mais três irmãs. Assim que a irmã mais nova completou um ano, sua mãe chamou um táxi, pegou a bebê e foi embora. Ele, que tinha 5 anos à época, e as irmãs, de 3 e quase 2, passaram o dia esperando o retorno da mãe - ao fim da tarde, quando o pai chegou do trabalho, constataram que ela não voltaria. Em menos de dois dias, o pai já havia conseguido a colocação dos filhos nos internatos: o menino foi para o Educandário e as garotas para o chamado Lar das Meninas.¹⁰⁴

Ele credita a agilidade do processo ao fato de que seu pai trabalhava na construção civil e havia feito trabalhos para o Juizado de Menores. Quando ele chegou ao Educandário, as freiras e professoras se referiram a ele com o apelido do pai “Baiano”, assim, durante algum tempo ele ficou sendo o “Baianinho”. O sucesso do pai ao solicitar a internação dos filhos pode mesmo se relacionar ao contato que possuía com as religiosas e membros do

¹⁰¹ Entrevista Lauro. Realizada em 10/04/2020.

¹⁰² Lauro nasceu em Alagoas, em 1961. Os pais eram migrantes e a família morou em São Paulo antes de vir para Curitiba. O motivo de sua internação no Educandário e sua passagem pela CAPEJO se diferencia da maioria dos entrevistados, já que nesses casos a mãe solicitava a colocação no sistema devido ao abandono do pai - na história de Lauro quem partiu foi a mãe, com uma bebê no colo, deixando para trás ele e mais duas irmãs. O pai trabalhava na construção civil e logo conseguiu a inserção das crianças nas unidades de assistência. Trabalhou como jornalista, ajudante de borracheiro, serviu o exército, se casou. Trabalhou até a aposentadoria como motorista de ônibus de uma empresa da qual fala com carinho. É casado, tem dois filhos e um neto.

¹⁰³ “O Lar Escola Hermínia Lupion (popularmente conhecido como Lar das Meninas), instituição de acolhimento de meninas entre zero e dezoito anos, em regime de internato, que fossem abandonadas, órfãs, estivessem em situação de risco, possuísssem deficiências físicas ou mentais ou problemas de comportamento. A instituição possuía capacidade para atender até 200 menores, embora exista relatos de ter abrigado até 300 crianças em determinados períodos. A partir de 1979, passou também a atender meninos, mas em número reduzido. O início de sua construção data de 1950, durante o governo de Moyses Lupion, tendo sido criado por iniciativa da primeira-dama, Hermínia Lupion. A inauguração do prédio se deu quatro anos mais tarde, em 1.º de julho de 1954, durante o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto.”

¹⁰⁴ É importante fazer um adendo: com a documentação consultada e pelos relatos, não é possível saber se quando os entrevistados narram a separação dos pais, estão falando do desquite a partir de uma união legal e legitimada em cartório e/ou Igreja. É possível que essas uniões não tenham sido oficializadas pelo Estado.

juizado, mas também à questão do abandono da esposa: ferido em sua “honra” e reconhecido como trabalhador, o homem pode ter sido considerado *incapaz* de cuidar sozinho das crianças.

Na lógica da circulação de crianças, parentes são acionados nessa rede de cuidados. A distância da família, visto que muitas das mães eram migrantes, assim como o pai de Lauro, pode ter sido um fator fundamental para a decisão de solicitar ajuda, já que na impossibilidade dessa conexão, havia a alternativa das instituições. De fato, as questões se inter-relacionam: o êxodo devido à pobreza, a carestia familiar pela mão de obra precarizada ou por conta de um dos parceiros ter abandonado o lar e, conseqüentemente, deixado de contribuir na renda, a mudança para a capital e nela, seus muitos perigos – todos esses fatores, complexos e interligados, podem ter direcionado a decisão de deixar os filhos em um orfanato, escola ou educandário.

Nos prontuários dos pequenos jornaleiros estudados em minha dissertação (LIMA, 2017) foi possível verificar que os termos utilizados para descrever os motivos de internação se relacionavam em geral, à questão familiar. Eram descritos como *desajuste*, *desestruturação* ou *desarranjo* familiar. Todos esses termos já evidenciam que existia um *arranjo* familiar *ajustado* e *estruturado*, um modelo a ser seguido e as configurações dos pequenos jornaleiros pareciam não corresponder a ele. A separação do casal era tida como argumento e justificativa para se pleitear a internação dos filhos que, no caso dos entrevistados, foi realizada principalmente pelas mães. Nos relatos, a separação é vinculada ao abandono paterno, e dita com certa naturalidade – apesar de que se sabe que, no período a que fazem menção, essa era uma questão bastante complicada e estigmatizadora para as mulheres. A reconfiguração da família, no caso de um novo casamento da mãe ou pai, antes da legalização do divórcio era visto com maus olhos e poderia representar, caso a primeira união fosse legal, em adultério e bigamia.

Seu Miguel relatou que, depois de ter sido deixado no orfanato, a mãe foi algumas vezes visitá-lo.¹⁰⁵ Nas entrevistas com os senhores selecionados, cinco deles fazem menção a essa reorganização, ou “recasamento”, mas depois que ela se casou novamente, o novo marido impedia as visitas.¹⁰⁶ Seu Lauro contou que, depois que a mãe fugiu para São

¹⁰⁵ Entrevista Miguel. Realizada em 15/07/2019

¹⁰⁶ Miguel é branco, com cabelo já branco pela idade. Nasceu em 14 de julho de 1961, no Mato Grosso. Foi deixado aos três anos no Educandário (não informou se Santa Felicidade ou Caetano Munhoz da Rocha), pela mãe. Logo depois foi para um orfanato chamado Luz e Conforto, em Antonina. Não se lembra do motivo da transferência para a CAPEJO, mas sabe que foi em 1973, permanecendo até 1974, quando foi transferido para o Centro de Formação Profissional para Menores do Campo Comprido, onde se manteve até entrar na Marinha. Serviu em Florianópolis e Rio de Janeiro, por cinco anos. Deixou a carreira militar, procurou a mãe, que vivia em Ponta Grossa (PR) e passou em um concurso para um banco público, onde conheceu a esposa. Casado, pai de duas filhas adolescentes. Reside em Curitiba. Tem pouca lembrança da CAPEJO e creditsa isso ao pouco tempo em que esteve na Casa.

Paulo, ela teve um novo relacionamento e outros filhos.¹⁰⁷ Márcio foi o único que fez uso da palavra padrasto – descrevendo-o como um homem que fazia uso frequente de álcool e que era violento com a mãe, que teve quatro filhos desse casamento. Já Saulo e Wagner, irmãos, são filhos do segundo matrimônio da mãe – ela fugiu, segundo relatou o mais novo, aos 15 anos para casar-se, teve duas gravidezes (uma que não vingou e outra da qual o bebê não sobreviveu) antes de se relacionar com o pai deles que, de diversas uniões, teve 22 filhos.

Diferente da decisão tomada pelo pai ou mãe na colocação dos filhos no sistema de assistência, era quando o Estado a partir de denúncias tomava a responsabilidade pelas crianças. Como abordado anteriormente, o Código de Menores de 1927 (que vai vigorar até o ano de 1979), em conformidade também com o Código Civil e Penal, determinava quando o Estado poderia destituir o pátrio poder, ou seja, o poder do pai sobre as crianças. Segundo o artigo 31 deste Decreto:

Nos casos em que a provada negligencia, a incapacidade, o abuso de poder, os máos exemplos, a crueldade, a exploração, á perversidade, ou o crime do pae, mãe ou tutor podem comprometer a saude, segurança ou moralidade do filho ou pupillo, a autoridade competente decretará a suspensão ou a perda do patrio poder ou a destituição da tutela, como no caso couber. (BRASIL. Decreto número 17943 A, de 12 de outubro de 1927; Capítulo V, Art 31).

A interferência então podia acontecer quando se percebesse a negligência ou incapacidade da família de prover os filhos, ou quando se considerasse uma conduta moralmente inadequada. No caso de Silvano, sua família era constantemente auxiliada pela igreja e pela assistência social: “a minha mãe, ela andava assim, pedindo e ia lá no Água Verde eles também ajudavam ela né, na igreja, mandavam cesta básica”,¹⁰⁸ contou que a própria casa em que a mãe morava pertencia a uma assistente social, que o pai era doente e que todos viviam de doações. Ele realizou uma associação entre a pobreza que viviam e essa constante interferência de órgãos assistenciais, com a decisão da mãe em interná-lo.

Quanto à questão do que seria um comportamento inadequado, isto se pautava no que se considerava uma conduta de um determinado tipo de família, que muitas vezes não correspondia a dos jornaleiros. Numerosas e chefiadas por mulheres trabalhadoras, sem um homem como provedor, esses arranjos acabavam por comprometer o que se esperava como cuidado integral das crianças. Além da vigilância com os pequenos das camadas populares que era a tônica do século XX, é preciso notar que, no período em que os homens entrevistados eram crianças e foram jornaleiros, estava em vigor o Regime Militar (1964-1985) e nesse contexto, o controle que já era comum sobre essa parcela da população

¹⁰⁷ Entrevista Lauro. Realizada em 10/04/2020.

¹⁰⁸ Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

foi agravado, sendo que agora o garoto pobre não era visto apenas como um potencial delinquente, mas também como possível revolucionário, já que, se acreditava, poderia ser cooptado pelo comunismo. Outras políticas se pautaram pela mesma ideologia, como a Política do Bem-Estar do Menor, que sinalizava a preocupação com os novos arranjos familiares e com a falência do modelo patriarcal (MIRANDA, 2015).

Nesse sentido, o fortalecimento da família foi intensificado pelo discurso político e religioso e o patrulhamento quanto às práticas que feriam a moral e os bons costumes também. Gilson, que narrou que seu pai era sanfoneiro, boêmio, e que a mãe ficava muito tempo na rua - contou ainda que lembra bem do momento em que foram tirados, ele e os irmãos, de sua casa em Umuarama:

E éramos quatro irmãos (...) né. Era quatro irmãos, com a minha irmã *Tônia*, [...] Aí essa nossa mãe ela largava a gente por conta lá, na casa. Aí ela vinha lá num certo horário pra trazer comida pra gente, que ela conseguia comida, e trazia comida. Ela vendia flores, se virava lá, pra conseguir alguma coisinha pra gente sobreviver. Nesse intervalo, que na época, quando a família não tinha condições, o governo vinha e tomava, não sei se você soube disso? A lei era essa. **Aí denunciaram... né, que a gente tava sendo maltratado né.** Aí eles chegaram lá numa época, né, com um carro da polícia lá e... carregaram a gente assim meio na marra, memo. Jogaram dentro de um carro, não sei se era uma rural ou um Jeep, um carro louco lá que tinha. E em Umuarama, levaram a gente pra delegacia... né? Só que não falaram pra nossa mãe que tinham pegado, que pegaram a gente. Pegaram escondido, esperaram ela, acho que ela sair, não sei como que foi lá... levaram a gente. Levaram a gente, deixaram na delegacia. Aí ficamos um tempo preso, preso... não é que nem é nos dias de hoje, tratamento *vip* que as crianças tem. A gente ficou junto com os outros preso, depois passou um tempo a gente veio pra Curitiba. Aí aqui desovaram a gente pras escolas [risos].¹⁰⁹

Apesar de o trecho terminar em riso, Gilson tratou desse momento de forma muito séria. Falou dessa denúncia e validou o discurso dos maus-tratos, da fome, de ficarem sozinhos em casa... Quando, quase ao fim da entrevista, eu questionei se ele havia voltado alguma vez para sua cidade natal, relatou que aos 18 anos comprou uma passagem para procurar a mãe e então descobriu que ela havia cometido suicídio – ele relacionou esse episódio de quando crianças à atitude da mãe: “Mas também pense: tirar todos os filhos no soco? Então ela tirou a própria vida”.¹¹⁰

Há outro tema importante no fim desse extrato que é onde diz “Aí aqui desovaram a gente pras escolas”. Essa fala evidencia uma questão bastante sensível que seria abordada somente no Código de Menores de 1979, que é a tentativa de não separação dos irmãos e irmãs em caso de colocação em instituição ou adoção. Márcio, já mencionado aqui, cuja irmã foi adotada pela tia, veio para Curitiba com seus dois irmãos:

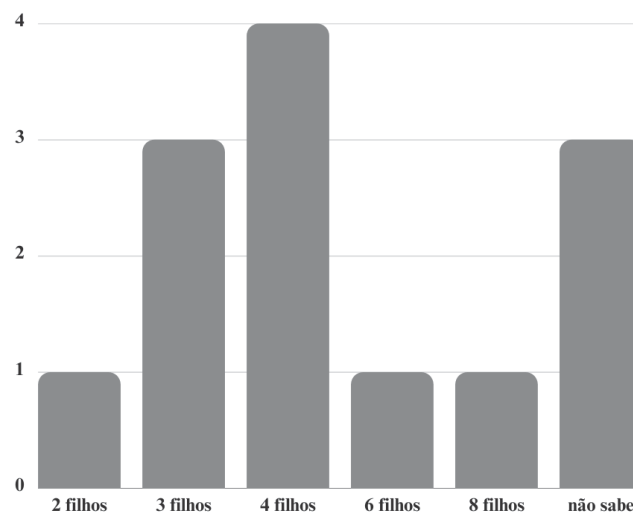
¹⁰⁹ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

¹¹⁰ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

E eu e meus dois irmãos viemos pro orfanato em Curitiba. Daí alguém lá na... Cornélio [Procópio] disse que nós ficaríamos junto, a gente chegou aqui e ficou um ano junto no Portão, depois o *Mário* foi pra Guaratuba, o *Emerson* veio pro Pequeno Jornaleiro já um, acho que um pouquinho mais de um ano. Ficamos junto daí o Emerson veio pro Pequeno Jornaleiro e o Mário já foi pra Guaratuba, já se perdeu na vida aí já, né. Depois a gente só foi se reencontrar anos depois porque cada um ia pra um colégio, ia pra outro, você nem... Perdia o foco ali, né.¹¹¹

O tema da separação dos irmãos é trazido à tona em diversos outros relatos. O número de filhos de uma família também poderia ser um fator de impacto na renda da unidade doméstica e foi possível notar que nas famílias mais numerosas, salvo aqueles que foram deixados com parentes ou um ou outro que a mãe preferia manter em função da idade, quase todos os filhos foram entregues à tutela do Estado e, infelizmente, nem sempre eram mantidos juntos. Abaixo, um gráfico sobre o número de filhos das famílias dos entrevistados:

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE FILHOS POR FAMÍLIA DOS ENTREVISTADOS



FONTE: a autora

Márcio conviveu com um dos seus irmãos por algum tempo na CAPEJO, Saulo e Wagner se reencontraram também por lá. Cosme foi para a instituição porque seu irmão já estava na Casa. Os irmãos de Gilson foram para vários lugares, Silvano também tinha irmãos internados em outras instituições. Davi, que hoje trabalha em uma instituição de sócio-educação para adolescentes, foi levado com os irmãos para um orfanato logo depois da

¹¹¹ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

morte da mãe.¹¹² Seu relato traz um tanto da sua visão como profissional, mas também como abrigado do sistema – quando sobre um comentário acerca da separação da família, ele diz:

Antigamente não tinha tantos critérios assim... o pessoal começou a se preocupar em não separar os irmãos depois porque, só para você ter uma ideia... eu e meus irmãos, quando a gente acabou sendo internado nos orfanatos, meus irmãos eram mais velhos. Simplesmente, eles transferiram meus irmãos que eu não vejo até hoje, simplesmente por uma questão de idade. Então o Estado levava muito assim “ah, são pequenos, mas tem irmãos? Não importa. Ah, o pequeno vai lá para onde é de gente pequena, e o grande, pro de grande”. Eu creio que a partir da década de... início da década de 80 o Estado começou a se preocupar com o chamado grupo de irmãos que eles tentavam manter uma unidade só. Basicamente o critério, que hoje eu acho, era em função da idade. [...] eu não poderia te dizer qual é o critério, jamais, porque eu não teria acesso a esse tipo de informação na época, mas eu me baseio é que os critérios de transferência era em função da idade.¹¹³

Davi primeiramente foi colocado em um orfanato na cidade de Maringá, depois foi para Mallet, depois para três outras instituições em Curitiba, já os irmãos foram um para a capital também, mas na instituição Centro de Formação Profissional para Menores do Campo Comprido e outro, mandado para a cidade de Arapoti. Nesse trajeto, perdeu o contato com os irmãos. Chegou a reencontrar o mais velho quando adulto, “por coincidência da vida, mas... como se encontra duas pessoas no bar que... que não tem nada, sabe? Não tem nada de afim, por questão de nome a gente acabou descobrindo que é irmão, mas também perdi o contato”.

114 115

Carlos conviveu com o irmão João Ricardo durante algum tempo na CAPEJO, mas somente o reencontrou – e soube que tinha irmãs mais velhas - quando adolescente.¹¹⁶ Num jogo de futebol, uma das pessoas presentes comentou que conhecia sua irmã mais velha e prometeu o levar para conhecê-la. A princípio seu Carlos não queria ir sem avisar, mas convencido, diz que foi ali que começou a conhecer o que era “vida de família”. Chegando à casa da suposta irmã, conta

¹¹² Davi é um homem negro que nasceu em Peabiru, cidade do noroeste paranaense, em 1962. Viveu em diversas instituições, e narra com bastante pesar a ação do Estado de ter afastado a família. Davi foi casado e nessa primeira união teve um filho e três filhas, agora já adultos. Após a separação, casou-se outra vez, tendo dois filhos em idade escolar. Trabalhou no IAM quando saiu da CAPEJO e hoje atua no sistema de socioeducação do Estado do Paraná, em Foz do Iguaçu, onde habita com a família.

¹¹³ Entrevista Davi. Realizada em 15/04/2020.

¹¹⁴ Entrevista Davi. Realizada em 15/04/2020.

¹¹⁵ Próximo ao término desta tese, Davi reencontrou mais um irmão, graças a ajuda de outro ex-interno da CAPEJO.

¹¹⁶ Carlos nasceu em Curitiba, em 1959. É um homem negro, de estatura mediana, muito simpático e sorridente - gosta de gorros de estampas africanas e também gosta de contar de seu passado. Não conheceu os pais e foi conviver com irmãos que não conhecia quando já era adolescente. Foi interno no Educandário Caetano Munhoz da Rocha, CAPEJO e do CFPMCC. Trabalhou como técnico químico, como enfermeiro e estava buscando se aposentar. Foi casado e tem dois filhos.

eu vi a negrinha lá na janela, perguntei “como que é o nome da tua mãe?”, “tal”, “como que é o nome do teu pai?”, “tal”, “ih, então você é minha irmã”, ela “você?”, ela pensava que eu era o outro, o mais velho... aí eu expliquei “não, eu sou o *Carlos*, o mais novo”, assim, assim, assim, aí foi aquela coisa, aquela choradeira, e tal. Daí... isso foi em... final de dezembro, início de janeiro. Daí ela falou “ah, você tem que conhecer a outra também”, tinha outra irmã, que morava no Rio. Daí eu... daí o que que ela fez? Em junho, julho, ela convidou a outra pra vir pra cá. Daí vieram, ela, as filhas, o filho, tudo, daí eu conheci tudo... mas foi como se eu já tivesse conhecido há trezentos anos, encaixou assim.¹¹⁷

Quando mais velho, Carlos acabou indo morar com essa irmã e contou orgulhoso que mantém uma relação muito boa com toda essa família que descobriu na época. Já Lino,¹¹⁸ que é um dos mencionados no gráfico como não sabendo se tem irmãos, quando perguntei se ele tinha interesse em saber se possuía irmãos, respondeu “Não, no começo eu procurei saber, mas ah ‘quer saber de uma coisa? Vou cuidar da minha vida’”.¹¹⁹

É interessante pensar que, nos documentos e prontuário de vários jornaleiros, se tem como motivo de internação o uso dos termos “família desestruturada”, “desarranjo familiar”, “desajuste familiar” – mas no fim, a interferência do Estado acabou também desestruturando as redes de apoio, amor e consanguinidade dessas pessoas, sendo que algumas delas nunca mais conseguiram contato com os familiares ou conseguiram recuperar o vínculo afetivo com os irmãos, mesmo os reencontrando mais tarde.

3.3.1. Costurando narrativas: a família Souza

As interpretações sobre a formação familiar e os motivos da internação dependem de suas trajetórias e memórias e do lugar que cada narrador ocupa nesse grupo familiar e, nesse sentido, apresento algumas reflexões sobre três entrevistas que são muito ricas – em detalhes e sentimentos, mas também pela conexão entre os entrevistados/a. Abordamos agora os relatos de Wagner e Saulo,¹²⁰ irmãos, filhos da entrevistada Zenaide.

¹¹⁷ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

¹¹⁸ Lino nasceu em 10 de janeiro de 1962, em Itararé, São Paulo. Negro, diz-se órfão, depois corrige, dizendo que sua mãe o deixou em um abrigo. Não sabe se tem irmãos. Foi interno Instituto São José do Abranches, no Educandário Caetano Munhoz da Rocha, na Casa do Pequeno Jornaleiro e no Centro de Formação Profissional para Menores do Campo Comprido. Não sabe precisar com que idade adentrou a CAPEJO, mas acredita ter permanecido por oito anos. Começou a trabalhar na empresa em que é funcionário com 16 anos, por colocação da diretoria da CAPEJO. À época da entrevista (2019), tinha 57 anos, estava se divorciando e tinha três filhos, de 34, 30 e 25 anos. Teve mais ânimo para narrar sobre as discotecas e passeios. Reside em Curitiba.

¹¹⁹ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

¹²⁰ Nascido em Piraquara, em 1964, Saulo é um homem branco, com um pouco mais de 1,70, muito simpático e solícito. Viveu na CAPEJO entre os 13 e 16 anos, e depois completou a maioridade no Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido. Seguiu carreira militar, é casado e tem um filho. A conversa aconteceu em janeiro de 2020 na casa da sua mãe, na região metropolitana de Curitiba.

Chegando à casa de dona Zenaide, em Pinhais, região metropolitana da capital, fui recebida primeiramente por seu filho, Saulo. Morador de outro estado, estava visitando a família e combinamos esse encontro. Saulo insistiu bastante que eu entrevistasse sua mãe e achei mesmo interessante ter outro ponto de vista – entretanto, eu havia entendido que os dois dariam a entrevista juntos e quando, no dia, perguntei se essa era a vontade deles, ele negou de imediato e disse que cada um falaria em separado, que cada um daria, nas palavras dele, a sua *versão*, e que achava que ele deveria falar sozinho: “(...) para que você saiba realmente a verdadeira história nossa”, disse.¹²¹

A casa de dona Zenaide é uma casa simples e agradável, de alvenaria, da qual ela se orgulha muito, a meu ver, bem espaçosa, com um jardim na frente e uma pequena varanda. Fui recebida na sala – sofás, quadros, um móvel com televisão e vários bibelôs. Dois desses bibelôs chamaram a minha atenção: eram dois jornaleiros, assim como seus filhos. Entrevistá-la, depois de conversar com Wagner e Saulo, foi um tanto difícil: pensar no que me narraram sua infância e seu abandono (que é como entendem o afastamento de Zenaide e sua internação nas instituições que passaram), como a descreveram em seus relatos e confrontar essa imagem que tem da mãe, com essa senhora, na minha frente, visivelmente emocionada em contar sua história, foi conflitante. Tive de abstrair um pouco dos relatos dos filhos, para poder ouvir bem a mãe.

De acordo com Meihy e Seawright (2020) duas posturas podem ser adotadas na produção da fonte de história oral pelo pesquisador: a afirmativa e a combativa. Na primeira, aceita-se o revelado, não há uma oposição sobre os fatos narrados por parte do ouvinte; na segunda, há o postulado do enfrentamento e dessa forma, “as questões de empatia e os limites da ética precisam ser calibrados a fim de esclarecimentos” (pp. 67-68). Os autores alegam que há uma preferência pela postura afirmativa e que, possivelmente, esta seja mais eficiente para a expressão da memória na história oral de vida já que a combativa, pressupõe o embate e complexifica ainda mais a transcrição (MEIHY, SEAWRIGHT, 2020, p. 68).

Como explicitamos na introdução, as entrevistas realizadas para essa pesquisa interseccionam o gênero História Oral de vida e História Oral temática. Apesar de terem, portanto, um tema específico de interesse que a relação dos entrevistados com a Casa do Pequeno Jornaleiro, eles frequentemente narram uma trajetória, incluindo os detalhes que culminaram em sua internação na Casa, mas também de como de lá saíram, se em suas

¹²¹ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

percepções essa permanência foi benéfica ou não e narram suas histórias com orgulho das pessoas que se tornaram e do que conquistaram, mesmo diante das “adversidades”.

De acordo com Fernando Catroga “mesmo no campo estritamente subjectivo, cada indivíduo, ao recordar sua própria vida (ou melhor, certos aspectos ou acontecimentos dela) une os instantes do seu *iter* existencial numa espécie de linhagem contínua e finalística” (CATROGA, 2015, p. 28). No caso da entrevista com dona Zenaide, sua narrativa não abordou sua infância, mas escolheu como ponto de partida sua vinda do interior para Curitiba, citando os percalços e dificuldades de manter os filhos consigo, demonstrando ressentimentos e também narrando sua história como de superação, pois hoje tem o amor dos filhos, possui sua casa, viveu um amor na idade adulta e frisou sua identidade trabalhadora, falando das casas e empresas que trabalhou, dos problemas financeiros e também de ter sido uma mulher sozinha na cidade.

Na conversa com a senhora, começamos por falar dos bibelôs dos jornaleiros. Ela me conta que ganhou de uma amiga e em menos de dois minutos, sua voz já embargou... Passou então a me relatar os motivos pelos quais ela decidiu solicitar a colocação dos filhos:

é... porque quando... [começa a chorar, voz embargada] quando eu me separei do pai deles... eles eram muito pequenininho. O *Wagner* tinha 5 anos, o *Saulo* tinha 3 anos, 3 anos mais ou menos, 3 anos e pouco, e minha filha tinha 1 ano e meio. Daí foi onde eles foram pro Educandário Curitiba [chora], porque eu não tinha condições pra mim ficar com eles. Porque eu fiquei sem serviço, sem marido...¹²²

Presente nas três narrativas, a internação no Educandário referenciou a falta de cuidados que receberam e a doença de Saulo e Virgínia, a caçula. Essa instituição era associada ao Hospital Colônia São Roque, ambiente de internação de pessoas com o Mal de Hansen.¹²³ O Educandário foi criado para abrigar filhos de pais com hanseníase ou como se dizia à época, lepra; eles eram “(...) afastados de suas famílias na época do isolamento compulsório estabelecido pelo governo federal a pessoas com a enfermidade. Naquele

¹²² Entrevista Zenaide. Realizada em 03/12/2019.

¹²³ A hanseníase é uma doença infecciosa, cuja transmissão se dá através de contato íntimo e contínuo com o doente não tratado. A História da saúde pública no Brasil é atravessada pela preocupação com a doença, cujas políticas públicas durante muito tempo incorporavam o internamento compulsório e a segregação das pessoas adoentadas (FARIA, SANTOS, 2015). No Estado do Paraná, em 1926 foi construído o Leprosário São Roque, um hospital de isolamento, destinado a abrigar compulsoriamente todos os portadores da patologia na região (CASTRO, 2005, p. 9). A hanseníase foi preocupação também das damas da sociedade, que criaram a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepra, em 1933, unindo as associações dos estados realizando campanhas financeiras para o cuidado de doentes – alinhadas com os modelos de saúde varguistas, conseguiram estabelecer um plano nacional que criou os chamados preventórios, para abrigo dos filhos dos doentes. No Paraná, a seção estadual liderada por Eunice Weaver arrecadou fundos e conseguiu uma doação de terreno para a construção de um local de abrigo para os filhos dos doentes e em 1943, foi inaugurado então o Educandário Curitiba. (<http://aew.org.br/institucional/> acesso em 01/04/2021).

período, várias crianças separadas de seus pais, muitas delas ainda bebês, foram abrigadas no Educandário Curitiba”.¹²⁴

Wagner realizou a conexão entre o educandário e a questão do objetivo da mãe em cuidar de filhos de doentes:

Como ela [a mãe] não tinha com quem deixar os filhos e o Hospital São Roque, ele tinha um orfanato que era o Educandário Curitiba, onde os filhos dos doentes ficavam, então o que que é... pra você situar na história, o Hospital São Roque é um hospital onde ele trata das pessoas com hanseníase, entendeu? Então eu fui parar nesse lugar..¹²⁵

Para ele, a mãe escolheu o Educandário porque ela trabalhava como auxiliar de enfermagem. Na sua narrativa, dona Zenaide não comentou sobre essa profissão, mas disse que havia trabalhado como atendente de lanchonete, diarista e empregada doméstica em várias casas e empresas de Curitiba e região. Questionei então sobre a escolha pelo educandário:

N - [...] a senhora falou que quando os meninos foram pro educandário né, que a senhora era também era bem nova...
 Z - eu era criança...
 N - e como que a senhora soube do educandário?
 Z - como que eu soube do educandário?
 N - é, porque que a senhora escolheu lá?
 Z - eu vou... eu vou contar pra você o resto da história. Eu conheci o educandário por causa do seguinte: que toda pessoa... existia... existe ainda o Hospital São Roque. E eu fazia parte do Hospital São Roque. Eu fiz parte do Hospital São Roque.
 N - *uhum*
 Z - por que meus pais quando nós era tudo pequeno, meus pais foram interno no Hospital São Roque. E o qual internaram 4 filho junto, no hospital
 N - que era pra pessoa com hanseníase né?
 Z - é. Então daí foi onde eu conheci o educandário. Eu não fui *no* educandário, eu fiquei interna dentro do próprio hospital junto com os meus pais. Ficamos por dois anos dentro do hospital, entramos em [19]52 e saímos em [19]54. E eu conhecia o educandário Curitiba.¹²⁶

Segundo dona Zenaide, então, por conhecer a estrutura do hospital e saber da existência dele, procurou ajuda por lá. Ela contou que se casou no sítio e fugiu do marido, grávida, para Curitiba e foi ao Hospital São Roque, que era um lugar que conhecia, onde teve seu parto. A criança foi afastada dela, seguindo as normas do local, e morreu 26 dias depois. Quando abandonada pelo segundo marido, e pai dos entrevistados, recorreu ao Educandário para abrigar as crianças: “Eu morava naquela casinha pequenininha [...] não tinha condições

¹²⁴ Mais informações em: AEW-PR recebe ex-moradores do Educandário Curitiba para almoço de confraternização
<http://aew.org.br/noticia/aew-pr-recebe-ex-moradores-do-educandario-curitiba-para-almoco-de-confraternizacao/> acesso em 01/04/2021.

¹²⁵ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

¹²⁶ Entrevista Zenaide. Realizada em 03/12/2019.

de eu ter as criança lá comigo. Se eu ia trabalhar, não tinha como ter as crianças comigo. Foi aonde eles foram parar no educandário”.¹²⁷

Há uma questão interessante sobre a colocação das crianças no abrigo. Quando conversei, primeiramente, com Wagner, eu lhe perguntei: “você acha que a sua condição antes deles separarem era uma de uma boa condição financeira?”. A resposta foi de que não se lembra muito, mas que pensa que sim, visto que, ao falar com os irmãos por parte de pai, eles relataram que este era um homem de posses, tinha casa de eventos, boates... isso também é mencionado no relato de Saulo – tanto o número de irmãos paternos (22, segundo ele), relatando a figura do pai como um conquistador, um *Don Juan* e com muitos recursos financeiros.

Mesmo com boa condição monetária, dona Zenaide relata que foi o ex-marido que a ajudou a pedir auxílio para os filhos no Educandário: “(...) ele me ajudou pôr as criança no educandário, pra se ver livre. Compreende? Eu aceitei porque eu não tinha condições pra cuidar, ele me abandonou”.¹²⁸ Dessa forma, se pode compreender que o abandono da esposa e dos filhos por parte do marido e pai foi uma questão decisiva na história dessas três pessoas.

Tanto a questão do abandono do pai quanto a separação dos genitores foram interpretadas pelos filhos como algo que fugia ao desejado. Contaram das bagunças do pai, do número de irmãos que possuem, filhos de muitas mulheres com as quais ele se relacionou; Saulo mesmo relatou que o pai foi violento, que tem lembrança dele com uma arma apontada para a mãe. Em sua narrativa também deixa transparecer o que considerava qual deveria ter sido o papel da mãe... narra que a mãe fugiu de casa para se casar com 15 anos e que com 20 estava se separando do pai, seu segundo marido (fuga não relatada no depoimento de dona Zenaide); questionado sobre os motivos que a levaram a interná-los, disse: “Se hoje a gente vê, que as mães fazem tudo pra não separar dos filhos, será que realmente não tinha condição ficar com os filhos, não tinha condições de dar amor pros filhos?”¹²⁹

Nesse caso, a justificativa de dona Zenaide era não ter condições financeiras para manter os filhos em sua convivência e é possível inferir que, ao admitir essas crianças nas instituições amparadas e fiscalizadas pelo Instituto de Assistência ao Menor, o Estado corrobora a versão da mãe e, como preconizava a legislação, interferiu para a retirada dos meninos da família e para que estivessem então, sob sua tutela. Contudo, não é possível

¹²⁷ Entrevista Zenaide. Realizada em 03/12/2019

¹²⁸ Entrevista Zenaide. Realizada em 03/12/2019.

¹²⁹ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

aprofundar esse assunto, uma vez que dona Zenaide, consciente ou inconscientemente, não fez alusão a outras razões para as decisões tomadas.

Os dois irmãos tem um pouco mais de um ano de idade de diferença entre si; entretanto, os dois acreditam que passaram a morar no Educandário com 3 anos. Segundo o relato de Wagner, ele permaneceu no preventório até os 7 anos. Já Saulo, até completar o 4º aniversário. Sobre as condições do Educandário, Wagner comentou:

Como nós não éramos filhos de pessoas doentes, a gente era muito maltratado aí nesse lugar. A ponto da minha mãe tirar meu irmão e minha irmã que porque tavam super desnutridos e levar novamente para Irati e pagar para uma pessoa pra eu continuar no Educandário Curitiba.¹³⁰

Os maus tratos também estão presentes no relato de Saulo, que lembra de sentir muita fome e frio. A mãe comenta que primeiro o resgatou de lá, pois estava muito magro e precisou de cuidados médicos – foi alocado no Hospital das Clínicas e ficou internado por mais de quatro meses. Logo depois, a mãe buscou a filha também, muito magra, segundo seu relato. Com Saulo recuperado, os pais de dona Zenaide mandaram buscar as crianças mais novas – o garoto e sua irmã passaram a viver então na companhia dos avós, em Rio de Areia de Cima, um distrito da cidade de Teixeira Soares, próximo a Irati e Palmeira, na região dos Campos Gerais do Paraná.¹³¹ Já o mais velho, continuou no Educandário Curitiba, e certo dia, segundo a mãe, empreendeu fuga:

(...) eu fui visitar ele [no Educandário], ele não tava lá. Tava no juizado de menor. Eu fui visitar ele lá no educandário, ele não tava lá. Daí que eles me avisaram que ele tinha fugido e que ele tava no juizado de menor. Daí eu fui atrás do juizado de menor [...] eu fui atrás né, pra ver onde que tava meu filho né?¹³²

É uma das poucas vezes que o Juizado de Menores é citado por todo o conjunto de entrevistados. Mesmo quando aconteceu a solicitação de internação do segundo filho, Saulo, ele não se lembra de ter passado pelo juizado ou qualquer outro órgão: “não teve nenhum processo, nem assistente social, nada. Como já tinha um lá...”.¹³³

Enquanto os dois irmãos mais novos foram para o interior, Wagner permaneceu no Educandário Curitiba, segundo ele, até os 9 anos – ele se lembra de, durante esse período, ter trabalhado em uma fábrica. Depois, foi transferido para o Educandário Caetano Munhoz da

¹³⁰ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

¹³¹ É interessante notar que, como Saulo passou parte da infância na localidade, ele a chama pelo nome completo “Rio de Areia de Cima” ou fala em Teixeira Soares. Como o irmão pouco conheceu do distrito, ele se refere à origem da mãe e dos avós como sendo a cidade de Irati.

¹³² Entrevista Zenaide. Realizada em 03/12/2019.

¹³³ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

Rocha,¹³⁴ outra instituição na cidade, onde passou alguns meses antes de ser enviado para a CAPEJO. Ele acredita que essa transferência aconteceu por conta de seu comportamento travesso, ousado: “Como eu era um garoto muito peralta, um garoto muito, hum, sabe, fora da curva, e eu tinha uma personalidade de teimosia muito grande assim [...] as freiras lá não aguentaram ficar comigo, e me mandaram pra Casa do Pequeno Jornaleiro na primeira oportunidade”.¹³⁵

Na Casa do Pequeno Jornaleiro, Wagner ficou dos 10 aos 19 anos. Trabalhava vendendo jornais nas ruas até os 15 e conseguiu descrever sua rota de vendas com preciosos detalhes. Aos 15 anos, passou a integrar o grupo que chamavam de “Adolescentes” dentro da Casa – os mais velhos ficavam em separado dos menores e podiam continuar vendendo jornais ou podiam buscar alguma colocação profissional; muitos foram *office boys*, como descrevem, e tantos outros atuavam como funcionários da instituição, auxiliando em uma ou outra atividade, como Wagner, que colaborava na distribuição dos impressos pela manhã. Quando ele estava nessa transição para o grupo dos adolescentes e já não vendia na rua, seu irmão Saulo passou a ser também pequeno jornaleiro.

Os avós dos entrevistados faleceram no meio da década de 1970: a avó em 1974 e o avô, em 1976. Com o falecimento deles, dona Zenaide buscou os filhos no interior e os trouxe para a capital. Segundo Saulo, ele não deve ter passado dois meses junto dela – quando voltaram para Curitiba, logo a mãe pediu sua colocação na CAPEJO. Apesar de não se recordar muito do irmão fora da instituição, mesmo que ele o tenha visitado em Rio de Areia algumas raras vezes, Saulo entende que o irmão foi um defensor seu na instituição. O ensinou sobre as vendas e no começo os dois faziam as rotas juntos. Quando Wagner deixou a Casa, Saulo assumiu a zona¹³⁶ do irmão e toda a clientela que cultivaram juntos. De toda forma, tiveram pouco tempo de convivência:

Nós tivemos pouquíssimo contato juntos, no Jornaleiro. Porque...se for, olha, se foi um ano, é, foi muito. Foi bem pouco assim, foi uma transição porque eu já tava meio que saindo do Jornaleiro quando ele tava vindo. E logo em seguida ele foi pra esse outro lugar chamado Campo Comprido, aí a gente se separou de novo daí.¹³⁷

¹³⁴ De acordo com Joseane de Fátima Machado da Silva, o Educandário Caetano Munhoz da Rocha foi criado em 1926 e se chamava “Abrigo de Menores do Portão” (bairro da capital paranaense) e foi o primeiro abrigo exclusivo para meninas. Destinado a receber crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, órfãs ou em abandono moral, sua lotação normal seria de 100 meninas, entretanto abrigou entre 140 a 160. (SILVA, 2009, p.80) Apesar da autora mencionar que o abrigo recebia apenas meninas, em algum momento, passou a abrigar também meninos: de 15 entrevistados, 12 moraram algum tempo nesse educandário. Também relatam que a maioria das crianças ficava até no máximo, completar 10 anos.

¹³⁵ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

¹³⁶ Nomenclatura utilizada pelos entrevistados ao se referirem ao trajeto individual realizado para a venda dos jornais e revistas.

¹³⁷ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

Como vimos, boa parte dos entrevistados tinham irmãos e na internação, nem sempre acabavam convivendo ou tendo uma relação que julgam ser normal para irmãos: “a gente não tinha muito essa coisa de família, saber se é irmão, se é não sei o que, do mesmo sangue, porque todas as crianças eram tua família, né. Todo mundo fazia parte da tua história, vivia ali com você, 24 horas por dia, então ali era tua família”, relatou Wagner. Ao narrar essa frase, ele faz a inferência “a gente se depara quando é criança, e só depois quando você é adulto que você começa a pensar”, admitindo que seja uma elaboração a partir de sua visão do presente, como adulto, ao refletir sobre essa época e sobre a relação com a família.¹³⁸

Quando adolescente, Wagner se interessou pela dança ao passar pela vitrine da loja Prosdócimo e ver, pela televisão, uma apresentação de *O Quebra Nozes*. Ao procurar a orientadora da CAPEJO e confessar sua vontade, em segredo, ela o encaminhou ao Teatro Guaíra. Na época ainda não recebiam rapazes, mas algum tempo depois, ofereceram um curso de formação acelerada aos interessados. Ele se inscreveu e, em alguns meses, teve a oportunidade de continuar seus estudos como bailarino em Portugal, quando tinha 19 anos. Traçou uma carreira na arte, tornou-se primeiro bailarino do Teatro Guaíra e se apresentou em palcos internacionais.

Saulo, na adolescência, assim como muitos outros dos entrevistados, foi transferido para o Centro de Formação Profissional para Menores do Campo Comprido, instituição sob tutela do Instituto de Assistência ao Menor. Wagner muitas vezes, relatou, foi visitá-lo e a outros colegas nesse local. Saulo disse que foi lá que decidiu “tomar rumo na vida”: participava das oficinas propostas no abrigo, cursou o ensino médio, disse que tentava levar a sério os estudos. Fez um teste para a brigada paraquedista e foi aceito, em outro estado. Seguiu carreira militar, graduou-se em três cursos, é músico, casado e tem um filho.

Mesmo que com histórias que se aproximam e se distanciam, com narrativas com algumas diferenças, os irmãos construíram suas carreiras e também uma amizade e respeito entre si: a despeito de possuírem outros irmãos, por parte de pai, Saulo diz “eu considero irmãos de briga, de batalha, é o que eu tenho com a minha mãe”.¹³⁹ Visitam e apoiam a mãe, segundo o que ela mesma narrou. Têm carinho pela irmã e sobrinhos. Tentaram e tiveram, em alguma medida, contato com o pai. Wagner o conheceu quando completou 18 anos, Saulo, quando tinha 13 – mas não mantiveram relações próximas.

Nessas trajetórias que se conectam no parentesco e consanguinidade, nas instituições e nos laços afetivos, quem mais se aproxima da verdade?

¹³⁸ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

¹³⁹ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

De fato, na história oral a verdade depende de quem concede a entrevista (MEIHY, SEAWRIGHT, 2020, p. 68): para a pessoa que narra, aquela é a verdade. Nosso trabalho enquanto historiadoras e historiadores é ter em mente que, mesmo em nossos escritos, não atingimos ou divulgamos a verdade em sua completude: “devemos também reconhecer o caráter parcial da verdade que trazemos à tona: estamos longe de exprimir o real em toda sua diversa complexidade - cada um de nós, individualmente, é claro, mas também a comunidade dos historiadores em sua totalidade” (JOUTARDE, 2000, p. 44).

O intuito deste subcapítulo, portanto, não foi tratar de encontrar a verdade nas histórias narradas, mas sim, de entender os pontos que se encontram e as interpretações acerca de suas trajetórias, principalmente, quanto às questões que, entendem, motivaram sua mãe a optar pela sua internação. Nas entrevistas dos irmãos e da mãe, há alguns trechos narrados com maior emoção e que demonstram o esforço de dona Zenaide em justificar suas escolhas do passado – e também há os sentimentos dos filhos, os ressentimentos que foram consequências dessas escolhas. Esses assuntos serão abordados no último capítulo, quando refletiremos sobre as mágoas e animosidades que narram tanto quanto às suas famílias, mas também quanto à instituição CAPEJO.

3.4 “FOI ALI QUE ME CONHECI POR GENTE”: SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA E ABRIGO.

Encontrei Silvano em um parque, na cidade de Araucária, região metropolitana de Curitiba.¹⁴⁰ Enquanto procurávamos um lugar para conversar ele me disse que quase não tinha lembrança de antes de sua vida institucional, pois se “conheceu por gente” em um dos educandários. Alguns dos outros entrevistados têm a mesma percepção, foram deixados muito novos em orfanatos e abrigo, aos 3, 4 anos ou em algum momento do qual não tem lembrança. O mesmo Silvano, homem simples, operador de logística, fez uma inferência muito interessante sobre o estabelecimento desses abrigos destinados ao acolhimento de crianças:

¹⁴⁰ Silvano nasceu em Campo Mourão, região centro-oeste do Paraná, em 1964. Diz ter se conhecido por gente em um dos educandários. É um homem negro de pele clara, de aproximadamente 1,70m e cabelos começando a branquear. Foi casado e teve uma filha desse primeiro casamento. Depois divorciaram-se e ele se casou com a atual esposa, com quem tem um filho - sobre o qual narrou toda a formação acadêmica com orgulho. Mora em Araucária, região metropolitana de Curitiba.

No caso meu lá assim... pra minha mãe, era correto... pra minha mãe! Mas na época... eu acredito que foi assim né, na época existia o... Instituto de Assistência ao Menor, era no Paraná todo, e todos os locais tinha, tanto no norte do Paraná, em Guaratuba, todo lugar tinha, né. Então era um órgão do governo. Eu acredito que naquela época houve uma revolução muito grande de trabalho, assim, essas coisas... e os pais não tinham o que fazer... eles foram... o governo criou essas instituição, porque eles tinham quem trabalhar também, criou esses orfanato e foram mocando as criança. Só que muitos pai iam colocando e iam abandonando, sei lá o que que acontecia... dia dos pais, dia das mães, eram uma choradeira da criançada que tá loco. ¹⁴¹

De fato, a partir da metade do século XX, como acredita seu Silvano, aconteceram várias transformações nos mundos do trabalho, mas também nas configurações espaciais e de ocupação das cidades: o êxodo rural, a modernização dos municípios, o crescimento das indústrias – muitas e muitas questões que vão interferir no cotidiano e nos comportamentos das pessoas. Uma dessas transformações foi o deslocamento que aconteceu, que vai se gestando desde o início do século, da centralidade da figura da criança no núcleo familiar e, sobretudo, enquanto capital da nação – as crianças seriam os cidadãos e trabalhadores do futuro e precisavam de amparo do Estado.

Como vimos, parte dessa assistência advinha da concepção de que, se em convivência de seus familiares, a criança poderia estar exposta a comportamentos inadequados, moralmente condenáveis, ou se se comprovasse a incapacidade de aquela família fornecer o suporte, financeiro e moral, o Estado deveria interferir nessa situação podendo suspender ou retirar o pátrio poder, tornando-se deste modo responsável por essa criança.

No Paraná, no período em que os entrevistados passaram pela CAPEJO, essa incumbência cabia ao Instituto de Assistência ao Menor (IAM), criado em 1962. Esse órgão foi de grande importância para a instituição, sendo citado em diversos documentos escritos, como prontuários e fichas de transferência, mas também muito mencionado pelos entrevistados.

Nas memórias dos entrevistados, o IAM está vinculado a essa gestão das casas e escolas, orfanatos e abrigos, mas, sobretudo, o instituto é aludido quando relatam sobre uma espécie de gincana ou semana de jogos, chamada por eles de “Olimpíadas do IAM”, do qual falaremos no quinto capítulo, quando tratarmos das formas de lazer e brincadeiras. O CEDIT não foi referenciado nenhuma vez pelo nome, mas há, no relato de Márcio a lembrança de que havia realizado um teste vocacional e, que pelo resultado, foi transferido da CAPEJO para uma escola agrícola, em Pirai do Sul. ¹⁴²

¹⁴¹ Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

¹⁴² Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

Analizados os relatos dos entrevistados, foi possível perceber que a maioria deles viveu em mais de uma instituição de assistência e não somente na CAPEJO. Efetivamente, apenas um deles esteve somente na Casa. Com uma história singular, seu Adalberto não só foi jornalista, como também fez parte do quadro de funcionários atuando como um auxiliar administrativo e ainda, ofertava aulas de estudo dirigido. Além disso, sua entrevista agrega muitas informações, pois foi aluno da Casa num período anterior à maioria dos colaboradores dessa pesquisa.

Nascido em 1946 em Santa Zélia, distrito da cidade de Astorga, no norte do Paraná, seu Adalberto teve uma doença que só depois de adulto foi diagnosticada: uma paralisia parcial do cérebro. Tem uma deficiência na fala e também motora. É casado, tem filhos, cursou Letras e Comunicação Social, e fez alguns semestres de Filosofia; durante muitos anos trabalhou em jornais da cidade e autonomamente como revisor de textos.

Um entre oito irmãos, após a morte do pai, os avós vieram para a capital e logo em seguida, a mãe também.¹⁴³ Mesmo com muitas dificuldades financeiras, Adalberto relata sua admiração pela mãe: “eu tiro meu chapéu pra ela, ela nunca deixou nenhum de nós passar fome. Ela trabalhava em troca de comida”.¹⁴⁴ Em determinado momento sua mãe, que exercia a atividade de empregada doméstica, solicitou ajuda do Estado para com os filhos: três das irmãs foram para o Lar das Meninas, dois irmãos para alguma instituição em Morretes, uma quarta irmã foi para o Lar Nossa Senhora da Graça, dirigido pelas irmãs vicentinas. A escolha de sua mãe pelo Pequeno Jornaleiro pode ter sido motivada pelo fato de que a administração à época ficava a cargo dos militares. Seu Adalberto lembra-se de chegar com sua mãe na entrada da CAPEJO e de ver um busto de bronze do interventor Manoel Ribas; de acordo com seu relato, esse dia marcou muito, pois sua mãe, segurando sua mão, o deixou na Casa e lhe disse “aqui você vai aprender, na marra” – ela poderia estar se referindo tanto à fala, quanto aos estudos, porque, segundo o que contou,

Todos os meus irmãos iam pra escola, e eu não. Eu fazia birra, chorava, por que eu via meus irmãos, com aquele guarda-pó branco, sabe? Limpinho, indo pra escola e eu não. Mas a história é que alguém me pegou pela mão e me levou pra escola.¹⁴⁵

Diferentemente de seu Adalberto, que passou toda a sua vida institucional somente na CAPEJO, os outros entrevistados peregrinaram por diversas instituições do Estado. No gráfico a seguir, a quantidade de estabelecimentos pelos quais os jornalistas passaram, onde

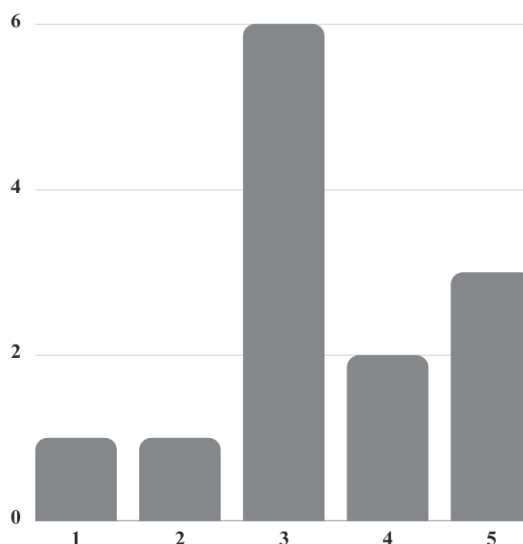
¹⁴³ No prontuário de Adalberto, consta que os pais eram separados e o esposo estava desaparecido. Não há menção ao falecimento do genitor.

¹⁴⁴ Entrevista Adalberto. Realizada em 04/04/2019.

¹⁴⁵ Entrevista Adalberto. Realizada em 04/04/2019.

no eixo vertical se encontra o número de entrevistados e no horizontal o número de instituições:

GRÁFICO 2 - QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES EM QUE OS ENTREVISTADOS VIVERAM



Fonte: a autora

Dessa forma, apenas um entrevistado passou por uma instituição, um passou por duas, seis passaram por três, dois por quatro e três viveram em algum momento em cinco delas. Isso contempla toda a vida institucional dos entrevistados, não somente o período anterior à internação na CAPEJO.

A partir desses dados é possível perceber uma circulação entre as casas. Em uma das entrevistas, o entrevistado diz que evitava criar inimizade com colegas de outras casas, pois a qualquer momento você poderia ser transferido: “não tinha muita, assim de arranca rabo assim, não tinha rixa porque, porque você podia tá aqui daí depois você podia tá lá, no outro lado. Então você viu assim, tô falando, né, da troca de lugar”.¹⁴⁶

As instituições citadas pelos entrevistados foram:

- a) “Munhoz da Rocha”/“Portão”: Educandário Caetano Munhoz da Rocha, em Curitiba;
- b) Educandário Curitiba, em Curitiba;
- c) Campo Comprido: Centro Profissional para Menores de Campo Comprido em Curitiba;¹⁴⁷

¹⁴⁶ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

¹⁴⁷ O Campo Comprido era mais um destino induzido aos 13, 14 anos e o mesmo se aplicava à Queiroz Filho; dessa forma, não serão abordadas neste capítulo.

- d) Pirai do Sul: A Unidade Social Bernardo Barbosa Milleo, localizava-se em Pirai do Sul;
- e) Lar Infantil Luz e Conforto, em Antonina;
- f) Lar Estrela de Belém, em Maringá;
- g) Lar Anália Franco, em Londrina;
- h) Orfanato em Mallet – o entrevistado não lembrava o nome, mas provavelmente trata-se do Lar Batista Paranaense;
- i) Queiroz Filho: Escola Correccional Queiroz Filho, em Piraquara.

As memórias narradas do período anterior à internação na CAPEJO são divididas quanto aos sentimentos. A maioria dos entrevistados, fala sobre os educandários com certo carinho. Havia os dirigidos por freiras e outros religiosos, como no Luz e Conforto, que era gerido por espíritas ou Lar Batista, onde o próprio nome mostra sua filiação religiosa.

O Educandário Curitiba, foi descrito por Wagner e Saulo como um local onde recebiam pouco cuidado, passavam fome e frio e onde Saulo e sua irmã adoeceram. Já o Educandário Caetano Munhoz da Rocha, ou Portão, como os entrevistados chamam, era administrado por freiras também e combinava a disciplina, o estudo e a religião. Com horários definidos para as tarefas e atividades diárias, seu Lauro recorda o ritual da manhã:

era arrumar a cama. Era uma doutrina. Levantou, fez uma oração... o grito de acordar a turma, ela abria a porta e dizia ‘Viva Jesus!’”. [risos] A criança respondia “para sempre em nossos corações!”. E vamos arrumar a cama, vamos escovar os dentes, e fila pro café. Não me lembro se isso era feito às 6 e meia da manhã ou 7 horas, mas era todo dia”.¹⁴⁸

Silvano também declara nostalgia:

¹⁴⁸ Entrevista Lauro. Realizada em 10/04/2020.

a vida no Portão era maravilhosa, maravilhosa... era um orfanato de freira né. Apesar que eu apanhei muito, apanhava muito. Não sei o que que eu tinha que as irmã, tinha umas freira lá que não ia com a minha cara. Mas era muito bom, que lá você tinha banho, certinho, café, tudo certinho, almoço, tudo... nossa, final de semana ia famílias lá visitar... era legal, bem organizadinho assim o orfanato, vamos supor tinha umas 5 turmas assim né, e cada turma tinha uma freira que cuidava, tinha seus quartos assim né? tipo começava nos pequenininho, bem pequenininho, daí os pequeno, daí começava outra equipe até chegar nos grandes. Então cada um tinha seu local assim, seu guarda roupa né, eram separados assim né, tudo separado. E era tudo feito separado né, os pequeno era de um jeito, tinha os pequeno, os verde, os médio e os grande, né... então, cada turma... cada turma tinha sua atividade né, com a freira que cuidava da turma. Era na faixa de uns... cinquenta piá cada turma... eu acho né, porque de vez em quando nós saía no pátio, aquilo era...ixi...[...] Então, lá no portão era muito bom. Eu cheguei lá eu nem andava, acho... eu lembro que... quando eu... tinha um piá lá que cuidava... sempre tinha uns piá que cuidava também da turma. Ele colocava todo mundo assim na fila, daí ele pnhava eu aqui assim [aponta os ombros], também eu era criancinha, ele pedia pra mim dar cascudo na cabeça dos piá...¹⁴⁹

As histórias narradas pelos entrevistados sobre os educandários têm em comum também a exaltação de algumas figuras em contraposição a outras, como uma professora querida, por quem tinham muito carinho e uma freira carrasca e grosseira. Gilson conta que, certo dia, encontrou uma freira que, coincidentemente, trabalhava no Educandário, mas em outro período que não o que viveu, mas mesmo assim disse que deixou transparecer a raiva que sentiu:

Tinha umas lá, posição de sargentona, que elas falavam “deixa comigo, vou chamar a freira tal”, acabava tudo. Porque elas, nossa, puxavam orelha assim, arrastava no chão, pegava pelo cabelo, era castigo em cima de tampinha, milho, essas coisas... até no Jornaleiro tinha essas coisas de joelho na tampinha, milho, essas coisas...¹⁵⁰

Adir¹⁵¹ corrobora a versão sobre os castigos físicos:

é difícil... é, passei muito perrengue, eu passei. Vixi, eu sofri muito. A vida de orfanato é apanhar dos outros. Apanhar de quem não era pai né? Vai apanhar de quem? Não tem pai né! Entendeu? Esse era o sofrimento da gente quando a gente era pequeno. Acho que até hoje é assim também.¹⁵²

Davi, que esteve no Orfanato Estrela de Belém e o Lar Batista consegue comparar os dois abrigos:

¹⁴⁹ Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

¹⁵⁰ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

¹⁵¹ Adir nasceu em Engenheiro Beltrão, noroeste paranaense, em 1961. É um homem negro com poucos cabelos, casado e pai de quatro filhos a quem dedicou muitos elogios. Exímio contador de causos, diz já ter trabalhado em barcos, na marinha, e deu a entender no momento da entrevista que atua com carros reboque. Mora em Londrina.

¹⁵² Entrevista Adir. Realizada em 15/04/2020.

Era muito difícil, nas condições da época... eles serviam à noite polenta com leite e eu odiava, eu apanhava, porque eu não conseguia comer. Aquilo me voltava. Então foi uma época assim na minha infância que foi muito difícil para mim, essa... essa é a coisa assim que me traumatizou, muito. O restante foi uma vida normal [...] mas já em Mallet, na cidade de Mallet, aqui perto de... aqui no sul do estado, eu tive aquela infância de criança, de jogar bola, de ir pescar, de andar no mato... [...] eu fui aquela criança que foi feliz.¹⁵³

O interesse maior por questionar a vida pregressa à CAPEJO foi justamente contrapor as maneiras como os entrevistados narram sobre a permanência nessas outras instituições e como o fazem quando tratam da vivência na Casa. Foi possível perceber que ao mesmo tempo em que alguns frisam a questão da brincadeira, de estudo, de receber algum carinho de uma ou outra professora, há os que desejavam ir para a CAPEJO por conta da possibilidade de ter um pouco de dinheiro e, principalmente, ter uma maior liberdade de circulação pela cidade.

Jairo é o único entrevistado que passou por várias instituições, mas não pela CAPEJO.¹⁵⁴ Tive a curiosidade de analisar a sua trajetória e sua percepção da Casa e dos jornaleiros, sendo uma pessoa não vinculada a eles. Nascido em Londrina, em 1959, o primeiro internato em que esteve foi o Educandário Santa Felicidade, “Não sei quanto tempo que eu fiquei lá, porque eu também não sei com quantos anos eu vim”.¹⁵⁵ De Santa Felicidade, foi transferido para Irati, depois para Cerro Azul, Tibagi e em Curitiba, no Campo Comprido. A trajetória de Jairo contempla não só uma porção de instituições, mas também fugas, permanência nas ruas...

Como abordamos no tópico anterior, parece mesmo que não havia um argumento forte para a destinação de um garoto para essa ou essa instituição – não se levava em consideração a distância do local de nascimento ou proximidade com a família e menos ainda, a união dos irmãos. Davi, por exemplo, que era nascido em Peabiru, foi internado pela primeira vez em Maringá, a mais de 70 quilômetros de distância. Depois, foi para Mallet, a mais de 300 quilômetros, finalizando a jornada em Curitiba, primeiro no Campo Comprido e depois em Curitiba. O critério de distribuição das crianças parece se relacionar mais com uma questão etária e de oferta de vagas: Gilson e seus irmãos foram transferidos de Umuarama para Curitiba; Miguel, nascido em Mato Grosso, mas entregue ao IAM em Curitiba, foi

¹⁵³ Entrevista Davi. Realizada em 15/04/2020.

¹⁵⁴ Jairo nasceu em Londrina, em 1959. Esteve internado primeiramente no Educandário Santa Felicidade, depois foi transferido para Irati, para Cerro Azul, Tibagi e Curitiba, no Campo Comprido. Morou posteriormente pouco tempo com a família, sozinho em pensionatos até casar-se. Foi casado durante anos e agora separado, mora com uma das filhas, seu marido e filhos. Trabalha como corretor de imóveis e se orgulha em auxiliar como voluntário em um orfanato, junto a uma de suas filhas. Mora em Curitiba e nossa entrevista aconteceu na Biblioteca Pública do Paraná.

¹⁵⁵ Entrevista Jairo. Realizada em 28/02/2019.

destinado à Antonina, para depois retornar para o Educandário Munhoz da Rocha, de novo à capital. Além da faixa etária, pode ser um fator de transferência a questão educacional: dependendo de até que série se ofertava no grupo escolar ou escolas próximas, o garoto podia ser transferido para continuar seus estudos em outro lugar – isso acontecia muito com relação ao Campo Comprido, que por ter um caráter mais profissionalizante, com cursos diversos como sapataria, carpintaria, meninos adolescentes eram enviados para lá, para ocupar o tempo com atividades formativas voltadas para a inserção no mercado de trabalho.

*

Fatores complexos como as dificuldades financeiras e as questões familiares influíram nas decisões de mães e pais de abrirem mão do seu pátrio poder sobre os filhos, passando essa responsabilidade para o Estado. Nas memórias dos entrevistados, nem sempre essas decisões foram tranquilas de se compreender e menos ainda, de vivenciar.

Ao experenciar a permanência em diversas instituições, esses homens foram afetados pelas políticas públicas vigentes à época e tiveram rupturas importantes em suas vidas. A antropóloga Claudia Fonseca (2005), defende que a família enquanto valor tem grande peso para todas as camadas da sociedade brasileira, mas diferentes significados dependendo da categoria social. Ao falar de seus arranjos familiares, foi possível perceber que os entrevistados também têm uma ideia um tanto quanto fixa de como deveria ser uma família, como uma mãe, principalmente, deveria se portar. Trazer a família para o centro do debate provocou diversas reações dos entrevistados, reações estas que serão abordadas no último capítulo.

Por ora, notamos que a contraposição entre as outras instituições pelas quais passaram e a CAPEJO destacam a importância da disciplina e do trabalho no cotidiano, da liberdade de andar pela cidade e das diferenças no lazer. Esses assuntos serão o foco do capítulo que se segue.

4 DE SEGUNDA A SEGUNDA: NARRATIVAS E MEMÓRIAS DE TRABALHO

Sentados num banco da praça, ao lado de um cemitério, estávamos eu e seu Carlos. Em meio a sons das águas do chafariz e do movimento dos carros, logo que ele iniciou o seu relato sobre a permanência na CAPEJO e sobre o seu trabalho como jornalista, ele me disse o seguinte:

É interessante pela convivência, pelo aprendizado né, de você ter que ir buscar o jornal, voltar com o jornal, ter a disciplina de vender, de carregar o dinheiro, prestar contas, isso foi muito interessante. Eu não gostava porque além de eu estar numa fase de infância, *eu gostaria de estar brincando e não fazendo isso, né?* Mas valeu a pena, aprendi muito.¹⁵⁶

Nesta curta frase em destaque são expressos diversos sentimentos e avaliações sobre o trabalho, mas também sobre a infância – sobre o desejo de brincar, quando se precisa trabalhar. Essa foi a realidade de muitas pessoas quando crianças.

De fato, a associação de infância como etapa basilar da vida, onde estar na escola e poder brincar são direitos respaldados em lei e considerados fundamentais para o desenvolvimento, é relativamente recente. Não obstante, as discussões sobre como o trabalho incidia na vida de crianças e adolescentes e como ele deveria ser evitado e erradicado, ganharam força a partir dos anos 1980:

(...) A promulgação da Constituição Federal de 1988; a adoção, em 1989, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança; a aprovação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); os suportes técnico e financeiro do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), somados aos programas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) a partir de 1992, acabaram por incluir definitivamente o tema do combate ao trabalho infantil na agenda nacional de políticas sociais e econômicas (SCHWARTZMAN, 2001, p. 3).

Em que pese o fato das políticas públicas atuais reforçarem a importância do combate a essa prática, é necessário entender que o trabalho infanto-juvenil “foi presente em toda a história” (BUIAR, CONCEIÇÃO, 2014, p. 593). Vale lembrar que na Europa, já no final do século XVIII e no decorrer do século XIX, começaram a despontar no campo jurídico debates acerca do trabalho infantil enquanto problema social. Nesse período milhares de crianças serviam de mão de obra às indústrias têxteis, elucidando a questão da exploração e da necessidade de regulamentações quanto à idade e atividades a serem exercidas, para melhorar as condições de trabalho e de saúde desses pequenos trabalhadores (AGUIAR JR, VASCONCELLOS, 2017, pp. 271-275).

¹⁵⁶ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

O Brasil, durante o século XIX, também presenciou os debates de médicos e juristas sobre a proteção à infância, que de algum modo se desdobravam sobre as atividades laborais. Já no século XX, foram formuladas diversas legislações e marcos regulatórios que tratavam da defesa das crianças e definiam quais práticas eram ou não adequadas a cada idade. Entretanto, o contexto brasileiro apresentava algumas particularidades:

O trabalho infantil no Brasil tem sido tratado ora como consequência da pobreza, ora como solução para amenizar seus efeitos. A sociedade concordava ou aceitava que o ideal para as crianças e adolescentes das camadas sociais menos favorecidas seria aprender uma profissão o quanto antes, de modo a contribuir para a renda familiar e evitar a possibilidade de ingresso na marginalidade (SCHWARTZMAN, 2001, p. 3).

Sempre houve, com efeito, uma distinção entre os filhos de pessoas abastadas e pertencentes às famílias ricas e aqueles filhos de pessoas de classes populares, pobres, órfãos, abandonados, etc... Para os primeiros, o governo se esforçava em prover instrução escolar e para os segundos, a instrução para o trabalho e o fomento deste como valor moral – inclusive, esse incentivo foi realizado através da criação de instituições destinadas a abrigar crianças consideradas desamparadas e que tinham como eixo moralizador o trabalho. Uma dessas instituições foi, com certeza, a Casa do Pequeno Jornaleiro.

Esse capítulo tem como foco analisar as memórias dos nossos entrevistados acerca do ofício de jornaleiro, como eles relembram essa atividade e como as relatam: consideram-na como um trabalho? Do que lembram e o que escolheram compartilhar comigo? Como era a rotina dos vendedores de jornais pela capital paranaense? Para tanto, primeiramente discutiremos como as políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes pobres visavam o trabalho como forma de educar.

4.1 CULTURA DO TRABALHO NA MORALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TUTELADOS PELO ESTADO

Como vimos no primeiro capítulo desta tese, durante todo o século XIX foram criadas diversas instituições de cunho assistencial e educacional destinadas a abrigar as crianças pobres, órfãs e consideradas abandonadas – efetivamente, é possível afirmar que a assistência à criança no Brasil baseava-se em uma cultura institucional. Nesse sentido, Irene e Irma Rizzini dissertam:

A análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas (RIZZINI, RIZZINI, 2004, p.13).

Irma Rizzini, em *Pequenos Trabalhadores do Brasil* (2010), demonstra como muitas das obras assistenciais, na virada do século, foram transformadas em institutos, escolas profissionais, patronatos agrícolas... Nesse tópico, o foco será em algumas destas instituições, aquelas que tinham como alicerce a instrução para o trabalho e o trabalho como valor, e as políticas que nortearam o estabelecimento dessas entidades.

No início do período republicano, é reforçada a ideia de que a ressocialização destas crianças - tidas como indesejadas nas cidades (RIZZINI, 2010, p. 227) – deveria ser implementada através da educação para o trabalho (MIRANDA, 2016, p. 67). O trabalho enquanto valor moral não era algo dirigido somente às crianças e jovens nas primeiras décadas da República: este era importante não só para garantir a subsistência das camadas mais pobres, mas também para o enaltecimento da nação que surgia. Diante das transformações pelas quais o Brasil República passava, tentando de todo modo desvencilhar-se do seu passado imperial (BOEIRA, 2006), o trabalho era incentivado como nova conduta a ser seguida, fundamental para a efetivação do trabalhador como cidadão (CHALHOUB, 1986).

Nesse novo Brasil que se almejava, se fomentava o trabalho livre e a formação de força de trabalho, o estabelecimento de condições para a continuidade da vinda de imigrantes europeus, a fim de afastar-se do passado escravocrata e substituir a mão de obra cativa, além de visar o embranquecimento da população visto que, na esteira das ideias racistas e eugênicas, as pessoas pretas eram consideradas indisciplinadas para as novas formas de trabalho. Do mesmo modo, foram “(...) desenvolvidas inúmeras estratégias e dispositivos visando a moralização e o ajustamento do trabalhador à nova ordem social” (MORAES, 2000, p. 70).

Essas estratégias estavam alinhadas com os discursos higienistas e práticas sanitaristas, que visavam incutir na população hábitos de higiene, promovendo a saúde do corpo e evitando também, como menciona Carmem Moraes (2000, p. 71), os perigos que os trabalhadores pobres e sua ignorância representavam às classes dominantes e à sua propriedade. A socióloga destaca em sua análise como as práticas intervencionistas incluíam reorganização do espaço urbano, campanhas de saneamento e, ao mesmo tempo, estratégias autoritárias sobre os pobres e trabalhadores:

A “higiene da alma” estava diretamente associada à higiene do corpo, e transmitir noções de higiene e saúde ao “povo” – sempre infantilizado ou visto como portador de “maus instintos” – significava “emancipá-lo”, evitando “toda e qualquer degradação física ou moral” (MORAES, 2000, pp. 71-72).

Assim, criminalizavam comportamentos considerados inadequados e se forjava uma oposição entre trabalho e vadiagem. No Código Penal de 1890, há todo um capítulo sobre essa “dicotomia”, chamado *Dos Vadios e Capoeiras*, cujo artigo primeiro define como passível de prisão de quinze a trinta dias quem:

Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes (...). (Artigo 399).

Nesse contexto, de práticas higienistas, pedagógicas e repressivas, a criança também foi alvo de atenção, conforme observa Eduardo Silveira Netto Nunes:

Eso porque sobre la infancia recaía la expectativa de ser el material humano sobre el cual se podrían establecer las bases para la construcción de esas sociedades nacionales idealizadas, y porque se tenía la idea de que en las edades pequeñas el ser humano estaba apto para ser moldeado en sus caracteres socio-genéticos-culturales a modo de poder perfeccionarse y civilizarse, y por consecuencia convertir a su nación en una más desarrollada, con un pueblo, en el futuro, más sano, educado, laborioso y moderno (NUNES, 2015, p. 274).

A historiadora Olga Brites afirma que “uma imagem de infância elaborada no referido período era a da criança bela e saudável: o que estivesse fora desse padrão era considerado desvio que precisava ser corrigido” (1999, p. 251). Somando a isso o aumento da população, da ocupação das ruas, da mendicância, a sociedade passava a se preocupar com a criança pobre como potencialmente desviada e desprovida de bússola moral, por falta de encaminhamento dos pais, estes também, desviantes. Em um tom salvacionista o Estado, a imprensa e associações beneficentes religiosas buscaram retirar do convívio social essas crianças, através de instituições asilares específicas para meninos e meninas.

Evitar a vadiagem, que era entendida como um caminho para a marginalidade, e formar o futuro trabalhador foram os objetivos de diversas políticas à época, como por exemplo, a criação de escolas profissionalizantes, Escolas de Aprendizes Artífices e Patronatos Agrícolas. Essas instituições eram destinadas a crianças e jovens, em especial das parcelas empobrecidas da sociedade, atuando de forma a educar e também a corrigir condutas desviantes. Isto posto, a historiadora Ana Cristina Lima afirma que “ainda que por maneiras muito distintas, a assistência à infância condicionou, paulatinamente, a educação profissional destinada às crianças pobres à obrigação – tornada natural e automática – de trabalhar” (LIMA, 2021, p. 91).

Voltadas para as classes populares, as Escolas de Aprendizes Artífices foram criadas através do Decreto n.º 7566, de 23 de setembro de 1909, descrevendo como seus objetivos “formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos

técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício” (BRASIL, 1909). De acordo com Silvia Pandini, a criação dessas escolas foi uma das mais importantes iniciativas do governo republicano quanto à educação profissionalizante (PANDINI, 2006, p. 37).

Situadas em dezenove capitais de vinte estados, propunham a instrução para o trabalho; apesar de que a gênese das escolas se pautava no encaminhamento para a industrialização, as instituições não conseguiram implantar o que propunham e muitas vezes, as oficinas eram de ensino manufatureiro, artesanal (CANDIDO et al, 2019). Pandini entende que isso aconteceu devido ao fato que “à frente da necessidade de implantar o ensino profissional encontramos a preocupação com a moralização e instauração de hábitos de trabalho junto às classes proletárias” (PANDINI, 2006, p. 39).

Segundo a autora, no Paraná a criação da Escola de Aprendizes Artífices atendeu às demandas da sociedade que, através de jornais e discursos oficiais, clamava pela intervenção estatal junto a esse grande problema social, que era a presença de “menores” pobres e ociosos e pedia especial atenção ao ensino profissionalizante. Afirma que, no caso da unidade paranaense, a matrícula era realizada pelos próprios alunos e seus responsáveis e atendia em grande número jovens pobres e imigrantes (PANDINI, 2006, p. 42).

Em 1910, foram estabelecidos os Aprendizados Agrícolas: cursos de duração de dois anos, com curso de primeiras letras, métodos de tratamento do solo, uso de máquinas e manejos de animais, destinados aos filhos de agricultores com idade entre 14 e 18 anos (MARTINIAK, 2011, p. 53). Criados em 1918, os Patronatos Agrícolas foram substituindo os primeiros espaços educacionais e atendiam a outra parcela da população, aquela que lhe era encaminhada pelas autoridades:

Os patronatos agrícolas foram criados enquanto misto de agência de ensino agrícola e de alternativa às instituições presidiárias. Recebiam crianças e adolescentes com ligações com a atividade agropecuária e, também, aqueles provindos dos centros urbanos. Nesse caso, por intermédio da intervenção policial e judiciária, instância a qual coube o recrutamento de parte da clientela para algumas das unidades institucionais. Criados em 1918, até 1926 foram inauguradas 22 unidades espalhadas pelas regiões do país, com concentração no Sudeste (OLIVEIRA, 2004, p. 138).

Vinculados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), os patronatos eram provenientes de uma política que associava proposições de modernização agrícola, de fixação do homem no campo, a interferência na circulação e ocupação do território, a educação para o trabalho e o manejo de crianças e jovens classificados como indesejáveis no cenário urbano (BOEIRA, 2006; OLIVEIRA, 2004). Muitas vezes, os “menores” eram enviados para patronatos de outros estados.

Conforme escreve Flávia Oganauskas (2015), o Patronato Agrícola do Paraná (PAP) foi criado pelo governo estadual e não pelo MAIC, regulamentado pelo Decreto n.º 943, de 03 de outubro de 1920, e tinha como missão a “assistência, tutela moral e proteção dos menores desvalidos [...] Configurou-se, assim, como uma instituição que conferia ao trabalho agrícola o objetivo de educar e regenerar os menores de classes sociais baixas e incorporá-los ao meio rural” (2015, p. 110).

Outras instituições existiam concomitantemente a essas de caráter correccional e profissional, como orfanatos, asilos e preventórios. Essas vão receber especial atenção de juristas e médicos, já nas primeiras décadas do século XX, e suas atuações serão parte de diversas críticas às políticas assistenciais do regime, chamando-as pejorativamente de “caridade oficial”. As autoridades consideravam os asilos como depósitos de crianças e que em nada contribuíam para a regeneração dos internos – era preciso fomentar que estes se tornassem cidadãos úteis (RIZZINI, 2011, p. 226).

Juliana Paganini (2011) ressalta que esses intelectuais estavam inseridos em discussões contemporâneas à época e buscavam estabelecer parâmetros mais modernos para o tratamento das crianças: “No início do século XX, há a forte presença dos positivistas no Brasil, onde há a substituição de um modelo caritativo para um científico, baseado na leitura dos corpos e ainda na classificação dos normais, anormais e degenerados” (2011, p.4).

Nesse momento, houve a atuação de vários personagens importantes para a formação de correntes de pensamento sobre o cuidado com as crianças e entre elas, destaca-se a figura de José Candido de Albuquerque Mello Mattos - primeiro juiz de menores do Brasil e da América Latina e autor do Código de Menores de 1927 (PINHEIRO, 2014).

O Código de Menores, como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, é considerado um marco jurídico na História da Infância Brasileira. A partir de uma doutrina salvacionista, o Código discriminava as crianças “da primeira idade”, os expostos, os considerados abandonados, os “delinquentes” e os trabalhadores menores de idade – e diferenciava os tratamentos necessários para cada um. Já exploramos alguns artigos do Decreto quando analisamos a retirada do pátrio poder e a tutela pelo Estado de crianças e jovens, mas será necessário discorrer de outros trechos para compreendermos como essa legislação regulamentava, flexibilizava ou proibia certos tipos de trabalho exercidos por meninos e meninas.

Todo o capítulo IX do Decreto é dedicado a esmiuçar as atividades que um menor de idade podia ou não realizar, a depender de sua idade e da relação que estabelecia com os empregadores. Por exemplo, era vetado que menores de 11 anos trabalhassem em “usinas,

manufacturas, estaleiros, minas ou qualquer trabalho subterrâneo, pedreiras, oficinas e suas dependências. de qualquer natureza que sejam, públicas ou privadas, ainda quando esses estabelecimentos tenham carácter profissional ou de beneficência” (Art. 103) – exceto se o estabelecimento que o empregasse fosse de sua família e composto somente por familiares.

Se a criança tivesse de 12 a 14 anos, poderia trabalhar desde que recebesse instrução escolar. Aos menores de 18, era proibida qualquer atividade que se considerasse arriscada à saúde, à vida, à moralidade, muito intensa ou fatigante e ainda, de serem atores e atrizes, figurantes de peças teatrais e espetáculos, de trabalhar em cafés, concertos, cabarés e casas de diversão e também qualquer trabalho noturno. O trabalho em espetáculos teatrais só poderia ser realizado se autorizado por um juiz, e nos circenses, somente se o jovem fosse maior de 16 anos ou, se fosse maior de 12 anos acompanhado dos pais – cabendo pena de suspensão do pátrio poder se se empregasse crianças ainda mais novas.

A rua também aparece como local perigoso para se exercer uma atividade laboral, sendo não recomendadas para garotos com menos de 14 anos e de moças menores de 18. A depender da interpretação das autoridades, estar na rua, ainda que buscando vender algo, poderia ser visto como vadiagem ou mendicância e aí se acionavam outros artigos do Código, como os que tratavam do que se considerava um menor abandonado (Art. 26, inciso V), da suspensão do pátrio poder (Art. 34, inciso II – que tratava dos pais cujos filhos eram deixados habitualmente em condição de vadiagem, libertinagem, etc), das medidas aplicáveis a menores abandonados (Capítulo VI) que poderia ser tanto uma repreensão (Art. 61, inciso I, alínea a), como a destinação a instituição de caridade (alínea b) ou a uma instituição de correção até a maioridade se fosse uma atitude recorrente (inciso II).

Sendo assim, pode-se entender que era possível realizar diversos trabalhos, desde que não fossem perigosos e considerados imorais. Mesmo que não se estudasse, era concebível ocupar-se em estabelecimentos dos pais ou parentes – e sempre se contava com a interpretação do Juiz de Menores, caso houvesse alguma denúncia ou estranhamento por parte das autoridades policiais; isto porque era entendido que era melhor estar trabalhando do que na marginalidade e levava-se em consideração que “as crianças desempenhavam um importante papel na subsistência de suas famílias” (ACKERMAN, 2002, p. 109).

O Código de 1927 teve uma grande abrangência e até mesmo inserção no imaginário popular; um dos maiores indícios quanto a isso é que foi por meio deste Código que se vulgarizou o uso do termo “menor”. Com sua doutrina salvacionista, amparou também as políticas dos anos seguintes à sua outorga, no período conhecido como Era Vargas, quando se fortaleceu a ideia do Estado como implementador de políticas sociais (FONSECA, 1993, p.

98). Nesse sentido, houve um forte investimento nas políticas públicas focadas nas crianças, como aquelas que visavam à promoção da saúde, à educação e ao trabalho. Há então, de acordo com Cristina Fonseca, “a preocupação com a formação de um ‘novo homem’ e de uma ‘nova raça’ que, aliada aos princípios da eugenia e ao ideal de valorização do trabalho, irão alimentar a ênfase na criança como futuro cidadão/trabalhador” (FONSECA, 1993, p. 99).

Como mencionado no primeiro capítulo, houve a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr) em 1940, ancorado nos conceitos da puericultura e do higienismo (OVERNÉ, 2018, p. 4), a divulgação de cartilhas educacionais nacionalistas para as crianças e ainda, alguma sinalização de garantias a essa população, como nesse trecho da Constituição de 1937:

A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades. O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral. Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole (BRASIL, 1937, Art. 127).

É importante ressaltar ainda que, no ano de 1941, foi criado o Sistema de Atenção ao Menor, o SAM. Enquanto o DNCr era vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, o SAM era subordinado ao Ministério da Justiça – o que já se pode tomar como indício da diferenciação do tratamento das crianças protegidas pelo DNCr e um segundo tipo, os “menores”, sob cuidados das autoridades policiais e judiciais do SAM.

Durante esse período, criou-se também a Consolidação das Leis Trabalhistas, através do Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Essa legislação conta com um capítulo inteiro, composto por mais de 30 artigos, tratando do trabalho “do menor”. No artigo 403, se proíbe o trabalho de menores de 14 anos – excetuando-se os “os alunos ou internados nas instituições que ministrem exclusivamente ensino profissional e nas de caráter beneficente ou disciplinar submetidas à fiscalização oficial.” Isto é, se vinculadas a essas instituições, autorizava-se o trabalho dessas crianças.

As instituições que propunham a disciplina através do trabalho não eram poucas em todo o Brasil: escolas que propunham o ensino profissional e, igualmente, aquelas que se amparavam no trabalho como efeito correccional, visto que se entendia que o trabalho teria o poder de “regenerar” essa parcela da população. No Paraná, nessa conjuntura, surgiram diversas organizações como a Casa do Pequeno Jornaleiro, Casa do Menor Trabalhador,

Guarda Mirim, Escola de Trabalhadores Rurais de Campo Comprido, Escola de Reforma, Patronatos agrícolas, Escola de Pescadores Antônio Serafim Lopes, entre outras.

É notável também que aqui se acerca uma questão de gênero. Em Curitiba, por exemplo, havia o Abrigo para Menores do Portão, que foi o primeiro exclusivamente para meninas, administrado pelas freiras da Congregação de São Vicente de Paulo e o Lar das Meninas, como era conhecido o Lar Escola Hermínia Lupion. Nessas instituições, as meninas aprendiam corte e costura, crochê, bordado e afazeres domésticos, assistiam às aulas em escolas próximas, iam à missa e auxiliavam na manutenção e limpeza da organização.

É importante frisar algumas questões quanto às colocações anteriores. Primeiro, o estabelecimento da CLT ou mesmo do Código de Menores não implica que, de fato, todas as leis eram aplicadas e que tudo funcionava baseado nelas – havia uma distância entre o que preconizavam as leis e como eram aplicadas (SILVA, 2015).

Há algumas contradições, além disso, quanto à lei e sua aplicação; por exemplo, de acordo com o Código de Menores as crianças não deveriam trabalhar antes dos 12 anos, mas as instituições eram compreendidas de forma a recuperar as crianças pelo trabalho (BERNAL, 2004). Além disso, o trabalho nas ruas era considerado como uma forma de exploração e maléfica, mas o trabalho nas instituições de assistência à criança pobre e abandonada seria enobecedor (SILVA, 2013, p. 92) - mesmo que este trabalho fosse realizado nos espaços públicos.

Nas décadas seguintes, ainda se manteve o contraste entre o que se propõe como política e como ela era executada. Nesse momento de expansão urbana e em meio a um contexto ditatorial, as crianças e jovens pobres além de possíveis criminosos, eram percebidos como potenciais comunistas, passíveis de ser desviados e doutrinados pelos revoltosos e descontentes (BECHER, 2012). Logo após o Golpe Civil-Militar (1964) instituiu-se uma nova política de assistência denominada Fundação do Bem Estar do Menor (FUNABEM) que tentava afastar-se da imagem do SAM, mas que “em termos operacionais era inegável, no entanto, ainda que por oposição, a herança proveniente do órgão anterior” (DAMINELLI, 2019, p. 66).

A historiadora Camila Serafim Daminelli (2019) afirma que na Política do Bem Estar do Menor (PNBEM) que norteou as ações da Funabem, foram discriminados dois tipos de clientela: as crianças e jovens abandonadas e carentes ou deficientes e aqueles considerados “menores com problemas de conduta”. Para esses públicos, a manutenção na família (de origem ou uma substituta) era a prioridade e somente após esgotadas as possibilidades de conservação dela, poderia acontecer o encaminhamento para a instituição especializada de

cuidado ou, no caso dos infratores, de reeducação. A autora afirma ainda que nas “Normas para aplicação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor”, considerava-se a possibilidade de “remuneração normal do trabalho que cada menor desenvolva e constituição de pecúlio de cada um, com vistas ao período de transição à saída do menor do internamento” (DAMINELLI, 2019, p. 124-125).

Nos documentos expedidos pela Funabem, havia a defesa da escolaridade e preparação para o trabalho. De acordo com Humberto Miranda (2014), o trabalho era visto pela política de bem-estar não somente como uma medida regenerativa, mas como preventiva da marginalidade, uma estratégia terapêutica. Eram propostas, então, em algumas unidades oficinas para os internos, muito focadas em trabalhos manuais. Miranda cita a importante obra de Lygia Pereira Edmundo chamada *Instituição: escola de marginalidade?*, em que a autora realizou pesquisas com adolescentes à época da Febem, em Recife, que lhe relataram sobre suas escolhas profissionais e que as oficinas pouco tinham a ver com suas aptidões (MIRANDA, 2016). A política da Funabem/PNBEM retomava, portanto, a ideia que percorreu o período republicano sobre a valorização do trabalho e manutenção das questões de classe, visto que a profissionalização destes adolescentes muitas vezes se dava para a formação do trabalho braçal.

Concomitante a essas políticas, o Código de Menores de 1927 foi substituído por um novo conjunto de leis. O Código de Menores de 1979 instaurou a doutrina de situação irregular, baseada nas condições de vida das famílias dessas crianças, geralmente pobres, e a depender do julgamento dos magistrados, podiam ser recolhidos em instituições (RIZZINI, RIZZINI, 2004, p. 41).

Na Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979, há a indicação de que “A proteção ao trabalho do menor é regulada por legislação especial”, fazendo referência à CLT. Nos seus artigos 402 e 403, é possível ler:

Art. 402º Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos

Art. 403º É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Entretanto, a Constituição de 1967 havia reduzido essa idade para 12 anos e isso foi garantido através da Emenda Constitucional de 1969 (MARTINS, 2002, p. 70). Ou seja, menor trabalhador poderia ser aquele de 12 a 18 anos, e entre os 12 aos 14 deveriam frequentar a escola e realizar serviços leves. Do mesmo modo, o trabalho nas ruas deveria ser autorizado por um juiz de menores. Essa Emenda também não modificava o que diz respeito

ao trabalho considerado educacional em instituições para abrigo e reeducação, dessa forma, manteve-se o disposto na Consolidação das Leis Trabalhistas.

As últimas legislações e códigos citados são os que nortearam as ações da Casa do Pequeno Jornaleiro e envolveram as infâncias dos homens nessa pesquisa entrevistados. O intento foi demonstrar como se deu o amparo legal para o trabalho de crianças e adolescentes; entretanto, como esperado, essas legislações não foram mobilizadas nas narrativas dos senhores participantes, exceto na fala do senhor Davi que hoje trabalha em uma instituição de adolescentes em conflito com a Lei. Ele menciona algumas questões quanto à diferença de tratamento à infância na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente com o período “de antes”, como refere à sua vivência na Casa do Pequeno Jornaleiro.

Outras questões apareceram nas entrevistas e tiveram destaque o IAM, a figura do Juiz de Menores e a Delegacia de Menores. O primeiro, com certeza, foi mencionado em todas as entrevistas, como o órgão que organizava a Casa, que os destinava a essa ou aquela instituição, que fazia seu desligamento ou por ser responsável por alguns funcionários da CAPEJO. A referência aos magistrados foi realizada quando se falou da retirada do valor da poupança e por esses autorizada, e algumas vezes quando se tratou da separação dos familiares, conforme analisado no capítulo anterior. A Delegacia de Menores foi mencionada quando os senhores relatam que procuraram seus documentos de origens e estes, segundo contam, estavam a cargo desta unidade policial; também a ela se referiram quando, por ventura, fugiam ou eram pegos em alguma traquinagem, eram deslocados a esse prédio.

Quanto às rotinas de trabalho e sua interpretação sobre, as memórias relatadas serão apresentadas e analisadas a seguir.

4.2 O OFÍCIO DE JORNALEIRO: LABOR E TRAJETOS NA MEMÓRIA

Quando iniciava as entrevistas, eu me questionava sobre como iria ser difícil para os entrevistados começar uma narrativa pelo momento em que foram admitidos na CAPEJO ou outra instituição ou, mais ainda, narrar sobre a separação de suas famílias. Era comum eu perguntar o nome completo, a data e o local de nascimento e a depender do que falávamos antes de dar início à gravação, seguíamos a conversa, retomávamos desse ponto, agora registrando. As entrevistas em História Oral requerem essa sensibilidade e muitos dos entrevistados consideraram melhor começar justamente pelo cotidiano do jornaleiro – aliás, alguns se esquivaram de qualquer pergunta que fugisse um pouco do que considerassem o tema.

Quando perguntados sobre o cotidiano de jornalista (“Como era o dia-a-dia na Casa do Pequeno Jornaleiro?”), a maioria dos homens procurou responder como a narrar todo um dia: começando pela manhã, almoço, tarde e noite e todas as atividades que realizavam durante o dia; relatos que corroboram com a pesquisa de Welson Luis Pereira: “(...) o horário das refeições era estabelecido da seguinte maneira: às 6 horas havia café, leite e pão, às 11 horas havia o almoço e finalmente das 18 horas às 19 horas o jantar” (PEREIRA, 2009, p. 95). Márcio conta:

Tinha o horário pra você acordar cedo, seis horas da manhã você acordava, levantava pegar o jornal, e daí se você voltava, tomava um café da manhã, depois que você comia daí você já saía pro teu ponto ou pra tua, fazer a zona de distribuição de jornal.¹⁵⁷

O mesmo diz Wagner:

Então, o dia a dia do Pequeno Jornaleiro era muito simples: você acordava lá cinco e meia, seis horas da manhã, tomava café, sete horas já tava na rua, distribuindo jornal, vendendo jornal. É... eu comecei acompanhando um garoto, que tinha um trajeto, a gente chama de zona. No nosso linguajar entre os meninos, era zona.¹⁵⁸

Todos os narradores trazem relatos bastante parecidos sobre os horários e as primeiras atividades da manhã: levantar-se, arrumar a cama e se vestir, buscar os jornais onde eram distribuídos, retornar à Casa para o café (e para os materiais serem contabilizados) e depois, a saída para as vendas diárias. Carlos explica essa questão de apanhar os materiais diretamente nos prédios dos veículos de informação:

C - Geralmente a gente acordava em torno das 5h às 6h. Então a gente acordava, se arrumava, arrumava a cama, se arrumava e ia se preparar pra pegar o jornal. Tomava o café, daí saía. Então a gente ia pegar o jornal lá embaixo na... a gente descia a Muricy, e ia pegar o jornal lá na... não me lembro se é Pedro Ivo. Ali na praça, na praça...

N - Zacarias?

C- Não, na Carlos Gomes. Na Praça Carlos Gomes. Então ali a gente pegava os jornais, Gazeta, Tribuna, O Diário Popular trazia para nós ali até a Casa do Pequeno Jornaleiro. Mas a Gazeta, a Tribuna, o Diário Popular, Estado do Paraná, a gente ia tudo pegar ali naquela região. Aí pegava ali e voltava pra Casa, fazia a conferência, e daí saía pras rotas, né.¹⁵⁹

A praça citada, Carlos Gomes, fica a seis quadras do prédio da CAPEJO. Parece pouca distância, cerca de 700 metros, mas há de se lembrar de que o retorno era acrescido de algum peso dos jornais e revistas. É interessante pensar que, a despeito de estarem contribuindo para a circulação de seu material, prestando um serviço a esses veículos de imprensa, que se localizavam ali na praça, os jornais não tinham a preocupação de levar a grande quantidade de impressos até a Casa e, portanto, os garotos que iam buscar as gazetas.

¹⁵⁷ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

¹⁵⁸ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

¹⁵⁹ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

Quando se referem à conferência, Cosme explica:

A gente levantava seis horas da manhã, pegava os jornais e saía, levantava às seis hora, ia lá pegava o Diário do Paraná, a Gazeta do Povo. Cada um ia lá e tinha um tipo de uma lista, por exemplo, você pegava dez, ele marcava dez Gazeta, daí você saía vender.¹⁶⁰

Esse momento da conferência era importante, pois depois de retornarem da venda, deveriam prestar contas dos valores referentes aos jornais e revistas. Havia uma separação entre os garotos: os que possuíam um ponto fixo de venda e os que faziam rotas, que eles chamavam de “zona”, como relatou o seu Wagner no trecho já citado. Os pontos fixos, pelo que relatam, eram lugares com bastante circulação de pessoas, no centro da cidade mesmo: “o Correio, Correio Velho ali na João Negrão, a Catedral, o Mercado Municipal (...) a Universidade Federal ali na escadaria na Praça. E tinha um ponto ali na... na XV, que na época tinha o cine ali, na Boca Maldita”, contou Carlos.¹⁶¹

Quando eram admitidos na CAPEJO, os garotos começavam suas vendas acompanhando algum jornaleiro mais velho – estes ensinavam os caminhos, bons pontos de circulação e as responsabilidades quanto ao dinheiro. Passavam algumas semanas fazendo esse auxílio e aprendendo o ofício. Não raro, nos relatos, os entrevistados contam que “herdaram” um ponto de venda ou zona de algum menino mais velho, que havia saído da Casa, transferido ou que retornou para sua família. Cosme “ganhou” o ponto de venda de seu irmão, que também foi jornaleiro:

Eu tinha um ponto fixo, né. Daí eu vendia ali na XV [Rua XV de Novembro] com a XV com a Barão do Rio Branco, era meu ponto. Depois daí era, depois mais tarde eu peguei daí já tinha uma zona que eu fazia da Comendador Araújo, eu ia até lá em cima na Batel. Era minha zona que eu fazia. E aos domingos eu fazia, depois que meu irmão saiu da, saiu do Pequeno Jornaleiro ele passou o ponto dele pra mim, que é tipo doar.¹⁶²

Estar responsável por uma rota ou ponto fixo não era algo permanente, segundo os relatos. Alguns dos participantes contaram que mudaram de rotas algumas vezes, ou assumiam pontos fixos de venda, retornavam as rotas – e determinadas vezes, por seu próprio pedido, por desejarem vender mais ou preferirem tal “zona”, por conta da familiaridade com fregueses, por exemplo.

Os trajetos ainda estão gravados nas memórias de vários daqueles que não se estabeleciam em um único ponto, com riqueza de detalhes. Seu Wagner faz um dos relatos mais minuciosos:

¹⁶⁰ Entrevista Cosme. Realizadas em 17/07 e 14/09/2019.

¹⁶¹ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

¹⁶² Entrevista Cosme. Realizadas em 17/07 e 14/09/2019.

a minha zona, eu descia ela inteirinha, lá da Saldanha Marinho, eu descia a doutor Muricy todinha, até a Lourenço Pinto, virava, entrava na Pedro Ivo, ficava lá na Pedro Ivo um tempo, ia até perto da rodoviária, ia serpenteando, ia parar lá na Sete de Setembro, da Sete de Setembro eu ia lá até o final, entrava aqui embaixo no Cajuru, e vinha, eu terminava, eu passava por dentro do Cristo Rei, tudo a pé, passava aqui por trás do Jardim Botânico, pela Afonso... pela avenida Afonso Camargo, vinha serpenteando, entrava aqui no Jardim Botânico e parava exatamente onde nós estamos aqui, a três, quatro quadras daqui de onde eu moro.¹⁶³

É possível fazer uma estimativa do caminho realizado por Wagner, na sua “zona”, e este seria de aproximadamente seis quilômetros, na FIGURA 5:

FIGURA 5: ESTIMATIVA DO TRAJETO NARRADO POR WAGNER



FONTE: A autora (2021).

Wagner não é o único que se lembra do seu trajeto. Gilson relatou “(...) eu andava ali no caso, no centro, ali na Saldanha Marinho, eu ia pela Duque de Caxias, e ia parar lá próximo do Centro Cívico, ali no final era... ah, não sei, acho que era Ahú lá, eu ia até aquela região lá, vendendo assim.”¹⁶⁴

No encontro com Cosme, ele estava acompanhado do neto, de quem é o responsável – quando falávamos das atividades e responsabilidades de jornalista, dos quilômetros caminhados, perguntei:

N - O senhor às vezes não pensa assim [...] porque hoje pense, o seu neto tem que idade?

C - Ele tá com nove anos.

N - Nove anos. Era essa idade que o senhor veio pra cá.

C - Foi, exato.

N - [...] o senhor pensa ele andando sozinho tudo essas caminhada aí que o senhor fazia?

C - Não, não. Hoje em dia que ele, (não, não). É porque, eu acho que antigamente [...], como que eu vou te dizer, é a gente tinha que sobreviver, né, com nove anos, dez anos, com doze anos já vinha pra cá e você tinha que andar na rua sozinho...¹⁶⁵

¹⁶³ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

¹⁶⁴ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

¹⁶⁵ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

Um paralelo com seu presente e seu passado também é traçado por Carlos, quando fala do seu trabalho: “Tipo, eu saía do centro e ia até o Jardim Botânico... *Agora eu já acho difícil*, imagine naquela época”.¹⁶⁶ Carlos foi um dos primeiros entrevistados que fala das dificuldades das atividades exercidas:

C - eu achava um tanto pesado... deveria de ser tipo, pra crianças a partir de 14 anos, né? Uma idade mais que sua estrutura física fosse mais adequada aquilo, né? Porque você pensar em carregar uma contracapa de jornal com talabarte cheio de jornal, cheio de revista, num dia de chuva, é inconcebível. Você andar, no caso, porque era separado né, tinha os pontos fixos e tinha as rotas, né, onde que você fazia. Tipo, eu saía do centro e ia até o Jardim Botânico... Agora eu já acho difícil, imagine naquela época.

N - sim, e com peso ainda né...

C- com peso, carregando... aquela coisa toda. Tinha que bater nas casas pra oferecer o jornal, né, já tinha né, claro que tinha os fregueses fixos, mesmo assim não dava conta de você vender aquele tanto de jornal, tanto de revista... você tinha que bater nas casas, bater no comércio, pra oferecer. Então isso eu achava pesado.¹⁶⁷

Quando trata dos obstáculos das vendas, menciona tanto o caminho percorrido quanto o peso dos jornais. Seu Gilson corrobora com outras narrativas de que a carga que carregavam era mesmo grande: “(...) até hoje eu sinto nas minhas costas né, de carregar o jornal”. Um objeto muito mencionado nas vendas do jornal era um talabarte; por ignorar o que era, imaginava ser alguma bolsa, algo assim, mas seu Márcio explicou o que era: “você vinha com aquele fardo de jornal imenso [palavra inaudível]. Nós tinha um chamado talabarte, que era um cinturão de couro, aqui, você botava o jornal, saía vendendo jornal, meio fixo assim”.¹⁶⁸ Na FIGURA 6, a seguir, é possível ver a faixa mencionada:

¹⁶⁶ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

¹⁶⁷ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

¹⁶⁸ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

FIGURA 6: FOTOGRAFIA DE JORNALEIROS SAINDO PARA O TRABALHO



FONTE: São os jornaleiros. **Revista Odisseia**. 1969. Ano I, n 6. pp 25-26. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

Gilson, que relata ainda sentir dor nas costas, conta que tinha algumas estratégias para lidar com o peso dos jornais: os carregava na cabeça, os deixava com algum jornaleiro mais novo ou ainda, com algum cliente de confiança:

Mas era assim, a gente pegava um aluno que tava de castigo pra ajudar a gente, daí ele carregava um pouco de jornal, revista, eu carregava um pouco de jornal e revista e a gente saía caminhando. Conforme ia vendendo, ia diminuindo o peso [risos]
[...]

E eu né, a coluna ficava... porque os jornal de antigamente era meio pesadinho. Eu carregava na cabeça [riso contido] aí eu botava, equilibrava o jornal na cabeça, jogava uma cordinha assim, coisa de baiano, jogava uma cordinha assim, e saía andando. Aí você tinha que andar o máximo que pudesse com o jornal, chegava praticamente na metade da clientela, aí você parava numa casa lá que você já tinha uma amizade, uma confiança, deixava o jornal lá e saía lá do começo da clientela, você começava a vender e ia atrás de buscar mais jornal. E fazia esse tipo de sistema pra mim poder vender meus jornal, minhas revista, mas era bem sofrido sabe? ¹⁶⁹

Quando Gilson, Carlos, Cosme e outros se referem à sua rotina de trabalho como sofrida, é interessante percebemos que as atividades que realizavam eram consideradas pelas autoridades adequadas às suas idades e sem grandes perigos – a despeito de outros possíveis trabalhos que poderiam realizar. Como abordado no tópico anterior, o Código de Menores de 1927 vetava o trabalho noturno, ocupações que colocassem em perigo à saúde e à moralidade e, ainda, aqueles praticados nas ruas e praças. Pelas narrativas e outras fontes, nota-se que os

¹⁶⁹ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

afazeres de jornaleiro se aproximavam desses pormenores que eram tipificados na Lei – entretanto, por se tratar de uma atividade que estava organizada por uma instituição de assistência aos “menores”, esses riscos não eram levados em conta ou sequer eram tidos como prejuízos.

Como afirma Joseane de Fátima Machado da Silva, “o trabalho nas ruas seria explorador, mas o trabalho nas instituições de assistência à criança pobre e abandonada seria enobrecedor” (SILVA, 2013). Para trabalhar nas ruas, era necessária uma autorização especial do Juizado de Menores, conforme regulamenta o artigo 405 da Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1940:

§ 2º O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do juiz de menores, ao qual cabe verificar se a ocupação do menor é indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à moralidade do menor.

§ 3º Nas localidades em que existirem, oficialmente reconhecidas, instituições destinadas ao amparo dos menores jornaleiros, só aos menores que se encontrem sob o patrocínio dessas entidades será outorgada a autorização de trabalho a que alude o parágrafo anterior.

Isto posto, nesse contexto, era importante que os pequenos jornaleiros se destacassem entre outros meninos que perambulavam pelas ruas da cidade e por isso, andavam sempre uniformizados e portando uma carteirinha de identificação expedida pelo Instituto de Assistência ao Menor. Cosme conta que na sua época, o uniforme era “uma jaqueta azul e uma calça azul, e tinha o símbolo do jornaleiro”,¹⁷⁰ e segundo o que relatam alguns dos entrevistados, essas roupas eram confeccionadas no Centro Profissional para Menores do Campo Comprido, na oficina de alfaiataria.

¹⁷⁰ Entrevista Cosme. Realizadas em 17/07 e 14/09/2019.

FIGURA 7: CARTEIRINHA DO PEQUENO JORNALEIRO



FONTE: A autora

LEGENDA: Carteira de identificação expedida pelo Instituto de Assistência ao Menor, o IAM.

O reconhecimento destes garotos como pequenos jornalheiros era importante em vários sentidos. Ser mais facilmente vigiado pela sociedade e pelos comissários de menores, mostrar bons cuidados e asseio da CAPEJO para com os garotos e também para mostrar uma distinção entre eles, devidamente uniformizados, cumprido suas funções e outros meninos que porventura perambulassem nas ruas. Na dissertação, acessei duas fontes que demonstravam essa vigilância constante das autoridades e da sociedade como um todo – um garoto que foi agredido ao fazer uma cobrança dos jornais a um barbeiro e outro que teria atentado contra a moral e aos bons costumes. No primeiro caso, três homens testemunharam a agressão e serviram de testemunhas para a defesa; já no segundo, os olhares atentos foram os comerciantes que noticiaram à CAPEJO e esta optou pelo desligamento do menino que, ao que tudo indica, era reincidente em suas atitudes (LIMA, 2017).

É possível inferir também que a vestimenta dos jornalheiros servia a outros propósitos: como a gerar um sentimento de pertença, e ainda a uniformização dos garotos, de modo a exercer um controle sobre os corpos e identidades. Segundo Edson Passeti, o uso de uniformes era uma política comum para crianças abandonadas e infratoras, dessa forma o Estado fomenta a “impessoalidade para a criança e o jovem, vestindo-os uniformemente [e] estabelece rígidas rotinas de atividades” (PASSETI, 1991, p. 355).

A atitude de impessoalidade, pode se compreender, dissolve de algum modo as identidades e as relações com seu passado, anterior às internações: é preciso lembrar, por

certo, que os internos eram conhecidos entre si por seus números de cadastro, como 28, 71, 36, ou por seus apelidos, e não por seus nomes... Outro relato semelhante é de Ester, esposa de Gilson, que esteve presente durante toda a sua entrevista, ao narrar eventuais encontros com um senhor, ex-pequeno jornalista, que está em situação de rua atualmente: “às vezes a gente encontra com ele, sabe? E é bem interessante assim, porque ele (...) [...] o *Gilson* vai e cumprimenta assim, porque né, aí ele chama o *Gilson* de “Sete”, acho muito interessante”. Carlos também relata:

Meu número era 81. Isso era também um vício nosso né, uma coisa né que foi criada ali que era complicada, porque a gente só se chamava pelo número. Dificilmente você chama alguém pelo nome. Então às vezes você conhecia o cara pelo número, mas não conhecia pelo nome.¹⁷¹

Outra interpretação plausível é a de que as roupas poderiam gerar um sentimento de pertença a essa instituição. Janine Puget (2000) compreende o pertencimento como “experiencia de estar con otro y tener un lugar en el conjunto, algo como ir estando-siendo con otro, sin que haya una razón específica para estar o ser con ese outro” (p. 463), de forma que se faça parte de um grupo e apropriar-se de um lugar; Fira Chmiel (2020) completa: o sentimento de pertencimento fundamenta a constituição subjetiva e memorial dos indivíduos (2020, p. 114). A autora discorre também de como esse sentimento está pautado na distinção com o outro:

Ahonda sobre la cuestión del vínculo entre la reciprocidad y alternancia de los unos y de estos “otros”, que pueden encarnarse en las figuras de *alter* o un ajeno. El primero presenta una diferencia compatible y el segundo, una forma de reconocimiento de la diferencia que es radicalmente incompatible. (CHMIEL, 2020, p. 115).

No caso dos jornalheiros, o Outro era o menino que perambulava pelas ruas, os *trombadinhas*, os pedintes, assim como, os garotos de outras instituições. A *Revista Odisséia*, na reportagem *São os Jornalheiros*, menciona a troca de uniformes da instituição e parece também traçar essa oposição entre os garotos da CAPEJO e os demais:

Atualmente, os meninos são encontrados diariamente, ainda cedo, nos principais pontos do centro de Curitiba, vestidos sempre com seu uniforme tradicional azul-escuro, inclusive o boné. [...] chama a atenção [...] a educação e a higiene dos garotos, ao contrário de centenas de outros jovens que transitam pelas principais praças e ruas de Curitiba.¹⁷²

Segundo a reportagem havia uma diferenciação destes para com centenas de outros jovens, no que dizia respeito à higiene e educação. O esmero com as roupas e aparência era

¹⁷¹ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

¹⁷² REVISTA ODISSEIA. São os jornalheiros. 1969. Ano I, n 6. pp 25-26. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

evidenciado exponencialmente quando se tratava de uma data festiva ou de visitas à Casa.

Márcio narrou:

Eu lembro [que] diversas vezes o Paulo Pimentel ia lá, a Dona Ivone Pimentel, a esposa do Paulo Pimentel ia direto no Pequeno Jornaleiro. Natal, essas coisa, ela ia lá. [...] pessoal ia, cuidava lá, fazia eventos grandes lá no Pequeno Jornaleiro, eu lembro, tinha diversos eventos grandes, tinha que se arrumar, botar uniforme bonitinho, ficar com cabelinho, passar um trim no cabelo, tudo arrumadinho lá, enfileiradinho, o pessoal fazê a... Próprio Munhoz da Rocha também tinha já essa, essa, como é que é a...[pensando] esses rituais digamos assim de receber as pessoas e pessoas que faziam esse tipo de coisa e mostrar que tavam lá enfileiradinho, ia Bispo lá no Pequeno...no...no...no.. no Munhoz da Rocha, depois no Pequeno Jornaleiro eu lembro que o Governador foi lá diversas vezes, quando nós tava lá. Ali o prédio que a gente morava era a mulher do Ney Braga, era a Nice Braga, foi lá diversas vezes também, depois teve, o Paulo Pimentel ia, a esposa do Paulo Pimentel lá fazer esse trabalho e tal, pessoal todo arrumadinho, enfileirado, todo, era bacana, eu lembro disso assim alguns detalhes dessas coisas, essas visitas assim...¹⁷³

Segundo o Código de Menores e as diretrizes do IAM, as autoridades jurídicas poderiam fazer inspeções aos institutos de assistência e abrigo de crianças, para assegurar a higiene e o bom funcionamento e reportar irregularidades. Ainda há a relação dessas visitas com a assistência caritativa realizada pelas damas da sociedade. Os relatórios emitidos pela própria CAPEJO entre os anos 1952 e 1962, que eram brochuras com divulgação de atividades realizadas durante o ano e que prestava contas dos recursos, eram publicados também mensagens de pessoas que visitam a instituição e enviavam por meio de cartas seus cumprimentos pelo que observaram.

Quando Márcio traz esse relato de “passar um trim”, “arrumar o cabelo”, evidencia alguns cuidados que os garotos deveriam ter consigo mesmos. Carlos menciona que, aos sábados, além de trabalhar, era dia de “revista”:

C - Sábado tinha também, porque sábado era o dia mais complicado pra nós, porque sábado você tinha que vender o jornal de manhã e à tarde você ia participar da revista. Que daí era o próprio diretor, ia olhar teu cabelo, ia olhar tua unha...

N - Nossa, quando o senhor falou “revista” eu pensei em jornal assim, não. É revista de exame...

C - É, corporal, corporal [...] inspeção corporal. Daí ia olhar teu cabelo, ia olhar tua unha, tudo. Daí você era obrigado naquele dia tomar banho, trocar de roupa, se apresentar pro diretor, aquele troço todo.¹⁷⁴

Esse exame estava em concordância às políticas vigentes que incentivavam o cuidado com o corpo e de hábitos de higiene. Desde o início do século XX, a preocupação com noções de higiene e cuidado pessoal foi constante, e essas práticas eram divulgadas em fábricas, grupos escolares, instituições, numa associação da pobreza com a falta de cuidado e às doenças (FONSECA, 1993, p. 99). Na verdade, desde a fundação da CAPEJO existiu um

¹⁷³ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

¹⁷⁴ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

departamento próprio para tais questões, o Departamento de Saúde e Higiene, que ofertava serviços médicos e odontológicos e ensino de hábitos de higiene.

A inspeção corporal também evidencia outra faceta do poder disciplinar, visando à formação de corpos obedientes e úteis ao mesmo tempo (FOUCAULT, 2009, p. 132-133) e isto passava por inculcar tais costumes, de modo que se tornassem automáticos e que o próprio sujeito realizasse constante vigilância sobre suas práticas.

Outro tema que salta aos olhos no relato do seu Carlos foi algo que não aparecia nos relatórios ou fontes oficiais: o trabalho aos fins de semana, tópico sobre o qual nos debruçamos a seguir.

4.3 DOMINGO: MEIO DIA DE EXPEDIENTE, MEIO DIA DE LIBERDADE

Quando não havia visitas ou datas importantes, o cotidiano era de muito trabalho. Ao iniciar a pesquisa, imaginava que a rotina de trabalho se dava de segunda a sexta e em certo período do dia, como por exemplo, pela manhã. Ao conversar com os participantes, pude notar que essa carga horária avançava para os sábados e domingos e ainda, para mais de um período em alguns dias específicos:

Então o quê que acontecia, a gente trabalhava de manhã, vendia jornal de manhã, e à tarde, ia pra escola. A não ser quando tinha edições extras... [...] Daí não ia. Na época tinha a Manchete, o Cruzeiro, a VEJA, a Seleções, então principalmente a Manchete tinha edições extras, um casamento de um bacana, alguma coisa assim né, sempre tinha algumas coisas que aconteciam que daí a gente teria que vender revista a tarde, né. [...] Daí a gente faltava aula. Mas era explicado pra professora tudo, era uma comunicação do diretor com as professoras, aí a gente ia trabalhar (...).¹⁷⁵

É perceptível então, que em muitos momentos, o trabalho era considerado mais importante do que a frequência e participação escolar, a despeito do que preconizava a legislação trabalhista e de proteção dos menores, quando citava que se poderia trabalhar, desde que se comparecesse à escola. Segundo a CLT, quando se tratava do trabalho dos menores de idade, a duração das jornadas deveria seguir a dos adultos, de até 8 horas, sem possibilidade de prorrogação, além do descanso semanal, que era indicado ser aos domingos. Entretanto, as manhãs desse dia eram de muitas vendas, tanto que, como conta seu Márcio, uma *Kombi* levava os garotos e seus jornais e os distribuía por pontos fixos pela cidade. Carlos afirma:

¹⁷⁵ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

Aos domingos não tinha rota, então aos domingos você ia junto com alguém do ponto fixo... aí eu ia junto pra ficar no Mercado Municipal. Eu ficava no mercado municipal. Daí um ficava lá em cima, que tem a escadaria, e outro ficava na saída de baixo. Então assim, todos faziam assim, tinha uns que preferiam vender assim aleatório, no aleatório.¹⁷⁶

O transporte realizado pelo veículo da Casa se dava não só pela distribuição geográfica dos pontos de venda, distantes uns dos outros, mas também pela quantidade de jornais e revistas e pelo peso desses itens. Aos domingos, os impressos adicionavam cadernos especiais, folhetins, o que aumentava sensivelmente seu volume:

N – Vocês trabalhavam no final de semana?
 W– Trabalhava. Jornal, de segunda a segunda.
 N- É que domingo também vende bastante né?
 W- Sim... de segunda a segunda, a gente vendia jornais. E domingo era pior. Domingo o jornal era desse tamanho (mostra com as mãos).
 N– Sim, vêm todos aqueles cadernos...
 W– Nossa, e a Gazeta do Povo antigamente, ela era um livro, né? Era mais pra revista, dessa grossura!¹⁷⁷

Gilson contou que aos domingos “(...) a gente levantava às 5, porque o jornal chegava mais cedo, pra sair em torno de umas 6 horas né”. Ele também estima que o peso dos jornais “no domingo no caso a Gazeta era pesado acho que quase um quilo, era grosso...”.¹⁷⁸ A quantidade de impressos e o peso deles também foi o foco do relato de Saulo, quanto às atividades de domingo:

E final de semana a gente vendia nas igrejas. Final de semana a gente não ia nos clientes, na casa dos clientes. A gente ia pras igrejas, eu tinha um ponto, minha igreja era no Cristo Rei. Então eu botava lá 200, 300 jornais, revista, tudo espalhado próximo à entrada da igreja ali, como se fosse um pedinte mesmo, e o pessoal ia chegando e ia comprando, e o pessoal ia saindo eu ia oferecendo. Tinha vez que vendia tudo, tinha vez que encalhava, tinha que voltar com tudo. E o pior disso não é isso. Você vai com muita coisa, a Kombi te levava. Quando você não vendia tudo, você tinha que trazer no braço, entendeu?¹⁷⁹

As narrativas que envolvem os domingos mencionam as igrejas como pontos de venda; segundo Lino, “domingo assim, era pra você ir onde se achasse que vendia melhor. Mas na XV aqui não dava pra ficar não aparecia muita gente, então a gente vendia na porta das igreja”.¹⁸⁰ Locais de sociabilidade, as igrejas eram massivamente frequentadas por famílias aos fins de semana e os garotos (e a instituição) se aproveitavam disso para procurar seus compradores. São citados nas entrevistas, os seguintes locais de venda aos fins de semana:

¹⁷⁶ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

¹⁷⁷ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

¹⁷⁸ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

¹⁷⁹ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

¹⁸⁰ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

- a) “Igreja do Cabral” – Igreja Senhor Bom Jesus do Cabral (Cosme) - R. Bom Jesus, 159 – Juvevê.
- b) “Igreja do Perpétuo Socorro” (Davi) – Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - Praça Portugal, s/n - Alto da Glória.
- c) “Igreja das Mercês” (Silvano) – Igreja Nossa Senhora das Mercês - Av. Manoel Ribas, 966 – Mercês.
- d) “Igreja Santa Teresinha” (Miguel) - Igreja de Santa Teresinha do Menino Jesus - Av. Visc. de Guarapuava, 4787 – Batel.
- e) “Igreja do Cristo Rei” - (Adalberto) - Igreja de São Judas Tadeu - R. Padre Germano Mayer, 410 - Cristo Rei
- f) Mercado Municipal (Carlos) - Av. Sete de Setembro, 1865 – Centro
- g) Passeio Público (Márcio) - Rua Presidente Carlos Cavalcanti, s/n – Centro.
- h) Confeitaria Schaffer (Davi) - Rua XV de novembro, 420 - Centro.

Apesar de ser um dia de trabalho, havia algumas diferenças entre a semana útil. Depois de realizar as vendas de jornais e revistas, os meninos ficavam livres para realizar atividades de lazer, não sem antes almoçar a refeição preparada por Dona Augunda, funcionária da casa:

Essa senhora [não compreendido] tinha a senhora chamada Dona Augunda,. [...] ela que era responsável pela cozinha, era uma italiana, ela era muito, nossa, bem gente boa, carinhosa assim. Ela fazia umas comida muito “daora” assim. No domingo era tradicional, arroz, macarrão, e frango... e sempre tinha sobremesa.¹⁸¹

Após o almoço, os garotos podiam passear, jogar bola, ir ao cinema, visitar a família e no caso dos adolescentes, dançar – desde que mantivessem uma boa postura social. No outro dia, iniciava-se a semana, voltavam para seus trajetos e para seus clientes fixos.

4.4 “OLHA A GAZETA, OLHA A TRIBUNA!”: VENDENDO PELA CIDADE

Como verificamos, o trabalho de jornaleiro era exercido todos os dias, com alguns diferenciais nos sábados e domingos. Além do menor período de labuta, nos finais de semana todos os garotos estabeleciam pontos fixos de venda, ao passo que de segunda a sexta alguns seguiam essa norma e outros possuíam trajetos de distribuição dos jornais pelos bairros de Curitiba, chamados pelos meninos de “zona”.

Nessas zonas, muitos dos jornaleiros já possuíam clientes fixos, para os quais vendiam diariamente seus jornais e, além disso, levavam alguns exemplares a mais para

¹⁸¹ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

comercializar para transeuntes interessados. Segundo Carlos, ele “saía oferecendo nas lojas”. Lino conta que ele vendia nas lojas, nos escritórios... o mesmo conta Wagner que entre seus clientes se encontrava um advogado que trabalhava dentro de um escritório, ou seja, ele chegava a adentrar o edifício para fazer a entrega para seu freguês habitual.

Para vender seus periódicos, se utilizavam de algumas estratégias. Gilson explicou como saía cantando manchetes pelas ruas de seu trajeto:

Era mais ou menos assim, deixa eu ver se eu lembro né. “Olha a Gazeta, Tribuna, Diário Popular!”, “Tem revista Veja, tem... Seleções, Olha a Gazeta!”... repetia sempre, sabe, então era assim que a gente anunciava.¹⁸²

Muitos dos entrevistados relataram que boa parte de seus clientes provinha de estabelecimentos comerciais e que, nos lugares menores, deixavam o jornal no início do percurso, e na volta passavam fazer a cobrança. Carlos conta que parte da sua rota era ao redor dessas casas comerciais:

Subia, fazia a volta, fazia a volta na PUC ali daí subia até o Hospital da Polícia Militar, lá eu vendia bastante (risos), daí passava pela, na época existia a Castor, o Grupo Hildebrando de Araújo, e ia até a Cotrasa, era ali atrás do Moinho, né, vendia ali, e vendia lá no Moinho Anaconda também e daí voltava. Só que na volta eu não podia passar na rota da rua Tibagi que era de outro. Daí eu vinha, voltava pela João Negrão, que na época na João Negrão, tinha as Ferragens Negrão, o Hermes Macedo, ali no caso a rodoviária, só que a Rodoviária era um ponto fixo, então ali eu, minha base era ali na João Negrão era o Hermes Macedo e as ferragens Negrão. Eles compravam bastante porque daí acho que eles queriam agradecer o cliente, daí deixavam o jornal ali...^{183 184}

A obstinação às vezes também era um recurso, como afirma Saulo:

Quando eu terminava o meu roteiro.... (...) depois eu voltava a pé por um outro roteiro oferecendo jornal. E quando eu via o restaurante aberto, é o local que a gente conseguia vender revista e jornal, quando não expulsavam a gente do restaurante. [...] você chegava lá "você quer revistinha, um jornal, uma revista Veja", mostrava aquilo, tal, tal. "Ô, tio, compra aí, tio, pelo amor de deus, só tem essa". E ficava insistindo, insistindo. O cara chegava e tocava a gente. Mas muitas o cara dizia "Poxa, garoto, vou te comprar pela tua insistência". Aí comprava, a gente saía feliz da vida.¹⁸⁵

Ele conta também que, não raro, seus clientes das casas lhe davam café, bolo, deixavam algo separado para lhe entregar, assim como em algumas lanchonetes, quando ele chegava ganhava um sonho ou pastel. Outros entrevistados relataram o mesmo, que possuíam

¹⁸² Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

¹⁸³ “Grupo paranaense Hermes Macedo chegou a ter 263 lojas em seis estados brasileiros, 15 mil colaboradores e patrimônio avaliado em US\$ 500 milhões. Sucessão familiar e planos econômicos levaram à falência da empresa na década de 1990”. Revista FeComércio PR, ano XIX, N 129, mar/abr de 2019.

¹⁸⁴ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

¹⁸⁵ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

vínculos de amizade com seus fregueses e comerciantes próximos da Casa do Pequeno Jornaleiro, como os vendedores da Loja Prosdócimo ou funcionários do Armazém Demeterco, estabelecimentos recorrentemente citados nas narrativas.

Uma das perguntas a que esta tese buscava responder era de como os jornaleiros eram vistos pela sociedade. Através de fontes oficiais se podia perceber que a obra CAPEJO era muito aclamada, mas podemos ponderar essa definição, já que se tratava de um discurso da instituição sobre sua própria existência. Os jornais sempre teciam elogios aos jornaleiros e à Casa, afirmando que esta realizava um trabalho importante em seu contexto, mas também positivando a figura do vendedor de jornais que, de alguma forma, era o responsável pela distribuição de seus impressos (LIMA, 2017). Com as entrevistas orais, outro desafio para essa pergunta se apresentou: só se pode acessar a interpretação dos entrevistados sobre o que eles acreditam ser o tratamento dos outros para com eles. É interessante perceber como os depoimentos refletem a visão ligada à importância do trabalho, como exemplifica Wagner:

O Pequeno Jornaleiro era na época, era assim, todo mundo tinha o maior carinho e respeito, assim, a própria sociedade, “ah, você é Jornaleiro, pô, bacana”, porque era crianças, o jornaleiro era assim, eram crianças abandonadas que tavam trabalhando, a visão da sociedade era essa. São crianças órfãs que tão lá, e tão trabalhando, né, tão tendo alguma oportunidade. Então muitas pessoas abriam oportunidade pra gente mesmo.¹⁸⁶

Quando ele trata de oportunidades, Wagner faz referência à colocação profissional nas casas comerciais e escritórios: por serem conhecidos dos comerciantes locais, ocasionalmente eram convidados para empregar seus serviços nessas lojas e empresas, como auxiliares ou ajudantes. Gilson, de vez em quando, ajudava um feirante a carregar suas mercadorias – quando estava para sair da Casa, recebeu a oferta de viver com a família desse senhor.¹⁸⁷ Márcio, aos domingos, vendia jornais no Passeio Público, em frente ao restaurante da família Pasquale e sempre realizava alguma atividade ali, cuidando dos pedalinhos, etc. Quando adolescente, deixou a atividade de jornaleiro e trabalhou como *office boy* para uma família influente na cena política paranaense, que eram clientes do restaurante Pasquale.¹⁸⁸

O irmão de Wagner, Saulo, afirma que ele sentia que muitos clientes “tratavam a gente como filho, tinha muita gente que recolhia a gente na casa deles pra tomar café com eles, almoçar, convidar pra ir pra chácara deles, pra ir a algum lugar passear”.¹⁸⁹ Gilson também endossa essa narrativa, falando que

¹⁸⁶ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

¹⁸⁷ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019 – Seu Gilson relatou que, no fim, não chegou a morar com o feirante e sua família.

¹⁸⁸ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

¹⁸⁹ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

a gente criou um vínculo muito forte com os clientes, assim, com os fregueses, porque eles sabiam que a gente era órfão, daí eles tratavam a gente muito bem, né, sempre de manhã esperavam com um café, com um pãozinho, bolo, davam alguma coisinha pra gente, pra agradar, e nisso compravam também um jornal né.¹⁹⁰

Um dos relatos mais sensíveis sobre a relação entre cliente e jornaleiro, advém de Wagner. Ele vendeu dos 10 aos 15 anos, jornais para um senhor e o via quase todos os dias; certa vez o senhor lhe perguntou:

“quando que é teu aniversário?”, e eu falei bem assim “não sei”. “Como que você não sabe?”, “não, não sei”... “você não faz aniversário?”, “não”. Daí ele bem assim “então, você vai fazer o seguinte: amanhã você vai me dizer que dia que você nasceu”. Daí eu fui no Jornaleiro e perguntei, tal, cheguei pra ele e dei a data. Dei um papelzinho escrito pra ele, tal. E ele guardou aquele papelzinho. Eu não lembro se isso foi em agosto mais ou menos, e eu faço aniversário em outubro. E eu sempre era de vender jornal pra ele e tal. Ai no dia, no dia do meu aniversário... (pausa, emocionado) Ele me deu um radinho de pilha, sabe? Achei muito legal. E... duas semanas depois ele faleceu. (pausa)...¹⁹¹

Wagner passou boa parte da infância e adolescência em educandários e instituições assistenciais; pelo seu relato, o que lhe tocou nessa parte de sua história foi o carinho com que esse senhor lhe tratou. Na inocência e desconhecimento de datas, ele imaginou que o presente seria algo relacionado ao dia das crianças, 12 de outubro – o que registrou esse evento na memória do entrevistado foi justamente o fato de ter sentido, talvez pela primeira vez, algo pensado especialmente para ele, não para um grupo de colegas, mas somente para ele, de forma individualizada. Wagner, carente de uma figura paterna à época, entende que esse senhor “gostava muito de mim, ele queria me adotar”.¹⁹² Nesse trecho da conversa transpareceu a emoção que sentiu ao lembrar esse momento; diz que é frequente se emocionar com as lembranças de infância e que já sabe lidar melhor com alguns assuntos que considera difíceis retomar.

Adalberto também manteve boas amizades com seus clientes e acredita que essas relações, que os jornaleiros criavam com seus clientes, os ajudavam no encaminhamento profissional. Na sua percepção, as pessoas o tratavam muito bem e sempre elogiaram o trabalho da Casa para ele, que também foi funcionário administrativo e professor de reforço educacional na instituição:

Olha e você conhecia tantas pessoas, saía da Casa... Tipo aqui, como se fosse: eu deixava meu jornal no chão, ficava aqui e as pessoas passavam para comprar o jornal. E paravam pra conversar. Às vezes, as pessoas nem compravam o jornal: elas vinham aqui pra ver se eu tava bem, pra perguntar “Como que você tá?”, “Como tão as coisas?”, então era bom. Conheci muita gente.¹⁹³

¹⁹⁰ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

¹⁹¹ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

¹⁹² Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

¹⁹³ Entrevista Adalberto. Realizada em 04/04/2019.

Ele conta que, apesar de sua deficiência, não “possuía tratamento especial” e que durante muito tempo teve um ponto fixo de vendas, na Praça Tiradentes, mas que em outro período, também se responsabilizou por uma zona.¹⁹⁴ Segundo seu prontuário, quando no momento de seu desligamento da Casa, em 1965, recebeu um Atestado de Eficiência Educacional e Profissional pelos serviços prestados como jornalista, assinado pelo Diretor da CAPEJO, na época, Prof. Ivan de Almeida Garret e pelo diretor do IAM, Luciano Benradt. Adalberto foi o único a mencionar o Hino da Casa do Pequeno Jornaleiro, escrito pela professora Ivete Amaral Lima dos Santos, e revelou, saudoso, que “seria bom escutar essa música”.¹⁹⁵ Na falta de melodia, transcrevo aqui a letra do hino, onde é perceptível o incentivo ao trabalho como um valor:

I
 Mensageiros, o jornal vamos levando
 Para o povo as notícias receber,
 É por nós que a mensagem divulgando:
 Que tristeza e alegria possam ter...

(estribilho)
 Jornaleiros! Pois soldados nós devemos,
 Ter por lema: “o dever e a retidão”
 A nossa força: é a grande fé que temos,
 E a esperança: é Deus no coração!

II
 De caminhos mais diversos nós viemos,
 Outros tantos, vamos nós também seguir;
 Na crença de que um dia então seremos,
 Também homens de valor e de porvir...

III
 Nossa “CASA” proteção que não tivemos
 O colega – o irmão que então quisemos
 No trabalho – a nossa coroa de glória
 Nosso esforço, e o prêmio da vitória!

Esse texto expressa em diversos trechos as iniciativas da CAPEJO e resume muito bem sua política de assistência: a religiosidade cristã, a necessidade de uma boa conduta, quem eram esses garotos e quem a Casa esperava que fossem, cidadãos valorosos e patriotas, depois que colhessem os louros da vitória que poderiam ser recebidos depois de muito esforço e trabalho.

¹⁹⁴ Como explicado no capítulo anterior, seu Adalberto possui uma deficiência motora.

¹⁹⁵ Entrevista Adalberto. Realizada em 04/04/2019.

4.5 “O PRÊMIO DA VITÓRIA”: A RECOMPENSA MONETÁRIA PELO LABOR

A Casa do Pequeno Jornaleiro propunha o trabalho como forma de moralizar seus internos, em consonância ao discurso vigente da época, que o trabalho era o caminho para a cidadania e uma obrigação para contribuir para a nação. O trecho abaixo é um excerto de um poema de autoria Maria de Lourdes Gomes,¹⁹⁶ publicado no Relatório Anual da CAPEJO, de 1961:

Não me enxergas
e no entanto em ti, criança forjada no trabalho,
eu vislumbro os gigantes
que sustentarão o meu Brasil.¹⁹⁷

A valorização do trabalho aparece na CAPEJO não só no discurso, mas também nas práticas. Para além de uma rotina rígida, com horários para realizar todas as atividades diárias, o trabalho era ensinado cotidianamente, em cada quilômetro percorrido para se comercializar os diários e gazetas paranaenses. Uma forma de propor a conformação para o trabalho era a atribuição de uma quantia financeira que seria de acesso dos garotos.

Essa prática conhecida como pecúlio era uma estratégia, de acordo com o historiador Welson Pereira, comum nas instituições que abrigavam “menores” desde o final do século XIX (2009, p. 10). Na CAPEJO, parte das vendas dos jornais e revistas ia para uma conta poupança, primeiramente na Caixa Econômica Federal, depois no Banco do Estado do Paraná (BANESTADO). Esse recurso permanecia rendendo dividendos e era retirado somente quando os jornaleiros completassem 18 anos, mesmo que não estivessem mais frequentando essa instituição.

O Código de Menores de 1927 já apresentava que, em escolas agrícolas e outras profissionais, uma quantia deveria ir para uma caderneta de poupança. No entanto, a despeito de existirem outras instituições com caráter correccional e profissional no mesmo contexto da Casa, parece que esta se destacava quanto a essa questão da poupança. Seu Jairo é um entrevistado que esteve em muitas unidades de assistência do Estado, em todo o Paraná, mas não esteve na CAPEJO. A escolha por entrevistá-lo partiu justamente de procurar um contraponto de alguém que não tivesse sido jornaleiro.

Um dos pontos interessantes da entrevista de Jairo é precisamente quanto ao tema do dinheiro. Para ele os jornaleiros tinham algumas regalias:

¹⁹⁶ Poetisa paranaense, membro da Academia Feminina de Letras do Paraná (Cadeira nº 17), da Academia José de Alencar, do Centro de Letras e da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil.

¹⁹⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1961**. Curitiba, 1961. p. 51.

Tinha esse auxílio, então todos eles que eu conhecia, mesmo tando no Pequeno Jornaleiro, compravam sua roupa, tinham seu tênis, seu sapato, pra sair né. Saía de lá, já saía como dizia nós “equipado” e nós não, né? Então essa que eu achei muito legal do Pequeno Jornaleiro.¹⁹⁸

Com “equipado”, Jairo faz referência a essa poupança que os garotos retiravam ao completar a maioridade. Adalberto, por exemplo, recebeu “a importância de C\$161.348 (cento e sessenta e um mil, trezentos e quarenta e oito cruzeiros)” em 1965, quando deixou o trabalho de jornaleiro.¹⁹⁹ ²⁰⁰ Seu Jairo também menciona que, na sua interpretação, as instituições pelas quais passou diferiam da CAPEJO por esse amparo:

O pessoal do jornaleiro, eu notei, [...] o jornaleiro ainda sai e tinha dinheiro no banco e a gente, não. É como se fosse jogado no mundo: “e aí, se vira”. Porque se você é de uma família, você aprende a ter dinheiro, aprende que tudo custa muito, a mãe manda, eu mando, quando o filho é pequeno né, “vai ali no mercado, compra isso”, o dinheiro não dá e tal, você tem que saber né?²⁰¹

Para ele, os garotos da CAPEJO tinham mais familiaridade com dinheiro - mas essa não é uma opinião unânime entre os ex-jornaleiros. Muitos deles assumiram que assim que tão logo tiveram contato com esse recurso, o gastaram. Seu Gilson conta, rindo: “Mas a gente não tinha cabeça nenhuma pra lidar com dinheiro né?”²⁰² Lino narra o mesmo, rindo e dando de ombros:

N - E a gente falando sobre isso né, sobre o senhor ter vendido esse jornal 5 anos depois ter ficado um tempo ... tem esse dinheiro da poupança né, o senhor resgatou esse dinheiro?

L - Sim

N - Deu bom? ... o senhor lembra?

L - Eu gastei tudo

N - Gastou? Rápido?

L - Ah, fiquei uns três dias na praia...

N - É mesmo?

L - É, tirei umas férias por conta.²⁰³

Se Lino foi movido pelo sentimento de aventura, procurando um descanso, Silvano foi movido pela sensação de revolta. No caso do primeiro, o desligamento se deu por maioridade, mas no segundo, ele já havia fugido, permanecendo algum tempo na rua e depois, morado com uma irmã mais velha, já adulta. Segundo ele, foi um momento muito difícil e a convivência era complicada, sem emprego e fazendo uso de substâncias químicas, ao completar dezoito anos a irmã lhe pediu que fosse embora.

¹⁹⁸ Entrevista Jairo. Realizada em 28/02/2019.

¹⁹⁹ Pequeno Jornaleiro n° 46. Pt n° 678. FAS 19-13-2-3. Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A” Cx 01 Arquivo Municipal de Curitiba.

²⁰⁰ O salário mínimo em 1965 era de Cr\$ 66.000,00.

²⁰¹ Entrevista Jairo. Realizada em 28/02/2019.

²⁰² Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

²⁰³ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

Eu passei por uma situação tão ruim, sabe, tão horrível que eu peguei meu dinheiro que peguei um maço, era um maço bom de dinheiro até, só que eu não tenho noção de quanto que era, num lembro. [...] Imagine um ano, mas lá no Jornaleiro eu vendia bem. Eu vendia no Batel, era todo dia, já tinha meus freguês... nos domingo eu pegava aquelas pilha de Gazeta, ia lá na Igreja das Mercês e nossa, eu vendia bem mesmo. Então eu acho que eu fiz um bom dinheiro lá. Mas eu tava com tanta raiva, assim, porque eu não tinha pra onde ir, não tinha emprego, não tinha nada... eu peguei aquele dinheiro assim, peguei a metade, nem vi qual que era mais qual que era menos, peguei e dei pra ela a metade e sumi. E me apaguei, gastei tudo, e daquele dinheiro eu não aproveitei nada, eu não vi nada.²⁰⁴

Há um ponto importante a se ressaltar: boa parte dos entrevistados que ficaram na Casa até completar os 18 anos, desde 14, 15 não vendiam mais jornais, trabalhavam como estagiários em empresas ou órgãos públicos, mas ainda ficavam na instituição prestando alguns serviços e em separado dos mais novos - em um alojamento de adolescentes e por isso não tinham gastos. Seu Adalberto atuou como funcionário assalariado morando nas dependências da sede dos jornaleiros e pôde permanecer até se “ajeitar na vida”. Gilson, um pouco mais novo do que os outros participantes da pesquisa, passou pela transição da instituição do Estado para a Prefeitura e segundo ele, a política de desligamento mudou:

Mas então, era do Estado né, no caso era do Estado, a escola era o Estado que comandava e daí depois passou pra Prefeitura. Mas daí eu né, eu no meu ponto de vista, foi só decaindo né, porque não tinha o mesmo tipo de assistência que eles davam quando era no tempo do Governo. No Governo, a gente não se preocupava com nada, questão de moradia, comida, com tudo eles forneciam né? Uniforme, a roupa né? Cama, comida, a limpeza, era tudo providenciado pelo governo, que dava esse total apoio.

[...] [decidiram então] “ó, quem completasse 18 anos, no ano que tiver completando 18 anos, vai ter que sair da escola”, né, [...] Foi uma coisa meio assim, no soco. Você tava, pegava os documentos que você tinha lá e saía se virar. Pra que lado, rumo que você quiser, não tinha proteção nenhuma daí e saía. Na época assim, foi uma coisa de louco, choro, desespero, e a gente sempre conversava com a diretora, pra ver se não tinha um jeito de ficar mais um tempo e ela batendo na tecla assim, firmemente, dizendo que “não, não, tem que sair”.²⁰⁵

Para ele, essa mudança abrupta causou muita revolta e indecisão sobre o que fazer. Segundo ele, “não teve um encaminhamento”. Ele alugou um quarto numa pensão e cozinhou por lá, quando não podia se alimentar em um restaurante popular (conhecido como “Bastantão”), e as coisas melhoraram um pouco quando conseguiu seu primeiro emprego. Até esse momento, vivia com os juros da poupança, fazendo retiradas mês a mês; ele retirou todo o valor quando no nascimento de sua primeira filha, em 1988.

²⁰⁴ Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

²⁰⁵ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

Outros entrevistados revelam que esse dinheiro foi a “salvação da lavoura”,²⁰⁶ como confessou Carlos. Quando na saída da Casa, essa poupança colaborou para que pudessem ajudar os pais ou se manterem por algum tempo. Márcio conta que

Eu fiquei um bom tempo sossegado [Risos] fiquei um bom tempo sossegado, ganhei, tinha um bom dinheiro lá na poupança. Não lembro assim o equivalente a hoje, não... não, tô tentando fazer um, é difícil você fazer uma comparação lá de 1978 com hoje.

É, [19]78 quando eu comecei a sair de lá assim com hoje, digamos assim [19]78, comecei de [19]79, quando eu fiz dezoito. Então é difícil você ter uma noção assim de quanto dava isso, mas eu lembro que me deu uma boa sossegada, eu ia, tava lá na poupança do Banestado, ia tirando, passou tudo pro meu nome, minha responsabilidade, ia tirando aos pouquinho, dando aquela ajudinha.²⁰⁷

De acordo com o Estatuto da Casa, a caderneta de poupança só poderia ser movimentada quando na maioridade, mas nos prontuários dos garotos é possível verificar que algumas vezes, o Juiz de Menores autorizava a retirada parcial do dinheiro antes do período estabelecido, por solicitação da mãe ou pai do interno. Foi o caso de Cosme e seus irmãos: o Juiz assentiu o saque de 50% da soma dos três garotos por demanda de sua mãe, que comprou um terreno para construir uma casa (que ainda é uma posse da família).

Cosme também apresenta um fato que nem todos os entrevistados se lembram ou concordam. Segundo ele, mensalmente os meninos ganhavam uma pequena quantidade de dinheiro da comercialização dos jornais e revistas. Apesar de alguns dos senhores não se lembrarem ou afirmarem que isso não existia, Saulo também se recorda disso:

Mensalmente o diretor chegava e dizia assim "Poxa, você vendeu, esse mês você vendeu 500 reais. Então foi pra tua poupança 50 reais, então vou te dar 5 reais". Então mensalmente tinha esse pagamento. Mensalmente, não era toda semana, mensalmente tinha esse pagamento dessa pequena quantia. Porque ele só botava na poupança no final do mês.²⁰⁸

Seu Saulo conta que com essa quantia, comprava doce ou cigarros para dividir com o grupo; Cosme, que costumava comprar coisas para jogar futebol, um calçãozinho, um colete, etc... O primeiro ainda levanta uma questão relevante: segundo ele, eles nunca sabiam o quanto iam receber e que, no seu entendimento, o que ganhavam era muito pouco:

Pra mim não deu nada. Coisinha que deu acho que não deu nem pra comprar um sapato. Porque era pouca coisa mesmo, a gente, parece que a gente trabalhava pra manter a instituição, porque o jornal era entregue. Você vendia o jornal a 1 real, 70 centavos ia pra Gazeta, 20 centavos ia pra instituição, e 10 centavos ia pra você.²⁰⁹

²⁰⁶ Expressão popular geralmente empregada para se referir a algum recurso milagroso e de resolução de problemas.

²⁰⁷ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

²⁰⁸ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

²⁰⁹ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

De fato, segundo os relatórios oficiais expedidos pela Casa, parte da venda dos jornais ajudava a manter a instituição em funcionamento, pelo menos enquanto esta era uma organização civil (até 1962). Após a transição para o Estado, a maior parte de suas despesas era custeada pelo Instituto de Assistência ao Menor. Alguns homens, no entanto, consideram também que havia uma grande pressão para vender o maior número possível dos impressos e a displicência com as vendas era passível de punição. Podemos levantar a hipótese, desse modo, que além do trabalho ser um eixo moralizador, a importância da mercantilização dos jornais proporcionava também recursos para a manutenção da organização.

Entre os ex-jornaleiros, somente um, Miguel, disse não ter conhecimento sobre o pecúlio. Ele permaneceu poucos meses na Casa, não sabendo da duração exata dessa permanência. Todos os outros afirmaram ter retirado o valor de suas poupanças, gastando-o rapidamente ou sobrevivendo algum tempo a partir de seus juros, se decepcionando com o pouco montante ou assegurando a importância dele à época. Um tema recorrente nos relatos foi algumas figuras que, de acordo com os participantes, eram ótimos vendedores e como foram internos por um longo período, 5 ou 6 anos, possuíam quantias vantajosas ao deixarem a instituição. Um dos personagens comum nas histórias era esse rapaz que irei chamar “Nelsinho”, segundo Silvano:

É que ele vendia muito, vendia muito... ele vendia lá na XV, ele vendia muito. Tanto na época, pra você ter uma ideia, o dinheiro que ele pegou lá deu pra ele comprar um carro zerado, na época. Naquela época era caríssimo um carro, não era qualquer um que tinha. Eu me lembro até hoje, ele comprou um carro zerado na época quando ele saiu, né, quando ele pegou o dinheiro dele.²¹⁰

Vários dos entrevistados o indicaram como um dos melhores vendedores, mas também como “peixinho do diretor”²¹¹ - uma das expressões frequentes. São mencionados também um grupo de irmãos, “irmãos Mendes”, que com o valor de suas poupanças, compraram uma casa para a mãe. Ao se referirem a esses dois casos, os participantes mencionam como exemplos de sucesso, como ótimos vendedores e astutos na aplicação de suas economias. Mas quando questionados sobre suas quantias, como vimos, compreendem que nem sempre fizeram boas escolhas ao gastar a sua parte - de todo modo, apenas um entrevistado, ao ser indagado sobre ser um bom vendedor, negou, disse que não era muito bom na atividade. Todos os outros alegaram terem sido habilidosos comerciantes... na

²¹⁰ Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

²¹¹ Quando os entrevistados utilizam essa expressão estão fazendo referência ao fato de uma pessoa possuir uma boa relação com o diretor, funcionários, etc. Essa boa relação poderia ser acrescida de regalias.

“reconstituição de um passado que existiu” (CHARTIER, 2002), a intencionalidade da narrativa está em colocar-se como um ótimo jornalista.

4.6 UM OLHAR PARA O PASSADO: UM PEQUENO TRABALHADOR?

Quando ao deparar-me pela primeira vez com fotografias de pequenos jornalistas e procurar saber mais sobre a instituição, logo associei as tarefas realizadas menos como uma ação educativa e mais a um trabalho. Ao me propor a investigar as narrativas dos homens que viveram parte de suas vidas nessa instituição, questionava: esses homens também interpretam a atividade de jornalista como um trabalho?

O primeiro ponto que salta aos olhos é a recorrente comparação com as “crianças” de hoje. Essa memória narrada parte do presente para analisar o passado e carrega consigo o olhar atual - coletivo e social - sobre o trabalho, sobre a infância. À luz de Michael Pollak, compreendemos que “a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (1992, p. 204).

Apesar de que os entrevistados narraram as dificuldades do trabalho como jornalista, de andar carregando peso, de sair na chuva e frio, de enfrentar alguns obstáculos nas vendas, a maioria deles ressalta o período de ocupação e a disciplina a que foram submetidos, trazendo à tona o próprio discurso moralizador da instituição. Mesmo seu Carlos, cujo relato abre esse capítulo, diz que apesar de que preferia estar brincando nesse período, ele aprendeu muito.

Foi comum nas narrativas a referência de que hoje, “as crianças e adolescentes têm muitos direitos” e a reprodução do senso comum “trabalhei e não morri”. Esse discurso também serve para fundamentar suas próprias jornadas, histórias vitoriosas, como afirma seu Wagner: “eu me emociono assim, né, saber aonde eu, pelas coisas que eu passei, onde eu cheguei, onde estou, onde cheguei, entendeu?”.²¹² Ressaltar as dificuldades percorridas, as opondo com as “facilidades” que entendem que os jovens possuem hoje, é projetar uma imagem de si como homens trabalhadores que são, sobreviventes de vários percalços. De acordo com Pollak:

O sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 204).

²¹² Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

O adendo sobre o trabalho e suas adversidades é trazido por Carlos. Ele considera que este “(...) deveria de ser, tipo, pra crianças a partir de 14 anos, né? Uma idade mais que sua estrutura física fosse mais adequada praquilo, né?”.²¹³ Então mesmo que relatem algumas situações com alguma tristeza, ainda reforçam a vivência na Casa como relevantes em suas formações. É latente a lamentação sobre o encerramento das atividades da CAPEJO - para a maioria expressa de entrevistados, a continuidade da instituição seria importante, pois prestava um importante serviço para as crianças de famílias pobres. O relato de Márcio exprime essas questões:

Eu acho, eu acho glorioso eu ter saído desse negócio e chegar onde eu cheguei hoje, entendeu? Assim de, de ser criado pelo Estado na época. Fui criado pelo Estado. Hoje o Estado não cria mais criança. O Estado como responsável pela essa criança, nós tinha um Instituto de Assistência ao Menor, que criava. Eu, eu acho que o Estado devia ter essa função, igual tinha, entendeu. A partir do momento que o Estado largou, essa violência, piizada de rua essas coisas gerou um, um exagero, porque o Estado deixou de cuidar das crianças, deixou de dar assistência ao menor decentemente igual devia dar.²¹⁴

O trabalho é retratado então, como forma de educação e moralização das condutas, parte dessa “assistência decente”. Wagner também traça o paralelo entre o presente e o passado e ressalta um bom ponto sobre sua interpretação quanto ao labor:

E eu não sei como que seria hoje, pra.. já não é né, porque as crianças (é) as pessoas só podem trabalhar a partir dos 16 anos, registrado. Depois de um tempo que abriram pro Menor Aprendiz, né, que é antes dos 16. Mas na minha época, carteira assinada era a partir dos 14 anos. E antes disso, a gente vendia jornais na rua né. **Quer dizer, era um trabalho, mas nós não éramos remunerados da mesma forma que um trabalhador normal.** A gente ganhava míseros centavos por jornal vendido. Só que esses míseros centavos pruma criança que tem alimentação, casa, estadia, tal... e você não ganhava essa grana no final do mês, você sabia que no final do mês você tinha x, que ia direto pra uma poupança.²¹⁵

Apesar de fazer um contraponto ao fim do trecho escolhido, a frase em destaque revela sua compreensão: ainda que mal remunerado, era um trabalho! Não apenas uma atividade educativa, não somente uma ocupação, um ofício com responsabilidade e carga horária, uma obrigação para manter-se na Casa. Gilson entende da mesma forma:

G - Que nem o que ficou de bafafá que a gente conversa com uns e outros aí é questão de aposentadoria, né, porque a gente trabalhou esse tempo sem registrar lá, né, poderia contar né, pra aposentadoria né
N – Verdade
G – Como não foi registrado, né, que a gente era... foi colocado, era colocado como se a gente prestava serviço lá pra escola, né
N – Mas era um trabalho...

²¹³ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

²¹⁴ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

²¹⁵ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

G – Era um trabalho, só que a gente trabalhava como menor, e teve muitas pessoas que conseguiu aposentar por causa do tempo de lavoura, sabe né, de começar novo.
216

Nesse diálogo, Gilson demonstra sua análise de que a atividade de jornalista era, de fato, um trabalho e ainda expressa que já existiu algumas conversas entre os ex-internos sobre a possibilidade de incluir esse período trabalhado como “tempo de serviço” a ser registrado para aposentadoria. Essa foi uma preocupação expressa no momento no encontro com seu Márcio - fora das gravações ele confidenciou que gostaria de ajudar os antigos colegas a se aposentarem, contando o intervalo dedicado à venda de jornais e revistas.

Seu Márcio foi o único a mencionar um tipo de teste vocacional. Ele morou na CAPEJO, depois em outras escolas, e retornou à Casa.

Tava muito na moda o tal do teste vocacional, negócio que eu odiava. [...] Daí na época eles tavam com essa onda, de, de, de...de... fazer esses tipo de coisa e direcionar, tentar dar uma atividade profissional pras crianças, né. Falá "é, bom, pelos testes que é bom tá aqui, ele é um cara que vai ser excelente na área da agricultura", aí mandava pra Escola Agrícola pra você fazer aquilo ali, eu fui pra Pirai do Sul, daí lá em Pirai do Sul no final de, acho que segundo ano que eu tava lá fizeram de novo o teste vocacional. Que que deu o teste vocacional? Que eu era bom no comércio. Aí me devolveram pro Pequeno Jornaleiro [risos].²¹⁷

Como vimos, o trabalho como pedagogia moralizadora tem suas bases desde o fim do século XIX, mas do momento do qual os homens entrevistados falam, entre os anos 1960 e 1980, houve uma especialização dessa orientação. Nesse contexto, há a regulamentação da profissão de psicólogo (Lei n.º 4119 de 27 de agosto de 1962) e ainda a crítica aos currículos e atuação do Serviço Social.²¹⁸ No Paraná, junto ao Instituto de Assistência ao Menor, existia o Centro de Estudos, Diagnóstico e Indicação de Tratamento (CEDIT). A existência desse centro era uma recomendação da Funabem (FALEIROS, 2011, p. 67) e era um local de triagem de órfãos e abandonados. A partir desse primeiro diagnóstico, se encaminhava as crianças para uma ou outra instituição. Possivelmente, os testes vocacionais aos quais seu Márcio se refere eram aplicados por esse centro - nos prontuários salvaguardados no Arquivo Municipal há alguns documentos que fazem menção ao CEDIT, apesar de pouco citados nas entrevistas.²¹⁹

O atendimento às crianças e adolescentes também se profissionaliza, com uma assessoria mais técnica no IAM e uma atuação mais qualificada, com a presença de

²¹⁶ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

²¹⁷ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

²¹⁸ Segundo com Rita Freitas et al, a América Latina a partir da década de 1960 começa a questionar o Serviço Social tradicional e conservador, propondo uma perspectiva crítica sobre a atuação dos profissionais. Esse movimento é chamado Movimento de Reconceituação (FREITAS et al, 2018, p. 231).

²¹⁹ De acordo com Marilena, “o CEDIT era um centro de triagem, então a criança no que fosse pega era levada pra lá. [...] daí eles examinavam a criança, davam entrada e tal e daí encaminhavam de acordo com a idade”. Entrevista Marilena. Realizada em 18/12/2020.

psicólogos e assistentes sociais, e menos vinculada à filantropia e à ação religiosa (e mesmo estas, eram constantemente fiscalizadas por esse órgão).²²⁰ Nas entrevistas essa orientação profissional na CAPEJO se concentra sobre uma única figura: Marilena. Essa senhora era a responsável por conversar e encaminhar os garotos jornalheiros a alguns estágios, trabalhos de meio período e cursos profissionalizantes. Márcio se lembra dela com carinho:

Era a orientadora educacional nossa, foi também uma luz na vida de muita gente lá assim de... puxar pra um caminho. Gostava muito dela, ela fazia muito trabalho de orientação profissional, educação, no momento que você... Qual que é o caminho, qual que é o caminho de você estudar, qual que é o melhor foco ali, mas isso já na segunda, na segunda volta, porque na primeira, na primeira quando eu tava lá ela não tava lá, não tinha isso dela. [...] Meio psicóloga, orientadora educacional, ela conversava...²²¹

Na sua entrevista, ele conta que Marilena observava o comportamento e às vezes chamava para uma conversa particular. Segundo diz, às vezes ela fazia esse convite, às vezes eram os garotos que a procuravam e outras algum funcionário ou menino indicavam alguém que sentiam estar precisando de ajuda. Wagner a procurou quando teve vontade de começar a dançar e foi ela quem indicou a companhia de balé do Teatro Guaíra.

Marilena adentrou à instituição como funcionária administrativa e atendimento às crianças; depois, chegou a assumir a diretoria por alguns anos. Tive a oportunidade de entrevistá-la e quanto ao direcionamento profissional, narra:

Eu fiz contato com o SESC, com o SENAC, pra achar cursos que eles pudessem... várias vezes eu encaminhei pro SESC, mas nenhum... porque a exigência do SESC era grande. O SENAC dava, eles faziam cursos, eles fizeram cursos de... garçom, até aprender alguns nomes em francês, para falar as bebidas e pratos, andar nos trinques... [...] eu incentivava, eu falava “vão lá, façam a inscrição”, que aí eu bancava né, pagava a inscrição, comprava os livros, comprava as coisas, e fornecia todo o material que eles precisassem. Mas era livre né, alguns não queriam saber de nada com nada, sabe?²²²

Conta também que indicava institutos e cursos, de datilografia, inglês... Seu Lino mantém-se no emprego para o qual foi encaminhado por ela, uma empresa estatal de tecnologia da informação. Alguns entrevistados narraram que muitos jornalheiros fizeram estágios ou trabalharam nessa mesma companhia ou outras públicas e, por isso, dizem que estes “se deram bem na vida”.

Gilson e Silvano narraram, com alguma queixa, que foram preteridos nessa orientação e novamente, indicaram que havia alguns preferidos dentro da instituição. Ao ser

²²⁰ No relato de Dona Marilena, ela menciona ter sido uma das primeiras mulheres a trabalharem na Casa. Para ela, isso tem a ver com exigências do IAM para modificar o cuidado com os garotos. Aos poucos, mais mulheres se tornaram funcionárias, como cozinheiras, por exemplo. Entrevista Marilena. Realizada em 18/12/2020.

²²¹ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

²²² Entrevista Marilena. Realizada em 18/12/2020.

questionada sobre, Marilena diz que ela sempre divulgava e que as oportunidades eram para todos, mas apenas alguns se interessavam. Ao mesmo tempo, conta um caso de um garoto de nome “Gomes” que “era um baita de um *negão* [...] alto, limpo, cheiroso, nunca vi uma pessoa tão asseada, tão legal assim, *dava bem certo para garçom*”.²²³ Ou seja, de alguma forma, conta que identificava algumas funções que teriam mais a ver com o que ela considerava o “perfil” do menino.

Gilson narra que não teve acesso a nenhum curso e nenhum encaminhamento profissional, nos seis anos que esteve na CAPEJO. Inclusive relata que teve problemas para conseguir emprego após deixar a Casa:

Porque eu saí de lá praticamente sem profissão, sabe? Saí de lá só como vendedor de jornal, normal né, porque a gente vendia jornal, daí tinha profissão como vendedor né, mas ninguém contratava assim né, uma pessoa que não tinha experiência, até na época já tinha isso.²²⁴

A história de Gilson é bem singular, pois ele permaneceu muitos anos na Casa e, pelos relatos, aos 15, 16 anos, os garotos não saíam mais às vendas, trabalhavam em outros lugares ou mesmo na própria instituição, ou então, eram transferidos para outras sedes de assistência. Ele não. Permaneceu até a maioridade nas vendas pelas ruas da cidade. Não sabe explicar o porquê, mas acredita que era um bom vendedor e por isso foi mantido lá.

Uma dessas instituições para onde eram transferidos era o Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido (CFPMCC). Segundo um relatório de atividades expedido por ocasião do 38º aniversário dessa instituição, ela iniciou as atividades como Escola de Trabalhadores Rurais, subordinada ao Departamento de Agricultura, em 1941. Em 1947, ficou a cargo da Secretaria de Saúde e em 1948, da Secretaria de Trabalho e Assistência Social, com o nome de CFPMCC e, em 1975, ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social.²²⁵

Em uma área de 198.760,70 m², tinha capacidade para abrigar 200 meninos. Segundo os registros oficiais, recebia meninos de 12 a 18 anos, geralmente sem “poder aquisitivo”, enviados pelo Juizado de Menores ou IAM. Nessa instituição, promoviam-se além do ensino regular, oficinas com o propósito de “reposição de mão de obra qualificada e integração na sociedade”.²²⁶

²²³ Entrevista Marilena. Realizada em 18/12/2020. Grifos nossos.

²²⁴ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

²²⁵ PARANÁ, Secretaria de Estado de Saúde e do Bem-Estar Social. Instituto de Assistência ao Menor. Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido.

²²⁶ De acordo com Elizabeth Amorim de Castro e Marialba Rocha Gaspar Imaguire (2006), a Escola possuía espaços reservados para a Gráfica, Padaria, Marcenaria, Tornearia e outro para as demais oficinas, além de Dormitório, refeitório, Lavanderia, Enfermaria, Salas de Aula, Residência do Diretor, Gabinete dentário, sala de música, cozinha, depósito, banheiros, capela, sala de costura, copa e almoxarifado.

O Campo Comprido, como chamam, é muito mencionado pelos entrevistados, muitas vezes porque eles mesmos viveram lá ou tiveram amigos ou irmãos que lá moraram. A comparação com essa instituição foi acionada principalmente quanto à questão de encaminhamento e formação profissional. Conforme narra Márcio:

No Campo Comprido tinha, que eu acho fabuloso, a... a ideia, digamos assim, do Centro de Formação para Menores de Campo Comprido. Que a criançada ficava ali e dentro do colégio, diversas oficinas, [...] Tinha três dormitórios grandes assim, tinha oficina mecânica pra você aprender fazer mecânica, tinha alfaiataria pra você aprender a costurar, tinha padaria, você fazia o pão. O teu pão feito ali era distribuído nos outros orfanato. Tinha sapataria pra você fazer sapato, eu trabalhei na sapataria, tem um furo aqui de ficar com o estilete gravado aqui no meu dedo de furar o sapato e costurar no sapato. O sapato que nós usava no Jornaleiro era feito lá no Campo Comprido!²²⁷

Nessa localidade então, eram ofertados diversos cursos - os mais lembrados pelos entrevistados foram: mecânica, sapataria, carpintaria, padaria e gráfica. Seu Miguel viveu quatro anos no Campo Comprido e afirmou com bastante propriedade a dinâmica dessa Escola:

Eu comecei... quando eu fui lá tinha a alfaiataria, tinha oficina lá você aprendia a costurar e tudo com máquina, mas fiquei pouco tempo ali, dali eu fui pra marcenaria, fiquei um ano na marcenaria né, aprendendo a fazer móveis, cortando, lixando, serrando [...] montando móveis, cadeira, cabides, a gente passava assim: era a parte da manhã era na oficina, quem estudava a tarde, ficava na parte da manhã na oficina, que estudava a tarde ficava de manhã na oficina, ou o contrário, entendeu? O primeiro ano eu fiquei na marcenaria daí o ano seguinte eu fui pra serralheria, no outro ano eu fui pra tornearia, daí no outro ano eu fui pra gráfica, entendeu? [...] Na verdade eu acho que fiquei quatro anos lá, cada ano eu fiquei numa oficina.²²⁸

Miguel de lá foi para a Marinha, mas ressaltou que a experiência com as oficinas o ajudou muito em sua vida, pois quando estava na base do submarino, por ter experiência com a gráfica, assumiu um posto com essa tarefa. Também relatou que ainda hoje aplica alguns dos conhecimentos que aprendeu na Escola:

Lá era bom por causa disso, você aprendia muita coisa e ... gráfica, serralheria, trabalhava com solda, marcenaria, trabalhava com móveis, lixava, montava móveis e pregava, e tinha tornearia também que a gente aprendia a fazer peças, fazer porcas, parafusos, tinha muita coisa interessante, e é uma coisa que eu aprendi pra vida. Hoje eu faço, de vez em quando eu invento alguma coisa aqui em casa. Já fiz mesa, criado mudo, sempre to inventando alguma coisa ai. Mas é coisas que eu aprendi naquela época e hoje eu trago pra vida, hoje é são conhecimentos que eu tive.²²⁹

Alguns relatos reforçam essa ideia da formação como valorosa para o futuro profissional. O próprio Miguel contou que um amigo é um “padeiro e confeitiro de mão cheia” e que foi no Campo Comprido que ele aprendeu o ofício. Cosme também afirmou que

²²⁷ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

²²⁸ Entrevista Miguel. Realizada em 15/07/2019.

²²⁹ Entrevista Miguel. Realizada em 15/07/2019.

seu primeiro emprego foi devido à qualificação que recebeu lá: “eu fiz um curso profissionalizante lá no Campo Comprido, daí já saí com uma profissão, né que eu era serralheiro, saí de lá, já saí, inclusive quando eu saí do Campo Comprido já saí empregado, né, eles arrumavam emprego pra nós”.²³⁰

O contraste entre a formação na CAPEJO atuando na maioria das vezes somente com o jornaleiro, é colocado em evidência quando se menciona a quantidade de oficinas e encaminhamentos profissionais realizados no Campo Comprido. Assim sendo, apesar dos homens reconhecerem como importantes a vivência na Casa, no que se refere ao trabalho, consideram-no pouco formador para assumirem outras profissões quando no momento de seu desligamento, e nisso, elogiam o CFPMCC.

*

Neste capítulo pretendeu-se ter como foco as memórias relacionadas ao trabalho como jornaleiro e as relações que os entrevistados traçam quanto a essa atividade. Primeiramente, abordamos como historicamente a assistência à infância e juventude pobres possuía o viés de amparo e do trabalho como eixo educador, moralizador e regenerador.

A partir dos acontecimentos vividos e das memórias narradas, foi possível verificar que os participantes desta pesquisa compreendem que a CAPEJO também propunha essa moralização através do ofício de vendedor de jornais e revistas e que entendiam essa ocupação como um trabalho, ainda que mal remunerado. Apesar das críticas quanto às dificuldades da atividade, como a quantidade de jornais carregados ou longos trajetos percorridos, a maioria dos senhores consideram que a experiência na Casa, quanto ao trabalho, foi profícua. Há, entretanto, alguns apontamentos quanto à falta de profissionalização para carreiras fora da área de vendas de impressos e, para tanto, foram mobilizadas lembranças referentes a outras instituições, como o Centro de Formação Profissional para Menores do Campo Comprido.

Isto posto, a vida de um pequeno jornaleiro não era só cantar manchetes do dia e tentar traçar uma estratégia para vender mais Gazetas do que Tribunais: havia ainda o espaço para o lazer e para o estudo - temas que serão abordados no próximo capítulo.

²³⁰ Entrevista Cosme. Realizadas em 17/07 e 14/09/2019.

5 ENTRE JORNAIS, LIVROS E KICHUTES: NARRATIVAS SOBRE O ESTUDO E O LAZER

Ao iniciar os contatos com possíveis entrevistados, um tema recorrente eram as chamadas “Olimpíadas do IAM” - tratava-se de um torneio entre as casas e abrigos sob responsabilidade do Instituto de Assistência ao Menor. Nesse campeonato, cada escola participava com times e representantes em diversas modalidades – a mais lembrada, sem dúvida, foi o futebol. Nas transcrições, são linhas e linhas comentando sobre as conquistas individuais, dos jogos que se tornaram verdadeiras batalhas, dos convites recebidos para jogar em clubes, das medalhas e alojamentos divididos entre tantos garotos. Outro ponto contado com entusiasmo eram as proezas e aventuras: fugir da aula para tomar banho de rio, as idas aos cinemas e aos estádios de futebol da capital, brincar nas praças e parques, das saídas às escondidas para paquerar ou mesmo dançar, quando adolescentes.

Já as memórias narradas sobre as escolas que frequentaram surgiram por conta da minha insistência em inquirir os participantes sobre tal questão. Foram poucos os casos em que se começou, espontaneamente, a tratar do assunto. Os comentários foram, ainda, vagos; quase como se considerassem desimportante frente a tudo que viveram como jornalheiros. Alguns dos entrevistados não lembram dos colégios pelos quais passaram, ou se recordam de forma imprecisa, sem muitos detalhes.

A proposta deste capítulo é, portanto, explorar os relatos sobre esses dois aspectos importantes de suas infâncias: a escola e o lazer. A partir das entrevistas, refletiremos acerca das memórias sobre a instituição escolar, o vínculo com colegas externos à CAPEJO, as amizades entre eles, as brincadeiras e aventuras fora da Casa, relações de sociabilidade e com a cidade. Iniciamos com um breve histórico da educação no Brasil, refletindo sobre a incidência do projeto educacional para as populações vulneráveis, para então analisar como as memórias do ambiente escolar são trazidas (ou não) à tona nas narrativas dos participantes desta pesquisa.

5.1 - "O MOMENTO QUE A GENTE ESTUDAVA": O ENSINO E AS ESCOLAS

“No século XX, a escola sofre processos de profunda e radical transformação. Abre-se às massas. Nutre-se de ideologia. Afirma-se como cada vez mais central na sociedade” (CAMBI, 1999, p. 512).

Durante as primeiras décadas da República, o poder público, intelectuais e juristas, se voltaram a discutir a questão da concepção de uma identidade e cidadania brasileiras, a

construção nacional e a organização do trabalho (MORAES, 2000, p. 70). Visando novos tempos, pautando a *modernização*, buscava-se um apagamento do passado imperial e escravista, através da desqualificação do que era anterior ao período: e isso incluía também os estabelecimentos de ensino e as formas de ensinar.

A despeito do menosprezo às instituições anteriores, associadas ao atraso e consideradas “pocilgas, pardieiros, estalagens, escolas de improviso – impróprias, pobres, incompletas, ineficazes” (SCHUELER, MAGALDI, 2008, p. 35), e da tentativa até mesmo da historiografia da educação em apresentar uma ruptura com o modelo de ensino imperial, o pesquisador Jorge Nagle, autor de *Educação e Sociedade na Primeira República* (1974) afirma que não houve, com essa datação republicana, mudanças profundas no sistema escolar brasileiro. A partir dessa consideração, de que não houve uma grande cisão entre “o velho e o novo”, Nagle sugere se pensar a história da educação como um processo - que tem início nos anos finais do Império, quando se avaliava a educação como indissociável do tempos vindouros... Schueler e Magaldi, à luz desse autor, relacionam uma série de itens que indicariam “um legado educacional do XIX”: a expansão da iniciativa privada, dos colégios e escolas, a ampliação da alfabetização e difusão das bibliotecas, a alteração significativa na cultura material escolar, a criação das Escolas Normais e a realização de conferências para discutir as práticas pedagógicas, bem como a existência de várias legislações provinciais com foco educacional (2008, p. 38). Corroborando com essa corrente Fernando de Azevedo, que escreve:

Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas. (AZEVEDO Apud MARÇAL RIBEIRO, 1993, pp. 18-19).

Assim, conforme esses autores, a República não trouxe grandes novidades para o ensino brasileiro, com a manutenção das escolas multisseriadas, isoladas, com educação familiar e doméstica e, na maioria das vezes, privada. Entretanto, três pontos foram importantes: a instalação e construção de prédios próprios para grupos escolares em diversas cidades do país, com ensino seriado; o ensino com viés civilizador e moralizador, com ênfase em símbolos patrióticos; e a disputa entre diferentes linhas teóricas do que deveria ser o modelo escolar, no embate entre o ensino católico e o laico (SCHUELER, MAGALDI, 2008).

Nesse debate, ambientado principalmente na década de 1930, os atores eram os intelectuais católicos e os adeptos de uma nova corrente pedagógica, a chamada Escola Nova. Ainda que não existisse uma homogeneidade entre o pensamento dos escolanovistas, o

movimento tinha como base a educação pública, de qualidade e gratuita, que se relacionasse com o cotidiano do aluno (BARBOZA et al, 1999, p. 55).²³¹ Esses aspectos eram o principal alvo de crítica dos católicos, visto que além da questão da doutrinação religiosa, havia o fator econômico, já que a Igreja Católica era a proprietária da maioria das escolas privadas.

O fim da chamada República Velha foi marcado, então, pelo intenso debate acerca dos interesses ideológicos e culminou nas reformas educacionais com foco no Ensino Primário. Em 1930, já no Governo Vargas, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, comandado por Francisco Campos. Sua principal atuação foi no ensino secundário, ampliado para 7 anos e sistematizado em dois ciclos - um de cinco anos, com currículo comum e os dois últimos, uma agenda voltada ao ensino pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico (SILVA, 2016). Foi a Reforma Francisco Campos (1931) que também iniciou o ensino profissionalizante no país.

Como em breve veremos, essa modernização propunha uma divisão entre uma elite privilegiada, que cursaria Medicina, Direito e comporia o corpo intelectual nacional, e o restante da população, formada para o trabalho.

Em 1934, quem assumiu a pasta da Educação foi Gustavo Capanema.²³² São de sua autoria as Leis Orgânicas da Educação de 1942, conhecidas como Reforma Capanema. Entre outras coisas, esta reorganização propunha o retorno dos métodos tradicionais, o forte caráter patriótico e nacionalista e a fragmentação entre o ginásial e o colegial - os primeiros quatro anos e os três anos finais, estes, divididos entre clássico e científico; em alguns lugares, ainda, eram ofertados o curso industrial e o comercial (DALLABRIDA, 2014, p. 408). Já com o advento do Estado Novo e a associação entre a escola e a preparação profissional para a

²³¹ Para saber mais, ver: SAVIANI, Demerval.

²³² Gustavo Capanema (1900-1985) foi vereador de Distrito de Pitangui, pequena cidade mineira; primeiro secretário do Interventor de Minas Gerais, seu primo Olegário Maciel; também atuou brevemente como Interventor de Minas até alçar, então, o Ministério da Educação do governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1934 e 1945. Formado em Direito, foi professor e escritor, além de deputado e senador, e Ministro do Tribunal de Contas da União. Em seu período à frente do Ministério da Educação e Saúde, reorganizou o ensino primário, tutelando e centralizando a gestão da educação nacional; era apoiado pelos setores conservadores da Igreja Católica, participando do golpe de Estado de 1937. Também se pautava pelo nacionalismo e flertou com o integralismo, de acordo com seu biógrafo Fábio Silvestre Cardoso (2019). Conseguiu agregar a seus projetos escritores-amigos como Carlos Drummond de Andrade, Cândido Portinari, Mario de Andrade e Heitor Vila Lobos. Aliava em sua pasta o modernismo e o conservadorismo, conforme afirma Simon Schwartzman, “A modernização se manifestava em seu desejo de criar um sistema educacional forte e abrangente e na preocupação constante com a atividade cultural e artística. O lado conservador se manifestava de muitas formas distintas: pela concentração do poder, que não permitia a organização de instituições educacionais e culturais livres e autônomas fora da tutela ministerial; pela concepção basicamente estetizante, quando não utilitária, da cultura e das artes”. (Schwartzman, 1985). https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2019/08/16/interna_pensar.1077599/conheca-gustavo-capanema-o-educador-modernista.shtml

industrialização que se anunciava, é fundado o SENAI²³³ e se permitiu que as indústrias pudessem ter suas próprias escolas (MEDEIROS, 2020).

A fundação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), em 1950, representou alterações consideráveis para o sistema educacional, especialmente no ensino secundário. É nesse contexto que se descentraliza o ensino nacional, considerando as particularidades regionais, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 4.024/1961),²³⁴ que estabeleceu também o ensino médio, numa tentativa de superar a distinção entre o curso normal, os profissionalizantes e o secundário (DALLABRIDA, 2014, 409) e a possibilidade da oferta de educação pública nas instituições privadas.

Com o golpe militar de 1964, a educação se tornou um artifício ideológico, no qual “o propósito era formar indivíduos politicamente inofensivos e adaptados aos interesses do mercado” (NASCIMENTO, 2018, p. 8). De acordo com o filósofo Paulo Ghirardelli Jr, o período ditatorial se pautou

em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem devida qualquer arranjo prévio para tal feito, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e não raro confusa legislação educacional. (GHIRADELLI, 2001, p. 104).

Muitos historiadores da educação afirmam que esse período representou uma ruptura nas ideias de educação libertária e emancipatória, aquelas que pretendiam Anísio Teixeira e Paulo Freire, por exemplo. Esses projetos não cabiam mais no contexto repressivo do Estado. Deram lugar, então, a uma educação tecnocrática, voltada para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho (PERES, 2021).²³⁵

Muitas foram as reformas e decretos educacionais nesse ínterim, mas duas são as que mais têm relação com a nossa pesquisa: a Lei 5540, de 28 de novembro de 1968, que vai organizar e regulamentar o ensino superior e a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que trata da organização do 1º e 2º graus, agora, ensino primário e médio; nessa última legislação, são abordados assuntos como a habilitação profissional no 2º grau, a

²³³ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946.

²³⁴ De acordo com Medeiros Neta e Assis, o período anterior à promulgação da LDBEN foi de intenso debate em torno das questões educacionais. Dessas discussões, participaram “Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Paschoal Leme, Paulo Freire, Lauro de Oliveira Lima, Dumerval Trigueiro e outros que deixaram seus contributos no processo de construção do cenário educacional do país.” (ASSIS, NETA, 2015, p. 194).

²³⁵ Segundo a diferenciação proposta por Ghirardelli Jr (2015), a educação tecnocrática priorizava a formação para o trabalho e a educação humanista seria aquela voltada para a formação libertadora e intelectual.

obrigatoriedade do ensino de Moral e Cívica, Educação Física e Artística e a limitação do currículo das chamadas áreas de ciências humanas.^{236 237}

Essas duas diretrizes impactaram as vidas dos entrevistados porque foram norteadoras do ensino que lhes foi oportunizado e, como veremos, muitas são as lembranças voltadas para o ensino profissionalizante (ainda que não fosse ofertado na CAPEJO). Ambas exemplificam muito bem, ainda, nosso ponto de vista de que durante muito tempo, mas especialmente no século XX, deliberadamente os projetos de educação separaram o que seria o ensino provido para os ricos e para os pobres.

Como observamos no capítulo que nos dedicamos a abordar o pequeno jornalista como trabalhador, o Estado com frequência destinou às classes populares a intervenção higienista e moralizadora, voltada a civilizar, por assim dizer, para o convívio em sociedade a partir dos valores burgueses. Tendo como pano de fundo a ideia de um país próspero e forte, buscavam meios de interferir nesses grupos a fim de que se adequassem aos padrões idealizados para essa nação, que se dizia moderna.

Outra relação que podemos propor para exemplificar essa distinção na educação por classes sociais seria o próprio Código de Menores de 1927. Nesse decreto, a palavra educação aparece 27 vezes, nos seguintes contextos: necessidade dos pais proverem a educação, a colocação em escolas de reforma e quais disciplinas tais instituições ofertariam. O maior número de citações se associa justamente às escolas de reforma, assim tratando essa criança (o menor) como aquele que precisa da intervenção do Estado para reeducá-la, já que seria abandonada ou era integrante de uma família considerada inapta para essa criação. Isto posto, reforça-se a ideia de que esses filhos e filhas das famílias empobrecidas eram vistos como algo a se regenerar, através do ensino moralizante, mas também com base em normas de higiene, cívicas, patrióticas e religiosas, sobretudo, disciplinadora para a ética do trabalho.

É considerável também que em todo o país, assim como no Paraná, a ênfase educacional tenha sido voltada ao labor: haja vista o grande número de Escolas Rurais e de Trabalhadores Rurais, de Aprendizes Artífices, de Trabalhadores, de Pescadores... que foi implantado com vigor na virada dos séculos e se estende por todo o XX.²³⁸ O modelo

²³⁶

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

²³⁷ É importante ressaltar que é no período da Lei 5540 que se outorga o Ato Institucional nº 5, que aparelhou ainda mais a educação, através de medidas repressivas e de censura, de vigilância constante de professores, profissionais de educação e estudantes.

²³⁸ Para saber mais, consultar: SCHELBAUER, 2014; FREIRE, 2013; LIMA, 2021; PANDINI, 2006; SCHELBAUER, NETO, 2013.

educacional dirigido aos mais pobres, portanto, aliava a educação formal e trabalho, intervindo no seio familiar, caso o Estado julgasse necessário, culminando ainda na possibilidade de internação. Para os grupos abastados, a oportunidade de escolarização, para se fomentar a intelectualidade daqueles que seriam os futuros dirigentes; para os vulneráveis, a educação junto à ocupação laboral:

Após a segunda metade do século XX, o modelo de internato cai em desuso para os filhos dos ricos, a ponto de praticamente ser inexistente no Brasil há vários anos. Essa modalidade de educação, na qual o indivíduo é gerido no tempo e no espaço pelas normas institucionais, sob relações de poder totalmente desiguais, é mantida para os pobres até a atualidade. (RIZZINI, 2004, p. 22)

O sociólogo Luiz Antônio Cunha, em seu artigo *O Legado da Ditadura para a Educação Brasileira* (2014) ressalta alguns pontos que, ao nosso olhar, tangenciam às propostas educacionais da Casa do Pequeno Jornaleiro e das instituições pelas quais os entrevistados passaram. O primeiro ponto seria o que chama de “Simbiose Estado-Capital”, onde o governo passou a ampliar e subsidiar o ensino particular, através de questões tributárias, incentivos fiscais e auxílios para bolsas de estudo e estágio, mas também investiu na formação de capital humano para que as empresas privadas pudessem dispor dessa mão de obra.

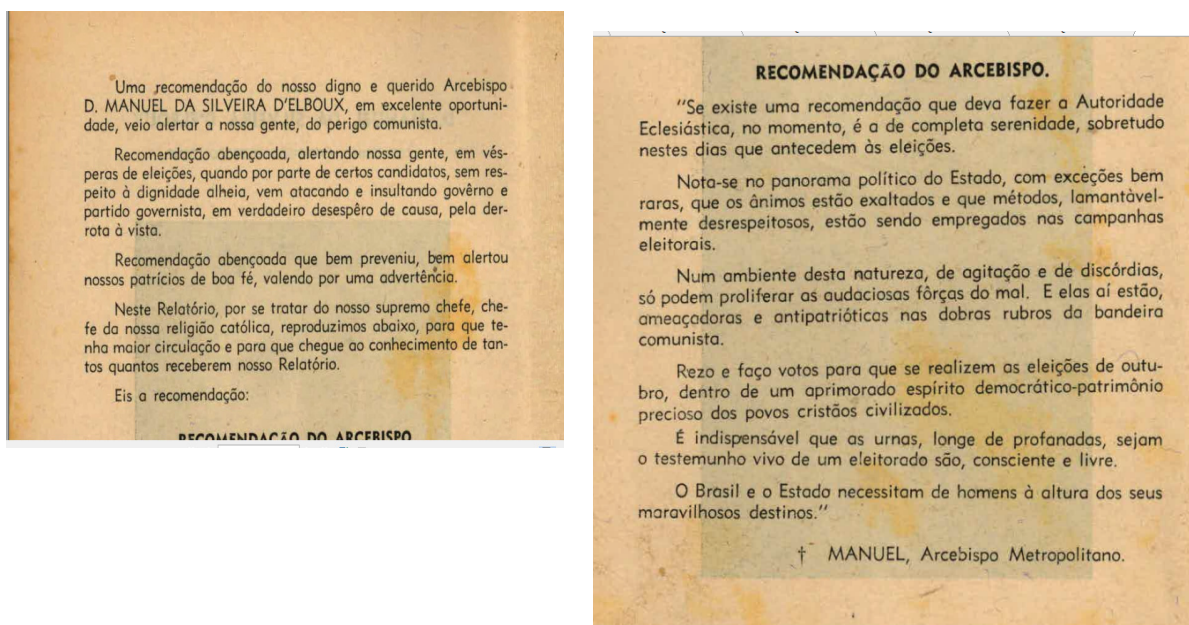
O segundo item de Cunha trata da “Educação para a regeneração moral”, que se fez presente em toda a trajetória da CAPEJO. Nesse contexto ditatorial, no qual a maioria dos participantes dessa pesquisa cursou o ensino básico, havia a preocupação com as classes mais pobres, vistas como despossuídas de valores morais e religiosos, inclinadas à ociosidade e, a partir da ênfase dada pela Escola Superior de Guerra, virtualmente criminosos, correndo risco de se associar ao comunismo e se insurgirem por melhores condições de vida (BECHER, 2012).

Essa preocupação com o comunismo também foi expressa no relatório da instituição no ano de 1960, ao se optar por reproduzir parte de um discurso realizado pelo Arcebispo Manuel da Silva D’Elboux:

Uma recomendação do nosso digno e querido Arcebispo (...), em excelente oportunidade, veio alertar a nossa gente, do perigo comunista. Recomendação abençoada, alertando nossa gente, em vésperas de eleições, quando por parte de certos candidatos, sem respeito à dignidade alheia, vem atacando e insultando govêrno e partido governista, em verdadeiro desespero de causa, pela derrota à vista. (...) [...] Nota-se no panorama político do Estado, com exceções bem raras, que os ânimos estão exaltados e que métodos, lamentavelmente desrespeitosos, estão sendo empregados nas campanhas eleitorais. Num ambiente desta natureza, de agitação e de discórdias, só podem proliferar as audaciosas fôrças do mal. E elas aí estão, ameaçadoras e antipatrióticas nas dobras rubros da bandeira comunista. Rezo e faço

votos para que se realizem as eleições de outubro, dentro de um aprimorado espírito democrático patrimônio precioso dos povos cristãos e civilizados.²³⁹

FIGURA 8
Extrato do relatório da CAPEJO, 1960.



É frequente o uso, nos relatórios, de expressões como “cidadãos úteis à coletividade”, “preciosos futuros cidadãos da Pátria Comum” (1957); na brochura de 1961, uma professora do grupo escolar da Casa cita Eunice Weaver, dizendo que ali se via uma “instituição que honra a Pátria e a Humanidade”.²⁴⁰ Pode-se afirmar, também, que a CAPEJO estava bastante alinhada aos interesses dos governos dos quais vivenciou, principalmente os que tinham base militar - lembrando que, durante mais de 20 anos, coronéis e tenentes fizeram parte da equipe diretora, o que possivelmente muito colaborou com o modelo de aprendizagem e disciplina lá impostos. Há fotografias das visitas realizadas por integrantes das Forças Armadas e até mesmo de pessoas que fariam parte do Regime Militar de 1964,

²³⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. Relatório anual 1960. Curitiba, 1960. p. 34

²⁴⁰ Eunice Weaver foi a primeira mulher a receber a Ordem Nacional do Mérito, em 1950, e a primeira pessoa, na América do Sul, a receber o troféu Damien-Dutton. Fundou em Juiz de Fora a Sociedade de Assistência aos Lázaros e o Educandário Carlos Chagas, e no Rio de Janeiro o Educandário Santa Maria. Foi presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Escritora e sanitária, cursou, acompanhando o marido em uma Universidade Flutuante, Jornalismo, Sociologia, Serviço Social e Filosofias Orientais, visitando mais de 40 países. <http://aew.org.br/quem-foi-eunice-weaver/>

como o Reitor da Universidade Federal, Flávio Suplicy de Lacerda,²⁴¹ que viria a ser Ministro da Educação na gestão do presidente-ditador Humberto Castello-Branco.

Nos relatórios anuais, além das imagens citadas, há um espaço reservado para a questão da educação. No mesmo prédio da CAPEJO existia o Grupo Escolar Manoel Ribas, fundado já em 1943, e esses documentos listam algumas das atividades realizadas durante o ano, o nome das professoras e agradecimentos ao seu trabalho. Segundo essas fontes, até 1962, a equipe docente possuía em torno de 10 funcionários, dentre eles 3 homens que eram irmãos do Colégio Marista Santa Maria, demonstrando então a parceria entre essas duas instituições. Enquanto as mulheres se dedicavam ao letramento e ao ensino de matemática, os clérigos lecionavam história, filosofia, religião e humanidades.²⁴²

Pelas fotos e relatórios, é possível inferir que a escola contava com duas salas de aula, era multisseriada e possibilitava o ensino de primeiro ao quinto ano, nos períodos diurno e noturno.²⁴³ No fim do ano, realizavam-se exames para a verificação de conteúdos e aprovação para a série seguinte. Após as correções, existia uma cerimônia de entrega de certificados, boletins e diplomas. Havia, nesse momento, uma premiação para o melhor jornalista, consagrado então como “Herói do Ano”. A ideia da elaboração de avaliações anuais para progressão serial, além daquelas realizadas no decorrer do semestre, e essa premiação para os melhores alunos e mais destacados jornalistas, pode ser melhor compreendida através do conceito de Poder Disciplinar, formulado por Michel Foucault.

O poder disciplinar, segundo o autor, trata-se de todos os instrumentos utilizados para moldar comportamentos, adestrando e docilizando os corpos. Esses recursos seriam divididos em Vigilância Hierárquica, Sanção Normalizadora e o Exame - todos definitivamente presentes no cotidiano da CAPEJO. O controle do tempo e de condutas, a vigilância das atitudes, realizada pelos funcionários, professoras e elementos externos à Casa, como delegados, guardas e civis de modo geral, pode ser verificada em diferentes fontes, como relatórios, ofícios, troca de cartas entre autoridades e entrevistas, assim como analisado no quarto capítulo desta tese. A imprensa também colaborava na observação desses meninos, já que eram encarregados da venda de seus produtos. (LIMA, 2017)

²⁴¹ No Ministério da Educação, foi o responsável por firmar acordos de cooperação com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) para formalizar o ensino técnico e profissionalizante no Brasil. Nesse acordo, estabelecia-se a tecnocratização do ensino e pretendia, ainda, a cobrança de mensalidade no ensino superior - o que resultou em resistência do Movimento Estudantil, marcando a história da Universidade Federal do Paraná.

²⁴² Reforçamos que, após essa data, não há mais relatórios anuais nesse formato, já que a entidade ficou a cargo do governo estadual.

²⁴³ Imagens da escola nos anexos.

Sobre a sanção normalizadora, nos atentaremos com mais detalhes no próximo capítulo, mas se refere principalmente aos castigos disciplinares que incidem sobre o corpo, sem inutilizá-lo - de forma a incutir um comportamento considerado adequado.²⁴⁴ As penalidades seriam recorrentemente aplicadas a fim de serem “corretivas”, estendendo-se mesmo àquelas pequenas infrações, como micro penalidades de tempo, da atividade, da sexualidade, do corpo, dos discursos e do modo de ser (FOUCAULT, 1999, p. 150).

O Exame avalia, classifica, registra e documenta. Resulta de todas as técnicas disciplinares, a vigilância, da sanção, do controle de tempo, de espaço – uma forma de classificar, punir e corrigir (LIMA, 2013, p. 40). Com a punição, enlaça-se à sanção normalizadora, na “reprovação” ou exposição vexatória pela não conclusão das proezas esperadas, e até no mecanismo de comparação. A condecoração como jornaleiros exemplares, a entrega de bons resultados como estudantes, poderia servir de incentivo para o não-desvio de costumes.

Como a instituição ofertava apenas até o 5º ano, até 1971 era necessário realizar um exame para se poder cursar o ensino secundário, a nível nacional, o que resultava na restrição de acesso a esse nível de boa parte da população (AKSENEN, MIGUEL, 2014). No período em que a maioria dos entrevistados cursou o ensino formal, tal exame já havia sido extinto com a Lei Federal 5.692/71, que estabeleceu as Bases e Diretrizes para Educação Básica. Se antes o ensino se organizava em primário, ginásio e colegial, neste momento os dois primeiros originavam o curso de 1º grau, já os últimos 3 ou 4 anos, estariam contemplados no 2º grau, que deveria compreender o ensino profissionalizante (NASCIMENTO, s/d, p. 11).

É muito interessante perceber que, apesar da mudança na nomenclatura imposta pela legislação, muitas pessoas ainda se referem ao que corresponderia hoje ao ensino fundamental e médio como primário, 1º ou 2º grau ou ginásio, assim como se nomeava até a década de 1970. Esse aspecto não foi diferente com os participantes da presente pesquisa. Embora tenham realizado o ensino formal com a denominação de 1º e 2º graus, se referem ao ciclo de aprendizagem realizado na CAPEJO como “primário” e o externo à Casa como “ginásio”, já que na Casa só se oferecia o primeiro ciclo. A entrevista de Gilson traz essa confluência de nomes para se referir às mesmas coisas:

daí tinha uns alunos também né que estudavam à noite, e uns que estudavam à tarde, no caso quem tinha assim, tinha feito o primário todinho né, na época né, que falavam “primário”, aí estudavam de tarde depois que vendiam o jornal, daí os que tavam já, fazendo o fundamental e médio, estudavam à noite, nas escolas.²⁴⁵

²⁴⁴ A escolha por esmiuçar a questão da sanção parte do princípio de que, no próximo capítulo, serão abordados temas mencionados nas entrevistas que fazem referências a castigos e punições.

²⁴⁵ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

No relato de Wagner isso também acontece:

W - eu fiz o primário ali, o ginásio eu fiz no Professor Cleto, o científico, eu fiz no Colégio Estadual.

N – ah, você cursou o científico...

W – Era essa a divisória antigamente.²⁴⁶

Nascido em 1963, é possível que tenha feito os anos finais em 1978-9, época em que já não se dividia o ensino entre clássico e científico, ou mesmo se utilizava a nomenclatura Ginásio. O “científico”, em sua fala, representava o ensino que preparava para o ensino superior, o que não condiz com a legislação, posto que o científico seria aquele voltado para cursos e o clássico para essa formação mais acadêmica.

Michael Pollak, em seu artigo *Memória e Identidade*, faz relato de questão parecida em suas investigações: a confusão que presenciou quando os participantes inseriam datas e eventos da Primeira Guerra, quando deveriam tratar da Segunda. Pollak menciona então que a memória é, certamente, formada por personagens, acontecimentos e lugares, mas também por projeções e transferências (1992). Relacionado à nossa pesquisa, muito provavelmente foi difícil a adequação das reformas educacionais que os ex-pequenos jornalistas vivenciaram, tanto em um plano prático como na linguagem, permanecendo no imaginário o nome mais marcante para eles.²⁴⁷

Nesse sentido, a Reforma de 1971 tornaria obrigatório para as instituições de ensino que desejassem dispor do ensino de 2º grau que oferecessem também cursos de ensino profissionalizante. Um dos cursos ofertados nesse ensino foi o que Saulo realizou no Colégio Estadual do Paraná:

Eu fiz até o segundo ano no Colégio Estadual, até o segundo eu fiz patologia clínica. Aí quando eu fui pro Rio de Janeiro, que daí lá eu fiz o pré-vestibular juntamente com o técnico, terminei o técnico em patologia clínica, em [19]83, 84 que eu terminei. Porque 83 eu estava no exército, como recruta do exército.²⁴⁸

Apenas dois entrevistados citaram os cursos técnicos que realizaram, o primeiro em Patologia Clínica e o segundo, em Administração, mas este sem mencionar a instituição onde o realizou. Lino também se diz técnico, mas não informa se o cursou junto ao ensino regular. Entretanto, o ensino profissional é muito presente nas narrativas quando se referem ao Centro de Formação Profissional de Menores do Campo Comprido, onde boa parte dos entrevistados foi institucionalizado após a saída da CAPEJO. Como abordamos no capítulo anterior, esse

²⁴⁶ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

²⁴⁷ Nascimento ressalta a dificuldade da aplicação das reformas educacionais entre os anos de 1968 e 1972, quando se desobriga que o ensino de 2º grau ofereça o profissionalizante, por falta de estrutura e docentes com formação adequada para atender à demanda.

²⁴⁸ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

instituto teve início como escola de trabalhadores rurais e depois sua proposta se adequou ao abrigo e educação de garotos maiores de 12 anos. Era uma grande propriedade que possuía alojamentos, quadras, uma escola e diversas oficinas onde se ensinava muitos ofícios, como sapataria, marcenaria, panificação, gráfica, serralheria, tornearia. Muitos dos ex-pequenos jornaleiros estudaram lá e se referem a esse período como um marco em suas vidas, principalmente no quesito profissional.

Os cursos disponíveis no CFPMCC representaram um aprendizado para Miguel que, ao adentrar à Marinha, trabalhou como auxiliar na Gráfica, atividade que aprendeu na mencionada instituição. Davi igualmente aborda esse período, no qual teria realizado a formação em Marcenaria:

O centro de formação lá de Campo Comprido era uma... pelo menos o espaço físico enormidade... Tão grande que lá você tinha cursos que seriam profissionalizantes. Então você tinha gráfica, padaria, marcenaria, mecânica, costura, sapataria, funilaria, tornearia... Daí tinha a parte da horta. Então eu posso dizer assim, que eu fiquei dois anos... fiquei dois anos trabalhando com Marcenaria. Então você tinha um curso profissionalizante [...] porque embora mesmo adolescentes abandonados, mas eles já saíam... o pessoal já saía daqui com uma profissão já definida. Inclusive mesmo um desses meus irmãos - eu fui encontrar ele quando eu fui para o Campo Comprido, transferido para lá - esse meu irmão, *Cláudio*, ele se formou, ele se formou em torneiro mecânico. Então a escola de Campo Comprido era basicamente a formação profissional dos adolescentes.²⁴⁹

Márcio, Davi, Saulo e Miguel salientam que, todas as noites, os internos eram obrigados a cumprir horas de estudo orientado. Professores de diversas matérias davam aulas do chamado “reforço”: “E era obrigado. De sete e meia a nove e meia, todo mundo tinha que tá em sala de aula, ninguém fora”, afirmou Saulo.²⁵⁰ Márcio narrou entusiasmado sobre essa instituição, utilizando adjetivos como “fantástico” e “fabuloso”. Relata ainda que o Centro Profissional não atendia somente os internos:

É, sapato era feito lá, sapato era feito costurado à mão com solinha de borracha do pneu velho, lixava, fazia os furo pra ficar os frios embaixo, quase, o sapato era usado, era feito lá também. A sapataria fazia muito sapato lá. Roupas, o nosso uniforme era feito lá no, na alfaiataria do Campo Comprido, já mais tarde, né. Diversos carro eram consertado lá na oficina, a criançada, piizada ficava lá aprendendo oficina. Tem muita gente que saiu dali e já foi trabalhar em outros locais ali já profissionais, saíram dali formados já. Tinha serralheria, que fazia soldas e... janelas, essas coisas, então tinha... E além da escola, lá dentro tinha a própria escola e tinha o pessoal que vinha estudar de fora da escola ali do Campo Comprido.²⁵¹

Essa relação entre os alunos institucionalizados e os que frequentavam as instituições escolares regulares nos despertou curiosidade. Então, existia esse convívio? Como ele se

²⁴⁹ Entrevista Davi. Realizada em 15/04/2020.

²⁵⁰ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

²⁵¹ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

dava? Como os pequenos jornalheiros interagiam nas escolas que frequentavam e que eram externas à estrutura da CAPEJO?

Questionados sobre este aspecto, os entrevistados divergiram sobre os sentimentos que essa aproximação mobilizava. Wagner, por exemplo, afirma que era algo que ele preferia que não soubessem:

[...] quando você ia lá, para o [a escola] Professor Cleto, você ia à paisana. À paisana. Não era a roupa de briga, de trabalho. E... na verdade, assim, que nem eu te falei, a gente era criança, a gente... quando se começa a pensar nessas coisas, fica tão estranho, porque... como que era sua relação com os outros... e eu lembro que eu tinha uma vergonha muito grande de falar que eu era jornalheiro, escondia das minhas colegas. No Professor Cleto, sabiam que eu era jornalheiro, mas eu não falava nem a pau. Não mesmo.²⁵²

O mesmo afirmou Saulo, dizendo que tentava acobertar de onde vinha: “A gente se escondia, mas não tinha como esconder porque você já chegava do ônibus de cabeça baixa assim, quando saía de cabeça baixa”, informando que um ônibus os levava do Campo Comprido a algumas escolas próximas.²⁵³ Um automóvel também fez parte da experiência de Silvano, no caso dele, uma *kombi*:

N- e o pessoal que estudava com você, eles sabiam que vocês eram do Jornaleiro?
S- Hum... poucos... até tinha umas meninas lá, que a gente ia na casa delas nos domingos lá, era até engraçado. Elas sabiam que nós era de orfanato. Mas... não era muito bão, não. Que nem no Portão, lá também no Portão uns tempos que daí eu já tava mais crescidinho, aí você não estudava mais lá não, você tinha que sair, eu estudava lá na Vila Isabel. Aí você chegava de Kombi lá, aquela Kombi [risos] do Instituto, daí já ficava todo mundo [sabendo]...

Quando estavam na Casa do Pequeno Jornaleiro, poderiam também estudar em outras instituições. De acordo com Marilena, que foi orientadora e diretora da instituição, os internos eram alocados nas escolas próximas à medida que estas ofertavam vagas para o público em geral; afirma que lograr êxito em encontrar uma vaga era sua tarefa e tratava-se de um grande empenho, pois segundo conta, não eram todas as escolas que eram receptivas à presença dos jornalheiros.²⁵⁴ Esse ambiente intolerante não se faz presente nas memórias narradas de Davi, para quem era cotidiano falar onde morava, onde estava abrigado:

[pra mim era] bem tranquilo. Quando eu estudava à noite né? A gente chamava a roupa de paisana, né? A gente levava uniforme, colocava uma roupa própria... mas nas outras escolas... [...] lembro que a gente ia com uniforme do jornalheiro, a gente nunca teve problema [...] a gente era meio comum, entre aspas, meio fora da Casa assim, [era] “Mexeu com um, mexeu com todos”. Então com relação a isso, a gente era muito bem respeitado pela... pelo povo, pelo público em geral.²⁵⁵

²⁵² Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

²⁵³ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

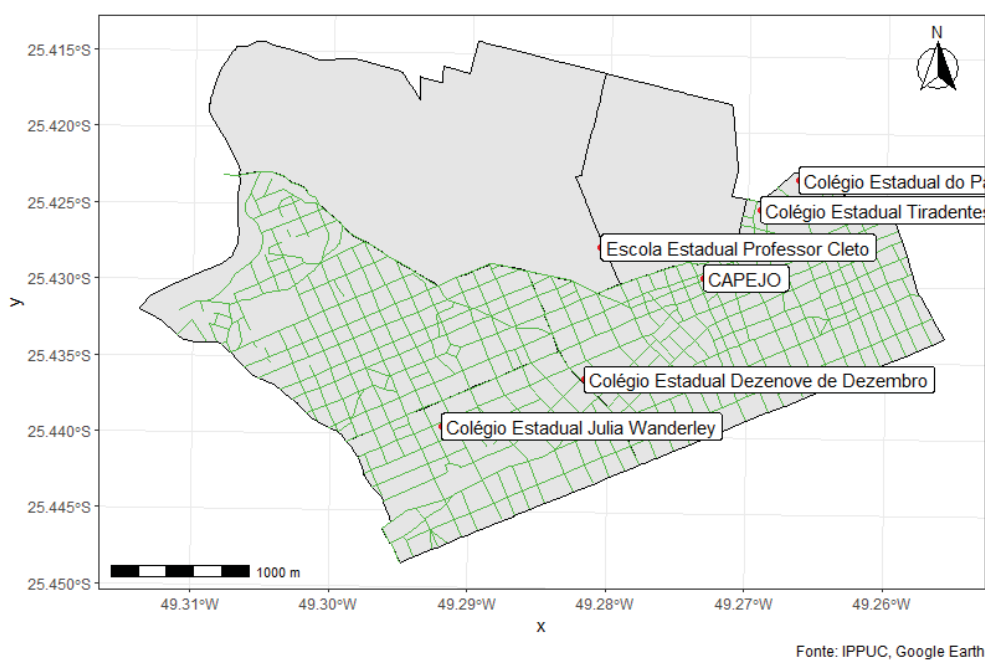
²⁵⁴ Entrevista Marilena. Realizada em 18/12/2020.

²⁵⁵ Entrevista Davi. Realizada em 15/04/2020.

Mesmo que Davi tenha relatado a normalidade da situação para ele, utilizou o mesmo vocabulário que Wagner para se referir às roupas utilizadas: à paisana. Significa que preferiam ir sem a vestimenta que os identificava como integrantes da CAPEJO, formulando até mesmo um espaço de criação, uma estratégia para o enfrentamento, tanto para a questão do vestuário, quanto às vulnerabilidades que um grupo de garotos andando à noite poderia se deparar.

Na matrícula dos jornaleiros havia a predileção por escolas próximas, devido ao fato de que o traslado se fazia caminhando: “Tudo a pé, era tudo aqui pelo centro”, contou Lino.²⁵⁶ O mapa abaixo demonstra a localização desses estabelecimentos frequentados e a distância relativamente curta entre a sede da CAPEJO e elas. Entretanto, há de se refletir que esses garotos já realizavam extensos trajetos no seu cotidiano de venda de jornais e revistas.

FIGURA 9: MAPA COM RELAÇÃO DAS ESCOLAS



No quadro abaixo, apresentamos uma sistematização das escolas que os entrevistados frequentaram concomitantemente à sua internação na CAPEJO:

²⁵⁶ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

TABELA 1: ESCOLAS QUE OS ENTREVISTADOS FREQUENTARAM

Nome da Instituição	Abrigo	Regular	Ensino profissional	Localização
Colégio Estadual do Paraná		x	x	Av. João Gualberto, 250 - Centro, Curitiba - PR, 80030-000
Escola Estadual Professor Cleto		x		Rua Visconde de Nácar, 544 - Mercês, Curitiba - PR, 80410-200
Colégio Estadual Dezenove de Dezembro		x		Rua Desembargador Motta, 2082 - Centro, Curitiba - PR, 80420-190
Grupo Escolar Manoel Ribas (CAPEJO)	x	x		Rua Cruz Machado, nº 44, Centro; Rua Saldanha Marinho, nº 161
Colégio Estadual Tiradentes		x		R. Pres. Faria, 625 - Centro, Curitiba - PR, 80020-290
Colégio Estadual Julia Wanderley		x		R. Vicente Machado, 1643 - Batel, Curitiba - PR, 80440-020

Ao completar o primário, ou devido à facilidade de aprendizagem, frequentavam outras escolas. Na lista acima, podemos observar que apenas o Colégio Estadual ofertava o ensino de 2º grau somado ao ensino profissionalizante. Essas instituições foram as que foram narradas como as que participavam, mas citam também o Colégio Rio Branco, Colégio Rui Barbosa, Colégio Zacarias, Colégio Positivo e Bardal (atual Expoente) - esses dois últimos, particulares, onde alunos poderiam conseguir bolsas de estudo. Foram apontadas ainda as escolas anteriores das quais participaram, especialmente os internatos e orfanatos em que viveram e que ofertavam o ensino das primeiras séries - há um local comum a alguns dos entrevistados, o Educandário Caetano Munhoz da Rocha, onde muitos estudaram quando bem pequenos. Apesar de ser bastante livre a questão da brincadeira, afirmam que era um local de muita rigidez e disciplina, por ser comandado por freiras.

Em muitos relatos se realizou uma comparação do Educandário com a CAPEJO. No primeiro, o rigor das freiras, mas a liberdade de brincar. No segundo, o rigor do diretor, a disciplina do trabalho, mas a descontração de se andar por aí, brincar pela cidade e ter acesso a parques, praças, cinemas e até mesmo discotecas.

É muito interessante a escolha da palavra “liberdade” para definir essa experiência de ter a chance de andar pela cidade e ou brincar em outros espaços que não a instituição. Refletindo sobre esses relatos trazidos à tona sobre os horários regrados, práticas de controle, o cotidiano austero e a aspereza do trabalho em contraposição às narrativas leves e bem humoradas sobre as brincadeiras, jogos, fugas, entre outros, alguns questionamentos afloram: haveria então um espaço já delimitado e até mesmo esperado para esses “desvios”? Havia intransigências permitidas e outras desencorajadas? É desse tema que trataremos no próximo subcapítulo.

5. 2 “EU GOSTAVA QUE A GENTE TINHA LIBERDADE”: O LAZER E A RELAÇÃO DO PEQUENO JORNALEIRO COM A CIDADE

À tarde, quando era a tarde, não tinha ponto, você poderia ir em qualquer lugar. Daí era livre. Então daí fazia essas coisas, ia vender a revista, tal, às vezes terminava rápido, às vezes vendia pra própria banquinha que ela não tinha recebido ainda. - daí ficava livre. ²⁵⁷

Esse trecho acima foi dito por seu Carlos. Um homem na casa dos 60 anos, negro, com sorriso largo e daqueles narradores natos, que parece juntar muita gente a sua volta para contar suas histórias e peripécias de outrora. Cheguei até seu Carlos através do primeiro entrevistado, Wagner. Ele forneceu o contato de muitos dos ex-pequenos jornalistas. Entrando primeiro em contato pelo telefone, por aplicativo de mensagens e ligação, expliquei os objetivos da pesquisa e marcamos um encontro presencial, em março de 2019.

Morando num bairro afastado, solicitou que o ponto para nos conhecermos fosse em frente ao prédio da Previdência Paraná. Ele possuía um horário marcado para tratar de sua aposentadoria, como enfermeiro, no local em questão. Muito simpático, sugeriu que seguíssemos a rua, para a praça ao lado do Cemitério Municipal de Curitiba. E então, nos sentamos em um dos bancos, começamos nossa conversa, ao passo que ele ajeitava seu

²⁵⁷ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

“gorro” com estampas étnicas, como quem gosta de marcar seu apelido: o chamam de Jamaica.²⁵⁸

Uma das primeiras frases ditas por Carlos, ao ser questionado sobre sua permanência na CAPEJO foi: “além de eu estar numa fase de infância, eu gostaria de estar brincando e não fazendo isso, né?”, ao se referir ao trabalho.²⁵⁹ Após saber de toda a rotina, da disciplina quanto ao labor e à escola, foi perguntado aos participantes: havia um tempo para brincar? Como um homem adulto, do presente, faz essa relação entre a infância e o brincar - o que ele desejava era estar brincando. E era o que fazia quando estava “livre”.

As palavras livre e liberdade foram utilizadas com frequência para fazer alusão a esse tempo em que os jovens jornalheiros estavam de folga, sem ocupação relacionada aos encargos da Casa.²⁶⁰ Em geral, essas atividades consistiam em jogar bola, passear, caminhar pela cidade, ir aos parques para nadar em rios e mergulhar em chafarizes presentes em praças centrais. A entrevista de Seu Lino corrobora essa afirmação: “a gente almoçava e você tinha a tarde livre (...) Aí você podia fazer o que você quisesse”.²⁶¹

Uma das comparações frequentes, que retomaremos no próximo tópico, foi a realizada com as outras casas, abrigos e instituições. Seu Cosme, por exemplo, comentou: “Um jornalheiro para se adaptar no Campo Comprido era muito, muito difícil”²⁶² e na entrevista realizada com Miguel, o bancário aposentado afirmou: “lá em Campo Comprido era diferente, lá tinha né, você ficava ali, você não tinha muita liberdade pra sair, não tinha essa liberdade né? (...) E lá você ficava confinado na escola”.²⁶³

O emprego dos termos derivados de liberdade trata, então, dessa oposição ao trabalho, mas também da possibilidade de deslocamento; quando o mesmo entrevistado fala sobre sua permanência na CAPEJO, também enuncia:

foi uma boa fase, sabe, eu tinha muita liberdade lá, a gente saía pela rua... [o trabalho] era um pouco cansativo, você tinha que rodar a cidade de ... mas eu gostava daquela liberdade porque você vivia na rua, passeando pra lá e pra cá”²⁶⁴

Miguel, quando pequeno, viveu em um abrigo na cidade de Antonina. Esteve como interno atuando como jornalheiro apenas dois ou três meses, segundo ele lembra. Depois,

²⁵⁸ O gorro em questão se chama Eketé e é produzido, em geral, com tecidos africanos. Em muitas fotos dos encontros, Carlos está usando um desses adereços.

²⁵⁹ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

²⁶⁰ Um dos entrevistados narrou que, quando adolescente, não realizava mais a atividade de vendas de jornais na CAPEJO, mas auxiliava na conferência de materiais e contas dos menores. Assim, relata, o tempo que tinha livre era utilizado em outro ofício, como office boy.

²⁶¹ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

²⁶² Entrevista Cosme. Realizadas em 17/07 e 14/09/2019.

²⁶³ Entrevista Miguel. Realizada em 15/07/2019.

²⁶⁴ Entrevista Miguel. Realizada em 15/07/2019.

passou boa parte da infância e adolescência no Centro Educacional para Menores de Campo Comprido e de lá, seguiu para a Marinha - todos espaços de reclusão, com movimentação controlada e pouco contato com o exterior. Nesse sentido, é muito interessante perceber como o entrevistado, apesar de dizer que tem pouquíssima recordação sobre a CAPEJO, o que credita ao pouco tempo como jornalista, recorda-se justamente dessa sensação de liberdade, de poder ir e vir, de “rodar a cidade”, como mencionou.

O ofício de jornalista dependia do urbano, assim como a Escola de Pescadores se encontrava no litoral e as de Trabalhadores Rurais em cidades do interior do Estado. O norte da CAPEJO era a disciplina através do trabalho, especificamente da distribuição de jornais e revistas que dependia da população urbana. A cidade, então, era o cenário onde se expressam e se vivem todas essas experiências, mas não adquire nas narrativas dos entrevistados contornos muito definidos: apesar de saberem muito de suas rotas e das ruas que trabalhavam, pouco mencionam os prédios, as modificações de Curitiba em um período em que há todo um esforço de modernização.²⁶⁵ O mesmo é relatado pela pesquisa do historiador Ailton Morelli, a partir de entrevistas com pessoas adultas sobre sua relação com brincadeiras de infância e sobre as modificações na cidade de Maringá, no Paraná. Em sua pesquisa, percebeu que:

A memória sobre as mudanças está presente nos depoimentos, porém de maneira diluída na fala relativa a outros assuntos, casos da menção ao acesso a ruas asfaltadas, quando o depoente relata uma mudança de residência, e da dificuldade demonstrada em tratar do asfaltamento das ruas do bairro em que morava. A percepção, com exceção de mudanças bruscas, não identifica como mudança o que é observado no dia-a-dia. Como diz Clara: “eu não sentia o cotidiano da cidade”. (MORELLI, 2021, p. 184)

Entretanto, é preciso salientar que não foi realizada nenhuma pergunta específica sobre a relação com a cidade, com prédios ou mesmo de alguma lembrança da chegada à Curitiba, visto que muitos deles eram oriundos do interior do estado ou do que consideramos hoje Região Metropolitana da capital. É possível que esse seja um dos motivos para que todas essas menções sobre a cidade tenham surgido durante as conversas, mas de modo muito sutil.

Nas conclusões de seu artigo, Morelli afirma que “(no) processo de análise da memória de infância, duas preocupações são básicas: o que no período de criança teve importância suficiente para ser registrado e quais os elementos do presente que participam desse trabalho de reconstrução do passado” (2021, p. 187). Os ex-jornalistas narram, igualmente, os espaços significativos para eles em suas lembranças de infância,

²⁶⁵ Essa modernização foi incentivada inclusive pela fundação do curso de Arquitetura, em 1961, de concursos para novos projetos arquitetônicos e viários e a chegada de um grupo de profissionais paulistas que pretendiam se estabelecer na cidade com seu plano urbanístico chamado “Cidade do Amanhã” (SANTOS, 2009).

principalmente os lugares que frequentavam no dia-a-dia, como as rotas que podem reproduzi-las com perfeição, e aqueles que fugiam muito à regra, como idas à estádios de futebol e eventos marcantes em sua permanência na Casa.

Seguindo nesta mesma linha de pensamento, Ana Paula Pupo Correia afirma que “as cidades comportam inúmeros retratos e fragmentos que permitem captar diferentes visões, pensamentos e perspectivas sobre uma mesma sociedade, pois se deve ler a cidade não como uma sequência e, sim, como diversos retratos urbanos” (2013, p. 247). E os retratos urbanos que nossos entrevistados revelaram são esses dos espaços verdes, praças com quadras, parques com lagos e lugares para o lazer, aquela das ruas de bairro, onde podia se parar tomar um café em uma casa antes de seguir o roteiro de vendas, onde se confiava que um lojista pagaria seu jornal no retorno do garoto, onde entendem que não havia tanto perigo em um grupo de crianças percorrer grandes trajetos, inclusive à noite. Essa é a cidade da lembrança: das lojas enfeitadas para o Natal, das televisões nas vitrines, dos jogos de futebol contra os engraxates, das peripécias que uma turma de garotos aprontava em pleno centro.

Os ambientes externos à Casa ocuparam lugar especial nas narrativas, onde desenrolavam-se o tempo de lazer, as brincadeiras e as aventuras, onde aconteceram muitos dos episódios memoráveis neste período de suas vidas em que muitos afirmam ter poucas lembranças felizes. Wagner, ao ser questionado sobre os locais para distração, relatou: “Eu achava assim, eu morava naqueles dois andares, e num tinha, praticamente, não tinha lugar de lazer, né? Dentro da casa. Então, assim, tinha que fazer fora.[...] e a gente ia fazer nossa história, a gente ia ocupar as praças, entendeu?”.²⁶⁶ É sobre essa apropriação dos espaços que trataremos no tópico abaixo.

5.2.1 - “Um Espacinho para o Lazer”: a Cidade, as Praças e os Parques

A cidade é por excelência o espaço do conflito, dos contrastes sociais, culturais, econômicos e políticos, a cidade é cheia de contradições (BENJAMIN, 2010).

Nessa seção, veremos que os caminhos e logradouros não eram apenas o local do trabalho dos meninos, da venda dos jornais e revistas: eram ainda o espaço do lazer, do brincar e que, além de se deslocarem boas distâncias para o labor, os garotos o faziam para procurar esses ambientes para diversão, como relatou Lino, questionado sobre a ausência de

²⁶⁶ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

lugares para o lazer dentro da CAPEJO: “Ah dava-se um jeito, qualquer espaço pra nois era um espaço”.²⁶⁷

O lazer, nas entrevistas, é retratado como toda aquela atividade realizada durante o tempo que não estava sendo utilizado para o trabalho ou para a escola. Essa concepção se assemelha com o que um dos pioneiros na pesquisa histórica sobre o lazer, Keith Thomas, propôs ao tratar do tema no período pré e pós-industrial. Para o historiador, há uma ruptura nas práticas de lazer entre esse intervalo de tempo justamente devido à ordenação cronológica do trabalho e as exigências das novas profissões (DIAS, 2018).

Os estudos na área de historiografia do lazer surgiram na interdisciplinaridade com a sociologia, a partir da história e sociologia do trabalho, e vão se basear em um modelo interpretativo que pressupõe essa descontinuidade das sociedades anteriores aos primórdios da industrialização; conforme afirma Dias:

Apesar do reconhecimento de que distintas formas de diversão sempre tenham integrado a vida social de diferentes épocas, a tese predominante na historiografia do lazer é de que o significado social de diversões pré-industriais era diferente do que o lazer moderno se tornaria a partir de dado momento. (DIAS, 2018, p. 7)

O momento ao qual Dias se refere é o advento da industrialização, em que ocorreram mudanças na organização social, nas formas de trabalho e mesmo nos deslocamentos necessários para se ir até a fábrica. Para essa corrente de pensamento, há contrastes nas práticas de diversão e passatempo antes e depois do surgimento da indústria. Entretanto, o autor afirma, essas teorias não são consensuais, existindo outras interpretações para o lazer, jogos e passatempos que eram popularmente conhecidos nos períodos anteriores ao século XIX. Estas teorias não se baseiam somente no recorte espacial europeu e consideram as singularidades no processo de modernização, que não teria atingido todos os lugares ao mesmo tempo, nem com a mesma força. De todo modo, os estudos sobre a história social do lazer ainda formam um campo de investigação relativamente recente (DIAS, 2018).

No Brasil, esse campo também não está consolidado, mas é possível inferir que já na virada dos séculos XIX e XX haviam discussões sobre a importância desse fenômeno social. Nos primeiros anos do segundo milênio, os engenheiros e médicos sanitaristas que estavam responsáveis pelas reformas urbanas apresentavam preocupação com o tema. Alguns pesquisadores de diversas áreas, incluindo a Educação Física, também tratavam do tempo de lazer do proletariado.

Segundo Gomes e Melo (2003), em 1935 a prefeitura de São Paulo criou o Departamento de Lazer e Recreação, que pensava estratégias para incutir na população o

²⁶⁷ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

interesse por atividades saudáveis, morais e higiênicas em seu tempo livre. As investigações sobre o campo dependiam exclusivamente do interesse individual de estudiosos, ainda que com obras relevantes publicadas, como *Lazer Operário*, do sociólogo brasileiro Acácio Ferreira (1959), pelo menos até a década de 1970. Nesse período as pesquisas sobre o tema serão intensificadas e serão entendidas como um campo fértil para análise, com estruturação de grupos de estudo,²⁶⁸ eventos acadêmicos e interação com pensadores estrangeiros, como o sociólogo francês Joffre Dumazedier. Hoje, muitos grupos são vinculados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), investigando, por exemplo, práticas corporais, geografia, urbanização, consumo, industrialização, e associados a Programas de Graduação e Pós-Graduação, com linhas de pesquisa interdisciplinares compreendendo Educação Física, Ciências Sociais e Humanas, áreas da Saúde, Cultura, Políticas Públicas, Arquitetura e Turismo.

Assim, a produção sobre o lazer e as práticas culturais que o cercam envolve intensos debates. Uma das críticas que é pertinente, e que cabe à presente pesquisa, é realizada por Cleber Dias quando este discorre que, no Brasil, ainda é muito difícil aplicar aquele modelo interpretativo que baliza o início das práticas de lazer com o advento da modernização e industrialização; isto porque essa questão não possui contornos definidos na sociedade brasileira, como um marco fixo, que apresente de fato uma ruptura.²⁶⁹ Esse modelo, afirma, acaba por limitar o horizonte de interpretação para o lazer, recreação, práticas culturais, como passatempos e divertimentos, etc. (DIAS, 2018). Em consonância a isso, Christianne Luce Gomes, importante referência na área, propõe que entendamos o lazer como uma necessidade humana e dimensão da cultura (GOMES, 2014).

Em suas pesquisas, deparou-se com os escritos de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986)²⁷⁰ que consideram que existem dois tipos de necessidade humana: as “‘categorias existenciais’ (ser, ter, fazer, estar) e ‘categorias axiológicas’ (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, criação, identidade e liberdade)” (2014, p. 11). Gomes se opõe, então, à dicotomia lazer e trabalho, considerando-o cerceador de novas possibilidades interpretativas. Uma definição que a interessa mais são as práticas de lazer como uma tríade da ludicidade, das manifestações culturais e do tempo/espaço social.

²⁶⁸ De acordo com Daliana Lecuona, em levantamento realizado em 2016, há 270 grupos de pesquisa sobre lazer vinculados ao CNPq - 121 na Educação Física, 127 nas Ciências da Saúde (Enfermagem e Saúde Coletiva), 70 nas Ciências Humanas e 60 nas Ciências Sociais Aplicadas. (LECUONA, 2017, p. 135).

²⁶⁹ Outros autores que endossam essa crítica são GOMES (2011; 2014) e MEDEIROS (1975).

²⁷⁰ A obra em que Christianne Gomes se baseia é “Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro”. disponível em: http://www.dhf.uu.se/pdf/86_especial.pdf

A ludicidade, nessa perspectiva, seria entendida como a capacidade de, a partir da brincadeira, interação com os sujeitos e com o mundo, poder se expressar e ressignificar sua existência e experiência. A relação com as manifestações culturais estaria nas práticas sociais, nos espetáculos, músicas e formas de entretenimento, além daquelas mais reflexivas, como a meditação, por exemplo. Por fim, é importante considerar o espaço/tempo para compreensão do lazer, visto que se situam em determinada conjuntura, um recorte temporal e espacial (GOMES, 2014, p. 11-13).

Essa nova abordagem, que rompe com a dicotomia trabalho e ócio, colabora na compreensão de nossas fontes. É possível constatar nas narrativas a maneira como as experiências de explorar os espaços da cidade de Curitiba, como os jogos e brincadeiras estão envolvidos na visão que os entrevistados têm do acesso ao lazer que possuíam, como percebem esse período de ociosidade como constituinte de suas identidades e personalidades - tímidas, competitivas ou extrovertidas - como o espaço é importante e de que forma o passado também é reforçado na distinção com o presente; consoante ao que Wagner fala "(...) era uma época muito bacana, porque não tinha tanta violência, existia mais brincadeira entendeu? Não era como hoje, que você tem a preocupação de chegar dez horas da noite, você não sabe se vai por essa rua ou vai por aquela."²⁷¹ Nesse fragmento, se pode notar esse olhar do presente, a comparação com os tempos vividos e os atuais. O tempo presente serve como ponto de partida para a compreensão do passado, assim como afirma Ecléa Bosi: a memória é "refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado" (BOSI, 1994, p. 54).

O espaço, nas entrevistas, é a própria cidade de Curitiba, seus parques, rios, praças e chafarizes. O tempo, também o presente, mas sobretudo aquele da sua infância, entre as décadas de 1960 e 1980. As manifestações culturais são expressadas nas memórias de jogos, de danças... e a ludicidade emerge principalmente no que diz respeito às brincadeiras, ao brincar.

Brincar faz parte do crescer. Muitos pesquisadores têm procurado entender qual o espaço da brincadeira e como essa atividade contribui para o desenvolvimento da criança, da importância do brincar, do brinquedo, da brincadeira e do jogo, seus significados e significações no crescimento individual e na esfera social, do lugar que ocupa na sociedade (PIAGET, 1978; VIGOTSKI, 1989; UJIIE, 2008).

A atividade do brincar apresenta diversas facetas relacionadas ao desenvolvimento individual e coletivo. O primeiro diz respeito ao explorar as potencialidades do corpo e da

²⁷¹ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

mente, e o segundo, a todo um conjunto de elementos que partem da interação com o outro, da socialização, das referências e acervos culturais que se utiliza nesse momento e, ainda, do reconhecimento de si como sujeito (UJIIE, 2008, p. 5).

A modernidade, isto posto, trouxe consigo toda uma administração da infância e do brincar: o tempo regulado pelas fábricas, a reconfiguração dos núcleos familiares, a gestão dos espaços e a tutela da infância em diversos aspectos, como na educação, saúde, bem-estar e disciplina. Esses temas foram e são objetos de estudo da História, Sociologia, Antropologia e Psicologia, propondo reflexões sobre essas mudanças no brincar e as concepções de infância através dos tempos e como questões de gênero, classe social e acesso à educação formal interferem e impactam nessa atividade cotidiana, além da relação pessoa-objeto e o desenvolvimento cognitivo e emocional, investigado principalmente pela Psicologia do Desenvolvimento (ALVES, 1998).

Uma questão que surgiu ao ler algumas dessas pesquisas e ao tentar relacioná-las ao presente trabalho foi: “qual é o brincar da criança trabalhadora?”; isto porque foi possível perceber que alguns estudos sobre o brincar e o brinquedo perpassam pela ideia de criança ideal - aquela que tem acesso à escola formal, à materialidade do objeto brinquedo, as fases de desenvolvimento esperado de uma criança... Mas qual lugar o brincar ocupa na vida de meninos e meninas privados desses ambientes? A pesquisadora Najela Ujiiie, em importante artigo sobre os significados e significações do brincar e do brinquedo, ao tratar da modernização e urbanização decorrentes da modernidade e revolução industrial, afirma que as crianças experimentaram a ausência do espaço físico para as atividades lúdicas, bem como, a redução do tempo dedicado a elas (UJIIE, 2008, p. 55).

Para pensar essa ludicidade trazida nas entrevistas, foi necessário então buscar referências que não se pautassem apenas nessa ideia de criança-ideal, universal, mas que apresentassem análises de experiências mais próximas das expressas pelos entrevistados: crianças trabalhadoras e/ou em situação de rua. De acordo com Paola Alves, pesquisadores de diversas áreas discutem a definição de crianças na rua, de rua e em situação de rua. Um dos pontos em que há convergência entre essas reflexões é a caracterização e identificação a partir de alguns indicadores como a aparência de abandono, atividades diurnas, como trabalho e escola, as relações familiares ou sua inexistência, o lugar onde dormem e adquirem alimentação e eventos de risco, como uso de drogas, exploração, violência, abuso (ALVES, 1998, p. 08).

Como garotos trabalhadores, os jornaleiros tinham horário a cumprir e, apesar da utilização da rua tanto como o lugar do brincar e do lazer, nas narrativas fazem questão de

ressaltar essa separação de períodos: o de trabalho, o da escola e o “livre”, utilizado para a diversão, sobretudo nos lugares compartilhados, nas ruas, praças e parques - o espaço urbano.²⁷² O jogo de ping-pong e pular corda foram as únicas atividades citadas realizadas dentro do espaço da CAPEJO; o restante, principalmente o futebol, no exterior dela.

Na comparação com os outros estabelecimentos em que estiveram institucionalizados, o brincar também aparece: quando pequenos, muitos dos entrevistados estiveram no Educandário Caetano Munhoz da Rocha, coordenado pelas irmãs da Congregação São Vicente de Paula. Nesta sede, contaram, o tempo era dividido em atividades na pequena escola do prédio, o período da alimentação e práticas de higiene e todo o restante, para jogos e brincadeiras. Havia um grande pátio e, conforme narraram, com árvores e horta. Seu Carlos conta que até existia algumas atividades, mas que não as considera trabalho:

(no) Munhoz da Rocha você estudava, brincava e rezava... logicamente que, tinha trabalho? Tinha, mas qual que era o trabalho? Pintar as árvores de branco, ajudar a Irmã Veronica a fazer a “chimia” fazer os doces, tal, mas era uma coisa que a gente também se aproveitava, porque você ia pra lá com a irmã Veronica, ela tinha um galpão, um fogão a lenha, então você fazia doce, ela fazia pão, você roubava a massa, punha na chapa (risos) aquela coisa toda.^{273 274}

O mesmo afirma Gilson, contando que no Educandário existiam algumas atividades, mas que, com exceção a escola e as atividades religiosas, ninguém era obrigado a realizá-las:

Lá era mais cantar, a gente brincava, mas não tinha assim nada. Era mais estudar. A gente comia, dormia e estudava. E tinha uns trabalhos de horta. Ah, eles davam muito – agora tá vindo a memória aqui – tinham uns trabalho de horta, tinha uns trabalho artesanal, de fazer sisal. (...) Argila, barro, tinha uma horta lá que quem tivesse condição, não era nada forçado, que gostava de mexer com aquilo. Se não, ficava brincando a toa lá (...)²⁷⁵

Já quando retratam os outros lugares, principalmente a Casa de Menores Campo Comprido, narram que o tempo era controlado e que o período destinado a isso era utilizado somente depois da escola e oficinas; o lazer era realizado aos domingos, dia em que recebiam visitas de familiares e, quando adolescentes, podiam visitar seus parentes e amigos. No

²⁷² Uma das definições trazidas por Paola Alves é a do pesquisador colombiano Lewis Apteckar que descreve a criança em situação de rua em quatro grupos; um deles e que se aplicaria às narrativas dos entrevistados seria a daquelas que crianças que trabalham na rua, vão à escola, mas tem lugares definidos para dormir e se alimentar - na definição do pesquisador, a família; aqui, a CAPEJO. (APTEKAR apud ALVES, 1998, p. 09).

²⁷³ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

²⁷⁴ Chimia é uma massa pastosa feita com polpa de frutas, para se passar no pão. De acordo com Luciana Venquiaruto e José Robaina (2022), é um termo brasileiro para a palavra alemã “Schmier”, derivada de Schmieren - passar (algo em alguma coisa). O consumo e a produção de chimia é bastante comum no Sul do Brasil, especialmente nas regiões com grande presença de descendentes de imigrantes alemães e italianos. O saber-fazer também é tradicional e em Pelotas (RS) o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reconhece as Tradições Doceiras de Pelotas como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil (HEIDEN, 2020).

²⁷⁵ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

entanto, havia também espaço livre para as brincadeiras e jogos de futebol, conforme podemos saber na entrevista de Lauro: “Eu lembro que no domingo, sempre tinha visita. Aí como eu já tava acostumado né, a não ter visita, eu saí, nós fomos lá no campinho, ficamos jogando bola.”²⁷⁶ Saulo também menciona as quadras para jogar vôlei, futebol e handebol, além de horta e espaço verde.

Assim, a distinção entre esses lugares e a CAPEJO ganha relevo quanto à questão da organização do espaço e tempo de lazer. Miguel, ao ser questionado sobre as brincadeiras, respondeu:

N - E o senhor falou que quando tava lá em Antonina dava tempo de brincar e tudo e lá no Jornaleiro não dava...

M - Ali não tinha tempo, não tinha lugar né, não tinha espaço. (...) A Casa do Pequeno Jornaleiro é um prédio, é como se fosse um prédio, ali não tem área de lazer.²⁷⁷

Partindo mais uma vez da comparação, Carlos enfatizou a falta de lugares reservados à brincadeira no interior da CAPEJO - ratificando a frase de Wagner em que afirma que “ocupavam as praças”. Como dentro da sede não havia ambiente para o brincar, buscavam espaço em parques, praças, terrenos vazios e alguns menos comuns:

A gente brincava. Mas é aquele troço né, você ficava olhando ali fora tudo né, já fomos brincar de esconde esconde dentro do cemitério (risos) Entende? Coisa de criança.²⁷⁸

É importante salientar que, em algumas pesquisas sobre crianças trabalhadoras, inclusive com adultos tratando de suas memórias, não existe um antagonismo entre brincar e trabalhar. Muitas vezes, os participantes dessas investigações afirmam que realizam ou realizavam as duas coisas juntas, faziam alguma brincadeira concomitante à venda de algum produto, cantarolavam, imaginavam... (ALVES, 1998) Em nossa pesquisa, os entrevistados evidenciaram que havia um período e espaços destinados a cada atividade, marcando sua distinção; apesar disso, mencionaram que no caminho para a escola acabavam por realizar brincadeiras ou mesmo no trajeto da venda dos jornais, paravam para realizar lanches ou ler revistas. Isso pode significar que havia uma combinação desses dois fatores, mas elas não são acentuadas nas narrativas, possivelmente para enfatizar a questão do trabalho. Os locais de lazer citados foram (conforme foram mencionados, seguido de seus nomes completos e bairros):

- a) Praça Osório - Praça General Osório (Centro)
- b) Praça “abaixo da CAPEJO” - Praça Santos Dumont (Centro)

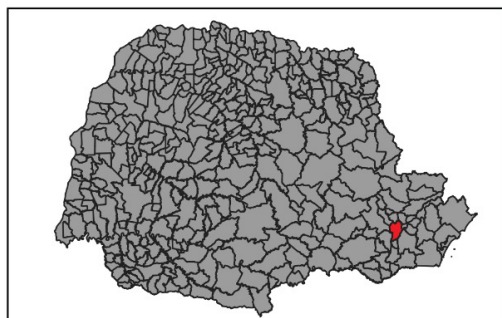
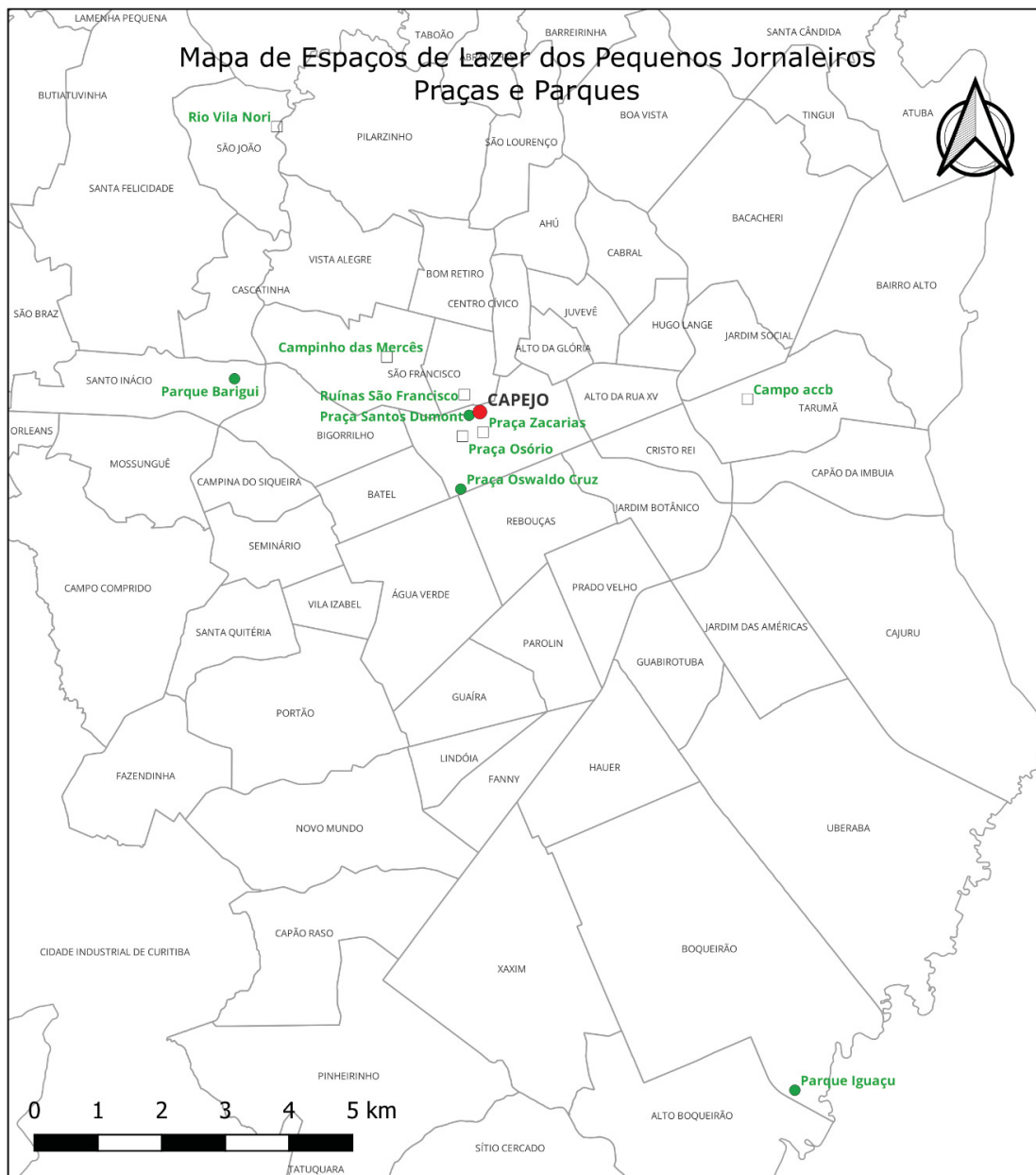
²⁷⁶ Entrevista Lauro. Realizada em 10/04/2020.

²⁷⁷ Entrevista Miguel. Realizada em 15/07/2019.

²⁷⁸ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019

- c) Ruínas - Praça João Cândido (São Francisco)
- d) Praça do Atlético - Praça Afonso Botelho (Água Verde)
- e) Campinho das Mercês - terreno próximo à Paróquia Nossa Senhora das Mercês (Mercês)
- f) Rio Vila Nori - Vila Nori (Pilarzinho), próximo ao atual Parque Tingui
- g) Rio na Pedreira - Pedreira Paulo Leminski (Abranches)
- h) Praça Zacarias - Praça Zacarias (Centro)
- i) 29 de Março - Praça 29 de Março (Mercês)
- j) Campo “AACB” - provavelmente, Av. Victor Ferreira do Amaral, 771 - (Tarumã) Curitiba
- k) Barigui - Parque Barigui (Santo Inácio)
- l) “Lagoa Azul” - provavelmente, Parque Lago Azul (Umbará)
- m) Parque Iguazu - Parque Municipal do Iguazu, Zoológico Municipal (Boqueirão)

FIGURA 10:
 Mapa dos Espaços de Lazer dos Pequenos Jornaleiros, Praças e parques²⁷⁹



Fonte dos dados: IBGE, IPPUC e Google Earth
 Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: SIRGAS 2000
 Autor: Angelet Sylvéus

- CAPEJO
- Divisa de Bairros
- Curitiba
- Estado do Paraná

²⁷⁹ Mapa produzido por Angelet Sylvéus, através das informações selecionadas por nós. Foi utilizado o programa Quantum GIS.

Como se pode observar no mapa acima, havia lugares próximos e outros distantes, tendo como ponto de partida a CAPEJO. A Praça Santos Dumont, por exemplo, fica a duas quadras, na mesma rua da Casa. Já o Parque Iguazu, está localizado a 17 quilômetros. É surpreendente perceber que, em busca de diversão, percorriam longos itinerários. Alguns dos entrevistados relataram a utilização de linhas de ônibus para esse deslocamento já que, segundo seu Carlos, o ônibus era “livre”, ou seja, os jornaleros não pagavam a passagem. Seu Gilson relata outro modo de chegar aos destinos:

Nossa, saía em galera, 20, 30, sei lá, botava também o horror no centro, né? (...) Juntava a galera e saía andando, de a pé, nós andava por todos os canto, de galera, de piá e daí nós falava “agora, acabou a tortura, agora é nós”, fechava, fechava assim em turma, a tropa.²⁸⁰

A narrativa de Gilson conta como ele enxergava esses meninos juntos: uma “tropa”. Esse agrupamento era importante por questão de segurança, conforme expôs. Não raramente encontravam grupos com quem tinham rixas, principalmente os engraxates ou garotos que não eram institucionalizados, e para sua proteção, era importante estarem juntos caso precisassem realizar algum enfrentamento com os “rivais”. Muitas vezes esse encontro resultava em disputas esportivas, segundo conta:

nós se juntava em uns e ia ali na Praça Osório, também tinha jogo de futebol, onde que nós fazia o jogo de futebol dos piá da escola, contra os engraxate, daí o pau torava. Parava... parava o centro, pra ver nosso jogo. Nós tinha um baita time e eles também tinham, mas nós se dava bem porque nosso time era muito bom. Ganhava..(...) E ... então, ali, no... no... era um show a parte, que marcou a Praça Osório ali, os cara que é antigo, eles até lembram disso, dos jogo de futebol dos Jornaleiro contra os Engraxate, aí parava, começava a torcer, pra um, pra outro, né.²⁸¹

A Praça Osório, mencionada anteriormente, foi criada em 1879 para prolongar a Rua das Flores e auxiliar na urbanização dessa área que, por conta do Rio Ivo, era pantanosa e alagadiça. O calçamento e arborização só foram implementados em 1903. A partir de 1907, a Praça se estabelece como um local de lazer, reunindo jardim e até mesmo um cinematógrafo. Em 1950, na gestão de Ney Braga, o espaço ganhou um parquinho (*playground*) destinado às crianças. Na década de sessenta, são instalados o chafariz e em setenta, o conjunto esportivo foi modificado, com quadras, banheiros públicos e brinquedos para o público infantil.²⁸²

A partir da reconfiguração dessas praças e parques mencionados pelos entrevistados, como a Zacarias, que foi criada para ser usada como forma de abastecimento de água, ou para

²⁸⁰ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

²⁸¹ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

²⁸² Boletim da Casa Romário Martins. Praças de Curitiba: espaços verdes na paisagem urbana. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 30, n. 131, set., 2006.

dar acesso à Universidade, como a Santos Andrade, podemos perceber que houve, a partir do fim do século XIX, uma preocupação das gestões municipais em destinar espaços ao lazer e para promover a urbanização, fomentar o comércio e trazer “ares de modernidade” à capital, como a construção do Calçadão da Rua XV, na década de 1970, que impedia o tráfego de automóveis, destinando a rua aos pedestres somente, proporcionando mais segurança para as práticas de consumo e de lazer com seus cafés, mesas e bancos, comércio e lanchonetes. Tornava-se um local de sociabilidade, para debates políticos, eventos culturais e até mesmo para a paquera.²⁸³

Muitos dos pontos citados são próximos à CAPEJO, contando inclusive com espaços pensados para o lazer. Por que, então, se deslocar longas distâncias em busca de diversão? Muitos dos relatos e fontes, como jornais, demonstram que nos locais centrais, a vigilância sobre os pequenos jornaleiros era constante: os comerciantes, os comissários de vigilância e os próprios funcionários da instituição.²⁸⁴ Assim, é possível inferir que procuravam lugares longínquos em busca de rios (que não estavam tão presentes nas regiões próximas) e, igualmente, como estratégia para escapar dos olhos vigilantes do eixo central. Gomes disserta que parte da ludicidade se expressa através de normas políticas e sociais, regras morais e educacionais (GOMES, 2014). Nesse sentido, a busca por esses lugares fora das vistas dos sentinelas pode ser compreendida como uma forma de enfrentamento e procura por espaços em que tais regras fossem mais maleáveis.

Nesses ambientes, as atividades mais realizadas de acordo com os relatos eram os jogos com bola, especialmente futebol, e nadar nos rios. Os espaços narrados são muito importantes e acabam por ser mais detalhados os lugares do que das brincadeiras lá realizadas. Isso pode ter relação com o que escreve o geógrafo sino-americano Yi-fu Tuan: “para a criança, o lugar é um tipo de objeto grande e um tanto imóvel” (1983, p. 33). Esses lugares, portanto, foram aqueles onde puderam expressar suas demandas imaginativas e recreativas, consoante com o que disserta Morelli: “O aproveitamento do espaço é constante nos relatos sobre brincadeiras, principalmente no caso da infância que possui poucos recursos materiais.

²⁸³ Para mais: <https://site.mppr.mp.br/memorial/Pagina/Rua-XV-de-Novembro-Patrimonio-Cultural-do-Estado>; <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/201ccuritiba-ontem-e-hoje201d-as-historias-e-as-memorias-por-tras-das-fotos> Dittrich et all. O calçadão de Curitiba: sua história como espaço público social da cidade. Revista Brasileira de Tecnologias Sociais, v. 2, p. 173-184, 2016.

²⁸⁴ A reportagem “1º aniversário da fundação da Casa do Pequeno Jornaleiro” informava que os comissários de vigilância passeavam constantemente pelos pontos de venda e praças para verificar o bom comportamento dos jornaleiros e contavam com a ajuda dos comerciantes para manter a fiscalização frequente (Gazeta do Povo, 27 de dezembro de 1944).

Então, a interação com a natureza passa a ser condição necessária para suprir as necessidades lúdicas da infância” (2021, p. 180).

A questão dos brinquedos aparece pouco nas narrativas e isso se explica devido a ausência deles nessa infância institucionalizada. As brincadeiras citadas com esses recursos materiais são jogar bola, bolinha de gude, ping pong e bicicleta - brinquedos baratos e coletivos. Na entrevista, seu Lauro tratou desses objetos e se atentou para um ponto importante que era o fato de um brinquedo como a bola ser suficiente para muitas crianças brincarem:

Eh.. é... era raro ter brinquedo, brinquedo individual. Era muito brinquedo coletivo, tinha o quê? Bola. Bola... jogava uma bola lá, fazia os time lá e jogava bola. Quando aparecia bola de gude é porque alguém alguma mãe trouxe...²⁸⁵

Jogar bola foi uma das atividades mais mencionadas nas entrevistas - uma brincadeira comum para as crianças brasileiras. Podemos considerar essa reincidência do tema devido ao fato de que era uma atividade sem grande custo. Precisa-se somente de um objeto para ser a bola, não necessariamente uma bola comprada, pode ser improvisada (sacola, meia, panos), assim como qualquer artigo pode ser utilizado como as traves dos gols, como afirma Wagner:

Jogávamos bola ali [Praça Santos Dumont], jogávamos bola lá onde tem as ruínas do São Francisco, e o nosso gol era o banco, embaixo, era o nosso gol. Ali jogávamos, depois que eu fui crescendo eu fui jogar na cancha de areia da praça Osório.²⁸⁶

A quantidade de jogadores pode ser variável, pode haver um revezamento de participantes, de modo que havia a possibilidade de que todos jogassem. O trecho acima, da entrevista de Wagner, frisa que quando cresceu mudou o lugar da brincadeira - isso porque os espaços de cancha ou quadra eram disputados com outros grupos, crianças maiores, adolescentes e adultos. O fato de ser menor poderia tê-lo impedido de participar com o restante de jogadores, assim como aconteceu com Saulo: “Olha, eu gostava de jogar futebol, mas eu era muito franzino, e eu não tinha chance com o pessoal maior. Então eu sempre ficava de reserva, gandula ali...”²⁸⁷ Pelo tamanho, acredita, era excluído da competição.

As outras brincadeiras como ping pong (tênis de mesa), bolinha de gude e a bicicleta, foram citadas em apenas quatro entrevistas, e pular corda, em apenas uma; isso pode significar que essas atividades não eram praticadas por todos ou que não os marcou afetivamente para ocupar suas memórias e relatos. O ping pong foi mencionado como uma

²⁸⁵ Entrevista Lauro. Realizada em 10/04/2020.

²⁸⁶ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

²⁸⁷ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

atividade realizada no interior da CAPEJO e que, inclusive, alguns dos funcionários disputavam partidas contra os jornalheiros.²⁸⁸ O jogo de bolinhas de gude, ou búlucas, citado por Lauro e Miguel, também não precisa de um espaço grande para se praticar, o mesmo com a corda, como conta seu Carlos:

Por isso que eu te digo, a gente queria brincar. A gente tinha... nossa, a gente, de noite, de noite antes do horário de dormir que era às oito horas – oito horas tinha que se recolher todos, nossa a gente ficava pulando corda, disputando, nós se molhava de tanto que a gente pulava corda, disputando um com o outro...²⁸⁹

A bicicleta foi citada por Miguel e Lino e para o primeiro, que permaneceu apenas três meses na CAPEJO, a arquitetura do prédio não o impediu de praticar e aprender a utilizar o brinquedo:

A gente aprendia a andar de bicicleta pelas ruas né e tal e eu aprendi a andar de bicicleta lá no jornaleiro porque eu lembro que lá tinha um corredor assim né, e as paredes assim do lado e do outro então eu caía pra um lado, caía pra outro (...) E fui aprendendo (...) E foi dessa forma que eu comecei a aprender a andar de bicicleta.²⁹⁰

Questionado sobre se a bicicleta era da Casa, Lino negou e disse que os próprios meninos se organizavam para comprar algumas coisas: “A gente sempre arrumava umas, (...) a gente comprava com alguns que a gente ganhava, comprava e saía, deixava guardadinha lá e pronto”.²⁹¹ Quando ele utiliza “alguns”, se refere ao dinheiro que recebiam mensalmente para poder gastar como quisessem. Essa afirmação reitera a possibilidade de que poderiam fazer uso dessa quantia da forma que bem entendessem e, ainda, que conseguiam se organizar coletiva e individualmente para adquirir alguns itens para as brincadeiras e para seus times de futebol. Segundo Cosme, não era uma grande soma, porém o suficiente para satisfazer algumas vontades.²⁹²

C - Não sei se seria uns 15 reais hoje, né, outros comprava chuteira, meia, uns calçãozinho... que nós gostava de jogar bola, então tudo, tudo conforme era uma porcentagem da venda. Então todo mês nós tinha o nosso pagamento.

N - E o senhor fazia o que geralmente com o dinheirinho?

C - Com o dinheiro que eu ganhava no Pequeno Jornaleiro nós... Tinha um timinho de futebol que nós jogava lá no Coração de Maria, ali na Praça Osório que tinha um campinho ali que era um campinho de areia que à tarde assim tinha, era assim, daí futebol pra cinco pessoas, né, daí cada um comprava o seu calção, sua meia, um Kichute. Na época era Kichute.^{293 294}

²⁸⁸ Citado por Wagner, Lino e Miguel.

²⁸⁹ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

²⁹⁰ Entrevista Miguel. Realizada em 15/07/2019.

²⁹¹ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

²⁹² Em uma reportagem do Jornal do Estado, há uma pequena entrevista com um jornaleiro chamado Paulo que diz “Só recebemos em torno de Cr\$ 3000, o resto vai para a poupança. Mas com três mil, não dá pra fazer nada. É só uma gorjeta que eu gasto sempre no fliperama.” (Jornaleiro, a época romântica acabou. Jornal do Estado. Curitiba. 15.12.1983).

²⁹³ Entrevista Cosme. Realizadas em 17/07 e 14/09/2019.

²⁹⁴ Kichute era um calçado, estilo tênis, fabricado em lona com solado que imitava as travas de chuteiras. Produzido pela Alparbatas, teve seu auge de vendas entre os anos 1970 e 1980 alavancado pela Copa do

É pertinente notar então que, além de ter independência nas vendas e modos de vender, poderiam ter autonomia para brincar e até para adquirir brinquedos e roupas que quisessem - e para isso criavam diversas estratégias, como veremos em breve.

Além das brincadeiras em parques e praças, os jornalheiros possuíam outras formas de aproveitar o período ocioso. Três programas foram citados recorrentemente nas entrevistas: a ida a campos de futebol, a cinemas e a danceterias. Três entrevistados comentaram sobre alguns benefícios que ser jornalheiro trazia, como frequentar alguns estabelecimentos sem pagar entrada. Outros falaram sobre a gratuidade do ônibus, o que facilitava esses deslocamentos.

Os jornalheiros tinham muito apreço por jogos de futebol, e a facilidade de acesso aos estádios colaborava para que comparecessem às partidas, principalmente dos times Coritiba e Atlético, que ficavam nas regiões centrais da cidade: “porque a gente tinha essa vantagem, porque o cinema era livre para nós, cinema, o ônibus era livre, futebol, tudo os campos de futebol a gente entrava, não era necessário pagar (...) pra assistir jogos... tudo livre”,²⁹⁵ descreveu seu Carlos. A entrevista de Lino corrobora: “Nois não pagava entrada, ingresso, era tudo de graça (...) de graça mesmo, uhum, era um acordo com a fundação, que nois do orfanato não pagaríamos entrada”.²⁹⁶

Seu Lino também afirma sobre a liberdade de se escolher como aproveitar o tempo ocioso: “Aí você podia fazer o que você quisesse, a maioria gostava de jogar bola, outros iam pro cinema ou outros iam... fazer qualquer coisa”.²⁹⁷ O cinema foi mencionado por quatro entrevistados e por Gilson, com maior riqueza de detalhes, citando nominalmente alguns deles:

A sessão geralmente era das duas, passava as duas, às 4, às 6, às 8, às 10, até fechar o cinema... eu assistia muito repetido, né. E às vezes, pulava de cinema em cinema né. Eu via a programação pelo jornal, saía do cinema... como era o cinema... Condor, Ribalta... Ribalta acho que era Cine... ah, não me vem o nome do cinema, mas era muito...Plaza. [...] O Ritz... ia também. Uns caro..²⁹⁸

Os cinemas de rua eram presentes no cotidiano da capital paranaense, mesmo nos bairros. Nas ruas centrais, havia a chamada cinelândia curitibana, um circuito que abrangia a Praça Osório, Zacarias, Tiradentes, Santos Andrade, rua XV de Novembro e avenida Luiz

Mundo de Futebol, quando o Brasil tornou-se tricampeão e o futebol tornou-se um esporte ainda mais popular.

<https://vejasp.abril.com.br/coluna/memoria/a-historia-do-calcado-kichute-o-calcado-de-toda-uma-geracao>

²⁹⁵ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

²⁹⁶ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

²⁹⁷ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

²⁹⁸ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

Xavier (MILAN, 2012; SALVARIO, 2021). As primeiras projeções de filmes na cidade de Curitiba aconteceram no final do século XIX, com companhias itinerantes que exibiam as imagens junto a apresentações musicais, recitais, shows de mágica, em salas de teatro. Em 1910, a cidade já contava com dez salas de cinema, algumas exclusivas para exibição dos filmes e, ainda, salas com sessões esporádicas, que juntas somavam vinte e dois locais. (PINHEIRO, 2010).

A década de 1920 foi marcada pela disseminação de salas, construção de cinemas mais luxuosos como o Cine-Teatro Avenida, situado no Palácio Avenida, o primeiro grande edifício residencial e comercial, e a exibição de filmes sonoros. Os tempos áureos dos cinemas de rua, entre os anos 1930 e 1950, acabaram por concentrar os cinemas no eixo central, devido aos altos custos de se equipar uma sala para a projeção de filmes sonoros. Houve toda uma efervescência cultural relacionada aos cinemas, com colunas nos jornais dedicadas à programação, odes ao cinema mudo, críticas a filmes considerados inadequados e imorais, à lotação das salas. Havia um comércio de bebidas e lanches, como pipoca, amendoim, cocada, balas e surgiu até mesmo a comercialização de ingressos falsos (PINHEIRO, 2010, pp. 25-26).

Os momentos em que os entrevistados podem ter ido ao cinema enquanto pequenos jornalheiros possivelmente compreendiam os anos entre 1970 e 1980, tendo o mais novo dos participantes, Gilson, deixado a CAPEJO em 1984. Dessa forma, esses meninos e adolescentes frequentaram esses espaços quando já estavam em declínio, dado o consumo exponencial de televisores e fitas cassete nos domicílios (a própria instituição, nessa época, possuía um aparelho televisor) e a transferência dos cinemas de rua para os shoppings, que se iniciou na viradas das décadas e se consolidou na metade dos anos noventa (SALVARIO, 2021, p. 109). O fato de que esses locais já não estavam com sua capacidade máxima não impediu que Gilson narrasse de forma minuciosa como se lembra dos cinemas:

Tinha o Cine Vitória, que era ali na Riachuelo, Cine Vitória era um baita de um cinema, espetacular, tem até hoje ali que é uma faculdade. O ginásio... o espaço era enorme. Pra mais de mil pessoas, esse cinema era. Ali no...no.. tinha um cinema muito grande, acho que era o Plaza, na Osório. (...) Muito lindo. Era embaixo e em cima, que era muito grande. Daí a gente chegava e se perdia lá dentro, corria por tudo, escolhendo lugar pra sentar, que tinha sessão que não dava quase ninguém, em certos filmes.²⁹⁹

Em sua entrevista, contava com brilho no olho sobre esses locais. Disse também que usava do dinheiro que recebia mensalmente para comprar pipoca e chocolate, dentro dos cinemas ou fora, quando possuía pouco recurso:

²⁹⁹ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

Eu ficava maravilhado com aquele mundo do cinema, sabe? Entrava dentro e... aquelas poltrona, tudo confortável, daí a gente entrava né, tinha um dinheirinho, lógico né, tinha a parte dos doces, pipoca, a gente, nossa! Quando eu tinha um dinheirinho sobrando, comprava dentro do cinema, não era tão caro, mas era caro. Quando não tinha, comprava no mercado e ia pro cinema.³⁰⁰

Apesar de Gilson reiteradamente citar a relação entre sua idade e seu tamanho (“pra mim que era pequeno, tudo era tão grande né?”)³⁰¹ ao narrar a grandiosidade dos cinemas que frequentava, não se tratava apenas de uma visão de um garoto diante de um prédio que poderia considerar enorme, as salas eram realmente espaçosas, com cadeiras almofadadas; o CineVitória, que traz em sua narrativa, foi inaugurado em 1963, estava situado em um edifício de 5800 m² e sua capacidade era de 1800 lugares.³⁰²

Para Wagner, um filme assistido foi marcante: Momento de Decisão, produzido em 1977. Ele menciona rapidamente o longa e então se compreende a relação que o faz tão memorável; a produção contava com Mikhail Baryshnikov no elenco e tinha como pano de fundo uma trama envolvendo dançarinos de balé. Dessa forma, Wagner pareceu relacionar, mesmo que indiretamente, a exibição do filme nos cinemas curitibanos à abertura da turma de bailarinos homens no Teatro Guaíra, da qual fazia parte. Logo, a citação da película demonstra a afetividade associada a essa memória e sua carreira; há ainda a possibilidade deste filme ter sido visto várias vezes pelo entrevistado, devido à importância que ocupou em sua trajetória e por isso ocorra uma manutenção desse fato em suas lembranças.

Quando Gilson trata desses momentos, de buscar formas de lazer, ele afirma: “Num sei, tinha essa coisa em mim, de procurar me divertir, fazer o bem pra mim mesmo, sabe?”³⁰³ Nesse caso, é muito provável que a busca pelo lazer não fosse uma opção deliberada por fazer o bem a si, mas talvez de ocupar seu tempo com diversão, de tentar apaziguar a tristeza, traumas e cobrança do dia-a-dia.

Uma das formas encontradas por Gilson para “fazer o bem para si” era dançar. Essa era uma atividade liberada para os adolescentes e que, depois de saírem da Casa e morarem em pensões e repúblicas, a mantiveram. Era uma forma também de preservar as amizades:

Na época a gente saiu da escola, aí era um meio da gente se encontrar e se divertir era numa danceteria chamada Viva a Noite, que tinha na praça Osório, né? E ali a gente se encontrava e fazia a maior bagunça e festa, e era uma coisa, uma ligação bem bacana...³⁰⁴

³⁰⁰ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

³⁰¹ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

³⁰² <https://prediosdecuitiba.com.br/os-cinemas-de-rua-de-curitiba/>. Esses cinemas mencionados estavam localizados na rua Riachuelo e rua Barão do Rio Branco, que é sua continuação.

³⁰³ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

³⁰⁴ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

Essa ligação às vezes significava os vínculos criados com meninos de outras instituições. Jairo, que não frequentou a CAPEJO, contou que quando atingiu a adolescência se encontrava com garotos da Casa, do Campo Comprido e outros: “eu morava aqui no centro, passava lá, pegava eles, ou eles passavam lá pegar, e nós saía. Ia nas balada. Eu me lembro na época o Cabralzinho, 1250, Moustache...”³⁰⁵ As discotecas e danceterias são as mesmas mencionadas por outros entrevistados, como Lino, que enumerou: “No Vasquinho ali, no Vasco, no Cabralzinho, nois era ... frequentador assíduo dali”.³⁰⁶ Os bailes e músicas foram citados por Wagner também:

Íamos, à noite, nós íamos no Moustache. Moustache era uma danceteria que tocava música na época os funks né, Toni Tornado, na época, claro, tinha Jackson 5, e tinha um monte de rock. Ai tinha, ou ia ali, ou ia no Vasquinho, ou ia no Couto Pereira, no Estádio do Couto Pereira, na frente ali onde tem a Devons, agora, uma churrascaria, tinha uma danceteria e uma churrascaria que chamava Marumbi, e ali, a gente ficava naquela danceteria também, nos finais de semana.³⁰⁷

A fase da adolescência era um pouco diferente comparada a de quando eram menores. Os adolescentes ficavam em alas separadas das crianças, no terceiro andar e tinham mais liberdade de horários. Os entrevistados relataram que, quando com mais de 15 anos, não vendiam mais os jornais, ou auxiliavam nas tarefas de conferência das vendas ou no administrativo da Casa, ou exerciam alguma ocupação em empresas e escritórios parceiros da instituição. Além disso, possuíam mais recursos financeiros para a diversão e um intervalo maior para poderem se ausentar:

L - Discoteca todo final de semana
 N - É? Depois que já era adolescente?
 L - Sim, todo final de semana nois tinha que ir pra Discoteca
 N - Mas e aí não tinha horário pra voltar?
 L - Tinha mas nois informava o inspetor lá ... nois já era adolescente
 N - Aham
 L - Então nois tinha um pouco de responsabilidade já.³⁰⁸

Desse modo, desde que não ultrapassassem os horários combinados e não se envolvessem em confusões, as saídas para dançar eram autorizadas tranquilamente. Havia então esse espaço para a ação individual, para que se escolhesse onde ir e com quem. Um aspecto salientado por Gilson se relaciona ao sentimento de frequentar as discotecas e experimentar uma certa normalidade, um escape da realidade, que contava com uma produção no vestuário:

³⁰⁵ Entrevista Jairo. Realizada em 28/02/2019.

³⁰⁶ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

³⁰⁷ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

³⁰⁸ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

a gente se transformava né, era uma coisa que a gente vestia uma roupa boa, pra ir na danceteria. a gente tinha uma vida, que nem... era uma vida de viver em pensão, tal né, uma vida bem triste né, aí quando a gente ia pra essas danceteria, se transformava. Lógico né. Botava uma roupa boa.³⁰⁹

Nos bailes, além de se encontrar com os amigos, paquerar e dançar, havia um outro tipo de prática certamente mais intensa: as brigas. Wagner relatou: “E eu só ia pra brigar. Eu ia com meus amigos, negros, pra brigar. Pra aprontar com alguém e eles que me amparavam quando eu saía da briga”.³¹⁰ Apesar de se considerar um entretenimento pouco saudável, os autores já citados Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (*apud* Gomes, 2014) também sistematizaram tais práticas como necessidade humana, indicando-as como “satisfatores violentos ou destrutivos”, que seriam paradoxais já que, para supri-los se teria como consequência a impossibilidade de satisfazer outras necessidades.

Saulo igualmente mencionou as brigas, mesmo fora das casas de shows e ainda quando crianças:

E a gente não, a gente não saía pra coisa, saía pra rua no Jornaleiro, era só pra brigar. A gente brigava na rua bastante, ia jogar bola ali na Praça Osório, e brigar. Brigar mesmo, a gente se reunia, eu saía com um pedaço de pau, era horrível. Pedaço de pau e corrente pra brigar com os cheira cola na rua.³¹¹

A frase de Saulo, que em outros momentos afirmou ser muito sozinho na Casa, evidencia um tipo de pertencimento e companheirismo entre os garotos, ainda que forjado à base do “nós contra eles”. Por questão de proteção, andavam em dois ou três, muitas vezes em um grande grupo “tocando o terror no centro”, como conta Gilson. A coletividade, segundo os relatos, era aflorada quando um garoto era roubado quando estava sozinho:

aí tinha feito alguma coisa com algum piá da escola, quando tava em turma, nós ia tirar satisfação. Aí “ó, aquele cara ali me roubou”, e nós “ah, é?”, fechavam em galera assim e nossa, virava aquela guerra, sabe? Depois tinha o revés, né. Depois os cara pegavam a gente com jornal... (...) Sempre acontecia esse tipo de guerra, que rolava todo canto de Curitiba. O piá vinha tudo arrebetado pra escola (risos), robavam. Aí foi de novo, rolava com o mesmo cara... mas não tinha nada de arma, na época, era mais porrada, paulada, pedrada, o que tinha na mão.³¹²

Um dos entrevistados, Márcio, chegou a ser agredido com uma pedra em um desses confrontos. Lembra-se do início da briga e depois, de quando já estava no hospital Cajuru com o olho inchado e roxo; o intervalo entre o começo e o fim da briga é nebuloso para ele, mas relatou que era bastante comum esse tipo de contenda:

nós sempre brigava com a piazada de rua que queria arrochar os jornaleiro, porque sabia que sempre a piazada do jornaleiro tinha dinheiro, né, tava com o dinheiro da

³⁰⁹ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

³¹⁰ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

³¹¹ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

³¹² Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

venda do jornal, então sempre tinha um grupinho que tentava vim arrochar a gente, mas a gente juntava um punhado e [*faz barulhos de soco com as mãos*] saía com o tapa com eles, né, daí brigava com o pessoal na rua, né.³¹³

Diante dessa prática pouco convencional, uma necessidade de se provar que tangencia inclusive questões relacionadas ao gênero e a construção de masculinidades,³¹⁴ havia a intervenção da CAPEJO na pessoa de seus funcionários e diretores, além dos representantes do IAM e da Delegacia de Menores. Existia a possibilidade, portanto, de que se amenizasse a questão das brigas em situações pouco graves; caso contrário, e de reincidência, os encaminhamentos eram outros, ocasionando frequentemente a transferência do jornalista, como no caso de Adir, enviado para o Campo Comprido, depois Queiroz Filho, devido à indisciplina, conflitos, pequenos furtos e confusões.³¹⁵

Nesse tópico, debatemos as questões relacionadas ao lazer: sua conceitualização, as reflexões teóricas, como esse aspecto aparece nas fontes, com ênfase nas práticas, nos lugares e significados atribuídos a ambos. Como pudemos perceber, o espaço exterior à Casa era o lugar do lazer por excelência para os entrevistados, como as praças e parques; isso evidencia a ausência de local adequado no interior da CAPEJO e a carência de atividades dirigidas para o entretenimento saudável no cotidiano dos internos. Apenas dois acontecimentos programados são indicados pelos entrevistados: as Olimpíadas do IAM e as férias em Guaratuba, eventos sobre os quais refletiremos a seguir.

5.2.2 Um “Lazer” Dirigido: a Ocupação do Tempo Mediada pela Instituição

O contato com “seu” Cosme ocorreu graças a ajuda de Wagner, um antigo colega da Casa do Pequeno Jornaleiro e que foi um dos nossos primeiros entrevistados.³¹⁶ A primeira conversa entre nós se deu por telefone, quando marcamos um encontro no centro da cidade.³¹⁷

O local escolhido por ele para a primeira entrevista foi a sala de espera do dentista, no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente. Quando nos encontramos me

³¹³ Entrevista Márcio. Realizada em 15/07/2019.

³¹⁴ A esse respeito ver: PASSOS, D. A.; PRADO, R. C.; MARCHI JUNIOR, W.; CAPRARO, A. M. As origens do 'Vale-tudo' na cidade de Curitiba-PR: memórias sobre identidade, masculinidade e violência. Movimento (UFRGS. Impresso), v. v.20, p. 1153-1173, 2014.

³¹⁵ Entrevista Adir. Realizada em 15/04/2020.

³¹⁶ Contamos mais sobre as origens de Seu Cosme no item 3.3, terceiro capítulo desta tese.

³¹⁷ Tivemos dois encontros: o primeiro, na sala de espera de um consultório odontológico e depois, quando o visitei no seu local de trabalho - Cosme é zelador em um espaço esportivo particular, no bairro Abranches, na capital.

deparei com um senhor negro já de idade, muito simples e com uma postura retraída, na companhia do neto que tinha por volta de 8 anos. O garoto possui uma deficiência intelectual e ficou aos cuidados dos avós depois que sua mãe foi vítima de feminicídio. O sentimento de tristeza pela perda da filha e o fato de ele próprio ter ficado órfão de pai, quando era criança, foram eixos condutores da nossa conversa. Ao dar início à narrativa sobre a história de vida, destacou o fato de ter vindo de uma família pobre que deixou o campo, em Nova Fátima, interior do Paraná, e não encontrou em Curitiba a cidade acolhedora de que tanto se falava. De fala rápida, uma narrativa nostálgica, Cosme foi me contando parte de sua vida naquela sala de espera, enquanto aguardávamos o atendimento do seu neto.

Sob os olhos e ouvidos atentos das recepcionistas, começamos a conversar; a presença delas não intimidou o entrevistado, já que estavam a uma certa distância e, na verdade, a curiosidade das funcionárias o divertiu: ele pedia silêncio e dizia que estava dando uma entrevista, que era uma celebridade, e ríamos todos. Iniciamos por olhar as fotografias que eu havia impresso especialmente para aquela ocasião. De repente, o sorriso encabulado de Cosme se tornou mais largo ao ver o registro em preto e branco de um time de futebol - garotos um tanto quanto franzinos, na posição típica de equipe, alguns agachados a frente, outros em pé, atrás; pergunto:

N - Então seu Cosme, o senhor tava falando que o senhor jogou nesse campeonato aqui?

C - Foi.. sim... era do.. era olimpíada do...do...do Instituto de Assistência ao Menor. Eu participei desse jogo aqui. Esse jogo aqui era do Pequeno Jornaleiro contra o Centro de Formação para Menores do Campo Comprido

N - Era o vermelho?

C - Vermelho e Branco, o do jornaleiro. E esse era o da escola do Campo Comprido.

318

A partir da descrição desta fotografia, Cosme passou a falar dos times, amizades, inimizades com os meninos de outras instituições.³¹⁹ Nessa entrevista, percebi o quanto importante poderia ser carregar comigo algumas fotos - como um suporte para provocar a memória. “A memória é exercício”, “ (...) é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde”, nos escreve Ecléa Bosi (1979); dessa forma, a apresentação de uma fotografia pode instigar essas lembranças e memórias, e possibilitar o exercício de tentar acessar, trabalhar, algo há muito esquecido ou silenciado.

Philippe Artières (1998), em seu texto *Arquivar a Própria Vida*, disserta como moldamos uma identidade reconhecida a partir dos objetos e documentos que elegemos como mais importantes, visto que não guardamos absolutamente tudo sobre nós. Nesse processo de

³¹⁸ Entrevista Cosme. Realizada em 17/07/2019.

³¹⁹ Fotografia nos anexos (Anexo 12 - pg 294).

triagem, afirma o autor, organizamos uma vida, uma trajetória, da qual escolhemos testemunhar. Longe de ser uma prática neutra, o ato de guardar e arquivar sobre si é constante e demanda sucessivas revisões.

Os objetos mantidos muitas vezes como preciosidades, podem ser auxiliares no processo da memória-trabalho, conceito de Halbwachs e também utilizado por Bosi. Outra concepção do sociólogo francês é de que a memória depende dos grupos de convívio. Ora, um dos primeiros grupos a qual pertencemos é a família, e muitas vezes, o encontro com familiares permite a manutenção das memórias (HALBWACHS, 1990). No caso dos ex-jornaleiros, essa convivência mais estreita com o grupo familiar foi inexistente ou efêmera. Do mesmo modo, pela vivência em diferentes lares, abrigos e instituições, muitos dos seus documentos e objetos de recordação se perderam: os arquivos de transferência, fotografias, nomes e telefones dos parentes, que poderiam ser indicativos das relações e afetos de outrora.

Por si só, as memórias de infância são, em sua maioria, difusas: não se tratam das memórias fortes, na categorização de Candau, aquelas massivas, compactas e intensas, mas sim superficiais e sem contornos bem definidos; mas quando se trata das infâncias de crianças que passaram por situações de abandono e vulnerabilidade, a falta de recursos, materiais ou o ambiente familiar, dificulta a composição dessas trajetórias, deixando esse trabalho de memória ainda mais árduo e penoso.³²⁰

Assim, compreende-se melhor a expressão do sorriso de Cosme ao ver esse retrato que, por coincidência, se tratava de um torneio do qual ele tinha participado. A imagem em preto e branco não o impediu de relembrar as cores dos uniformes, de recordar o nome de alguns colegas e afirmar que formavam um time muito forte e competitivo. Não foi apenas seu Cosme que lembrou com tanta animação dos torneios. Como vimos, os jogos com bola, principalmente o futebol, eram a forma de lazer preferida da maioria dos entrevistados. Desse modo, as disputas entre as instituições foi um dos temas que mais aparecem nas entrevistas.

A escolha do subtítulo para nomear esse tópico reflete a interpretação que temos de dois momentos narrados que tratam sobre o tema do lazer, de forma mais dirigida - as chamadas “Olimpíadas do IAM” e a estadia em uma casa de veraneio, no litoral do Paraná. Segundo Nelson Carvalho Marcellino, importante pesquisador sobre práticas esportivas e

³²⁰ A busca por registros e imagens de suas infâncias é uma constante na vida dos entrevistados. A falta desses recursos para relembrar atormenta alguns deles, como seu Gilson, que ficou extremamente chateado quando eu levei fotografias para a nossa entrevista e no fim, ele não estava em nenhuma delas. A expectativa era ter mais alguma lembrança sobre si, para preencher as lacunas que não compreende de sua trajetória. Abordaremos essa questão no próximo capítulo.

políticas públicas, o lazer pode ser entendido como a ocupação do tempo disponível e livre, de modo a buscar satisfação e prazer, e não através de um caráter utilitarista; afirma:

É fundamental, como traço definidor, o caráter "desinteressado" dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (MARCELLINO, 1990, p. 31).

Nessa perspectiva, consideramos que tanto os campeonatos quanto as excursões ao litoral, podem sim ser consideradas formas de lazer, visto que para os entrevistados esses eventos tinham esse caráter, de diversão e entretenimento, mesmo que tenham sido atividades organizadas pelos órgãos de assistência, com pretensões que não se restringiam somente ao lazer, posto que poderiam representar também um exemplo positivo das realizações da organização. Em que medida, entretanto, essa promoção de atividades era frequente e movida de fato por uma reflexão sobre a prática?

Os jogos, brincadeiras, as práticas físicas e esportivas sempre estiveram presentes na história da humanidade, mas desde o século XIX houve uma preocupação intelectual sobre o tema; esse interesse se relacionava à criação dos Estados Nacionais, dos nacionalismos, de uma nova ordem política e econômica e da necessidade dos setores dominantes em educar a classe operária. Assim, as reflexões sobre a educação passaram a incidir sobre o corpo, intelectual e moral, mas também físico (MACEDO, 2000, p. 21).

Houve todo um conjunto de saberes que passou a investigar aspectos biológicos e culturais sobre o desenvolvimento humano, produzindo o saber médico e psiquiátrico, que flertou com essa hegemonia dominante e que culminou em dispositivos de controle, como teorias de eugenismo, higienismo, a medicalização constante, a interferência nas famílias e comportamentos considerados desviantes... (FOUCAULT, 1988).

O surgimento da Educação Física, primeiramente conhecida como “métodos ginásticos”, se alinha a essas ambições, discorrendo como educar o corpo e a mente, promover práticas saudáveis e higiênicas, além das questões que se relacionam, naquele momento, com ideias de influência de militarização. As correntes de pensamento sobre as práticas esportivas desenvolvidas na Europa chegaram ao Brasil no início do século XX.³²¹

Ao analisarem discursos de médicos, educadores e cronistas sobre juventude, educação e esporte no início do segundo milênio, especialmente em São Paulo e Rio de

³²¹ Segundo Melissa Toledo de Macedo, havia no início do século XIX três correntes principais discorrendo sobre as práticas físicas: a Escola Alemã, com caráter militarista, a Escola Sueca, que pretendia criar indivíduos saudáveis, bons operários e cidadãos, e a Francesa, que visava o desenvolvimento da saúde e social, mas que também continha traços de temas relacionados ao aperfeiçoamento moral (MACEDO, 2000, pp. 23-24).

Janeiro, André Dalben e Edivaldo Góis Junior (2018) perceberam que os esportes já haviam caído no gosto popular, principalmente o futebol - havia colunas com crônicas esportivas, as pessoas acompanhavam partidas de clubes, existiam federações e associações dos times. As práticas esportivas urbanas foram identificadas com a modernidade e apropriadas pela população, independente da vontade do poder público, e inseridas cultural e socialmente no cotidiano das cidades.

Apresentando novas formas de sociabilidade, os esportes se tornaram muito significativos para diversos grupos sociais, especialmente para os jovens (DALBEN, GÓIS JUNIOR, 2018, p. 164). Entretanto, o esporte era incentivado para as elites e em local adequado, já as práticas autônomas, realizadas pelas classes populares e em ambientes urbanos, desencorajadas (DALBEN, GÓIS JUNIOR, 2018, p. 163). Enquanto o primeiro ocupava as colunas sociais e esportivas, o segundo estava nas páginas policiais:

As matérias veiculadas nos jornais contra as partidas informais de futebol colocavam em destaque não apenas o incômodo de alguns moradores, mas principalmente o desejo de se controlar aqueles divertimentos das juventudes, pois já fugiam do controle dos governos. (DALBEN, GÓIS JUNIOR, 2018, p. 163).

As reclamações sobre as juventudes e a ocupação do espaço urbano para a prática dos esportes, inclusive com formação de associações antidesportivas, não eram exclusividade das capitais do sudeste.³²² No Rio Grande do Sul, Maurício Borsa investigou a repercussão do futebol popular na imprensa gaúcha entre a década de 1920 e 1930. Nesse período, Porto Alegre já contava com três ligas diferentes, de distintas classes sociais, o que proporcionava muitas críticas no *Jornal Correio do Povo*, que incluíam o debate do uso do espaço público, da exclusão e afastamento das classes populares dos campos para assistir e praticar futebol e, conforme o autor, a realização de eventos destinados somente às elites e, até mesmo com o uso da força policial, a coagir determinados tipos de comportamento nesses ambientes (BORSA, 2011).

Em Curitiba esse processo foi bastante semelhante. O futebol impelia sentimentos conflitantes na população paranaense; parte dela se esforçava em mostrar a prática como civilizadora e decente, e a outra, se reunia em torno da ideia de que esse esporte não era nada civilizado e sim, uma força degeneradora da juventude, como escreveu um professor para o *Diário da Tarde*: “(...) o célebre e pernicioso foot-ball, grosseiro e funesto sport que se implantou entre nós como um verdadeiro flagelo” (SOUZA, 2015, p. 8). Para os cronistas

³²² Dalben e Góis Junior citam a criação de movimentos antidesportistas. De acordo com os autores, a Liga Contra o Futebol no Rio de Janeiro foi coordenada pelo escritor Lima Barreto (DALBEN, GÓIS JUNIOR, 2018, p. 164). Em Curitiba, houve a campanha “Urge Reagir!”, idealizada por Seraphim França, advogado e dramaturgo, e encampada por profissionais liberais e intelectuais da capital (SOUZA, 2015, p. 9).

esportivos, de acordo com o historiador Jhonatan Ueverton Souza (2015), o problema não era o futebol e sim a apropriação que as classes populares fizeram dele:

(...) Fiéis defensores da prática do futebol aos moldes das elites, esses jornalistas entendiam que o problema não estava no futebol em si, mas na forma como ele era apropriado e praticado pelos segmentos empobrecidos da sociedade, que improvisavam os equipamentos necessários, utilizavam os espaços públicos como campos e não respeitavam as normas inglesas que regulamentavam o jogo (SOUZA, 2015, p. 9).

Havia a necessidade, outrossim, de que os órgãos competentes tentassem controlar os divertimentos das juventudes. Concomitante a isso, intelectuais, médicos e juristas, pesquisavam e escreviam sobre as práticas esportivas e sua relação com a saúde, a educação, a moralização e mesmo, o melhoramento racial.³²³ Na década de 1920, o pensamento eugenista discutia padrões físicos e estéticos dos corpos e como a atividade física poderia desenvolver aptidões corporais e morais e se poderiam ou não, ter consequências na hereditariedade; essas discussões também vinham à sombra do elitismo, listando as práticas que poderiam ser corruptivas moralmente e aquelas que seriam consideradas dignas, com controle corporal e mental (DALBEN, GÓIS JUNIOR, 2018).

Essas reflexões e teorias sobre o corpo e sobre a moralização, na esteira dos movimentos nacionalistas, higienistas, eugenistas e sanitaristas incidiram na forma como os governos geriram as camadas mais pobres da população, os considerados virtualmente desviados moralmente, aqueles tidos como potencialmente delinquentes. Parte desse projeto passava pela intervenção pedagógica, especialmente no decorrer do Estado Novo.³²⁴

Assim, a disciplina de Educação Física foi implementada no currículo escolar no Brasil no ano de 1929, mas os estados da federação ainda tiveram algum tempo para organizar a inserção dessa matéria em sua grade (SOUZA, 2015). Já a Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada em 1942, passou a levar para dentro das escolas os métodos e práticas militares, com a educação patriótica, moral e cívica e a religiosa (SANTOS, 2006, p. 51). Na relação com as práticas esportivas, não foi diferente, visto que foram apresentadas com um caráter extremamente disciplinar. Conforme Macedo:

No Brasil, no século XX, podemos observar no sistema educacional, a forte presença da Instituição Militar, também através dos métodos ginásticos, sem

³²³ Sobre isso, ver: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v.1, n.2, p.146-166, jul./dez. 2008; LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p.23-40.

³²⁴ Vale ressaltar que foi durante o Estado Novo que se promulgou uma lei que impedia e proibia as mulheres de praticarem o futebol e outros esportes como halterofilismo, beisebol, futebol de salão, rugby e lutas. A justificativa passava pelo controle de corpos e comportamentos, já que a lei trazia em seu artigo 54 a proibição de esportes incompatíveis com a “natureza feminina” (Decreto-Lei nº 3.199/41, artigo 54).

que houvesse uma ação teórico-prática neste sentido. O corpo era tratado como um objeto a ser moldado, o caráter de adestramento era nitidamente traçado. Se o corpo era tratado como um objeto a ser moldado para que pudesse ser útil a uma minoria privilegiada, podemos afirmar que a Educação Física foi uma ferramenta usada para moldar este objeto. (MACEDO, 2000, p. 25).

Como vimos nos capítulos anteriores, havia para o Estado uma nada sutil separação entre as crianças das famílias abastadas daquelas dos grupos familiares das classes abastadas bem constituídas, e aquelas populares, ampliadas e desprovidas de bens. Aos primeiros, se destinava as melhores oportunidades educacionais, escolas confessionais e formação em outros países a fim de compor a elite intelectual do país; aos demais, a educação formal para o trabalho, moralizante e disciplinar e ainda, a intervenção direta do Estado que não prescrevia somente o ensino escolar, mas o afastamento, o adestramento, a internação, a doutrinação pela atividade profissional. Para alguns, as Leis de Ensino, para outros, o Código de Menores.

No Código de Menores de 1927 (Decreto 17.943-A), por exemplo, a questão dos jogos e esportes aparecem em dois artigos e de forma muito breve. No capítulo III que dispõe sobre os Abrigos de Menores, o artigo número 191, estabelece que “Os menores se ocuparão em exercícios de leitura, escripta o contas, lições de cousas e desenho, em trabalhos manuaes, gyinnastica e jogos desportivos”; e no Capítulo IV, que trata “Dos Institutos Disciplinares”, há o artigo 211 que determina que:

Art. 211. Aos menores será ministrada educação physica, moral, profissional e litteraria.

§ 1º A educação physica comprehenderá a hygiene, a gymnastica, os exercicios militares (para o sexo masculino), os jogos desportivos, e todos os exercicios proprios para o desenvolvimento e robustecimento do organismo.³²⁵

Já o decreto que criou o Serviço de Atendimento aos Menores (SAM) não mencionava exercícios físicos ou militares, a educação física, jogos desportivos ou recreativos. O mesmo acontece com o Código de Menores de 1979 (Lei Nº 6.697) e com a Lei 4.513, de 1964, que criou a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM). Não há menção a essas atividades ou à sua importância.

No Paraná, a Funabem foi precedida pelo IAM, o Instituto de Assistência ao Menor, criado em 1962, através da Lei 4617, assinada pelo então governador Ney Braga.³²⁶ Conforme essa legislação, “O órgão possuía a incumbência de coordenar a política do

³²⁵ BRASIL, DECRETO Nº 17.943-A DE 12 DE OUTUBRO DE 1927.

³²⁶ Lei 4617 - 16 de Julho de 1962. Publicado no Diário Oficial no. 108 de 16 de Julho de 1962. <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=11294&codItemAto=121799>

bem-estar ao menor no estado, que contava com cerca de 2.490 menores institucionalizados” (PARANÁ, 1965, p. 106). O decreto não menciona as atividades físicas, esportivas, jogos ou competições - sequer legisla de que forma atuaria na gestão da educação dos chamados “menores”: o artigo 1º, parágrafo terceiro, explicita que um dos objetivos da instituição era “amparar o menor, subvencionando-o para a sua formação e educação, em caso de comprovada insuficiência de recursos e de meios para obtê-los”, mas não especifica como o fará. O Decreto 4344, de 1984, que substitui o supracitado, apresenta uma seção sobre a “Divisão de Educação” e nessa, em seu artigo

VIII - o planejamento, a coordenação, a supervisão, o controle e avaliação técnica da execução de atividades de educação física e desportiva, de recreação e lazer, através da promoção de eventos participativos, da elaboração e coleta de subsídios para recreação dirigida, e outras atividades afins;³²⁷

Dessa forma, é a primeira vez que encontramos uma menção às atividades recreativas dirigidas na documentação oficial do Instituto em questão - e em um período que ultrapassa o recorte temporal escolhido para essa pesquisa. Em uma busca sobre essas questões que relacionam práticas esportivas e o IAM, partindo das entrevistas e do entusiasmo dos participantes em tratar dessas competições, encontramos na Biblioteca Pública do Paraná alguns exemplares de boletins informativos desse órgão. São brochuras que apresentam textos escritos por técnicos do instituto, psicanalistas, advogados, entre outros. Há uma única tiragem da revista *Conversa Franca*, de 1986, oficial do instituto, que, aparentemente, foi substituída por boletins informativos chamados *NoticIAM*;³²⁸ e um Relatório Anual (1978), em que constam dados oficiais, recursos, unidades de atendimento e mesmo, salários dos servidores. Nos ateremos a esse último, pela justificativa que foi editado no período que essa investigação compreende.

Na página 51 deste relatório encontramos um pequeno artigo com o título “Programa de Educação Física”, que relata a revitalização do programa (inferindo então que antes existia), com a contratação de um coordenador. Informa também que os meninos assistidos participavam de competições das suas comunidades e destaca um torneio, o II Troféu Dr. Newton Sérgio Ribeiro Grein, com a participação de 350 pessoas - não há dados esclarecendo

³²⁷ PARANÁ, DECRETO Nº. 4344. número do ato: 4344. Ano da Publicação: 1984. Data da Publicação: 22/11/1984

³²⁸ Capa no Anexo 13 (pg. 295).

se era uma atividade externa ou organizada pelo Instituto.^{329 330} Uma fotografia ilustra o artigo, onde se vê alguns meninos jogando basquete; parece se tratar de dois times, em algum jogo mais formal, pois estavam de uniformes e numerados. Um dos grupos está de regata e o outro, de camiseta listrada; alguns meninos usavam bermuda e tênis e outros estavam descalços; havia dois adultos na extremidade da quadra, um deles com apito à mostra, podendo ser o árbitro da partida e o segundo, um treinador de uma das equipes. Ao fundo do quadro, se vê uma mesa com um auxiliar, e alguns rapazes sentados no gramado do barranco que contorna a pequena cancha.

Essa é a única menção aos esportes neste relatório. Não sabemos, no entanto, se se trata do tão aludido evento “Olimpíadas do IAM”. Nos documentos próprios da CAPEJO igualmente não existe a presença desse tema e de práticas recreativas. Para fins de comparação, podemos analisar a entrevista de Jairo, o único dos participantes que não foi jornalista. Nascido em 1959 em Londrina, no norte do Paraná, contou que seu pai abandonou a mãe, ele e mais três irmãos; a mãe, sem recursos, veio à Curitiba e deixou alguns dos filhos com sua mãe, avó das crianças. Pequenos e em situação vulnerável, os vizinhos acionaram “a Menor”, como se refere à Delegacia de Menores, e então, foi inserido no sistema de assistência, primeiramente sendo internado no Educandário Santa Felicidade. Esteve também em Irati, Cerro Azul, Tibagi e em Curitiba, no Centro de Menores de Campo Comprido. No momento da entrevista, trabalhava como corretor de imóveis, estava recém separado de sua esposa e morava com uma de suas filhas, o marido e seus três netos. Teve cinco filhos, mas um faleceu com 14 anos; ele também se orgulhou muito em contar que realiza trabalho voluntário junto de uma de suas filhas em um abrigo de crianças na região do Vila Oficinas, periferia da capital paranaense.

Jairo tem uma história peculiar, com vivência em diversas instituições, fugas e procura por suas origens, tema muito interessante que será abordado no último capítulo dessa tese. Por ter vivido em vários orfanatos, como chamou, sua narrativa é bastante comparativa entre eles

³²⁹ Ao buscar o nome que intitula o torneio, encontramos apenas que Newton Sérgio Ribeiro Grein foi Diretor Geral da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, em 1994, e a nota de seu falecimento, no site do Tribunal de Justiça do Paraná, em virtude de ser pai de uma funcionária. https://www.tjpr.jus.br/avisos/-/asset_publisher/A2gt/content/falecimento-newton-sergio-ribeiro-grein/18319?inheritRedirect=false

³³⁰ A página 51 deste relatório conta com o seguinte texto, tendo “Programa de Educação Física”, como título. “Em 1978 revitalizou-se o Programa de Educação Física com contratação de coordenador e professor da área, constatando-se ótimo índice de aproveitamento nas atividades o que pôde ser observado pela participação em competições desenvolvidas pela comunidade”. “Jogos infantis da Prefeitura - Campeonato de Futebol de Salão e Jogos Mirins da Prefeitura. - Campeonato de Futebol de Pelada”. “Destacou-se também o ‘o II Troféu Dr. Newton Sérgio Ribeiro Grein’, do qual participaram 350 atletas”. Abaixo, segue a foto mencionada, com a legenda: “Atividade esportiva na Escola Agrícola Bernardo Barbosa Milléo, em Pirai”. (Há uma reprodução da fonte nos Anexos - Anexo 14- pg 296).

e, na sua perspectiva, o IAM devia ser um órgão com bastante unidades: “Você veja bem, eu tive em um, dois, três, quatro colégios, cinco. Então o IAM devia de ter uns cinquenta colégios porque cada cidade grande tinha dois, três, né.”³³¹

Quanto aos esportes, por ter estado em várias sedes assessoradas pelo instituto, realizou o contraste sobre esse aspecto nas diversas localidades onde esteve, ao afirmar que em Tibagi se praticava esportes com uma frequência maior:

Lá em Tibagi, agora que eu lembro, lá tinha bastante esportes. A gente participava dos campeonato dos colégio, que tem até hoje né. Então, a gente não falava que, quando a gente vinha participar a gente não falava que vinha do internato, a gente tava internado né, então era internato, “que colégio que você é?”, “Sou de Tibagi”, aí falava “não, não conheço esse colégio”... [...] eu me lembro que nós viemos em Ponta Grossa participar, uma vez nós fomos em Cascavel participar, viemos umas quatro vezes em Curitiba e daí tinha um campeonato ali em Guaratuba, eu me lembro bem, porque no inverno a gente não ia, então no inverno a gente participava, então eu tinha, eu participei de corrida de distância, salto e vôlei, vôlei eu me lembro que a gente ganhou medalha umas duas, três vezes... [...] esporte era o que tinha lá.

³³²

Jairo provavelmente se refere, ao mencionar “campeonato dos colégios”, do que chamamos hoje de Jogos Escolares, uma competição entre as escolas estaduais de educação básica, com fases municipal, regional, macrorregional e estadual; isso pode indicar que havia uma troca com as instituições de ensino locais e regionais e que os garotos assistidos pelo IAM em Tibagi também participavam, como uma unidade escolar. Segundo o entrevistado, os garotos não mencionavam para outros estudantes que eram internos, residentes em uma instituição de assistência. Quanto às Olimpíadas, lembra especialmente de como se organizavam para receber os meninos que vinham de outros lugares para competir:

Eu me lembro que, quando a gente fazia (os jogos), o próprio dormitório nosso, eles reuniam todos os beliches mais pra um canto, pra poder colocar colchão pra quem vinha, né? E sala de aula, colocava os colchão... então vinha muita gente. Já era grande, quatrocentas, imagine vindo mais cem, cento e cinquenta.³³³

Pelos relatos, podemos inferir que as chamadas Olimpíadas se tratavam de um torneio entre as instituições assistidas pelo IAM. No relatório de 1978, já referenciado, são citadas 16 unidades oficiais e 172 unidades conveniadas. Provavelmente existia uma distinção com base na faixa etária e gênero, pois é comum que as disputas esportivas usem a idade como fator de separação dos grupos da competição, e os entrevistados não mencionam a presença de

³³¹ Entrevista Jairo. Realizada em 28/02/2019.

³³² Entrevista Jairo. Realizada em 28/02/2019.

³³³ Entrevista Jairo. Realizada em 28/02/2019.

meninas nesses jogos. Também não foi possível confirmar se havia algum tipo de evento parecido com esse para as instituições femininas.

Tratava-se então de um grande encontro entre as casas que amparavam crianças com o apoio do Estado. Gilson tem péssimas recordações da época de jornalista, mas sobre os jogos, falou com prazer:

E o tempo que eu fiquei ali tinha as Olimpíadas, tinha as Olimpíadas, que eu lembrei agora, Olimpíadas dos colégios dos internos né? Onde que havia, né, até era ali no Tarumã, que eles faziam todas as escolas, se encontravam pra fazer disputa tipo umas olimpíadas e todas as modalidades, tinha né, futebol, salto em altura, corrida de 100m, 200, vôlei, então era bem interessante assim...³³⁴

Os entrevistados citam essas Olimpíadas como torneio, campeonato, competições das Casas e as cidades que visitaram para participarem desses jogos ou a origem das instituições com as quais competiam - Arapoti, Tibagi, Francisco Beltrão, Toledo, Ponta Grossa, Guaratuba, regiões distantes entre si e de Curitiba, local onde ficava a sede da CAPEJO. Davi alegou ter participado da primeira dessas competições, que teria sido em Dois Irmãos³³⁵ e declarou a incerteza quanto ao nome desses jogos: “eu não sei na verdade se o nome era Olimpíadas né, mas era torneio das casas. Eu participei da primeira e acho que da segunda. Corri 100m e naquela época ganhei uma medalha de segundo lugar...”³³⁶

No próximo tópico exploraremos a questão do por quê essas memórias são tão mais vívidas e contadas com mais prazer, mas nossa interpretação é que isso se relaciona, entre outros fatores, com a premiação, com as medalhas. Os entrevistados sempre mencionam as medalhas que ganharam, se ficaram em primeiro lugar ou segundo, se o time era forte e competitivo. O objeto então revela o êxito e valoriza o esforço realizado, subir ao pódio tornou-se um marco na vida desses homens, como um momento de reconhecimento. Entretanto, em nossa percepção, trata-se de um mérito relacionado às competências esportivas e habilidades dos jornalistas e não algo incentivado pelo IAM ou CAPEJO: os entrevistados não mencionam treinamentos, promoção de atividades relacionadas aos exercícios, apenas o próprio torneio entre as instituições.

Não havia, portanto, um trabalho desenvolvido cotidianamente quanto ao desenvolvimento físico e motor, individual ou coletivamente. Apenas Adir relata a corrida como uma tarefa diária, mas como esteve em diversas instituições, incluindo de

³³⁴ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

³³⁵ Dois Irmãos é um distrito da cidade de Toledo, no oeste do Paraná. Há a possibilidade que ele possa ter desejado se referir ao município de Dois Vizinhos, no sudoeste do estado.

³³⁶ Entrevista Davi. Realizada em 15/04/2020.

ressocialização, é possível que tenha havido uma pequena imprecisão, até mesmo porque devido a rotina de trabalho, era improvável que os jornalheiros se exercitassem antes de sair para a labuta em seus pontos ou rotas de vendas.³³⁷

Mesmo que a prática esportiva não fosse incentivada no dia-a-dia pela CAPEJO, a “olimpíada interna”, como diz seu Cosme, mobilizava outros sentimentos além dos relacionados à competição em si.³³⁸ Na entrevista de Lino, por exemplo, é possível verificar que se tratava também de um sentimento de pertencimento: “Tinha, tinha também, sempre...sempre. Nois não podia faltar, tinha que representar o orfanato, [...] a casa onde nós morava”.³³⁹

Se entende a ideia de pertencimento como a relação traçada na construção de identidade. A identidade não é, de acordo com o sociólogo Stuart Hall, algo fixo, homogêneo e centralizado; ao contrário, a identidade seria a construção frequente, difusa e contraditória: “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 13).³⁴⁰ O pertencimento se refere então à simbiose da identidade com a territorialidade, com o espaço inventado e praticado, com a origem, com a cultura, o gênero, a etnia, as crenças, nação, família e grupos sociais. Assim como a identidade pode ser expressa de modos diferentes em variados momentos, o sentimento de pertencimento também é móvel e difuso, emergindo em distintas situações, tornando-se múltiplo e adaptável.

A identidade das pessoas aqui entrevistadas perpassa diversas facetas como homens, trabalhadores, pais, padrastos, amigos, maridos... e foi construída, sem dúvida, também sob a percepção de ter sido uma criança e adolescente institucionalizada, afastada da família, separada dos irmãos, mesmo que isso não possa significar necessariamente uma identidade de “ex-pequeno jornalheiro”. Entretanto é possível perceber nessa fala de Lino, em “representar a casa onde morava”, que o sentimento de pertencimento existia para ele, em relação à Casa e ao grupo do qual fazia parte.³⁴¹ Algo nesse sentido também é expresso na fala de Gilson, quando narra as disputas entre os jornalheiros e os engraxates e “trombadinhas”: tratava-se de um “nós contra eles”; assim como na narrativa de Carlos, que exprimiu certo ciúme com relação aos meninos da Guarda Mirim que, segundo os entrevistados, possuíam maior visibilidade, apoio e oportunidades profissionais.

³³⁷ Entrevista Adir. Realizada em 15/04/2020.

³³⁸ Entrevista Cosme. Realizadas em 17/07 e 14/09/2019.

³³⁹ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

³⁴⁰ No próximo e último capítulo essa questão será abordada com maior ênfase.

³⁴¹ Isso também pode ser uma das explicações sobre o fato de que os entrevistados têm mantido contato e se esforçado em manter encontros frequentes entre o grupo.

Para exemplificar a noção de que tinham consciência da importância da adaptação ou reformulação de sua identidade, em sentir-se parte ou pertencente a algo, trazemos o trecho da entrevista de Miguel que, questionado a respeito da existência ou não de rixas entre as instituições relata que, na sua interpretação, não havia uma rivalidade real: “porque você podia tá aqui daí depois você podia tá lá, no outro lado”.³⁴² Esse aspecto demonstra não só a percepção de que a trajetória da criança institucionalizada era repleta de incertezas, que podia haver mudança a qualquer tempo, mas a esperteza de preservar-se para que em um futuro próximo não houvesse complicações com o novo grupo do qual poderia eventualmente fazer parte.

Sob esse ângulo, também podemos perceber que havia momentos de convivência e confraternização entre as instituições de menores, como os passeios e torneios de esporte. Os adolescentes poderiam se visitar aos fins de semana: assim o fazia Wagner aos domingos para encontrar seu irmão, Saulo, e Carlos que revia os amigos que não estavam mais na CAPEJO, mas no Campo Comprido, por exemplo.

Fora esses momentos de convívio com os garotos de outros lugares, aos pequenos jornaleiros era ofertada a oportunidade de um passeio que, conforme os entrevistados, era aguardado durante todo o ano: a ida à casa de praia do IAM, em Guaratuba, litoral do Paraná.³⁴³ Davi conta sobre esse lugar:

Lá em Guaratuba era uma espécie de época de férias.[...] Então essa unidade ficava [à]disposição e daí eles iam [...] mas eles começavam no interior, Tibagi, Arapoti... levava os adolescentes. O estado tinha um ônibus e aí... tinha aí o pessoal: ficavam as cozinheiras lá da praia e daí eles ficam fazendo assim, levava uma turma, vinha buscar a outra. Então normalmente o Jornaleiro era uma das últimas casa, aí porque daí os guri guardavam dinheiro do pagamento, né? Então, o pessoal guardava. Então o pessoal do jornaleiro, que mais se representava né? Porque ali tá na praia, tinha seu dinheiro... então era um passeio bem legal, era esperado assim, todo... todas as férias era esperado por todos os adolescentes que faziam parte, de ir aí na casa de praia e à espera pelas férias, era muito bacana mesmo.³⁴⁴

Essa viagem era aguardada pelos internos, e era condicionada ao comportamento e bom trabalho como jornaleiro, como comenta Gilson: “Se não fosse disciplinado, se tivesse notas baixas, também não ia, se... ah tinha várias coisas lá né...se fosse uma criança meio rebelde, aprontasse muito lá na escola, mau comportamento também, eles davam um jeito de

³⁴² Entrevista Miguel. Realizada em 15/07/2019.

³⁴³ Alguns dos entrevistados afirmaram que a Casa de Guaratuba era também uma instituição para abrigo de meninos, mas ao invés de vender jornal, vendiam picolés e sorvetes na praia. Chegaram a afirmar que foram esses garotos que iniciaram a venda de sorvetes da marca Yopa (hoje Kibon) no litoral paranaense. Não foi possível averiguar a existência dessa instituição com esse formato de trabalho.

³⁴⁴ Entrevista Davi. Realizada em 15/04/2020.

não ir”.³⁴⁵ Seu Carlos comenta que havia diferença entre o passeio da CAPEJO e a de outras casas:

O jornaleiro, a gente ia... porque escala né, “oh, vai 12 agora, depois vai 12”, porque era Kombi, né? Nós não ia de ônibus. E nas outras, a gente ia de ônibus. Então, e tipo, a gente ficava menos tempo lá né, a gente ficava tipo uma semana só né, quando era do Jornaleiro. E nas outras, a gente ia de ônibus. Então, e tipo, a gente ficava menos tempo lá né, a gente ficava tipo uma semana só né, quando era do Jornaleiro, e Campo Comprido não, eu cheguei a ficar 90 dias, fiquei 90 dias na Ilha do Mel, era outra coisa. Outro nível.³⁴⁶

É possível inferir a partir desse trecho da entrevista de Carlos, além da questão de que a viagem ocorria por escala, que o período de permanência dos jornaleiros era reduzido - isso pode se dever em função do trabalho, visto que ele comenta que quando esteve no Campo Comprido a estadia em Guaratuba foi muito maior. Mais uma vez a questão do trabalho parece se sobrepôr a todas as outras esferas que envolvem o desenvolvimento dos meninos internos, seja a escola, seja o lazer.

Nesse tópico, exploramos a questão do lazer proposto pela CAPEJO e pelo IAM enquanto instituições que deveriam prestar todo o atendimento possível para um atendimento saudável dos internos que, podemos compreender, se relaciona também com as formas de brincadeira e esportes, visto que são fundamentais para o desenvolvimento físico, cultural e social. Dessa forma, a partir dos relatos, percebemos que o entretenimento dirigido, pelo qual a instituição deveria se responsabilizar, era escasso e se resumia ao torneio conhecido como Olimpíadas do IAM e pela viagem à praia; também constatamos a dificuldade em encontrar fontes documentais que relatem essas atividades, o que pode significar que trata-se muito mais de iniciativas individuais de algumas gestões. Ainda assim, esses passeios e campeonatos ficaram guardados nas lembranças dos entrevistados, que decidiram nos narrar e contar sobre esses acontecimentos - e com muitos e muitos detalhes, em comparação com as narrativas sobre a escola, por exemplo. Esse contraste é o tema do subcapítulo a seguir.

5.3. NARRATIVAS DE LAZER E ESPORTE E NARRATIVAS DE ESCOLA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Neste quinto capítulo nos dedicamos a analisar as memórias que diziam respeito às escolas que os entrevistados frequentaram e aquelas que se referem aos momentos de lazer.

³⁴⁵ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

³⁴⁶ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

Ao analisar esses temas, percebemos que há uma grande diferença entre as narrativas: precisão de detalhes, a empolgação em narrar sobre os campeonatos e esportes, o lazer controlado e aquele procurado na fuga das tarefas... em comparação com outros momentos, quando os entrevistados narram sobre as escolas nas quais estudaram, sem muita animação ou pormenores.

Quanto aos temas que envolviam o espaço escolar, o assunto surgia apenas quando os entrevistados eram questionados sobre. Ainda assim, parecia que era algo menor ou menos importante nas suas trajetórias. Já as memórias sobre as aventuras e “artes” (peripécias) infantis e juvenis, eram logo no início, espontaneamente narradas, bem como as proezas esportivas. O objetivo deste tópico é, portanto, analisar e tentar compreender a assimetria entre as narrativas dos temas discutidos nesse capítulo, relacionados aos estudos e ao lazer. Como vimos no item 5.1 desta tese, as entrevistas apresentaram poucos dados relacionados às escolas, poucos participantes se lembraram sobre o período escolar e, quando se recordavam, a descrição era bastante genérica. Uma das pessoas que apresentaram esse comportamento foi Miguel, que disse:

M - a gente tinha um horário que estudava também, eu não me recordo bem desses detalhes...

N - E a escolinha era a noite ou será que era a tarde?

M - Pois é, é isso que eu não lembro, eu não lembro bem desse detalhe.

N - [...]. O senhor não chegou a estudar fora então? Só ali que o senhor ficou?

M - É, estudei ali só.³⁴⁷

Para além de sua característica pessoal, mais reservada e contida, a relação com a escola realmente foi um aspecto que Miguel mencionou de maneira muito breve. Essas linhas acima resumem as lembranças que teve sobre as instituições. Uma das explicações para isso é que Miguel permaneceu na CAPEJO durante três meses apenas, então é possível que não tenha estudado em outro estabelecimento, frequentando somente o grupo escolar Manoel Ribas, no interior da instituição. De fato, a vida escolar de uma criança institucionalizada não era estável; muitas vezes acontecia a transferência entre instituições e cidades. Isso pode ser um fator que colabora com a falta de narrativas sobre esse período de suas vidas.

As narrativas que tratam das aventuras e façanhas, no entanto, são memórias mais alegres e descontraídas. Na verdade, no primeiro encontro que tive com o grupo, mencionado na introdução deste trabalho, os ex-jornaleiros se empolgaram em revelar como “aprontavam”. Nessa reunião, contaram que pulavam as janelas da CAPEJO quando eram adolescentes e estavam impedidos de sair. Brincavam, aprontavam, namoravam por aí... e

³⁴⁷ Entrevista Miguel. Realizada em 15/07/2019.

então retornavam, subindo pelas grades e toldos da loja Prosdócimo, vizinha da instituição. Narravam essas ações e riam, as detalhavam como grandes proezas, cheias de ousadia.

Em sua obra *Memória, História e Historiografia*, Fernando Catroga disserta acerca da memória, dos ritos de recordação, de como isso se relaciona com a identidade, e como a escrita da história torna-se algo litúrgico, que auxilia na produção e legitimação de memórias e tradições, evocando uma re-presentificação do passado que enclausura o momento evocado, para que exista uma espécie de luto, em que nos despedimos desse passado, o celebramos, e depois o analisamos, percebendo as contas que o presente deve acertar. (CATROGA, 2001).

O historiador português também afirma a memória como uma construção seletiva do passado. Do mesmo modo também o é, a narrativa da memória, uma seleção de fatos, que exclui tantos outros (intencionalmente ou não). É uma tentativa de coletânea de eventos do passado, reordenados, com o intuito de torná-los parte de um enredo inteligível e que, muitas vezes, tenta explicar o presente, atribuindo ao pretérito uma razão que dá sentido à vida. (CATROGA, 2001).

Assim concebe Pierre Bourdieu, no clássico texto *A Ilusão Biográfica*. O sociólogo francês afirma que “falar de história de vida é pelo menos pressupor - e isso não é pouco - que a vida é uma história e que [...] uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história.” (2006, p. 183).

Nessa perspectiva, é curioso perceber que parte dos entrevistados tenham narrado suas histórias como sendo, como relatou Wagner, “fora da curva”.³⁴⁸ Acreditam, assim, que havia um caminho a ser seguido, uma realidade diferente das suas, em que havia um comportamento desejado para os meninos de sua época, mas que suas trajetórias foram outras, pelo contexto em que viviam e ao qual foram submetidos.

Nessas narrativas, que denominamos de aventura, é nítido que há uma tentativa de se mostrar diferente, de que são diferentes de outras pessoas. O relato de Wagner confirma essa possibilidade:

Como eu era um garoto muito peralta, um garoto muito hum, sabe, fora da curva, e eu tinha uma personalidade de teimosia muito grande assim, e eu não aceitava qualquer coisa, eu lembro que pra me convencer era bem difícil, quando eu achava que uma coisa tava errada, tava errada e eu levava aquilo até o final. A ponto de eu, as freiras lá não aguentaram ficar comigo, e me mandaram pra Casa do Pequeno Jornaleiro na primeira oportunidade.³⁴⁹

³⁴⁸ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

³⁴⁹ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

Esse trecho do relato de Wagner demonstra boa parte da narrativa deste entrevistado, que na reconstituição da sua trajetória tenta encaixar os fatos para outorgar sentido à sua identidade presente.³⁵⁰ Nesse caso, ele tentava justificar o motivo de sua transferência do Educandário Caetano Munhoz da Rocha para a CAPEJO.

O entrevistado também relatou algumas das peripécias e afirmou “eu não tinha noção do perigo”. Para exemplificar, contou que se jogou do trampolim da piscina do Colégio Estadual do Paraná que, segundo ele, teria mais de 10 metros. O resultado foi um corte fundo na cabeça e uma disfunção no tímpano. Quando questionado sobre esse comportamento, listou uma série de eventos que ameaçaram sua integridade física:

W - Não tinha noção do perigo. E eu, eu vou ser bem sincero com você, eu não aceitava essa palavra. Eu não achava que existia, quer dizer, claro que existe, lógico. É... mas a minha cabeça não conseguia discernir “isso aqui é perigoso”. A ponto de eu fazer algumas loucuras...

N – Tipo, se jogar do trampolim...

W – Trampolim não é nada! Eu te digo o que que é... Na Doutor Murici subindo, embaixo tem a trincheira, que passa a Augusto Stresser, tem uma trincheira. E tem uma muretinha, isso aqui a mureta [mostra com as mãos uma pequena distância, demonstrando a largura]. E eu e mais uns moleques malucos andava naquela mureta e os carros passando, os caras buzonavam, os caras vinham freiando e a gente andava naquelas muretas, sabe? Sem noção do perigo. Quer dizer, adrenalina pura, tinha noção do perigo, claro que tinha noção do perigo, mas era coisa de doido. E hoje me dá frio na barriga só de pensar que eu fazia isso, entendeu? Juro que me dá...³⁵¹³⁵²

São muitos os relatos dos ex-jornaleiros que demonstram esse desejo de querer se provar, de realizar alguma atividade perigosa ou mais arriscada, muitas vezes incitados pelos colegas. Por que escolheram, dentre tantas coisas, narrar justamente sobre esses riscos que corriam? Como narram esses momentos de aventura? Quais são os sentimentos mobilizados para descrevê-los? A coragem é ressaltada nesses relatos? É necessário, em nossa perspectiva, refletir sobre essas questões a partir do contexto de formação e socialização masculina.

O gênero é uma categoria relacional, ou seja, que faz sentido na comparação, na relação com o outro. Os estudos acerca das masculinidades emergem com as teorias feministas, buscando desuniversalizar e desnaturalizar o que é considerado masculino. As masculinidades são entendidas como construções sóciohistóricas, que variam no tempo e no espaço: têm significados e constituições diferentes a depender do período histórico, das sociedades, das culturas e no interior delas. Conforme Michael Kimmel:

³⁵⁰ No próximo capítulo faremos uma análise sobre essa questão da narrativa e a identidade. A intenção é explicar como a narrativa de Wagner se organiza em torno de demonstrar os caminhos que explicam seu presente: como era teimoso, mas que de certa forma essa teimosia o ajudou a seguir sua profissão; como foi buscar estudos fora, e que isso seria um mérito, uma diferenciação, uma característica que poucos tiveram e que explicaria parte de suas conquistas hoje.

³⁵¹ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

³⁵² No capítulo 6 analisamos como esse aspecto do desafio também demonstra, em certa medida, um tipo de desprezo pela vida (ver 6.2.1).

Os significados de masculinidade variam de cultura a cultura, variam em diferentes períodos históricos, variam entre homens em meio a uma só cultura e variam no curso de uma vida. Isto significa que não podemos falar de masculinidade como se fosse uma essência constante e universal, mas sim como um conjunto de significados e comportamentos fluidos e em constante mudança. Neste sentido, devemos falar de masculinidades, reconhecendo as diferentes definições de hombridade que construímos. Ao usar o termo no plural, nós reconhecemos que masculinidade significa diferentes coisas para diferentes grupos de homens em diferentes momentos. (KIMMEL.1998, p 106)

O sociólogo Pedro Paulo Oliveira define as masculinidades conforme "um lugar simbólico/imaginário de sentido estruturante nos processos de subjetivação [...] que aponta para uma ordem de comportamentos socialmente sancionados" (2004, p. 13). Durval Muniz de Albuquerque Junior corrobora essa ideia, afirmando que, desde o nascimento, aprendemos determinados padrões de conduta, modelos de sujeito, performances corporais, a fim de que subjetivemos tais padrões e que estes sejam incorporados em nossas práticas. (ALBUQUERQUE JR, 2015, p .434)

Para Connel, a ênfase das masculinidades está muito mais relacionada às práticas do que ao que se imagina ou se espera: "uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero" (1995, p. 188). As práticas expressas nas entrevistas versam sobre valentia, sobre desafiar e ser desafiado, tendo ou não a percepção do perigo ou do risco que algumas atividades apresentavam. Participar desses desafios ou responder a alguma ofensa se torna um imperativo da sociabilidade masculina, e sua negativa pode resultar em um enfraquecimento de como se demonstra a virilidade, e a forma como o provocado reage ao provocador torna-se um conflito de honra (BOURDIEU, 1988).³⁵³

A participação nesse jogo de honra é traduzida pela valentia e coragem, traços da masculinidade (BOSCHILIA, 2002). Provar-se, provocar e ser provocado, o desafio, fazem o papel de atestar a virilidade do menino, rapaz ou homem - e era uma constante na relação entre os jornaleiros e em instituições escolares e reclusão, inclusive partindo do corpo docente ou de fiscalização, como instrutores e fiscais: os entrevistados contam, por exemplo, que não existia, na numeração dos jornaleiros, o número 24, já que é um número associado à homossexualidade.

Um dos castigos mencionados em caso de peripécias que desafiavam as regras da Casa, era usar uma saia feminina durante um período e ser alvo de deboches e brincadeiras, vinculando a feminilidade à vestimenta e a primeira à fraqueza, à falta de virilidade, pondo

³⁵³ "Aquele que recebeu a dádiva ou sofreu a ofensa é apanhado pela engrenagem da troca e deve adotar uma conduta que, faça o que fizer, seja uma resposta [mesmo se decide não responder] à provocação constituída pelo ato inicial" (BOURDIEU, 1988, p. 167).

em xeque sua figura masculina. É salutar lembrar-se da frase de Bourdieu: a virilidade é uma “noção relacional, construída diante de outros homens, para outros homens e contra as mulheres” (2005, p. 67). Essa relação ditava comportamentos, o medo de se parecer com uma menina/mulher significava para eles ser frágil, ser vulnerável, então era uma imagem da qual se esforçavam em se diferenciar, como afirmou Gilson, que diz:

E lá assim, tinha aulas de parte de... de... de cultura assim, né, de dança, tinha outras coisas, de pintura, que eles tentavam passar pra gente, mas a gente num... olhava essas coisas, assim, na época a gente colocava como “ah, isso é coisa de mulher”, num sei o quê, a gente não devia...a gente não gostava.³⁵⁴

Segundo as fontes escritas, as direções da CAPEJO se empenhavam em “disciplinar” os garotos. Cabe o questionamento então, se parte dessa disciplina também não se vinculava à questão de ensinar o que era entendido como ser homem. Em nossa percepção, a partir das entrevistas e demais fontes, é possível afirmar que sim, que fazia parte da ideia de tornar os jornaleiros “os futuros homens da pátria”, “os soldados de amanhã”, “homens de bem”,³⁵⁵ como mencionam os relatórios e o hino da instituição, potencializar neles a virilidade, a força, a masculinidade.

Mesmo o uso da expressão “soldado”, utilizada para falar de crianças nos relatórios, denota uma analogia bélica concatenada ao masculino, à virilidade – bem como, à racionalidade, coragem, insensibilidade, inteligência, poder – em contraposição às características consideradas, pelo senso comum e práticas cotidianas, como femininas: irracionalidade, covardia, sensibilidade, irracionalidade, sujeição. Conforme Rosemeri Moreira: “A capacidade guerreira é uma das principais características históricas da percepção sexual dimórfica do corpo no mundo ocidental: ser homem ou ser mulher se inscreve de forma excludente na sua presença ou ausência” (MOREIRA, 2011, p. 4).

Há ainda, nos relatórios, o vínculo da masculinidade ao trabalho. Um cidadão útil à pátria, à comunidade, à família, é o homem trabalhador, como discorremos no quarto capítulo. Assim, podemos concluir que a instituição pretendia disciplinar esses garotos a fim de torná-los os “homens de amanhã”, e que isso perpassava também, por uma questão de masculinidade.

Havia, entre os jornaleiros, estratégias de como burlar o regimento. Pode-se dizer que, a depender do que fosse esse atrevimento (e também de quais fossem os sujeitos envolvidos), em certa medida, era aceitável e incentivado, como uma forma de coragem e bravura. Muitas vezes, o provar-se capaz ficava restrito aos próprios garotos, evitando que os

³⁵⁴ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

³⁵⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. Relatório anual 1961. Curitiba 1961. p. 50

funcionários e diretoria tomassem conhecimento tanto das peripécias, quanto das brigas entre eles. Adir narrou que, em uma das instituições que frequentou, envolveu-se em uma confusão: “uma vez um cara veio e deu um soco em mim, ele veio pra bater ni mim, né, mas como eu tava na forma, eu peguei e chutei ele, aí ele me catou, e o cara [inspetor] gritou lá ‘que que tão fazendo aí?’, e eu disse ‘nada não, tropecei aqui’, falei ‘vai, fala lá, o fuxiqueiro!’”.

Na passagem acima, podemos perceber que há um duplo sentido de desafio: o primeiro, na briga por si só, já que para Adir, era decisivo se posicionar e enfrentar o duelo; e o segundo torna-se latente quando percebemos que, quando questionado sobre o que acontecia, decidiu não apenas não contar da briga, como ainda instigou o oponente a não fazê-lo. Dessa forma, portou-se com certa honra e estimulou o colega a fazer o mesmo, assumindo uma posição de respeitabilidade, negando a covardia da delação.³⁵⁶

Saulo afirma que essa provocação era cotidiana e que as consequências muitas vezes não estavam apenas na relação entre os meninos, mas ficava a cargo dos adultos:

Eu e mais três colegas fomos sentar na Praça Tiradentes, e desafiamos um outro menorzinho, menor que a gente, quatro anos mais novo que a gente, a ir na banca de jornal e pegar uma revista. Era ir lá e sair correndo. E trazer pra mostrar pra gente. O garotinho aceitou, aceitou a nossa provocação, ele foi lá pegou a revista e saiu correndo. Só que ele não sabia que o dono, que o cara da banquinha conhecia a gente. E conhecia todo o Jornaleiro. Quando nós chegamos no Jornaleiro, ele estava lá na frente do Jornaleiro com os dois inspetores, que eram dois negão desse tamanho, altão assim. Quando nós chegamo lá ele veio assim, o garotinho já tinha entrado no Jornaleiro, já tinha entrado o pequenininho, já tava lá num canto. Quando nós chegamos, o cara apontou "esse esse e esse", a gente já entrou já no tapa.³⁵⁷

A pena para o desafio foi muito desproporcional: violência física e psicológica, tortura (banho gelado, nudez vexatória) e ainda, encaminhamento para a Delegacia do Menor, onde foram submetidos a outros tipos de humilhação. Voltaremos a tratar deste caso no próximo capítulo, pois essa narrativa mobilizou muitos sentimentos de Saulo durante a entrevista, como o trauma, o rancor, a raiva e a tristeza.

A reprodução da violência acabou por se tornar frequente entre os internos e é possível entendê-la como um atributo que demonstra virilidade, integrante da construção das masculinidades. Efetivamente, pode-se dizer que os meninos e homens tornaram-se e tornam-se vítimas desse processo, dos jogos de disputa, quase não havendo espaço para o enfrentamento dessa masculinidade hegemônica. (WELZER-LANG, 2004)³⁵⁸

³⁵⁶ Um dos trabalhos que nos auxiliou a elucidar tal questão foi “LEAL, Eduardo Martinelli. Jogando pela honra: corpo e masculinidade em uma escola para meninos em situação de rua Movimento, vol. 16, núm. 2, abril-junio, 2010, pp. 229-247 Escola de Educação Física Rio Grande do Sul, Brasil”.

³⁵⁷ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

³⁵⁸ Sobre masculinidade hegemônica, ver: CONNELL, R. W. e MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Revista de Estudos Feministas, 21, n. 2, 2013. P. 241-282.

Adir, por exemplo, afirma que era muito “brigão” e que, sempre que chegava em um lugar novo, procurava arrumar algum conflito com os alunos mais velhos, ou mesmo com os instrutores:

aí sempre tinha isso né, daí tinham respeito por mim, o ditado é você tem que pegar logo o leão, pra eles respeitar, porque aí as hiena respeitam. Chegava num lugar, ia nos mais grande, pra poder respeitar, se não os cara não respeitava. [...] É... ninguém crescia pra cima de mim, eu sempre fui muito respeitado.³⁵⁹

Cosme reafirma essa ideia: “Eu acho, por isso que muitas coisas a gente via assim era... [...] era um sistema assim, a lei do mais forte”.³⁶⁰ Nesse código de comportamento era sua honra e, por conseguinte, sua integridade física que estava à prova, não se podia hesitar ou se corria o risco de ser chacota, de ganhar um apelido, de não ser considerado confiável, de ser marginalizado pelo grupo e de sofrer represálias físicas.

Considerando a memória como uma construção do passado, realizada de modo seletivo, e que, quando narrada, apresenta também uma espécie de triagem, é notável que os entrevistados tenham selecionado fatos que demonstrem o que consideram sua coragem, seus atos de heroísmo e suas façanhas de menino. Trata-se, no nosso entender, de responder a um chamado do presente, que tenta organizar a narração de sua vida, atribuindo a ela sentido; no caso dos entrevistados, empenharam-se em mostrar as provações pelas quais passaram e em justificar quem são hoje - e isso perpassa a ideia de honra, expressa na frase da antropóloga Claudia Fonseca: “o esforço de enobrecer a própria imagem segundo as normas socialmente estabelecidas” (FONSECA, 2015, p. 15).

Um personagem que se destaca na questão de engrandecer essa trajetória é Adir. Consegui seu contato por uma rede social: durante o mestrado, analisei prontuários individuais dos internos da CAPEJO e um desses documentos trazia alguns de seus dados.³⁶¹ Através do nome, fiz uma busca no Facebook, encontrei seu perfil, enviei uma mensagem e marcamos uma conversa. Estávamos no período de isolamento na pandemia de COVID-19, ele morava em Londrina, município do norte do Paraná, e eu em Campo Largo, região metropolitana de Curitiba. Assim, nosso diálogo foi realizado através de uma chamada de vídeo.

³⁵⁹ Entrevista Adir. Realizada em 15/04/2020.

³⁶⁰ Entrevista Cosme. Realizadas em 17/07 e 14/09/2019.

³⁶¹ Em sua ficha, consta que seria o número 87 (fato do qual não se lembra), que teria nascido em Londrina em 1960 (o correto seria Engenheiro Beltrão, em 1961). A ficha também menciona que teria entrado na instituição em 1972 e saído em 1982. Essas informações realmente parecem não ter correspondência com a realidade, pois se tivesse deixado o IAM em 1982, teria 22 anos. Outras informações no documento são os nomes dos pais, uma descrição que menciona “cútis: preta, cabelo côr: preto”, três datas que traçam as idades futuras de Adir (15 - 1975; 18 - 1978; 21 - 1981) e no campo observações “Em 18-10-1972, devolvido ao CFPM de Campo Comprido”.

O homem, negro, com poucos cabelos, com quase sessenta anos, estava empolgado em contar sobre sua vida - parecia sentir-se importante em poder falar de si. Colocou o celular a uma distância de sua cadeira e sentou-se em frente a uma parede chapiscada, no quintal de sua casa. Enquanto sua esposa estendia roupas no varal, ele aproveitava o dia de sol para me conceder a entrevista a céu aberto, o que facilitou muito a iluminação, mas dificultou a estabilidade da conexão da internet e a captação de áudio, e por consequência, sua transcrição. Nesse cenário, começou falando sua data de nascimento e origem. Nasceu em Engenheiro Beltrão, noroeste paranaense, em 1961...e logo emendou a narrativa de que era um “fujão”.

362

Segundo ele, fugiu de todas as instituições em que esteve: Educandário, CAPEJO, Campo Comprido e Queiroz Filho, essa última em Piraquara, conhecida por ser uma unidade social para menores infratores (hoje, funciona como centro de socioeducação). Boa parte da narrativa do entrevistado é fundamentada sobre essa construção da identidade a partir de ter sido rebelde. Se colocou, inclusive, como uma personalidade, que teria sido reconhecido entre os pares e entre as instituições, principalmente por conta das deserções:

podia chegar em qualquer orfanato de Curitiba e perguntar “o Adir teve aqui?”, “teve”, “E algum outro fugiu daqui?”, “não, mas ele fugiu”. É... pode pesquisar que você vai ver. Tenho mais de 30, eu fugi bem dizer mais de 30, umas 50 vezes eu fugi. Aí em Curitiba mesmo, eu vinha a pé pra Londrina.³⁶³

Esse trajeto entre Curitiba e Londrina, conforme contou, foi realizado várias vezes, a primeira aos 8 anos, de carona, e outras tantas a pé, com um grupo de garotos que se dispersaram da instituição em que estavam. Quando questionado sobre essas peripécias, que eram muitas para serem realizadas até os 18 anos, se adiantou: “é 18 não, acho que até uns 13 ou 15”. Além de esforçar-se em narrar sobre suas evasões, focou também na questão de que estava sempre envolvido em brigas e que por isso era respeitado e temido (é de Adir a menção a leões e hienas, citada anteriormente). Reiterou:

A - deixa eu falar, se eu fosse falar tudinho, dava pra fazer uns 10 livros, dava pra fazer, da minha vida.
N – só das fuga já dava 2!
A – ixi, da fuga já dava uns 8! [risos].³⁶⁴

À medida que a conversa foi acontecendo, se nota: Adir é um exímio “contador de causos”. Segundo ele: “Se fosse fazer um filme, dava pra fazer uns 10 filme da minha vida, de lá pra cá”.³⁶⁵ Não é apenas a maneira de contar, de forma divertida e leve, da qual ele mesmo

³⁶² Termo utilizado para quem empreende fugas repetidamente.

³⁶³ Entrevista Adir. Realizada em 15/04/2020.

³⁶⁴ Entrevista Adir. Realizada em 15/04/2020.

³⁶⁵ Entrevista Adir. Realizada em 15/04/2020.

ri, falando de suas aventuras e riscos, e deixando muitas interrogações. Como afirmou Walter Benjamin: “metade da arte narrativa está em evitar explicações” (1985, p. 203); mesmo que o objetivo da entrevista fosse buscar algumas informações, ela tornou-se algo diferente, algo em que como afirmou o ensaísta, distanciou-se da realidade plausível, já que esta é incompatível com a narrativa, com o fantástico.

São tantas as adversidades narradas por Adir que essa trajetória torna-se inverossímil. Não que esses eventos não tenham acontecido, mas é provável que tenham sido superdimensionados no decorrer de nossa conversa. Antes de entrar nas instituições teria sofrido um trauma que o impediu de falar até os 4 anos de idade:

Eu cáí, tava num campo de futebol, aí eu ia, eu e meu irmão a gente subia, pra esperar o pai vir da cidade, aí pegava assim e saía reto, né, era tipo assim. Aí eu subia assim, era... antigamente era de madeira essas escada de futebol, aí eu subi lá em cima e nós ficava olhando, nisso eu cáí pra trás, e cáí entre uma enxada e um machado. Aí fiquei mudo. Só fazia “hum, hum, hum”.³⁶⁶

E quando chegou em Curitiba, teria tido um acidente que fraturou o maxilar. Treinou boxe e capoeira, disputando o campeonato paranaense na primeira modalidade, mas foi desaconselhado por um médico por ser muito franzino. Depois conta que, apesar de ser mais novo que seu irmão, era ele que cuidava do mais velho, por ser mais forte e alto.

Morou em muitas cidades e teve várias profissões: em sua história ficou indefinida essa questão, pois em certo momento diz que estava na Marinha, que trabalhou 15 anos como operador de pesca, mas em outro afirmou que os parentes que são oficiais não conseguiram sua colocação na armada. Nas fugas, fugiu de tiro, andou mais de 300 quilômetros, viu cobras cascavel, dormiu ao lado de formigueiros, correu de onça e de boi. Quando adulto, brigava “com 3, 5, 6, 10 cara [que] vinham, fazia uma roda assim, e vinham pra cima, faziam rinha”.

³⁶⁷ Diz que era muito respeitado por ter sido de orfanato, as pessoas já deduziam que era bom de briga.

Certo dia, teria havido uma infestação de sapos em um dos orfanatos e lhe foi incumbida a tarefa de recolhê-los. Segundo conta, não apenas capturou um a um, os pintava e numerava, devolvendo-os à natureza logo depois:

“cata tudo os sapo, que tal pessoa não gosta de sapo”, aí eu peguei, tava na aula, mas queria sair da sala de aula né, aí eu entrei numa salinha, aí comecei a pintar e a ponhar número nos sapo, aí soltava, desenhava sol, desenhava, ia pintando, aí essa mulher chegou, olhou “que isso?” [risos], “o Adir pintou umas pedra”, “não! É sapo!” [risos] “ele não pegou nenhum, ele ficou contando os sapo e marcando” [risos].³⁶⁸

³⁶⁶ Entrevista Adir. Realizada em 15/04/2020.

³⁶⁷ Entrevista Adir. Realizada em 15/04/2020.

³⁶⁸ Entrevista Adir. Realizada em 15/04/2020.

Não se eximiu também de contar aspectos mais pesados, como quando ameaçou incendiar a escola (Queiroz Filho) depois de ter sido surrado por um inspetor - ou quando teria desistido de fugir devido ao frio e dessa vez, alguns garotos teriam morrido de hipotermia, em consequência da neve (e por isso, lembra-se o ano, 1975, quando nevou no Paraná e acabou-se por tornar um evento memorável para a população), diz: “minha vida, só por Deus eu não ter morrido...”³⁶⁹ Em outro momento, depois de apanhar muito de um funcionário, teria ido até a casa deste, em grupo, assassinado o cachorro dele de modo violento e avisado que se tornassem a apanhar, fariam pior.

Depois de conhecer a esposa, ingressaram na igreja e afirmou que não bebe, não fuma e não briga mais. Hoje, trabalha com um guincho próprio e tem quatro filhos, todos com nomes que remetem ao seu ou a junção do seu nome com o da esposa. Orgulha-se de toda a sua trajetória e muito dos filhos, de quem falou com carinho e mencionou que todos têm formação técnico ou graduação na área da saúde. Em seu relato, não parece haver remorso ou tristeza; demonstra compreender que todas as suas aventuras eram justificadas pelo contexto, ele precisava encontrar um jeito de ser forte, de proteger o irmão, de fugir dos lugares em que era tratado com violência, de ter sido “esperto” muitas vezes e dessa esperteza ter lhe salvado em muitas situações.

Primeiramente a entrevista tornou-se mesmo um pouco anedótica, e por pouco verossímil, quase que descartada. Depois, pensamos na riqueza deste relato, que traz tantas informações, tantas experiências e vivências, ainda que um tanto quanto exageradas. Qual o sentido dessa narrativa que alia, como afirma Catroga, história e ficção? (2001, p. 21)

Para o autor português, toda memória é um produto subjetivo e quando narrado, é organizado de forma a conferir sentido à existência daquele que o narra (CATROGA, 2001). O *pacto autobiográfico*³⁷⁰ se apresenta aqui, apesar de narrado oralmente e não escrito, como uma forma de contar acontecimentos auto-referenciados, em que o narrador é o personagem e que este assume “uma promessa de que o que irá narrar é verdadeiro, ou, pelo menos ele acredita ser” (PIRES, 2016, p. 162).

Em *História Oral: Os riscos da inocência*, Michael Hall trata da complexidade da metodologia e menciona alguns de seus aspectos, entre eles, a inconfiabilidade de alguns relatos, ou a falibilidade das narrativas em relação a eventos e sequências de eventos. Menciona também que, muitas vezes, o entrevistado não age de má-fé em se inserir em acontecimentos ou exagerá-los em certa medida, e isso se deve ao desconhecimento da

³⁶⁹ Entrevista Adir. Realizada em 15/04/2020.

³⁷⁰ Em referência ao texto e conceito de Lejeune.

experiência de outros atores ou à distorção que o presente aplica ao passado, transferindo opiniões.

Em nossa análise, acreditamos que há alguns pontos interessantes na entrevista de Adir. O primeiro é que ele não faz parte do grupo de ex-internos que mantém contato até a atualidade. Dessa forma, é possível afirmar que ele tem mais espaço para imaginar suas memórias e descrevê-las como deseja, do que aqueles que têm suas memórias reforçadas e enquadradas gradativamente pelo compartilhamento das experiências dos demais. Assim, há mais espaço para a relação da ficção e da história em sua narrativa.

O segundo ponto diz respeito justamente a esse aspecto da intemperança dos acontecimentos e que, consideramos, como inserida na questão da masculinidade. São muitas as questões entrelaçadas nessa construção de identidade que se referem ao que se entende culturalmente por ser homem: a violência (brigas e a preparação para elas), a proteção (de si e dos que dele estavam próximos), a esperteza (em criar estratégias e sobreviver) e mesmo a honra, expressa em frases como “eu era fujão, mas não roubava de ninguém. Entendeu?”. Para Adir, demonstrar essa identidade, mas também a sua transformação em “homem de família”, pai de filhos que estão “encaminhados”, como diz, é motivo de orgulho e dignidade. Toda a sua narrativa é, então, parte integrante de uma construção de redenção e defesa de sua reputação.

*

A partir dessas reflexões, compreendemos que há uma diferença notável entre as narrativas sobre o espaço escolar e os momentos de lazer, esporte e aventura e parte disso se entrelaça nas questões de gênero e masculinidade. O trabalho, o futebol, as brigas e fugas, merecem mais destaque do que o de alunos nos estabelecimentos de ensino da capital. O estudo e o empenho escolar não são atributos tão valorizados pelas masculinidades, principalmente durante o período em que os entrevistados foram jornaleiros - já a força utilizada na briga, a destreza no futebol, a coragem de enfrentar os adversários mais velhos e mais fortes, são atributos associados a essa questão de ser homem, performar essa masculinidade, da qual os participantes dessa pesquisa têm dificuldade de se desvencilhar, vide o choque que tiveram quando, porventura, se emocionaram em falar da família ou das violências sofridas: logo tentavam cessar o choro e se justificar, envergonhados, pela “falha” cometida.

*

Neste capítulo, tivemos como objetivo abordar aspectos que foram mencionados nas entrevistas sobre o cotidiano do jornaleiro, mas que eram realizados concomitantemente ao trabalho, atividade principal da CAPEJO e que conferia respeitabilidade à instituição.

Para além do labor, os entrevistados narraram sobre o estudo. Elencaram as escolas que frequentavam e como realizavam os trajetos até elas; mencionam como, para alguns, era melhor esconder que eram jornaleiros dos demais alunos (principalmente das garotas), e para outros, essa preocupação era inexistente. Foi possível perceber, através dos relatos, como a frequência escolar era importante para a instituição, assim como a disciplina em sala, mas a excelência acadêmica não era necessariamente exigida. Com efeito, havia uma hierarquia entre trabalho e a instrução escolar, visto que não foram raras as vezes em que os entrevistados precisavam se ausentar das aulas para realizar as vendas de jornais e revistas.

Já as narrativas sobre o lazer dividem-se entre aquelas que versam sobre as atividades espontâneas e as dirigidas. As primeiras se tratavam das brincadeiras diárias, dos jogos nas praças, idas ao cinema e às discotecas, em que os jornaleiros criavam estratégias para a diversão, a despeito da realidade difícil na qual viviam. O segundo tipo de diversão era o que denominamos de “dirigido”, aqueles pensados e coordenados pelo IAM e CAPEJO, como passeios, viagens à praia e os torneios de esportes entre as instituições. Não é possível afirmar com certeza que essas atividades estavam atreladas a algum projeto maior, relacionada ao incentivo ao lazer e/ou esporte, parte de uma política efetiva que destinasse tais questões a esse público específico.

As entrevistas discorrem ainda sobre alguns eventos que, atualmente, consideram perigosas, como nadar em rios com grande profundidade, pendurar-se em muretas em viadutos, brigar pelas ruas ou realizar alguns desafios entre os próprios internos e que, com frequência, apresentavam risco à integridade física e resultavam em advertências, castigos e até mesmo transferência ou expulsão. Esses temas foram analisados sob a perspectiva de gênero e relacionados à construção das masculinidades, a partir da compreensão de que essas ações fazem parte da socialização masculina na conformação de práticas ditas viris e associadas aos homens. Dessa forma, identificamos que estas práticas estavam presentes no cotidiano dos jornaleiros, mas também na maneira como enxergam suas próprias trajetórias, percebidas e narradas pela ótica da honra e da superação das adversidades.

No próximo capítulo trabalho, estudo, lazer e família convergem em torno dos sentimentos, eixo principal da análise. Assim, a partir das fontes, investigaremos a expressão dos sentimentos, como o trauma das violências e do abandono familiar, e também dos

silêncios, das dificuldades de mencionar certos aspectos de suas vidas ou mesmo da negação em fazê-lo.

6 “A NOSSA HISTÓRIA TÁ PRESA CONOSCO”: OS (RES)SENTIMENTOS NAS NARRATIVAS

Conheci Gilson através de uma colega de um projeto da faculdade, quando ela perguntou sobre meu tema de pesquisa da tese. À medida em que eu contava, ela demonstrava conhecer sobre - o que, na verdade, era (e é) bem raro de acontecer. Ao questioná-la sobre isso, ela disse que o pai da namorada havia sido jornalista, que contava muito pouco sobre, mas que era sim, um ex-CAPEJO. Fiz contato com a namorada, que intermediou o contato com seus pais.

Primeiramente, conversamos por telefone e, como ele trabalhava como segurança em uma empresa durante a noite, tive mais diálogo com sua esposa, a quem chamaremos de Eliana. Os dois foram muito solícitos, mas realmente parecia haver mais interesse dela em que seu esposo pudesse falar sobre esse tempo. No fim, tanto a mediação dela quanto sua participação no dia da entrevista foram essenciais para que Gilson ficasse à vontade em compartilhar suas memórias.

Em sua casa, adquirida com muito suor e trabalho, porta-retratos da família negra estão dispostos sobre a parede e estante: Gilson, Eliana, sua filha, seu filho, nora e netinho, de pouco mais de três anos, que em certo momento apareceu para se despedir dos avós. Sentados no sofá da sala do casal, eu próxima ao entrevistado, Eliana ao seu lado, no braço da poltrona, lhe dando apoio, disse “ele não gosta muito de falar, é mais quieto”.³⁷¹ Nesse dia, porém, seu esposo estava inspirado: a entrevista durou mais de duas horas. Nesses muitos minutos, falou sobre sua trajetória até a CAPEJO, sobre a família da qual pouco tem lembranças, do período como jornalista, do racismo que enfrentou, de como conheceu Eliana e constituíram sua família e seu lar. Mas o homem que pouco falava sobre esse período das suas vidas, que sempre foi muito reservado, nos primeiros momentos de nossa conversa tratou de um tema difícil: as violências às quais foi submetido enquanto esteve na instituição. Antes do gravador marcar cinco minutos, ele já havia tocado no assunto.

³⁷¹ Eliana. Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

Ele utilizou a palavra “violência” algumas vezes até que eu, receosa pela minha inexperiência com o tema, perguntei: “Se o senhor não quiser falar, não tem problema, mas quando o senhor fala assim ‘violência’, o que quer dizer? Eles batiam, surra?”.³⁷² Logo, iniciou-se um monólogo em que foram narradas diversas situações de abuso físico e psicológico. Foi a primeira vez que, durante as entrevistas, esse tópico foi abordado - e de uma forma muito visceral, detalhando as crueldades. Nesse momento, para além do que ouvia, percebi a importância da presença de Eliana no recinto: ela segurou a mão do marido, enquanto os dois se emocionavam - ele mais contido, tentando segurar o choro, ela já em lágrimas em pensar no que havia se passado com seu companheiro de vida.

Essa foi a primeira de algumas vezes em que situações de violência foram relatadas; algumas, de forma normalizada, outras, com a consciência dos abusos suportados. Outras emoções também foram transparecendo à medida que as narrativas dos entrevistados se desenrolavam. Assim, tornou-se latente analisá-las, na tentativa de compreendê-las, e também de humanizar os participantes dessa pesquisa, de forma que não só se trate da estrutura e cotidiano, mas que também se respeite todas essas vivências relacionadas a esse período de suas vidas.

Neste capítulo, portanto, nosso intento é refletir sobre os sentimentos que emergiram durante a interlocução, considerando mesmo os mais sutis ou que se deixaram aparecer levemente, a partir da nossa percepção e análise das entrevistas e transcrições. Desse modo, o capítulo foi dividido a partir dessas expressões relacionadas aos fatos que narram: a indiferença a certas questões e mesmo à própria narrativa, o trauma e suas violências, o ressentimento quanto ao abandono com relação à família e quanto à própria institucionalização.

6.1. FALAR DO PASSADO: IMPORTÂNCIA OU DESINTERESSE

Se Gilson, apesar do que disse sua esposa, falou de si e de sua trajetória por horas (e a força de seu relato nos fez escolhê-lo como protagonista da introdução do capítulo), esse tópico procura abordar os participantes que estão no extremo oposto: de fala rápida e sem rodeios, sem muitos detalhes, aqueles que pareciam demonstrar até mesmo certo desapego ou desinteresse em falar do passado e que aceitaram o convite de participar da pesquisa, talvez, em função da pressão dos colegas. Esses dois entrevistados, Lino e Miguel, são os responsáveis pelas narrativas que serviram como fio condutor deste subcapítulo.

³⁷² Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

Antes de apresentá-los, acreditamos ser importante mencionar o fato de que existiram algumas negativas em integrar esse estudo. Ao todo, cinco recusas. Três devido à impossibilidade de realizar o encontro, uma abstenção já que, apesar do início do contato, a resposta seguinte foi o silêncio e a mais importante, a de Silvio. O primeiro entrevistado, Wagner, o citou várias vezes; eram muito amigos, se encontravam com frequência e este insistiu muito que eu contatasse o primeiro. Seguindo sua indicação, enviei mensagem a Silvio.

No início, ele prontamente aceitou participar da entrevista. Porém, após algumas tentativas de contatá-lo ou acordar uma data para o encontro, relutante, enviou um aviso por áudio. Disse que estava passando por uma fase muito complicada no âmbito familiar e profissional... desempregado, com mais de cinquenta anos, Sílvia afirmou que não queria falar sobre o passado e que isso traria muita mágoa à tona. Assim, desejei a ele êxito na busca por um novo emprego, força para enfrentar as dificuldades e que quando (e se) tivesse interesse em conceder a entrevista, poderia me contatar.

Esse caso nos fez ponderar como o ato de entrevistar é perpassado pelos sentimentos e emoções. Sílvia, ao negar sua participação, justificou que não estava em um bom momento para olhar para o seu passado, assim explicitando que houve essa reflexão sobre como iria se sentir, que sentimentos iriam ser mobilizados, que fatos preferia esconder do que relembrar. Marco Aurélio Santana, no artigo *Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária* entrevistou ex-lideranças operárias das indústrias metalúrgicas do Rio de Janeiro com o objetivo de analisar as memórias que tinham sobre os momentos pré-Ditadura de 1964. Em certo momento, o autor escreve algo que se relaciona intimamente com nossa interpretação sobre essa negativa em participar da entrevista e dos silêncios presentes nos diálogos realizados:

A reação inicial do grupo [a desconfiança] com relação às entrevistas se devia ao fato de que ela faria retornar momentos que, de alguma maneira, o grupo gostaria de esquecer. [...] a pesquisa acabou sendo vista como algo que poderia servir para trazer de volta um tempo a ser esquecido (SANTANA, 2000, p. 46).

Assim, percebemos uma associação entre o exercício de evocar as memórias e o presente:

(...) os depoimentos devem analisados considerando-se que, no curso de suas vidas, as pessoas desempenharam (e continuam desempenhando) um conjunto de papéis sociais. (...) as lembranças evocadas e transmitidas por um sujeito estão presas à sua trajetória de vida [...] Os papéis sociais definem atitudes e expectativas do entrevistado, e estão relacionados aos diferentes momentos da existência de cada um. (SANTOS, 2005, p. 6).

Sílvio, ao realizar essa análise, reconsiderou a entrevista. O passado continuava ali, como escreveu Beatriz Sarlo, “longe e perto, espreitando o presente” (2007, p. 9) pronto a responder ao chamado da evocação. Mas esse era um chamado que ele não queria realizar. Ou pelo menos, narrar.

Michel Pollak em seu paradigmático artigo *Memória, esquecimento, silêncio*, publicado em 1989, destaca três motivos para o silenciar: como resistência, como culpa e pela falta de escuta. Como exemplo de resistência, o autor disserta sobre a questão dos ressentimentos quanto ao stalinismo. Ao mesmo tempo em que há o segredo, transmite-se cuidadosamente lembranças dissidentes no seio familiar ou em pequenas comunidades: “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais.” (POLLAK, 1989, p. 5)

Para tratar da relação silêncio e culpa, o sociólogo evoca o exemplo de sobreviventes do Holocausto. A culpa seria expressa ao se constatar que quem narra continua vivo enquanto outros não, ou ainda que tenha realizado feitos sobre os quais se envergonhe, mesmo que para garantir sua sobrevivência. Em alguns casos o silêncio seria um recurso para poupar os filhos do sofrimento que se viveu ou falar sobre pessoas ainda vivas que possam lhe causar medo. A falta de escuta também é abordada através deste exemplo. Segundo Pollak, quando os sobreviventes retornam, encontram essa escuta, mas esta logo se torna saturada (1989).

Há de se pensar, então, se a pessoa encontra escuta, interesse, segurança, em contar. Sobre a negativa de Sílvio, acreditamos que apresentamos essa vontade de escuta, interesse em saber sobre sua vida, mas talvez ele não tenha encontrado a segurança que precisava para fazê-lo ou lidar com esse passado, cheio de perdas e dores, seria demasiadamente sofrido para ele.³⁷³

Mais receptivos, ainda que oferecendo resistências, foram Lino e Miguel. O primeiro, me recebeu no escritório onde trabalha, em uma empresa que presta serviços relacionados à tecnologia de informação para uma instituição federal. Miguel, bancário aposentado, me acolheu em sua casa, onde conversamos na sala, enquanto sua esposa e filhas faziam um lanche na cozinha, separada por uma porta que delimitava os ambientes e, diga-se de passagem, isolava um pouco da nossa conversa.

As duas entrevistas se distinguem por um lado e guardam semelhanças, por outro. Enquanto a de Lino apresenta frases curtas e rápidas, muitas vezes quase monossilábicas,

³⁷³ Acredito que eu deveria ter realizado depois de algum tempo uma nova tentativa com Sílvio. Talvez para perceber se houve mudança quanto a sua negativa, verificar se teria tido dias melhores depois desse momento... Devido a pandemia e outras circunstâncias, não foi possível.

Miguel apresenta um tom mais sério e de respostas um pouco mais longas. A semelhança está na superficialidade com a qual os temas são tratados: não há muita profundidade nos assuntos, tampouco emoção. Uma distância que sugere uma certa indiferença. Como exemplo, esse excerto da entrevista de Lino:

- N - O senhor tem conhecimento quais os motivos do senhor ter passado pela Casa?
 L - Não, porque fui internado em orfanato ... quando eu tinha três anos de idade...
 L - Meus pais me largaram lá e nunca mais vi eles
 N - Daí não tem contato com a família?
 L - Não, nenhum
 N - E qual instituição o senhor passou antes?
 L - Instituto São José do Abranches, Portão, Campo Comprido e Jornaleiro
 N - Só o quarto lugar que foi o Jornaleiro?
 L - Aham
 N - E o senhor tem lembranças dessas outras casas?
 L - Tenho
 N - Se puder me falar ia ser bom porque aí eu faço uma comparação assim
 L - Tenho
 N - Sabe? Como é que era o dia a dia lá no Abranches?
 L - era como se fosse um quartel assim...³⁷⁴

Quando escutei a entrevista de pouco mais de trinta minutos, tenho a impressão de estar espreitando um bate-bola, um jogo de ping-pong, ou alguém realizando um exame de tabuada, tamanha a rapidez das respostas de Lino. Para ratificar essa impressão, de despreendimento, o trecho abaixo trata da relação com esse passado, se falava dessa época para os filhos:

- L - Minha vida é um livro aberto, não tem nada pra esconder
 N - [riso contido]
 L - Eles tem orgulho, até meu filho tá ali na foto, eu levei ele num encontro comigo
 N - É que tem gente que não gosta de contar muito né, ou quando vai contar não...
 L - Besteira!³⁷⁵

Lino, então, parece ter um desapego com essa parte de sua vida. Quando questionado se chegou a procurar a família, se tem irmãos ou não, já que foi abrigado em um orfanato aos três anos, logo que a mãe e o pai chegaram em Curitiba, vindos de Itararé, São Paulo, o homem relatou: “no começo eu procurei saber, mas ah ‘quer saber de uma coisa? vou cuidar da minha vida’”.³⁷⁶

Ao responder a mesma pergunta, se falava de seu passado em instituições com a família, declara:

- M - Não, ela [a esposa] sabe toda a minha história, eu contei pra ela
 [...]
 M- Minhas filhas sabem
 N - Sim
 M - Não tenho vergonha de dizer, eu falo mesmo, não tem porque esconder

³⁷⁴ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

³⁷⁵ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

³⁷⁶ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

- N - Não tem porque ter vergonha na verdade né, mas só por ... às vezes as pessoas não gostam. Mas o senhor se encaminhou bem assim né?
 M - É, eu não gosto de ficar falando, tipo pra qualquer pessoa
 N - Sim
 M - Por exemplo com você que tava fazendo uma ... um projeto sério
 N - Aham
 M - Entendeu, aí eu não tenho problema nenhum, comentar, conversar, falar, sobre isso, mas assim eu não gosto de comentar com qualquer... pessoas assim que de repente não tenho tanta intimidade, entendeu?
 N - Sim. Mas é mais por ser uma coisa particular assim não por...?
 M - Sim sim
 N - Entendi, não sei eu ia perguntar ...
 M - Do jornaleiro, que o foco é o jornaleiro né [riso contido]
 N - Aham, sim
 M - A gente desviou um pouco aí, mas o foco é o jornaleiro. ³⁷⁷

A forma que trata desse assunto, do passado com a família, é uma chave para entender o porquê dessa postura mais séria: ele não queria falar disso com qualquer pessoa, com quem não tinha uma relação de confiança. Tanto que se negou a desviar o assunto, ou mencionar suas filhas; acredito que seja parte da sua personalidade essa atitude sóbria, até mesmo por ter sido integrante da Marinha. Se fizéssemos mais encontros, talvez se sentisse mais seguro para trazer outras questões à tona - mas não foi o caso.

Outra explicação para o pouco detalhamento das memórias de Miguel pode ser creditada justamente ao fato de que permaneceu na CAPEJO somente por alguns meses: em comparação aos outros lugares onde esteve, a narrativa sobre a vida de jornaleiro é concentrada no trabalho e pouco no espaço interno, nos colegas ou funcionários; sobre o Lar em Antonina, relatou vários aspectos, e o mesmo aconteceu, com ainda mais minúcias sobre o CFPMCC, do qual narrou acerca do ambiente, das oficinas, amizades, a saída - ainda que de forma mais contida do que outros participantes.

No extremo oposto, há alguns entrevistados que utilizaram a possibilidade de contar sua história como uma forma de tentar fazer as pazes com seu passado. Narrar seus percalços tornou-se um momento de reflexão sobre sua vida e escolhas, ainda que isso trouxesse algum sofrimento. Saulo, já mencionado nessa pesquisa, declarou:

Então como eu te falei, quando eu falei naquele email, naquele whatsapp pra você, que cada um de nós vivemos num casulo. **A nossa história tá presa conosco.** Que muitas vezes você **precisa** de alguém pra você externar aquilo. ³⁷⁸

Nesse pequeno trecho, muitas camadas se apresentam. As palavras grifadas exprimem uma mensagem de que, para ele, era muito importante poder falar, encontrar essa

³⁷⁷ Entrevista Miguel. Realizada em 15/07/2019

³⁷⁸ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019. Grifo nosso.

escuta. Uma escuta que não julgasse, que respeitasse sua vivência. Salta aos olhos o uso do verbo precisar: para ele, demonstrou, falar trata-se de uma necessidade. Dizer que a história está presa é afirmar a urgência em soltá-la, em libertá-la, para, quem sabe, poder seguir mais tranquilo. Comentou ainda que sabe precisar de um apoio profissional, de um/a psicólogo/a ou psiquiatra: “eu sinto que eu preciso, pra soltar tudo, externar tudo”.³⁷⁹

É importante lembrar que Saulo é irmão de Wagner, também ex-jornaleiro e integrante dessa pesquisa e não seria inoportuno pensar que, por viverem trajetórias parecidas, Saulo encontrasse no irmão essa escuta - porém, pelo que narrou, nem sempre esse encontro aconteceu, e quando aconteceu, acabou por tornar-se embate, uma disputa de narrativas, por possuírem relatos divergentes sobre um mesmo fato. Sobre esse aspecto, Saulo conta:

A minha vida é essa. Talvez a do mano tenha sido pior do que a minha, não sei. Ou melhor do que a minha. Mas a história que eu tenho ele não sabe, nem 10% da história, da minha história. Ele não sabe nem 10% da minha história. Eu também não sei da dele.³⁸⁰

Nesse extrato podemos notar a dificuldade enfrentada por Saulo em compartilhar suas memórias com o *mano*, como chama carinhosamente o irmão. Sendo assim, enfatiza a necessidade de externalizar essas lembranças, ainda que com alguém sem intimidade e que não tenha uma vivência próxima da dele - e talvez fosse esse distanciamento o que ele precisasse para poder exteriorizar essas recordações.

*

Neste processo de evocar memórias e trazer à tona lembranças que estavam imersas e distantes, muitos dos entrevistados não contiveram a emoção. Manifestaram seu descontentamento com o Estado, com as metodologias do IAM e da CAPEJO, narraram seus ressentimentos quanto à família - o sentimento de abandono, de culpa, de desamparo... e nessas narrativas despontam as fragilidades que há muito pareciam ter sido escondidas e que serão o foco do subcapítulo a seguir.

³⁷⁹ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

³⁸⁰ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

6.2. “EU NÃO SABIA QUE IA ME EMOCIONAR TANTO ASSIM”: NARRATIVAS SENSÍVEIS

Foi a partir de uma lista de contatos do grupo dos ex-CAPEJO, cedida por Wagner, que enviei uma primeira mensagem a seu Silvano. Prontamente se dispôs a falar e combinamos uma ligação para que eu lhe explicasse os detalhes da pesquisa. A partir desse momento, combinamos via aplicativo de mensagens nosso encontro presencial.

Silvano mora em uma cidade na região metropolitana de Curitiba. Acordamos nosso diálogo em um parque, próximo à casa dele, em uma terça pela manhã, em junho de 2019. Da minha cidade até lá, há um ônibus direto e ele informou todo o trajeto para chegar até o local combinado. Poucos minutos depois da hora marcada, Silvano chegou. Me cumprimentou, tímido, com roupas de ginástica - depois me contou que disse à esposa que iria caminhar, não relatou a ela sobre a entrevista, por vergonha e por receio também de que ela julgasse desimportante. Havia uma turma de crianças de cinco ou seis anos, acompanhados por duas professoras, próximos a um pequeno lago, compartilhando seus lanches - seu burburinho e animação nos fez mudar de lugar, escolhendo um banco em um local mais tranquilo e silencioso, pertinho de uma roda d'água.

Ali, Silvano começou a narrar sua vida, iniciando pelo seu nascimento, quinze de agosto de 1964, e logo afirmou “eu me conheci por gente no [Educandário do] Portão”.³⁸¹ Conta que seus pais eram muito pobres e doentes, que sua lembrança deles é de quando estavam acamados; seu grupo familiar contava com vários irmãos: precisou contar nos dedos e buscar na memória um número aproximado - “esses negócio de irmãos eu não lembro. Nós era em.. deixa eu ver.. um, dois, três... cinco homem e três mulher. Cinco homem e três mulher. Só que os homem, os mais velho, preferiram casar né, e abandonaram minha mãe, naquela época, com nós”.³⁸²

Segundo relata, sua família sempre recebia ajuda, alimentos e remédios, de várias pessoas, de igrejas ou da assistência social. Assim, seus pais decidiram por pedir a colocação dos filhos nas unidades de auxílio do Estado ou particulares: suas irmãs foram destinadas ao Lar das Meninas e os irmãos em outras casas - Silvano lembra-se de estar primeiramente no Educandário e depois, ser transferido para a CAPEJO, onde um dos seus irmãos já era jornalista.

³⁸¹ Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

³⁸² Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

Foi Silvano que proferiu a frase que nomeia esse subcapítulo, a respeito da “surpresa” em sentir-se emocionado ao narrar sobre sua vida: “[suspira]... eu não sabia que ia dar essa emoção assim... ai... eu não sabia que ia me emocionar tanto assim, sabe? É que foi muito doído essa época assim pra mim, sabe?”.³⁸³ A partir do que me conta, é possível perceber uma trajetória árdua e dolorosa e que ele sentia esse pesar, mas mesmo assim, descreveu sua emoção como inesperada.

Em nossa percepção, é difícil desvincular essa demonstração contida de tristeza e a “vergonha” das questões que contornam a masculinidade. São várias as tramas que se entrelaçam na interseccionalidade da constituição dos sujeitos e não há como ignorar que parte desse silenciamento das emoções e sentimentos se relacionam em muito com a construção da masculinidade, do que é ser homem inculcado nos meninos desde muito pequenos, numa performance que perpassa as mentalidades e o corpo, dita a postura e como se situar num mundo de dualidades que estabelece o que significa ser homem e o ser mulher. Não é possível dissociar esses aspectos, conforme afirma Norbert Elias: “a figura individual jamais é artificialmente isolada do tecido de sua existência social” (1993, p. 229).

Sônia Pimenta e Cláudia Natividade, em *Humano, Demasiadamente Humano: Sobre Emoções e Masculinidade*, afirmam que:

[...] os efeitos dos construtos tradicionais de masculinidade recai, inevitavelmente, sobre o processo de socialização dos homens, que inclui, desde a infância, a configuração de um ser forte, seguro de si mesmo, competitivo e vencedor. Para que tal projeto de masculinidade seja materializado, algumas condutas serão imprescindíveis: não chorar, não se mostrar fraco, com medo ou inseguro, ou seja, não demonstrar emoções (PIMENTA, NATIVIDADE, 2012, p. 612).

Desse modo, nossa análise parte da ideia de que não apenas a tristeza foi suprimida, como foi associada à vergonha: não exatamente em se emocionar, mas em realizá-lo durante a entrevista e em público; talvez, em seu íntimo, sozinho, isso já houvesse acontecido, mas Silvano escolheu demonstrar essa surpresa³⁸⁴ - ou, talvez, aproveitou a oportunidade de falar para deixar emergir esse sentimento.

Na entrevista de Wagner houve também um momento de comoção, quando fala sobre um senhor que lhe deu um presente, um radinho de pilhas, quando estava para completar 15 anos. Narrou essa lembrança como um dos momentos felizes de sua adolescência, mas essa memória também pode significar a falta de vínculos com sua família ou a ausência de carinho, pois foi algo muito marcante para o entrevistado: um cliente, quase desconhecido, com quem

³⁸³ Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

³⁸⁴ Silvano, em certo momento, fala da voz embargada pela emoção, culpando um resfriado: “eu tô com um pouco de gripe também.” Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019

fez amizade, se preocupar com ele e com seu aniversário, lhe dando um presente. Emocionou-se, com uma mistura de doçura e tristeza. Acredito que sua percepção sobre esse evento, o acolhimento dessa emoção, parte também da sua vivência e experiência artística, que entende a sensibilidade de forma outra, que não essa da imposição da masculinidade hegemônica a deméritos e fraquezas. Ele afirma:

Tem vários momentos na minha vida que eu lembro assim, que eu me emociono assim, né, saber aonde eu, pelas coisas que eu passei, onde eu cheguei, onde estou, onde cheguei, entendeu? Por exemplo, tem... que até agora, eu já consigo falar mais tranquilamente assim...³⁸⁵

O trecho acima demonstra esse enfoque, esse da relação mais serena com o passado (ou pelo menos, a aparência desta). Como já mencionamos, Wagner foi bailarino e ainda realiza atividades na gestão e produção de espetáculos. É uma figura notável e que já concedeu diversas entrevistas para diferentes veículos de mídia; esse aspecto possivelmente contribuiu para que sua narrativa já tivesse contornos mais definidos e que os sentimentos expressos já tivessem sido elaborados de forma mais contundente.

Essa assimilação não parece ter sido um processo pelo qual os outros entrevistados igualmente tivessem passado. Saulo, seu irmão, ao fim da sua entrevista, atestou:

Eu não digo que sou uma pessoa revoltada, eu sou uma pessoa muito triste por dentro. Muito triste por dentro. A minha felicidade, ela não é plena. Porque eu tenho mágoas dentro de mim. Mas eu não externo pra ninguém. Eu tenho dentro de mim guardado. Eu vivo com o choro aflorado [...] Eu te digo, eu sempre precisei de um psicólogo, e sempre precisei de um psiquiatra. Não procurei nenhum deles até agora, não procurei nenhum deles. Mas eu sinto que eu preciso, pra soltar tudo, externar tudo.³⁸⁶

Esse entendimento, de que precisava externalizar seus sentimentos, diverge do que compreendemos dos outros participantes. A surpresa da emoção, o negar-se a falar, o narrar superficialmente para, talvez, não precisar lidar com as questões mais sensíveis e profundas... essa foi a tônica da maior parte das narrativas. Para esses homens, falar dessas vulnerabilidades tornou-se uma dificuldade, principalmente no que diz respeito aos traumas e violência. Deste modo, tratar desses aspectos representou um duplo desafio: o deles, em falar, e o nosso, em ouvir e compreender. São os desdobramentos dessa questão que norteiam a seção abaixo.

³⁸⁵ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

³⁸⁶ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

6.2.1 Relatos De Trauma: “Já De Manhã Eles Já Usavam De Violência”

Maria Paula Nascimento Araujo e demais integrantes do Núcleo de História Oral e Memória do Instituto de História/UFRJ propuseram uma investigação sobre o papel dos testemunhos relacionados à ditadura militar brasileira, com foco no trauma da violência política e analisando as políticas de memória do Estado. No artigo que resulta dessa pesquisa, a historiadora destaca alguns autores da produção acadêmica que entendem tais narrativas para além do registro histórico, mas que também podem assumir um caráter jurídico e político, que é assinalado e reforçado pelo uso do termo *testemunho* - testemunho de eventos traumáticos, como o Holocausto, o Apartheid, as ditaduras militares da América Latina... (ARAÚJO, 2020, p. 20).³⁸⁷ Esses eventos tornaram-se paradigmáticos como objetos de análise para a História e outras ciências humanas.

Um dos principais autores que abordam o tema é Márcio Seligmann-Silva (2008), que investiga o que chama de literatura testemunhal. Seu foco são os testemunhos do Holocausto, mas suas reflexões influenciaram toda uma gama de trabalhos sobre as experiências de violência e de traumas, principalmente aquelas relacionadas ao que denomina catástrofes históricas.³⁸⁸ Em seu texto *Narrar o Trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*, o autor escreveu: “Sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 72).

Nessa perspectiva estão também os escritos de Alistair Thomson, que em um de seus artigos nos traz importantes apontamentos para a compreensão da dificuldade de narrar eventos traumáticos.³⁸⁹ O autor compreende a memória como uma composição: “Compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente. *Composição* é um termo adequadamente ambíguo para descrever o processo de ‘construção’ de reminiscências”. (THOMSON, 1997, p. 56) Essa construção é realizada a partir das linguagens e significados da nossa cultura, numa mediação quase nunca fácil entre memórias e experiências que muitas vezes não conseguem ser compartilhadas ou não encontram escuta e/ou validação dos demais.

O arranjo destas memórias é permeado pela relação entre passado e presente, numa reestruturação constante a partir de novas experiências e compreensões, onde os fatos, eventos

³⁸⁷ Os autores relacionados no texto de Araújo são Elizabeth Jelin e Márcio Seligmann-Silva.

³⁸⁸ Nas palavras de Maria Paula Araujo, com as quais corroboramos: “A base da reflexão de Seligmann-Silva é o testemunho do Holocausto, mas essa característica apontada por ele está presente, igualmente, nos testemunhos das mais variadas tiranias, porque ela se refere à experiência da violência, da injustiça, da impotência, do trauma” (ARAÚJO, 2020, p. 16).

³⁸⁹ O texto em pauta é “Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias”, publicado na Revista Projeto História, em 1997.

e lembranças adquirem novos sentidos. Uma das percepções mais significativas do autor se encontra no que concerne à identidade: construída na interação com o outro e conosco mesmos, nos contando, reiteradamente, nossa história. Thomson afirma: “ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser” (THOMSON, 1997, p. 57). Dessa forma, destaca, moldamos nossa identidade, atribuindo sentido e coerência a nossas vidas.

O historiador australiano sustenta que, na composição dessa identidade, precisamos “(...) compor um passado com o qual possamos conviver” (p. 57). É sobre este ponto que nos dedicamos a refletir neste momento da escrita. Os eventos e experiências traumáticas marcam vidas e relatar tais memórias, admitindo sua existência, atrelando isso à sua identidade é um processo doloroso e angustiante, que pressupõe entender o ocorrido, reconhecer-se como vítima, compreender que esse evento não deve ser um elemento definidor de sua vida e tentar coexistir com essa mágoa e sofrimento.

Dora Schwarzstein em determinado momento do seu artigo *História Oral, Memórias e Histórias Traumáticas* cita Luisa Passerini, ao abordar os silêncios que cercam os sobreviventes de catástrofes e guerras:

Esto nos obliga a tener, como bien señala Luisa Passerini, una visión no tan optimista sobre la memoria, saber que en nuestros tiempos no es suficiente sobrevivir físicamente para que el trauma pueda ser dejado atrás. Estas historias subrayan la complejidad de la trama de la memoria y la dificultad de la convivencia con el recuerdo del pasado (SCHWARZSTEIN, 2001, p. 76)³⁹⁰

Conviver com as recordações de um passado violento e traumático deve ser extremamente angustiante e, portanto, torna-se compreensível o desejo de soterrar tais memórias, negar-se em falar, ansiar por esquecer. Trazer esses momentos à tona é, em certa medida, reviver o horror, transformar em palavras os momentos de dor - entender que muitas coisas são inenarráveis.

Algumas dessas narrativas precisam, no entanto, de um lugar de escuta. E este lugar nem sempre é de fácil encontro. Seligmann-Silva (2008) menciona, como exemplo, os relatos de Primo Levi que, ao regressar do campo de concentração, ele e outros sobreviventes, sentiam a necessidade de falar, de contar o que passaram - no entanto, a recepção a esses

³⁹⁰ “Isso nos obriga a ter, como bem aponta Luisa Passerini, uma visão não tão otimista da memória, sabendo que em nosso tempo não basta sobreviver fisicamente para que o trauma fique para trás. Essas histórias sublinham a complexidade da trama da memória e a dificuldade de conviver com a recordação do passado.” (Tradução nossa). A referência que a autora faz à Passerini é de 1992 (PASSERINI, Luisa. (org.) *Memory and Totalitarianism. International Yearbook of Oral History and Life Stories*. Oxford, Oxford University Press, 1992, v. I, p. 1-19)

relatos logo cessou, saturando a escuta, na tentativa mesma de superar esse passado conflituoso e bani-lo ao esquecimento.

Nessa perspectiva, nos questionamos: o trauma pode ter interferido no desejo dos nossos entrevistados em querer narrar ou não as vivências que tiveram enquanto jornalheiros, enquanto meninos de outrora, garotos institucionalizados? Quais são essas violências que conseguem relatar? Houve negativas perceptíveis sobre o tema?

A primeira pessoa a falar sobre essas formas de agressão partindo da instituição foi Gilson. Como descrito na abertura deste capítulo, logo no início da nossa conversa ele utilizou o termo “violência” e insistiu nisso algumas vezes até que eu tomasse coragem para questioná-lo sobre. Assim, percebendo a existência da escuta e, principalmente, sentindo o apoio de sua companheira, o homem iniciou uma profusa e profunda narrativa. Primeiro, em um só momento, mencionou quatro vezes a palavra:

Mas daí assim, eu vejo, a parte negativa lá da escola era mais a questão da violência, que tinha muito, a parte da violência né? Com os... as crianças lá com a gente. A gente sofria porque era muito à base da disciplina né, rígida de quartel assim ... de qualquer coisa que, no caso, houvesse de errado era pago com... era disciplina em forma de castigo, de surra, bastante violência né? [...] aí os inspetor que cuidavam da gente né, e eles... [...] eles não tratavam a gente como filho né, então eles eram os inspetor onde eles que disciplinavam né, por ordem do diretor, porque acho que era mais ou menos quase umas duzentas crianças, na época, então tinha que ter uma linha bem rígida, pra poder, pros alunos lá, os internos, se submeter às normas né. Então eles usavam esse tipo de violência. E era bem... caso quando o jornal, a pessoa ficava devendo na escola, devendo o dinheiro do jornal, revista, essas coisas, era na base do castigo... daí tinha que pagar, tinha que arrumar dinheiro pra pagar [...] ³⁹¹

Depois, mencionou o Educandário Munhoz da Rocha e voltou-se para esse tema. Pouco após, retomou o ponto das agressões e, então, nos dedicamos a explorar o assunto. Uma das primeiras menções foi ao “quarto do mijão”, já citado no capítulo 2. ³⁹² O cômodo era um quarto em que os meninos que urinavam na cama à noite, ficavam separados do restante dos garotos. Era composto por beliches e colchões, que os que faziam “xixi na cama” deviam, de forma vexatória, dispor ao sol e lavar lençóis e fronhas. Assim, não havia como esconder que você integrava o grupo dos “mijões”. Gilson narrou que “tinha problema de bexiga, né, de mijar na cama né? [...] muitos lá que tinham problema urinário... De bexiga assim” e contou que o constrangimento de atravessar o dormitório e descer as escadas com o colchão molhado não era o único castigo que sofreu, relatando que não eram raros os espancamentos por conta disso. ³⁹³

³⁹¹ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

³⁹² É possível verificar sobre esse quarto no capítulo 2.

³⁹³ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

Em outro momento, quando já falávamos de assuntos mais leves, das férias em Guaratuba, Gilson voltou a mencionar o malfadado quarto. Como a direção escolhia alunos disciplinados e com boas notas para realizar a viagem, os meninos que urinavam na cama provocavam mutilações em si mesmos para evitar que o xixi escapasse. Ele e a esposa narraram:

E- Ele conta que, não sei se eles tinham costume de fazer isso, mas ele conta que os meninos chegavam a amarrar o pênis pra não fazer xixi.

G – Chegavam a amarrar, porque se mijasse na cama... eles tinham umas normas lá deles lá, que se mijasse na cama, num ia [para a praia], se tivesse devendo lá muito, não ia...

E – E o melhor passeio era ir pra Guaratuba...

G – Se não fosse disciplinado, se tivesse notas baixas, também não ia, se ... ah, tinha várias coisas lá né...³⁹⁴

Dessa forma, relatando essa situação dos meninos que amarravam as partes íntimas demonstra que, para além das agressões físicas, existia a violência psicológica. Gilson revelou, em determinado momento da entrevista, que muitas vezes crianças se machucavam propositalmente: “[...] tinha criança que fazia muita coisa com ela mesma, né? Por não ir, [pra praia] né... eles praticamente se autoflagelavam né. Ficavam revoltados com elas mesmas e se debatiam, e faziam muita coisa com o corpo delas”.³⁹⁵

Segundo Lorena Lopes e Leônia Teixeira (2019), pesquisadoras das relações entre psicanálise e o ambiente escolar, as mutilações são formas de manifestar aquilo que a pessoa não consegue ou não pode expressar. Nos últimos anos, afirmam, a psicologia e a educação têm olhado com mais atenção para esse fenômeno que vem afligindo principalmente os adolescentes, que enfrentam dificuldade para lidar com situações relacionadas ao desenvolvimento do corpo e com a sociabilidade, e também com o sofrimento psíquico associado a traumas e violência - hipótese que podemos considerar a partir do relato de Gilson, que analisa: “era pesado na época, você tinha que se segurar, segurar uma onda. Num tinha que ficar rebelde, bravo, tinha criança que fazia muita coisa com ela mesma”.³⁹⁶

Quando disse que não havia espaço para a rebeldia, compreendemos que essa revolta era reprimida (na maioria através da violência) e na impossibilidade de exteriorizá-la de alguma forma, os garotos se machucavam e se autopuniam.³⁹⁷ A literatura, conforme escreveram Moreira et al (2020), tem apontado os cortes no corpo como principal forma de

³⁹⁴ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

³⁹⁵ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

³⁹⁶ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

³⁹⁷ Podemos interpretar que a violência da qual se utilizavam nas ruas, através de brigas com outros grupos e jogos de futebol que terminavam em agressões, também possam ser meios que os garotos utilizavam para exteriorizar essa raiva originada pela violência institucional e falta de afeto.

automutilação entre adolescentes e jovens, mas que há outros tipos de comportamento que podem demonstrar o autoflagelo:

comportamentos não fatais em que o indivíduo intencionalmente causa lesões a si mesmo provocando cortes, arranhões ou queimaduras na própria pele, salta de locais relativamente altos, ingere fármacos em doses superiores as posologias terapêuticas, faz uso de drogas ilícitas ou substâncias psicoativas com propósito de autoagressão e ingestão de substâncias ou objetos não ingeríveis. (MOREIRA *et al*, 2020, p. 3946).

Ao analisar as fontes a partir da leitura desses textos sobre essas lesões auto infligidas, foi possível perceber que, apesar de Gilson ter sido o primeiro a falar sobre essas práticas, elas estiveram presentes em outras entrevistas, ainda que de forma mais contida. Por exemplo, quando Wagner conta que andava na mureta do viaduto Capanema ou que pulou do trampolim da piscina do Colégio Estadual do Paraná, podemos verificar que havia de fato certa apatia ou desinteresse pela vida, visto que se tratava de comportamentos de extremo risco, como o entrevistado admite:

Era muito maluco, assim. Não tinha noção do perigo. E eu, eu vou ser bem sincero com você, eu não aceitava essa palavra. Eu não achava que existia, quer dizer, claro que existe, lógico. É... mas a minha cabeça não conseguia discernir “isso aqui é perigoso”. A ponto de eu fazer algumas loucuras...³⁹⁸

Ao trazer esse relato à tona, Wagner analisou: percebe que não sentia medo, não tinha uma definição clara do risco que oferecia e admite que hoje, faz uma leitura diferente sobre isso:

Sem noção do perigo. Quer dizer, adrenalina pura, tinha noção do perigo, claro que tinha noção do perigo, mas era coisa de doido. E hoje me dá frio na barriga só de pensar que eu fazia isso, entendeu? Juro que me dá... [...] ³⁹⁹

Em outro momento, narrou:

E a gente vivia subindo naquela coisa [a mureta], com caderno, livro, bolsa e tal. Meu deus do céu, doidera assim. Então assim, a gente não tinha muita noção do perigo né, então quer dizer, fazia umas coisas que... eu tô vivo mesmo não sei por quê. Sério. Acho que eu tô vivo pra contar essa história pra você. [...] E eu lembro que eu já passei por tanta coisa, tanta coisa mesmo, assim, sabe? De tá fugindo, por exemplo, de um inspetor lá, de pular pela janela do segundo andar, cair em cima da casinha de gás, assim. Podia ter me arreventado, estropiado tudo, né. Era doido assim. ⁴⁰⁰

Quando contou sobre esses eventos, Wagner demonstrou em seu rosto e seus gestos, ao mesmo tempo, admiração e aflição pelas situações vividas. Ao dizer “(...) hoje me dá frio na barriga só de pensar que eu fazia isso”, trouxe o presente para analisar o passado e confirmou que, atualmente, entende que esse contexto era de risco à sua sobrevivência.

³⁹⁸ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

³⁹⁹ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

⁴⁰⁰ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

Saulo também contou que se sentia só, que não tinha (e não tem) muitos amigos, e que sentia desapego à vida quando era adolescente. Os comportamentos de risco eram fumar e beber. Sobre a bebida, narrou que aconteceu apenas uma vez, mas que foi um evento bastante arriscado:

S- Quando eu passei na, quando eu terminei minha oitava série, eu simplesmente entrei num mercado e comprei uma Sidra Cereser, e tomei ela todinha, fiquei bêbado, fui dormir num terreno baldio. Meu irmão me procurando, procurando, procurando, procurando, aí do nada ele me achou num terreno baldio, próximo a um colégio. Tomei a Sidra, fiquei bêbado. Isso foi em 19 de dezembro de [19]76. Foi quando... 1976 não, minto, minto... 19 de dezembro de 78, 78. Foi quando eu tomei essa bebida.

N - Foi o teu primeiro porre?

S - Foi. Não, foi o primeiro e último, porque hoje eu não bebo e não fumo.

Nascido em 1964, Saulo devia ter 14 anos quando esse fato aconteceu. Em perspectiva, poderia ter tido um coma alcoólico, sozinho, dormindo em um lugar abandonado, ou ter sido assaltado, violentado... Colocar-se em situações vulneráveis era constante e fazer mal a si, também. Segundo contou, muitos meninos da CAPEJO fumavam cigarros e mesmo que não entendessem como algo ruim, esse hábito apresentava risco à saúde e ainda, ocasionar advertências e ações que consideravam disciplinares:

N- E era comum os meninos da casa fumarem?

S - Todo mundo fumava escondido. Eu parei de fumar, eu levei uma surra também de um inspetor. **[Risos]**

S - Essa aí eu tava devendo, cheguei fedendo cigarro ele falou pra mim...[...] por estar chegando com fedor de cigarro. Eu tava na infração. Ele chegou assim, sentiu o cheiro assim, me bateu, me deu um tapa na cara assim, quase saiu sangue. Aí me deu mais uns socão na cabeça assim e falou assim "se você não parar de fumar eu vou te matar, eu vou te bater tanto que você não vai nem acordar pra saber quem te bateu."⁴⁰¹

Nesse momento, Saulo chegou a dar risada por ter apanhado de um funcionário e ameaçado por ele pelo fato de que, hoje, considera que foi bom ter parado com o vício. Muitas vezes nas entrevistas, alguns relatos de violência são contados desta forma um tanto quanto despreziosa, leve... aos risos, contaram dos safanões, tapas, surras que levaram ou pelas situações vexatórias pelas quais foram submetidas. É provável que muitos desses homens não tenham a compreensão de que esses procedimentos se tratavam de formas de violência, física, verbal ou psicológica. De fato, quatro entrevistados somente - Adir, Gilson, Silvano e Saulo - demonstraram em suas narrativas que percebiam essas agressões como algo anormal, como veremos a seguir.

A maioria dos entrevistados expôs algo relacionado a um tipo de violência dentro da instituição, como ameaças, surras, castigos, espancamentos, por parte dos funcionários e do diretor. Entretanto, relataram essas situações corriqueiras, não se atendo muito ao assunto ou

⁴⁰¹ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

normalizando essas condutas, de forma a dizer que isso era necessário ou que teria sido merecido porque haviam “aprontado” alguma coisa, provocando essa atitude, citando-a sempre como disciplina. Dois relatos foram mais marcantes nesse sentido, o de Lino e o de Adalberto. O primeiro comparou sua vivência nos orfanatos e instituições à realidade atual, onde as crianças e adolescentes possuem leis mais específicas para sua proteção:

L - não é igual hoje, hoje é tudo liberado ... não pode bater, não pode encostar ... diferente

N - E quando o senhor diz que é diferente, o que que o senhor quer dizer?

L - Ah ... a rigidez, na nossa infância a gente apanhava, de borracha, de pedaço de madeira, ferro, qualquer coisa, hoje você não pode encostar na criança... Então por isso que é diferença

N - E isso tinha muito na casa do pequeno jornaleiro?

L - Todos, todos os orfanatos que nós tivemos, teve

N - É? Mas... relacionado a indisciplina assim?

L - Sim, a disciplina, se a gente era rebelde ... tinha que seguir a linha né, cê não pode se rebelar contra o sistema

N - E o senhor tem alguma lembrança disso, o senhor acabou levando uns castigos desses?

L - Isso acontece, **isso é normal, isso é coisa normal**, mas graças esses castigos virou gente e aí no seguir da vida você pensa "será que eu vou querer aquele caminho ou esse?" aí “eu vou por aqui, se eu fizer coisa errada, eu não vou ser uma pessoa do bem”.

Assim, podemos perceber que, mesmo que a violência física fosse explícita, muitos dos entrevistados a consideraram normal e tentaram justificar seu uso. Lino, inclusive, parece se revelar saudoso do tempo em que havia a possibilidade de disciplinar através da força, destacando que *hoje* não é mais possível essa *disciplina*, como afirmou na primeira frase da citação acima.

A violência contra a criança e o adolescente não é novidade na História do Brasil e, muitas vezes, é tida pela sociedade como cotidiana e até mesmo como parte do processo educacional. Conforme disserta Carmen Moraes:

Em diferentes momentos históricos, no abandono das ruas, vítimas da indiferença oficial, ou encerradas em instituições disciplinares e submetidas à pedagogia da violência, ao estigma da pobreza e da exclusão, ou ainda jogadas precocemente à brutalidade de relações de trabalho próximas à da escravidão – na lavoura, na indústria ou no trabalho doméstico –, em todos os casos, as crianças tiveram as infâncias suprimidas e as vidas mutiladas (MORAES, 2000, p. 93).

É frequente a defesa do tapa, da surra, do castigo, como métodos educacionais pelo senso comum, numa percepção de que a autoridade familiar se expressa também como autoridade sobre o corpo dos pequenos. Esse tipo de agressão doméstica é muito recorrente, e é justificada no sentido de disciplinar e docilizar as crianças. Alguns autores utilizam o termo violência intrafamiliar para tratar do assunto, pois esse abarcaria “todas as formas de violência (abuso sexual, físico e emocional, abandono e negligência) e todas as configurações

familiares possíveis (entre pais e filhos, casal, irmãos e filhos para com pais)” (KOLLER, DE ANTONI, 2004, p. 297).

Em que pese o fato de que para muitas pessoas há uma diferença entre o tapa e o espancamento, pesquisas demonstram que boa parte da sociedade defende a utilização desse tipo de tratamento para com as crianças.⁴⁰² Uma pesquisa realizada em 2010 pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo apontou que mais de 70% dos entrevistados pela investigação revelou ter apanhado na infância; 1 em cada 5 participantes disse que apanhava regularmente e os pesquisadores demonstraram que, para esses que sofriam punições quase que diárias, essas agressões eram mais violentas, com varas, cintos, paus e outros objetos duros (CARDIA, 2010, p. 7). Outra investigação, proposta pela Fundação José Luiz Egydio Setubal e do Instituto Galo da Manhã, realizada em 2021, revelou que 62% dos brasileiros concordam com o ato de bater para educar, para que “o filho não vire bandido.”⁴⁰³

Trazemos esses dados e percepções para demonstrar que as narrativas dos entrevistados pelo presente trabalho não são descoladas da realidade, mas refletem perspectivas inseridas no tecido social de que educar significa também, bater. Na entrevista de Adir ele trouxe uma questão curiosa, demonstrando que a violência, se familiar, poderia ser admitida:

Passei muito perrengue, eu passei. Vixi, eu sofri muito. A vida de orfanato é apanhar dos outros. **Apanhar de quem não era pai né?** Vai apanhar de quem? Não tem pai né! Entendeu? Esse era o sofrimento da gente quando a gente era pequeno. Acho que até hoje é assim também.⁴⁰⁴

Quando Adir menciona “apanhar de quem não era pai” ele estava justamente relativizando o ato de castigar, caso essa agressão partisse do poder familiar. No mesmo sentido, está a entrevista de Adalberto. Nos encontramos menos de uma semana depois da conversa com Gilson, onde ele relatou todo tipo de violência sofrida. Ainda impactada por esse momento, perguntei a Adalberto sobre esses abusos. O homem negou que houvesse qualquer tipo de excesso, mas afirmou: “que pai que não dá uma chamada mais firme nos filhos?”, comparando um dos diretores à figura paterna e, por isso, legitimando esse uso da força para com seus colegas.

⁴⁰² A esse respeito, ver: Gershoff, Elizabeth T, Grogan-Kaylor, Andrew. Spanking and child outcomes: Old controversies and new meta-analyses. *J Fam Psychol.* 2016 Jun; 30(4):453-69. doi: 10.1037/fam0000191. Epub. 2016. Apr 7. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27055181/>

⁴⁰³ A pesquisa foi realizada a pedido dos institutos citados e elaborada pela Ipsos, entrevistando 2238 pessoas em 134 municípios brasileiros. <https://oglobo.globo.com/brasil/brasileiros-preferem-dialogo-na-educacao-de-criancas-mas-62-toleram-bater-para-filho-nao-virar-bandido-mostra-pesquisa-25309712>

⁴⁰⁴ Entrevista Adir. Realizada em 15/04/2020.

A violência institucional igualmente é uma constante na realidade brasileira e muitos estudos na área de História, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Serviço Social, dedicaram-se e tem se dedicado a investigar as formas como essa violência acontece e os impactos que causa na vida e sociabilidade de crianças e adolescentes que são institucionalizados em abrigos, orfanatos, casas-lar e unidades de socioeducação.

Já no fim do século XIX e início do XX, existiam denúncias sobre a crueldade com a qual crianças eram tratadas nos institutos de menores, escolas de aprendizes artífices e de trabalhadores rurais, patronatos agrícolas e asilos ou casas de preservação. O Serviço de Assistência a Menores (SAM), criado por Getúlio Vargas em 1941, recebeu inúmeras delações de pais, jornalistas, órgãos de proteção, autoridades públicas e, ainda, os diretores dessas unidades, sobre os atos repressivos que aconteciam em suas instalações insalubres, que tornaram o SAM conhecido como “escola do crime” (RIZZINI, 2004).⁴⁰⁵ Na tentativa de modernizar o sistema e calar as críticas, a Ditadura Militar instaurou, em 1964, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), que deu origem à FUNABEM e às FEBEM’s.⁴⁰⁶

A PNBEM não escapou da desaprovação da sociedade, motivando inclusive uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as condições às quais as crianças, adolescentes e jovens eram submetidos, a corrupção que se alastrava nas unidades de internação e as “operações especiais”, prática disseminada em vários estados que consistia em agrupar um certo número de crianças internas ou que viviam em situação de rua, embarcá-las em veículos e abandoná-las em lugares incertos, muitas vezes com adicional de crueldade, como espancamento, nudez, torturas diversas e mordidas de cães (BOEIRA, 2018).⁴⁰⁷

Podemos refletir, isto posto, que a violência esteve sempre presente tanto nos colégios educacionais regulares quanto nas instituições de abrigamento e reclusão e que a sociedade civil e organizada estava atenta e, muitas vezes, era crítica à forma como se

⁴⁰⁵ As críticas ao Serviço de Atendimento ao Menor eram tão sérias que, em 1956, Paulo Nogueira Filho escreveu uma obra chamada *SAM: Sangue, Corrupção e Vergonha*. As denúncias também vinham da imprensa e do congresso, eram endossadas pela União Democrática Nacional (UDN) e Ação Social Arquidiocesana do Rio de Janeiro, e sugeriam que o SAM era um sistema desumano, ineficaz e perverso, visto a falta de cuidados com os internos e à superlotação.

⁴⁰⁶ Fundação Nacional do Bem Estar do Menor e Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, respectivamente.

⁴⁰⁷ Boeira cita as Operações Camanducaia, Londrina e Passa Moleque. A mais conhecida entre estas é a primeira. Em 19 de outubro de 1974, cerca de 93 jovens menores de idade, que supostamente seriam infratores, foram arbitrariamente levados por policiais da sede do Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo (DEIC) para Minas Gerais. Quando o ônibus que os transportava chegou a Camanducaia, durante a noite, os garotos foram despídos, espancados e jogados do alto de uma ribanceira. No dia seguinte, pouco mais de 40 sobreviventes, machucados e nus, apareceram na cidade, onde invadiram casas e estabelecimentos para se vestir e se alimentar. Apesar de que o episódio teve muita repercussão na mídia, o caso foi arquivado. Mais informações em: <https://www.ufrgs.br/vozesdaditadura/?p=1028>
<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/31/operacao-da-ditadura-que-espancou-e-torturou-93-jovens-e-tem-a-de-documentario> acesso 01/03/2021

conduzia a chamada ressocialização, ainda que grupos sociais apoiem o tratamento desumano para aqueles que, principalmente, cometeram algum ato infracional.⁴⁰⁸

Guardadas as devidas proporções entre a Casa do Pequeno Jornaleiro e as unidades de isolamento e reeducação, as direções e equipes da CAPEJO apresentavam diversas formas de repressão, de violência física e verbal. Os relatos trazem agressões com cabos e madeiras, socos, pontapés, puxões de cabelo e orelha, castigos envolvendo exercícios físicos e impedimento de sair de casa ou participar de passeios e atividades. Ainda que muitos entrevistados não admitam ou entendam que se tratava de violência, ela existia e em diversos níveis.

Gilson, em sua entrevista, usa a palavra tortura algumas vezes, bem como o termo escravidão para se referir ao trabalho pouco ou até mesmo não remunerado. O uso da primeira foi reforçado por sua esposa, que disse “mas as torturas que ele conta, é bem triste assim. Sabe? Quando a gente ouve assim” e comenta que já aconteceu de estarem em algum lugar e o marido reconhecer alguns homens e confidenciar a ela: “eles eram dos que me torturavam”. Nesse momento, a conversa tornou-se bastante sensível: o casal se emocionou, chorou e se apoiou um ao outro, Eliana segurando a mão do homem, que cobria o rosto, tentando esconder as lágrimas, envergonhado e com a voz embargada. Assim, pela ênfase dada à palavra tortura e a forma como expuseram tal tema, pudemos notar que os dois têm consciência de que era uma violência, que era desproporcional e que deixou marcas profundas, como demonstraram no trecho:

E – Até hoje [emocionada] ele não consegue ver filme assim, que eu consigo assistir, ele não assiste, ele não assiste, porque ele não consegue [emocionada] é ver a história dele né, é ver a história dele.

G- Tem coisas que só Deus mesmo pra tirar essa, esse trauma que fica né, não tem... como que fala né, das pessoas às vezes, um soldado passar por uma guerra e daí fica traumatizado daí tem que levar a vida né, é o que aconteceu comigo né. Um outro irmão também sofreu muito e ele, graças a Deus... eu fico muito feliz por ele também por ele ter conseguido montar uma família e nem por isso ele desconta né[...] não desconta essa raiva, essa ira...

A interpretação dos dois é de que, de fato, houve excessos e abusos. Eles reafirmam isso nesse trecho, relatando que filmes em que são exibidas cenas de crueldade despertam memórias, geram gatilhos daquele tempo em que viveu na CAPEJO e Gilson chega a fazer menção, ainda que indiretamente, ao estresse pós-traumático - transtorno relacionado a eventos de comoção, sendo o trauma entendido pela literatura médica como:

⁴⁰⁸ Nos últimos anos tem se intensificado a construção discursiva que defende a redução da maioria penal e de práticas contrárias aos direitos humanos. A esse respeito, ver: Anuário Brasileiro De Segurança Pública. 14a ed. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

A exposição a um evento que envolva a ocorrência ou a ameaça consistente de morte ou ferimentos graves para si ou para outros, associada a uma resposta intensa de medo, desamparo, ou horror; e a tríade psicopatológica – em resposta a este evento traumático, desenvolvem-se três dimensões de sintomas: o re-experimentar do evento traumático, a evitação de estímulos a ele associados e a presença persistente de sintomas de hiperestimulação autonômica (FIGUEIRA, MENDLOWICZ, 2013, p. 13).⁴⁰⁹

A memória narrada que despertou o choro foi quando citava violências vistas e vividas dentro do contexto da instituição:

tudo essas coisa de violência que acontecia na escola, ficava fechado, né, não... não, eles não... eles acobertavam de uma forma bem... as marcas mesmo, de surra que a gente levava, em partes... na sola do pé, nas costa, eles davam na mão numa parte que não ficavam marcas né, teve casos deles dá soco no olho da criança e daí inchar, e daí a criança não podia sair da escola. De dar tapa num ouvido de uma criança e sangrar, estourar, né. De correr o sangue, né [emocionou-se. Ele e esposa.] [pausa] mas é assim...

Márcio Selligman-Silva disserta que “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa” (2008, p. 69) e isso nos ajuda a compreender esse trecho tão significativo e sensível da fala de Gilson e Eliana. Essa memória da violência, consigo e com o outro, não passou para Gilson - ela pode ser suspensa, pode ser silenciada por um tempo, mas pode emergir e afetá-lo de forma intensa e difícil. Falar sobre isso foi um movimento doloroso, mas que o entrevistado sentiu ser importante relatar e demarcar sua percepção sobre esses acontecimentos.

Na mesma perspectiva, Saulo trouxe um momento específico como o estopim para sua emoção: o caso já citado em que, ele e outros garotos, desafiaram o menor deles para furtar uma revista em uma banquinha de jornal. Pegos, foram submetidos à violência física e psicológica, tortura (banho gelado, nudez vexatória) e ainda, encaminhamento para a Delegacia do Menor, onde foram vítimas de outros tipos de humilhação:

Quando nós chegamos, o cara apontou "esse esse e esse", a gente já entrou já no tapa. Não perguntaram se era verdade ou se era mentira, já entramo no tapa, apanhamo muito dos dois inspetores, de ficar marca, de pancada mesmo, pancada mesmo. Fomos pro chuveiro gelado, e depois do chuveiro gelado a gente foi obrigado a dormir pelado. Dormimos pelado, isso foi num domingo, na segunda-feira chega o Milton Kafka. Nós fomos levado, ainda nus, para o Milton Kafka, onde ele falou pra gente o seguinte: "Vocês não vão ficar mais no Jornaleiro". [se emociona] Daí se eu sair eu vou pra rua, eu pensei "vou pra rua, não posso ir". Aí um colega meu optou ir pra rua, hoje tá morto. Aí eu e mais outros dois a gente foi preso, apanhamos novamente. Levei 27 borrachadas, de sangrar, levei 14 borrachadas nua mãe, dos dois lados, mais 13 na outra. Levei mais umas 15 borrachadas nas costas, e fomo preso. Numa delegacia de menor que tinha aqui no Batel. ...] só quando foi 10 horas da noite, 10 horas da noite o inspetor foi buscar a gente lá. Aí pegou a gente, levou a gente novamente lá pro Jornaleiro, dia seguinte apanhamos novamente, e falaram "vocês escolhem, vocês vão pra rua ou vão pro

⁴⁰⁹ São exemplos de hiperestimulação autonômica irritabilidade, insônia, sobressalto excessivo, tremores, palpitações e sudorese.

Queiroz Filho ou vão pro Campo Comprido” [...] Aí fui pro Campo Comprido. Foi quando separei do meu irmão, em janeiro de 1980.⁴¹⁰

Assim, emocionado, relatou a forma como deixou a CAPEJO. Apesar de não usar palavras como trauma ou tortura ele afirmou que entende esse castigo como desproporcional, que se tratava de uma peripécia, traquinagem de criança, movida pela curiosidade e pelo desafio. De forma espontânea (sem que houvesse pergunta específica sobre), ele conseguiu relacionar essas violências à forma como se entende e se expressa no mundo, no presente. Se diz uma pessoa solitária, sem muitos amigos, que prefere ficar sozinho e, se for para realizar passeios, apenas com a família - esposa, filho, cunhada... Não se sente bem em grupo, não tem um núcleo de amigos, se mostrou uma pessoa bem reservada; sobre isso, ele traçou uma associação com esse evento que culminou na sua transferência:

Desde criança, adolescente, sempre fui assim [sozinho]. O mano já foi mais enturmado, eu não. Eu sempre fui afastado, **justamente pelo fato de ter ocorrido isso** de nós três ali mentores ter feito uma situação que nós pagamos caro por isso. E depois na adolescência fui verificando que tudo isso era da mesma forma. Quando você tá em grupos, tem um ou dois que se destoam dali porque querem se aparecer dentro do grupo. E todo conjunto paga.⁴¹¹

Na frase em destaque percebemos que ele reforça esse vínculo entre esse fato e seu comportamento posterior: ele mesmo traça uma relação de causa e efeito. Além da situação narrada, de violência extrema, Saulo também esteve internado em um abrigo para crianças sob responsabilidade de um hospital, onde toda a família afirmou que ele e a irmã foram vítimas de maus-tratos. O abandono da mãe e do pai deixou marcas profundas em sua vida e ele as relatou na entrevista. Ao mudar-se para o interior, com os avós, sofreu abuso sexual de um homem desta comunidade rural. Esteve no jornaleiro, envolveu-se em brincadeiras de risco, sofreu violências físicas e psicológicas; e viveu em outras instituições de reclusão (Campo Comprido, Aeronáutica) onde, possivelmente, também existiram formas de violência. Citamos esses aspectos para auxiliar na compreensão de como Saulo se expressa e construiu sua identidade: recluso, sóbrio, porém triste e solitário, como ele mesmo declarou.

Já Silvano não estabeleceu uma relação imediata entre seu passado e sua identidade, mas, à medida que foi contando sua história, foi possível perceber que sim, ele considera esses fatores de sua infância como justificativas para como se encontra no presente, explicando por que tomou certas decisões e/ou acabou por se viver caminhos tortuosos. Ele narrou uma infância bastante triste e vulnerável, já que sua família era extensa e seus pais muito pobres e adoentados. Contou que recebiam ajuda de várias pessoas e instituições para

⁴¹⁰ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

⁴¹¹ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

poderem pagar contas e se alimentar até que seus pais decidiram pela internação dele e de seus irmãos mais novos. Mas o que despertou a emoção de Silvano em sua narrativa também foi uma situação de violência.

Fugimo, fugiu todo mundo[riso] os piá que foram pra lá, fugiu todo mundo. Daí caímo no mato, viemo parar ali no centro de Curitiba, né. Aí eu tava andando no centro ali né [emociona-se; voz embargada] aí o mesmo cara que falou que ia me bater e tal né... desculpe [...] [pausa longa]... [suspira]... eu não sabia que ia dar essa emoção assim...⁴¹²

A primeira fuga de Silvano, que desencadeou toda uma sequência de eventos traumáticos, foi devido a uma ameaça da equipe da CAPEJO, segundo conta, que começou a cobrar a venda das revistas e jornais de quem não vendia muito, usando a violência. Quem ficava com revistas “encalhadas”, apanhava. Um dos funcionários responsáveis por essa tarefa era Seu Soares, com quem o entrevistado tinha uma boa relação, mas foi avisado pelo inspetor: “oh, ce é meu amigo e não sei quê, mas se não vender, vou ter que dar exemplo”.⁴¹³ Silvano, na mesma semana, não conseguiu realizar a meta de vendas e se assustou; soube então que um grupo de garotos planejava uma fuga e se uniu a eles: “abandonei tudo aquilo ali, e fugi já tava com medo mesmo...”.⁴¹⁴

Nessa deserção, ele tinha apenas 10 anos. Viveu nas ruas um pequeno período, segundo ele, cerca de poucas semanas, com parte deste grupo de meninos. Narrou que a fuga lhe deu a sensação de liberdade - tanto que a turma decidiu ir para a praia. Nessa aventura, chegaram a invadir uma casa e se estabelecer por lá alguns dias. A movimentação de garotos chamou a atenção da vizinhança, que acionou a polícia. Assim, a façanha da viagem deu origem a uma sequência de atos repressivos e violentos.

Nas memórias de Silvano, os dias que se seguiram foram de terror. A noite em que o efetivo policial chegou foi narrada como uma cena de filme: o grupo dentro da casa, apavorado, falatório no espaço externo, luzes, sirene, barulho... se entregaram depois de ouvir: “ah, saiam daí, saiam daí se não nós vamo meter bala”.⁴¹⁵ Depois, foram detidos e encaminhados para a delegacia de Praia de Leste e, em seguida, de Paranaguá:

aí eles [os policiais] pegaram, bateram, bateram, aí quando, de repente, eu me cansei daquilo, peguei e abri a porta. Quando eu abri... nossa! Os cara bateram em nós, bastante... daí amarraram, porque nem algema tinha naquela época, acho, não tinha tanta algema, daí nós tava em três né... daí levaram nós pra delegacia de Praia de Leste e tal, fiquemo ali, ficamo uma semana sem comer lá na praia, lá. Assim, só comendo alguma coisinha, alguma bugiganguinha que alguém dava, né.⁴¹⁶

⁴¹² Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

⁴¹³ Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

⁴¹⁴ Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

⁴¹⁵ Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

⁴¹⁶ Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

Conforme relatou, ficaram uma semana na primeira delegacia e um mês na segunda, no aguardo de um carro que pudesse trazê-los de novo para Curitiba. Teriam se alimentado muito pouco, quando alguém lembrava de alimentá-los. Ficaram no corredor da delegacia, já que não podiam ser detidos junto dos presos adultos.

Ao chegar em Curitiba, apanharam novamente. Foram encaminhados para a Delegacia de Menores, que ficava no bairro Batel. Conta: “(...) chegamo ali era uma confusão naquela cadeia. Tinha muito bandido, piá, tinha uns piázinho, já bandidinho naquelas época, foi sofrido também... ficamo uma semana lá, uma sujeira, no chão...”.⁴¹⁷ Depois, foram encaminhados ao Centro de Formação para Menores de Campo Comprido, mas fugiram novamente, com medo da má fama que o lugar possuía.

Quando narrou todos esses acontecimentos, Silvano ficou visivelmente emocionado e envergonhado por sua comoção. Da mesma forma como Gilson conseguiu traçar uma relação entre a sensibilidade com filmes violentos e sua infância e Saulo fez o mesmo dizendo ser suscetível a cenas de vulnerabilidade (como crianças pedindo esmolas ou pessoas em situação de rua), assim o diz Silvano, mas em seu caso a relação foi de procurar esquecer esses traumas através de entorpecentes: na juventude, foi dependente químico e sua irmã acabou por expulsá-lo de casa, devido a essa condição.⁴¹⁸

As lembranças desses quatro entrevistados que frisaram a violência sofrida, contrastam com a dos demais que as narram rindo. Para alguns, todas essas agressões deixaram marcas profundas, para outros, ou as compreendem como superficiais, ou não as entendem nem mesmo como violências: aprenderam a normalizar o desrespeito que sofreram. Talvez, as agressões tenham sido mais intensas com uns do que com outros.

Conversando com Marilena, que foi uma orientadora e depois diretora da CAPEJO, houve a confirmação desse cenário de violência institucionalizada.⁴¹⁹ Numa equipe majoritariamente masculina, sua presença enfrentou resistências, tanto desses funcionários e equipe diretiva, quanto dos próprios meninos. Dos primeiros, sua figura representava uma vigilância e um enfrentamento de gênero. Já o segundo grupo, a relacionava à figura feminina

⁴¹⁷ Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

⁴¹⁸ O irmão de Silvano, que também foi interno em diversas instituições, na época da entrevista estava sem contato com a família. Isso era frequente, segundo conta, visto que seu irmão tem problemas com alcoolismo. O entrevistado relacionou ainda a dependência do irmão como consequência das dificuldades da infância. Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

⁴¹⁹ Segundo contou, foi enviada pelo Instituto de Assistência ao Menor. Era pedagoga à época, depois cursou Psicologia. Nascida em família de renome na cidade, casou-se também com um homem bem relacionado, o que ela frisou com frequência. Ficou viúva muito cedo, com quatro filhos pequenos. Trabalhou na CAPEJO e Instituto de Assistência ao Menor, prestando atendimento às crianças e adolescentes e realizando cursos de formação para gestores e conselheiros. Hoje ainda trabalha como psicóloga em um consultório particular em Curitiba.

e à maternidade, porém dentro do contexto de abandono isto significava o enfrentamento, a hostilidade. Relatou: “Mulher? Eles odiavam mulheres, os meninos. Tinham muita raiva, porque decerto a mãe abandonava”.⁴²⁰

Depois, passou a ter uma boa relação com a maioria dos garotos, tanto que é convidada para os encontros de ex-jornaleiros e afirmou ser muito querida por esses homens, que a buscam em casa para as reuniões, que já ganhou alguns presentes, etc.⁴²¹ Ao tratar da equipe, ela relatou que o diretor era um homem educado, era advogado, mas que não a recebeu bem, que teve que superar essa primeira impressão para estabelecer seu lugar. Afirmou que ele possuía alguns comportamentos estranhos, segundo ela, como lavar as mãos com muita frequência, e que ele era especialmente cruel em castigar os garotos que realizavam alguma infração. Isso também foi relatado por alguns entrevistados, como Gilson:

Ele tinha, na época, uma borracha de pneu, aí ele escreveu nessa borracha “Psicologia”, escreveu nessa borracha. Daí a gente tinha que estender a mão (...) aí ele falava “vou dar tantas borrachadas por esse fato, por você ter feito tal coisa” (...) aí caso a criança tirasse a mão, porque era uma borracha grossa, eu não me lembro o tamanho assim, e ele né, e daí ele dava na mão. Nossa, aparecia um vergão! A gente não aguentava, era muita dor... aí quando a gente tirava a mão, ele dava na cara, dava nas costas, usava todo meio de violência. Ele era, no caso esse diretor, ele era formado em advocacia, ele era advogado! E ele era bem violento. Uma pessoa que tava ali, que era no caso, pra proteger os alunos, os internos, e ele não tava nem aí não, o que tivesse que fazer... tirou sangue de muitos ali... em mim mesmo, uma vez ele me deu uma surra com uma antena lá, cortou toda as minhas costa, né. E de uma forma assim, do nada né. Quis fazer assim como uma demonstração de poder, tinha muito disso...⁴²²

A correspondência que realizou entre a violência e o poder é um ângulo de compreensão muito coerente. É comum realizarmos essa associação; entretanto, na perspectiva de Michel Foucault (1988), não existe poder, mas sim, relações de poder, que são intrínsecas ao convívio e às práticas sociais e que não são necessariamente negativas. Para o autor, a violência não representa o poder, porque o poder pressupõe a liberdade e a violência não existiria em um contexto de liberdade: a violência é a submissão, a sujeição, dominação do outro através da força - é a exceção e a negação do outro (PASSOS, 2010).

Esse ato de subjugar também é operado na questão da dominação sexual, tema que Marilena também trouxe em sua narrativa. Contou que era comum os abusos entre os próprios meninos:

⁴²⁰ Entrevista Marilena. Realizada em 18/12/2020.

⁴²¹ É importante ressaltar que essa é a visão da entrevistada. Alguns dos participantes a elogiaram e falaram dela com carinho, contam que ela os encaminhou para cursos e estágios (geralmente relacionados ao setor de serviços, como garçom, por exemplo), mas outros se sentiam ressentidos por não receber a mesma atenção que os demais garotos. Segundo ela, todos recebiam a mesma atenção e ofertas de cursos.

⁴²² Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

M - Às vezes, havia sodomia, né? Eles quererem transar com os pequenos. Uma época eu tive que deixar o dormitório com a luz acesa e com um funcionário passando, assim, pelas camas. Mas eu sei de muitos meninos que foram...

N - abusados.

M - abusados. Isso não tem como, em todas as instituições têm. De meninas também. Como que pode, né? ⁴²³

Esses episódios também foram narrados por outros entrevistados, como Cosme que relacionou a CAPEJO à prisão e o que, acredita, aconteceria nessa estrutura:

C - Aham. Que na realidade era o tipo do sistema assim que hoje, que seja tipo o sistema carcerário.

N - O senhor acha que...

C - Eu acho, por isso que muitas coisas a gente via assim era... Entendeu, era um sistema assim, a lei do mais forte.

N - Hm, entendi.

C - Entendeu? Que você desse mole assim, que você fosse, tipo num bullying que eles fala hoje. Todo mundo queria te bater, entendeu. E fora outras coisa assim era tipo no...

N - Que o senhor quer dizer "Fora outras coisas assim?"

C - Não, tinha também, o que que eu vou te falar, poxa, é que nem, tipo presidiário, tinha que nem agora, que antigamente que nem tava falando, antigamente não tinha essa época de... piá gay, né. Tinha mas era muito enrustido. Tinha uns lá que... Daí tinha a mesma coisa assim que ficava piá com piá, essas coisa assim, entendeu?

N - Mas na base da força?

C - Na base da força. Exatamente. ⁴²⁴

Nesse relato, Cosme contou sobre a violência entre os próprios internos, mas Saulo além disso, mencionou que chegou a sofrer assédio de um dos funcionários:

Dentro do jornaleiro acontecia muita, como diz, muita pederastia, entendeu? Então os maiores tentavam se aproveitar dos menores. Como se fosse um estupro mesmo, entendeu? Então os maiores tinham que tomar conta dos menores. Eu tive sorte que o meu irmão tomou conta de mim. [...] Tinha gente que não tinha como recorrer, entendeu? Eu mesmo meu irmão tomando conta de mim, tem umas três pessoas lá dentro que tentaram me pegar à força, passar a mão na bunda, tal. E essas pessoas não obtiveram êxito, porque realmente eu já cheguei em janeiro eu não era tão fraquinho quanto os outros.

[...]

Ó, na minha parte um fiscal, quando passou a mão na minha bunda eu dei um chute na canela dele, quando era pequeno. Mas esse ele não era fiscal direto, ele trabalhava no almoxarifado. Era um cara muito querido pelos jornaleiro, pelos garotos. Aí o que acontece, e aí eu dei um chute na canela dele e falei assim ó: Se você fizer um desse aí vou contar pro meu irmão, meu irmão vai contar pro diretor. Aí ele nunca mais fez. ⁴²⁵

Marilena contou que as violências que o diretor cometia possuíam requintes de crueldade. Mencionou que um dos garotos relatou em uma sessão de orientação, que o dirigente teria violado os meninos com as velas utilizadas para decorar a festividade de natal. Ela contou também que chegou a realizar denúncias para o IAM sobre o comportamento do

⁴²³ Entrevista Marilena. Realizada em 18/12/2020.

⁴²⁴ Entrevista Cosme. Realizadas em 17/07 e 14/09/2019.

⁴²⁵ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

diretor e, depois, quando trabalhou no CEDIT, acusou vários funcionários de outras instituições para juízes e órgãos competentes, mas afirmou que essas queixas dificilmente foram levadas a sério ou reprimidas, criminalizadas. Acredita que muitos desses problemas não foram punidos por questões políticas.⁴²⁶ É uma hipótese válida ainda que vários desses episódios refletiam o momento político de repressão naturalizada em que viviam, a Ditadura Militar - que endossava abusos a determinados grupos considerados (possíveis) subversivos.

As violências sofridas nesta instituição se expressavam de variadas formas: no próprio trabalho, pois, em nossa compreensão, se tratava também de uma forma de exploração; as agressões psicológicas, como ameaças, xingamentos, ofensas, transferências abruptas e separação dos irmãos e vinculação de realização de tarefas e condutas às premiações ou deméritos; e as violências físicas, tapas, socos, pontapés, surras com cintas e madeiras, e o abuso sexual, entre os colegas e partindo de quem deveria protegê-los, isto é, a própria equipe da instituição. Todos esses atos violentos podem ter tido consequências físicas e psíquicas, como alguns entrevistados declararam. De acordo com a médica pediatra Raquel Sanchez e a socióloga Maria Cecília Minayo:

Do ponto de vista emocional, há uma variedade de sintomas associados, dependendo da idade, das condições psicológicas das vítimas, da sua história anterior, do grau de parentesco com o abusador e da frequência e repetição do ato. Observa-se, em geral, que as vítimas têm mais dificuldade de aprendizagem, distúrbios de comportamento como dispersão, fobias e terror noturno, comportamentos autodestrutivos, isolamento social, precoces atitudes erotizadas com interesse por brincadeiras sexuais, dificuldade para fazer amizades, baixa auto-estima e depressão. (SANCHEZ, MINAYO, 2006, p. 34).

Dessa maneira, compreendemos que tratar de assuntos tão sensíveis representou momentos de muita complexidade sensibilidade ao revisitar e narrar esses traumas e que muitos dos entrevistados frisaram que ainda sofrem consequências de tais arbitrariedades. Dora Schwarzstein nos escreve: “Muchas veces los recuerdos tuvieron que batallar duro para ganar la atención y contraatacar la indiferencia de un mundo que estaba lanzado hacia el futuro y deseoso de confinar su pasado en los archivos antes que de enfrentarlo” (2001, p. 79).⁴²⁷ Isto posto, entendemos também essa tese como uma oportunidade de trazer à tona essas violências sofridas, assinalando-as como parte de um sistema que, reiteradamente, desumanizou os internos da CAPEJO e violou seus direitos, desde a supressão de seus passados e histórias, à substituição do nome por apelidos e números, e as situações hostis e violentas das quais eram vítimas frequentemente.

⁴²⁶ Entrevista Marilena. Realizada em 18/12/2020.

⁴²⁷ “Muitas vezes, as memórias tiveram que lutar muito para chamar a atenção e contrariar a indiferença de um mundo que estava lançado ao futuro e disposto a confinar seu passado aos arquivos em vez de enfrentá-lo.” Tradução nossa.

Esses relatos selecionados para este subcapítulo trouxeram temas delicados vinculados aos traumas diversos, mas esses não foram os únicos temas que suscitaram emoções e sensibilidades: houve ainda as questões que faziam referência ao abandono familiar. São sentimentos e ressentimentos entrelaçados em suas narrativas que analisaremos no tópico a seguir.

6.2.2 “É que a gente perdoa, mas não entende”: Sentimento e Ressentimento nas Relações Familiares e para com a Institucionalização

Ao realizar a análise das entrevistas, percebemos que cada um dos relatos é único. Cada um apresenta uma narrativa complexa, com um amplo espectro de sentimentos - muitas vezes conflitantes. Primeiramente, havíamos dividido os entrevistados em dois grupos: aqueles que eram gratos pela sua experiência na CAPEJO e os que eram bastante avessos a ela. Entretanto, constatamos, muitos apresentavam emoções ambivalentes sobre esse passado, que acreditavam que ser um jornalista foi importante na constituição de suas identidades, mas não deixavam de apresentar as críticas às violências sofridas, ao trabalho e à rotina esgotante; outros demonstraram também questionamentos acerca do sistema de internação, mesmo que nas entrelinhas, pois foram à força separados de seus familiares e muitas vezes, jamais os reencontraram.

Quanto às questões familiares, houve aqueles que se ressentem de não possuir respostas sobre sua infância, como os motivos de terem sido institucionalizados, que buscaram explicações e na maioria das vezes, não as alcançaram. Houve os que relataram não conseguir construir relações para além do seu pequeno núcleo (esposa, filhos), os que evitam pensar sobre ou ainda, se resguardam dos convites para essa aproximação familiar.

Dessa forma, entendemos que foram vários os sentimentos expressos nas narrativas e para melhor examiná-los, os dividimos em tópicos. A partir do que emergiu nas entrevistas, elencamos três eixos principais: o primeiro, a gratidão, depois, o sentimento de abandono e o medo da rejeição e, por fim, o ressentimento da institucionalização. Em seguida, analisaremos cada um.

6.2.2.1 A Gratidão

Márcio foi contatado a partir do grupo dos ex-CAPEJO, através de uma lista de pessoas e seus respectivos números de telefone cedida pelo primeiro entrevistado, Wagner.

Nos conhecemos no encontro já mencionado que iniciou essa rede de relacionamento, na reunião celebrada com um churrasco nos idos de 2017. Nos reencontramos para a entrevista, em dezembro de 2019, no escritório onde trabalha como auditor de um órgão federal.

Ele tinha 58 anos à época da entrevista: é um homem branco, com cabelos já rareando, um pouco grisalhos, quase prateados, vestido com as roupas formais que o ofício demandava. Me recebeu em um pequeno gabinete no prédio onde atua. Éramos só eu e ele, nesse modesto local, com divisórias de *drywall*: uma mesa, duas cadeiras e as paredes lisas; havia uma prateleira com algum livro do qual o nome não consigo me recordar. Começamos pelos seus principais dados e, a partir da cidade em que nasceu, Márcio já iniciou sua narrativa, apontando como ele e seus irmãos foram internos na CAPEJO e muitas outras instituições.

Narrou então que aos três ou quatro anos, foi conduzido junto a seus irmãos, ao Lar Criança Feliz, em Cornélio Procópio, na mesma cidade onde nasceu.⁴²⁸ Seu pai, segundo ele, deixou sua mãe sozinha com as quatro crianças; ela tinha apenas 19 anos e trabalhava na lavoura, desse modo, a solução foi pedir a colocação dos filhos homens no lar mencionado - a filha mais nova ficou aos cuidados de uma tia. Dois anos depois, por volta de 1967 ou 68, a instituição Criança Feliz sofreu um incêndio e os meninos foram enviados para outras instituições. O mais velho, que chamaremos de *Elias*, foi destinado à CAPEJO, o do meio, *Moacir*, para um orfanato em Guaratuba, e Márcio, ao Educandário Caetano Munhoz da Rocha, em Curitiba.

Márcio possui uma história peculiar por vários motivos. Enumero alguns. Primeiro, entre idas e vindas, esteve em cinco instituições - Lar Criança Feliz, Educandário Caetano Munhoz da Rocha, Casa do Pequeno Jornaleiro, Escola Agrícola Barbosa Milleo (em Piraí do Sul), Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido e aos 16 anos, foi enviado novamente para a CAPEJO, onde permaneceu até completar a maioridade. Foi um dos poucos, ainda, que mencionou o teste vocacional (que supomos ter sido realizado pelo CEDIT); este teste foi o propulsor de suas transferências.

Outra questão é que, apesar da separação que foi imposta a ele e aos irmãos, houve o reencontro e existe um relacionamento entre eles, ainda que não com o afeto que imaginava. Por fim, destoa um pouco do perfil dos entrevistados em relação à sua formação: cursou técnico em administração e duas graduações na área administrativa e contábil. Seu primeiro

⁴²⁸ Cornélio Procópio é uma cidade no norte do Paraná, fundada em 1938. Fica a 440 km da capital, Curitiba, e se estende por 635,1 km². Vizinho dos municípios de Uraí, Leópolis e Santa Mariana, Cornélio Procópio se situa a 42 km a Norte-Leste de Ibiporã a maior cidade nos arredores. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cornelio-procopio/historico>

emprego formal foi na área de contabilidade da loja Hermes Macedo, em 1979, ano em que conheceu sua esposa, com a qual ainda é casado.

Márcio, em certo momento de nosso diálogo, afirmou:

Eu acho, eu acho glorioso eu ter saído desse negócio e chegar onde eu cheguei hoje, entendeu? Assim de, de ser criado pelo Estado na época. **Fui criado pelo Estado.** Hoje o Estado não cria mais criança. O Estado como responsável pela essa criança, nós tinha um Instituto de Assistência ao Menor, que criava. Eu, eu acho que o Estado devia ter essa função, igual tinha, entendeu. A partir do momento que o Estado largou, essa violência, piazzada de rua essas coisas gerou um, um exagero, porque o Estado deixou de cuidar das crianças, deixou de dar assistência ao menor decentemente igual devia dar.⁴²⁹

Me questionei ao ler a transcrição da entrevista de Márcio como ele esboçava uma certa idealização da CAPEJO, como exprimia, de fato, um sentimento de gratidão à instituição. De que forma expressou esse sentimento? Quais foram as questões presentificadas em seu relato? Essas foram percepções somente deste entrevistado?

O primeiro apontamento diz respeito ao trecho grifado acima. Márcio frisou que foi criado pelo Estado. Assim, é possível que entenda que o Estado teria preenchido esse papel, de criação, à medida que sua família não o fez, ou não pode fazê-lo. O segundo ponto se relaciona ao fim do excerto, com a compreensão de que quando o Estado não proporcionou mais o acolhimento, a assistência à criança teria se tornado ineficaz. É possível então que a imagem que tem do eu do passado, seria permeada pelo quadro que vê atualmente das crianças em situação vulnerável e/ou de rua. O presente orienta a visão do passado. Isto posto, seria pertinente pensar que sua reflexão foi no sentido do que poderia ter sido sua vida caso não houvesse a interferência do Estado, sobretudo a CAPEJO, em sua vida.

Inclusive, alegou, que para ele era muito tranquilo abordar os assuntos que envolviam sua infância: “Eu gosto da história, eu não tenho vergonha nenhuma de dizer, todo mundo aqui sabe que eu morei no Pequeno Jornaleiro. Não tem, não sei porque tem... alguém [que] gosta de ocultar.”⁴³⁰

Márcio não economizou elogios à instituição e ao IAM, utilizando adjetivos como fantástico e fabuloso; sobre o diretor Milton e a orientadora Marilena, disse que eram como figuras paterna e materna - o diretor, conforme narrou, teria muito cuidado e atenção com as crianças e adolescentes, e a orientadora, foi atenciosa e fundamental para que ele escolhesse o caminho dos estudos. O principal enaltecimento foi no sentido da “proteção” que o Estado

⁴²⁹ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

⁴³⁰ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

fornecia através do amparo: “as crianças eram bem cuidadas, você tinha, aquilo que eu disse, você tinha cama, comida, escola, roupa lavada, e uma espécie de controle educacional”.⁴³¹

Assim como Márcio, Wagner apresentou, a partir de sua história, a defesa da política institucional do Estado e da CAPEJO. Reiteradamente afirmou que muitas portas se abriram para ele e seus companheiros e que a instituição era benquista pelos munícipes:

[...] foi muito importante, muito importante. O Pequeno Jornaleiro era na época, era assim, todo mundo tinha o maior carinho e respeito, assim, a própria sociedade, “ah, você é Jornaleiro, pô, bacana”, porque era crianças, o jornaleiro era assim, eram crianças abandonadas que tavam trabalhando, a visão da sociedade era essa. São crianças órfãs que tão lá, e tão trabalhando, né, tão tendo alguma oportunidade. Então muitas pessoas abriam oportunidade pra gente mesmo...⁴³²

O termo “oportunidade” foi empregado diversas vezes, quando citou a chance de estudar, de frequentar cursos de datilografia, fotografia, karatê... alguns ofertados pelo IAM, outros através de bolsas de estudo: foi o seu caso quando estudou em um cursinho particular durante o que chamamos hoje de ensino médio. Havia a possibilidade de que olheiros observassem os meninos jogando futebol, nas praças ou nas Olimpíadas do IAM, e oferecessem testes em escolinhas profissionais. Mencionou ainda que foi com o apoio de Marilena, de quem falou com muito carinho, que começou a dançar e se profissionalizou nessa arte. Questionado se essas oportunidades eram para todos ou para alguns, ressaltou:

Eu acho que assim. Existe uma frase que diz assim: se as oportunidades não existem você tem que fazê-las existirem, entendeu? E eu era, que nem eu te falei, desde criança sempre fui muito inquieto, sempre queria coisas diferentes, sempre ia atrás das coisas. E aí eu ia fazendo amizade, ia descobrindo.⁴³³

Compôs sua narrativa, organizou suas memórias, a fim de dar sentido à sua vida - elencando os percalços, destacando suas vitórias e méritos. Apresentou então a ambiguidade entre a meritocracia e a oportunidade. Narrou sua história, na qual se entende vitorioso, apesar dos percalços. Superou os desafios: o abandono, o não-pertencimento, as situações de risco em que se colocava, o preconceito por ser bailarino, os deslocamentos... e atribui parte da construção de sua identidade ao fato de ter sido jornaleiro.

Alguns outros entrevistados corroboram com essa visão de Wagner. Lino, por exemplo, quando indagado sobre o que separava essas histórias de sucesso e as que, segundo ele, não deram tão certo, atribuiu o resultado unicamente ao interesse pessoal:

Uma escolha que você tem [...] Eu acho que é uma escolha que você tem, por exemplo, vou te dar um exemplo: Sabe o *Márcio*, o *Marquinho* ele trabalha aqui no 3º andar, né? Ele é auditor fiscal, ele é auditor fiscal e eu sou técnico, então... quando nois estudamo junto no colégio. Dava diferença, porque ele estudava mais que eu,

⁴³¹ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

⁴³² Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

⁴³³ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

era melhor que eu, eu só pensava em festa né? [risos] [...] É ... pagode essas coisas. Ele não, ele se dedicava aos estudos. Enquanto ele tava estudando, eu tava bagunçando, então por isso que ele se sobressaiu melhor que eu, eu acho que deve ter alguma coisa assim.⁴³⁴

Lino traz para si a responsabilidade da escolha de ter ou não estudado - mesmo que essa “escolha” fosse realizada com 14 ou 15 anos; desse modo, individualiza esse aspecto, como uma mera opção, desconsiderando questões sociais e psicológicas. Afirmou que avaliava positivamente o período em que esteve na CAPEJO: “A gente tem que ter orgulho, como nós fomos criados, no que nos tornamos [...] Tenho orgulho de ter passado o que eu passei”.⁴³⁵

A frase anterior, “passado o que eu passei”, deixa transparecer que, mesmo que Lino não as tenha citado diretamente, teria compreendido que teve experiências difíceis. Foi comum o uso da expressão “tamo aí até hoje” para encerrar determinados assuntos, como quem diz: apesar de tudo, sobrevivi. Em certo momento, apresentou essa ambiguidade de sentimentos ou, talvez, uma adequação da narrativa:

a nossa [vida] já foi tão sofrida... em termos né, não foi sofrida. Difícil, porque sem pai, sem mãe, difícil né, mas sofrida não foi não, pra nois foi divertida. Você olha hoje tanta criança na rua largada e não tem nem o que comer, nois tivemos.⁴³⁶

O que de fato foi sofrido para ele? A ausência da família? Por que utilizou a palavra divertida em substituição à sofrida? Talvez imaginasse que, na história que escrevíamos, não havia espaço para a dor, tentando silenciá-la. Talvez pensasse que “sofrer” fosse um termo forte. Há de se ressaltar que as entrevistas com Lino e Márcio aconteceram no mesmo dia, no mesmo prédio, com poucos minutos de diferença. Ainda que em separado, em nossa análise, o fato dos dois serem colegas e participarem da pesquisa na mesma tarde, contribuiu para que Lino reformulasse a frase e alterasse seu sentido, para possivelmente deixá-la mais próxima da narrativa do amigo.

Lino se mostrou também saudoso: pelas aventuras, pela ocupação de parques e praças - um outro tempo, muito diferente, conforme narrou. Partiu mais uma vez, do presente, para essa comparação; seja na última frase do trecho selecionado na citação acima, contrastando as crianças em vulnerabilidade atualmente, com a sua situação pretérita, seja nas afirmações sobre as políticas atuais para essa população:

L - O caminho era diferente, não é igual hoje, hoje é tudo liberado ... não pode bater, não pode encostar ... diferente.

N - E quando o senhor diz que é diferente, o que que o senhor quer dizer?

⁴³⁴ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

⁴³⁵ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

⁴³⁶ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

L - Ah ... a rigidez, na nossa infância a gente apanhava, de borracha, de pedaço de madeira, ferro, qualquer coisa, hoje você não pode encostar na criança

N - Aham

L - Então por isso que é diferença

N - E isso tinha muito na Casa do Pequeno Jornaleiro?

L - todos, todos os orfanatos que nois tivemos, teve. [...] Isso acontece, isso é normal, isso é coisa normal, mas graças a esses castigos, virei gente... e aí no seguir da vida, você pensa "será que eu vou querer aquele caminho ou esse?" aí eu vou por aqui, se eu fizer coisa errada, eu não vou ser uma pessoa do bem...

N - Aham

L - Então é... foi esse o caminho que a gente seguiu ... por isso que tamos aí até hoje.⁴³⁷

Novamente, Lino estabelece a relação da escolha - a decisão de seguir esse ou aquele caminho, ademais, justificando as agressões às quais foi submetido, considerando-as como formas de moldar seu caráter. Já Márcio, cujo relato inicia esse subcapítulo, primeiramente negou qualquer tipo de violência, depois afirmou: “raramente tinha, quando tinha alguma coisa ruim é que você tava torto, vou dizer pra você. A criança ou o piá era muito torto, muito largado, muito irresponsável assim”.⁴³⁸ Associou os colegas que conviveram com ele, a um grupo de sucesso:

Você vê, a minha geração do Pequeno Jornaleiro, dificilmente você vê alguém lá, você lembra de alguém e fala "esse virou bandido, esse morreu num tiroteio com a polícia, esse foi preso, não sei o quê". Dificilmente você vê. A minha, a minha geração, a minha turma a esse período que eu fui sair assim, desse pessoal que conviveu comigo, todos [ênfase] que eu sei, todos eles, nenhum deles virou bandido, todos eles tão encaminhados na vida hoje. Pode ser que tenha alguns que sejam numa situação um pouquinho mais precária assim, mas todos eles tão, não viraram nada assim de, de não se desencaminharam, digamos assim.⁴³⁹

Salientou, deste modo, uma relação estrita entre a educação recebida na CAPEJO com as realizações profissionais, principalmente no que diz respeito à formação para o trabalho. Reforçando a questão da ausência de criminalidade, justificou a existência das políticas institucionais.

Essa gratidão e orgulho pela permanência na CAPEJO é demonstrada também por Adalberto, que encontrou na institucionalização a oportunidade de estudar.⁴⁴⁰ No mesmo sentido, Lauro compartilhou: “(...) tem muitos detalhes do Pequeno Jornaleiro, que é o estudo, eu achava muito bom, por incrível que pareça”.⁴⁴¹ Davi, que trabalha como funcionário de uma instituição de cumprimento de medidas educativas, afirmou que sua vivência ajudou na

⁴³⁷ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

⁴³⁸ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

⁴³⁹ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

⁴⁴⁰ Entrevista Adalberto. Realizada em 04/04/2019.

⁴⁴¹ Entrevista Lauro. Realizada em 10/04/2020.

sua escolha profissional e reiterou: “É muito bom até falar do passado como adolescente lá do Pequeno Jornaleiro, que eu tenho maior orgulho de ter pertencido à Casa.”⁴⁴²

Miguel, se sentia assim com relação à CFPMCC, pois lá aprendeu vários ofícios, como marcenaria, tornearia, gráfica, que o ajudaram a conseguir colocação profissional e obter conhecimento para uso cotidiano.⁴⁴³ Mesmo aqueles que eram contrários ao trabalho de jornaleiro, afirmaram que são gratos a essa experiência, como Carlos, por exemplo, que relatou “(...) isso [aprender a vender] foi muito interessante. Eu não gostava porque além de eu estar numa fase de infância, eu gostaria de estar brincando e não fazendo isso, né? Mas valeu a pena, aprendi muito”.⁴⁴⁴

Percebemos, ao analisar essas narrativas, que muitos dos que demonstraram esse orgulho de ter sido jornaleiro relataram mais aspectos positivos sobre a Casa - e mesmo que tenham mencionado alguma questão sensível, como violência, a justificavam associando sua conduta e seu presente à essa moralização pela qual entendem ter passado. Pouco mais dolorosos foram os relatos acerca do sentimento de abandono, de não sentir-se pertencente a um núcleo familiar, de que seu cuidado foi relegado a outrem. São esses temas que exploraremos a seguir.

6.2.2.2 O Sentimento de Abandono e o Medo da Rejeição

O abandono e o sentimento de abandono se relacionam com as questões apresentadas no terceiro capítulo desta tese, intitulado *Um Passado em Instituições: Narrando a Presença/Ausência Da Família*. Naquela seção, discutimos como os entrevistados narraram as lembranças dos momentos que tiveram com seus familiares, o que recordavam sobre o período anterior à internação nas instituições de assistência e sobre esse momento da ruptura - em que foram apartados do convívio familiar, por decisão dos pais ou pela interferência do Estado.

Como vimos, apenas três entrevistados não narraram nenhuma lembrança, sua ou adquirida, sobre os pais e essa vida pregressa: Miguel, Lino e Carlos disseram que suas primeiras recordações de infância foram no interior dos orfanatos. O primeiro, apesar de ter reencontrado a mãe anos depois, não relatou se sabe ou o que sabe sobre os motivos da

⁴⁴² Entrevista Lauro. Realizada em 10/04/2020.

⁴⁴³ Entrevista Miguel. Realizada em 15/07/2019.

⁴⁴⁴ Entrevista Davi. Realizada em 15/04/2020.

internação. Já Lino e Carlos tiveram trajetórias distintas e interpretações diferentes acerca dessa falta de informações sobre suas origens.

Lino afirmou que, certa vez, pensou em procurar saber se possuía irmãos ou irmãs, alguns parente vivo, mas declinou. Disse que chegou a retornar à sua cidade natal, Itararé, divisa entre Paraná e São Paulo, apenas para retirar segundas vias de documentos; pareceu ser bem indiferente a esse passado, tanto que afirmou:

L - Não, se você souber onde você nasceu, você vai lá o cartório e tira a 2º via e começa ... faz os documento tudo de novo, foi o que eu fiz.

N - Aí o senhor também não tem notícias se tem irmão...

L - Não, no começo eu procurei saber, mas ah “quer saber de uma coisa? vou cuidar da minha vida”.⁴⁴⁵

Carlos entende que não foi informado sobre sua trajetória anterior à CAPEJO e também que possa não saber por uma questão de esquecimento, devido ao fato de ser muito pequeno quando foi deixado no Educandário Caetano Munhoz da Rocha: “e antes...na verdade o antes, praticamente eu apaguei. Eu apaguei o antes. A minha vida historicamente eu acho que começou quando eu entrei no Colégio [Educandário]. Antes eu apaguei assim”.⁴⁴⁶ Carlos conseguiu, quando adolescente, retomar o contato com as irmãs, por uma coincidência. Em uma partida de futebol, um homem mais velho comentou conhecer uma pessoa da família e o levou até lá. Com um tom divertido, contou:

eu vi a negrinha lá na janela, perguntei “como que é o nome da tua mãe?”, “tal”, “como que é o nome do teu pai?”, “tal”, “ih, então você é minha irmã”, ela “você?”, ela pensava que eu era o outro, o mais velho... aí eu expliquei “não, eu sou o *Carlos*, o mais novo”, assim, assim, assim, aí foi aquela coisa, aquela choradeira, e tal. Daí... isso foi em... final de dezembro, início de janeiro. Daí ela falou “ah, você tem que conhecer a outra também”, tinha outra irmã, que morava no Rio. Daí eu... daí o que que ela fez? Em junho, julho, ela convidou a outra pra vir pra cá. Daí vieram, ela, as filhas, o filho, tudo, daí eu conheci tudo... mas foi como se eu já tivesse conhecido há trezentos anos, encaixou assim.⁴⁴⁷

Carlos reencontrou os irmãos, alguns que tampouco se lembrava de ter. Foi convidado por essa irmã para morar com ela, mas como estava na CAPEJO, negou. Mesmo assim, ela construiu um quarto para ele, que começou a conviver com o cunhado e sobrinhos aos fins de semana. Depois que foi desligado das instituições, passou a habitar na casa dessa irmã e quando, já mais velho, se separou da esposa, voltou para este lar onde diz ter aprendido o que é ter uma família.

Sobre sua vida anterior à internação, Carlos diz que tentou questionar suas irmãs sobre isso, quando era mais jovem. Elas, contou, sempre desconversavam o assunto. Assim,

⁴⁴⁵ Entrevista Lino. Realizada em 06/12/2019.

⁴⁴⁶ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

⁴⁴⁷ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

eu perguntei sobre como ele se sentia sobre isso, se não saber sobre sua história causava algum inquietamento e então, ele relatou:

C - se hoje fosse retornar isso, eu acho que deveria fazer de maneira diferente, explicar pra pessoa né? Nem que seja criança, “óh, aconteceu isso com teus pais, aqui, aquilo lá, por isso que você veio pra cá, mas a gente vai cuidar bem de você...”

N - e isso de não saber deles te incomodava, quando o senhor era jovem?

C - ah, me incomodou muito tempo, mas o que fez eu mudar de ideia é assim: em Campo Comprido tinha muito assim “Sansão de tal”, “Augusto de Tal”, daí um dia (risos) eu perguntei pro cara “por que que você é Sansão de tal?”, ele falou “não sei! Me deram esse nome e eu tenho”, daí eu perguntei pro Augusto de Tal “oh, Augusto de tal, porque que você tem esse nome?”, “ah, não sei falaram que esse era meu nome”... daí eu comecei a...a ver [...] Quanta gente que não sabe nada da sua vida, não tem nada! Né, o Vicente, Vicente de tal, hoje ele trabalha na Guarda Municipal, ele não sabe nada da vida dele, ne... daí você fica pensando “pô, por que que eu to me importando? To feliz aqui com eles e tal”, entende? Então tem essas coisas.⁴⁴⁸

Carlos parece ter se apegado a isso, a não ser um “de Tal”, de ter conhecido sua família, de construído também seu núcleo familiar e decidiu não insistir na reconstrução desses indícios sobre sua trajetória. O mesmo pensou Gilson, que chegou a regressar para a cidade onde nasceu para tentar reencontrar a mãe, quando completou 18 anos. Essa busca trouxe mais dor para ele: descobriu que ela tentou reaver os filhos - sem sucesso, atentou contra a própria vida, suicidando-se. Depois desse momento, não quis mais procurar informações; tem contato com a irmã e o irmão, mas o grupo tem raros encontros. Conforme relatou:

Diz que tem muita... família do meu pai, assim, tem muita no Nordeste, mas nem fui atrás de saber e tal... também nem sei como procurar, sabe? Deixei quieto... não tenho interesse de ir atrás. A minha filha que pergunta “mas pai, você tem que ir atrás, saber a história, num sei quê, teu passado, não sei o quê, é importante”... o quê? O importante é o presente, filha. O presente, a família...⁴⁴⁹

Márcio teve contato com a mãe já na adolescência, mas o sentimento que tinha quanto a esse reencontro era o medo de se sentir rejeitado. Contou que, aos 15 anos aproximadamente, a instituição em que estava lotou uma *kombi* com os internos e foi passando de cidade em cidade, “devolvendo” esses adolescentes à família. Márcio disse que foram várias as paradas em que não encontravam as famílias e, intimamente, ele torcia para que a dele também não fosse encontrada no local que as fichas indicavam:

Sabe, você tem aquela vergonha, aquela sensação ruim assim, não consigo te descrever qual que é aquela sensação assim de, eu querendo vim embora, só falando “Não, não quero ver”, sabe... Com medo daquela sensação de rejeição que já tinha visto os outros sendo, sendo rejeitados assim.⁴⁵⁰

Por fim, a casa da mãe foi localizada e, de certa forma, seus medos se concretizaram:

⁴⁴⁸ Entrevista Carlos. Realizada em 28/03/2019.

⁴⁴⁹ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

⁴⁵⁰ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

Daí levaram nós daí, foi até onde lá que o cara indicou que era, daí minha mãe tava lá. Nem lembrava, não lembrava, porque eu tinha saído pequeno, né, nem lembrava a casa, só meu irmão tava lá, daí ele, que eu lembrava dele... Daí fiquei lá, fiquei uns 3 meses. Daí minha mãe me expulsou, de novo.⁴⁵¹

A mãe havia se casado novamente, o padrasto era alcoólatra, seus irmãos não aceitavam bem a situação e então a mãe o fez retornar para Curitiba. Segundo contou, quando o IAM o levou para Cornélio Procópio, deixou com a família uma passagem de volta para a capital, caso desejasse que ele regressasse. Foi o que aconteceu. Por fim, Márcio manteve o vínculo com os familiares, visitando-os uma ou duas vezes ao ano, já quando jovem - mas sente que há um distanciamento nessas relações.

Ao contrário de Gilson, Lino e Carlos, que desistiram de procurar sobre seu passado, tantos outros buscaram conversar com familiares, questionar e tentar entender sobre seu abandono, que é como entendem esse processo. Em muitos relatos foi possível perceber a existência desses assuntos não resolvidos e como eles inquietavam os entrevistados. No caso de Saulo, um dos irmãos cuja trajetória analisamos, mencionou que insistiu em diversos momentos para que a mãe contasse sobre como foi essa escolha pela institucionalização: “E nunca houve uma explicação, o porquê de tudo isso. Por que que aconteceu tudo isso?”, disse ainda que “a resposta é sempre a mesma: sem condições de criar.”⁴⁵²

Como percebemos analisando as fontes, a maioria dos entrevistados foi internada devido a condições financeiras que se relacionavam intimamente ao abandono paterno: as mães, viúvas ou abandonadas, não possuíam recursos financeiros para manter todos os filhos próximos de si. Na reconstituição das narrativas a ausência do pai foi citada e foi percebida no contexto de internação, porém não é possível notar uma grande responsabilização dos genitores homens. Houve poucas tentativas de aproximação com os pais e, quando houve, foram acompanhadas de indiferença. Os irmãos Saulo e Wagner e o entrevistado Jairo tentaram esse contato com o pai, e Lauro o encontrou aleatoriamente, quando ainda vendia jornais:

Por incrível que pareça, encontrei ele duas vezes no meu ponto de venda. [...] Que ele se assustou. “Uhum. Nossa você ganha dinheiro aí?”, ele perguntou aquilo com interesse! Se eu tivesse ganhando dinheiro... [...] porque os pais naquela época achavam que o filho era obrigado a trabalhar e dar todo o dinheiro pra ele. Eu falei não, que “a gente não ganha nada só pelo pela comida mesmo”.⁴⁵³

Nesse trecho, Lauro expressou que talvez o pai tenha se interessado por ele à medida que crescia devido ao fato que poderia ter uma fonte de renda - em outro momento, contou

⁴⁵¹ Entrevista Márcio. Realizada em 06/12/2019.

⁴⁵² Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

⁴⁵³ Entrevista Lauro. Realizada em 10/04/2020.

que quando voltou a morar com o genitor, ele o obrigou a trabalhar. Como só tinha 13 anos e apenas aos 14 poderia ser contratado em empregos formais, o pai o enviou para uma família em Quitandinha, para ajudar em uma borracharia. Desse modo, se absteve mais uma vez de permanecer em companhia do filho e ainda, se desonerou das expensas que teria se o adolescente se mantivesse em casa. Lauro mencionou, ao fim de sua entrevista, que já teve muita mágoa do pai, mas que foi se “libertando” desse sentimento e que nutria por ele apenas a “piedade”, o ajudando na velhice.

Jairo relatou que não tinha vontade de conhecer seu pai, que teria sido convencido por seu irmão e os dois, já adultos, se envolveram numa verdadeira investigação, que contou com viagens a São Paulo, visitas a cartórios, tribunais eleitorais e até a rádios, para anunciar a busca. Os irmãos descobriram o local onde o pai trabalhava e esperaram o fim do turno para o reencontro - com o sinal da fábrica, apenas o irmão atravessou a rua e foi conhecer o pai; Jairo, no final de toda essa saga, optou por não fazê-lo. Em outro momento de sua narrativa, abordou algo que se relaciona a essa questão de não ter desejo de conhecer o pai:

Nunca tive interesse, por ele não, porque daí eu já tava grande, a raiva já era maior que a ansiedade de conhecer, porque nunca obtive a resposta “por que? Por que? Por que?”, então a gente se sente, acredito eu né, rejeitado. Então essa que é a parte é... por...é... [...] a gente quando é criança, hoje, já tô bem mais velho, sei, a gente sente a necessidade de ter a mãe, o pai, carinho, o amor de uma pessoa... eu vejo todo mundo falando “um cantinho pra dizer que é meu”, mas é uma família pra dizer que é sua. Então isso eu sentia. Eu corri atrás muito disso, mas muito. Quando eu encontrei, foi a maior decepção do mundo, do mundo. Porque você imagina uma coisa, e é totalmente inverso. Totalmente inverso. Então... por isso que eu fugi [da família].⁴⁵⁴

Ele buscou encontrar a mãe e reunir os irmãos, conheceu os tios e a avó, conviveu e morou com eles - cheio de expectativas, disse ter se decepcionado. Foram ele e o irmão que travaram o diálogo sobre terem sido criados pelo IAM:

Lembro que a gente tava conversando “e se perguntarem o nome do teu pai e da tua mãe?”, daí ele falou “eu vou falar IAM, Instituto de Assistência ao Menor”, daí minha mãe tava junto né, ela foi lá ver ele cantar, ela olhou, ficou tão brava. Daí eu falei “não sei porque a senhora fica brava, porque eu não me lembro de ser criado por ninguém”.

Contou que sua mãe ficou muito chateada com essa passagem e, em seu leito de morte, cerca de oito anos depois, chegou a comentar sobre esse momento, demonstrando sua mágoa. Afirmou que propôs muitas tentativas para que a mãe lhe contasse sobre a decisão da internação, sem êxito. Conseguiu, mais tarde, associando o que sabiam sua avó e tios, compor uma narrativa para seu passado, envolvendo a falta de recursos da família após o abandono do pai, situação difícil para a mãe, que optou pela colocação dos filhos em instituições de abrigo.

⁴⁵⁴ Entrevista Jairo. Realizada em 28/02/2019

Em seu relato, essa escolha não parece ter sido compreendida e esta mácula, parecia, ainda o atormentava.⁴⁵⁵

Com Saulo se passava o mesmo. Relatou que compreende o que sente pela mãe quase como uma responsabilidade: “Sentimento de, não é de reconquistar, não é de reconquista, e sim obrigação. Saber que você tem uma mãe. E que se um dia ela vier a faltar, você não terá mais essa mãe. Como se você tivesse uma obrigação, de cuidar dela, mesmo com todos os erros que ela teve.”⁴⁵⁶ Nesse sentido, descreveu essa relação muito mais como imposição de cuidar, em ajudar financeiramente. Tentou que a mãe lhes contasse tudo, a ele e seus irmãos, para assimilar e entender suas razões e são muitos os questionamentos que ainda lhe inquietam:

Por que que aconteceu tudo isso? Se hoje a gente vê que as mães fazem tudo pra não separar dos filhos. Será que realmente não tinha condições de ficar com os filhos? Não tinha condições de dar amor aos filhos? Ou preferiu se abster dos filhos, deixando no Educandário? [...] ⁴⁵⁷

No trecho acima (“Se hoje a gente vê que as mães fazem tudo pra não separar dos filhos”) quando afirmou que, atualmente, mesmo com muitos percalços as mães mantêm os filhos perto de si, ele ressaltou que essa é a concepção que tem de maternidade. Essa é uma questão presente em vários relatos analisados: a despeito de que o que chamam de abandono muitas vezes advinha dos dois genitores, foi notável que a mágoa destes era direcionada com maior ênfase à mãe - e isso, compreendemos, se relaciona ao que entendem ser o papel da maternidade, ou seja, à crença do amor materno.

Assim como no caso de família ou infância, a concepção de maternidade também é uma construção social, que intersecciona questões sociais, culturais, econômicas e políticas do contexto de cada época (RESENDE, 2017, p. 176). Elisabeth Badinter (1980) em seu renomado livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, dissertou sobre o fato de que a construção do amor materno foi incentivada a partir do século XVIII, através de publicações que associavam o sentido de ser mulher não só ao fato de parir, mas também ao de cuidar - e isso estava intrinsecamente vinculado à sobrevivência das crianças, em um contexto

⁴⁵⁵ “E minha mãe, quando eu já tava com meus vinte e três anos, eu tava trabalhando em Araucária, vim, conheci ela, e por coincidência, fomos morar junto. Daí ela contou que tinha mais irmão lá em Londrina, mas nunca explicou o motivo de ter abandonado nós. Eu perguntava, nunca falou. Nunca. Nunca, nunca explicou. Depois eu entendi através de um tio meu. Aí eu entendi que o meu pai abandonou ela com quatro filhos, né? Nós era quatro irmãos. E a situação, também foi a forma como eu entendi, eu não sei se foi essa, porque ele não explicou exatamente né. Meu pai abandonou, a situação dela era crítica lá, não tinha condições, não tinha emprego, não tinha profissão e abandonou. Isso foi o que eu entendi, certo?” (Entrevista Jairo. Realizada em 28/02/2019).

⁴⁵⁶ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

⁴⁵⁷ Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

alarmante de mortalidade infantil.

Numa nova perspectiva, as crianças foram entendidas como a força de trabalho do futuro e era necessário garantir que permanecessem vivas. Deste modo, todo um saber médico foi construído a fim de que as mulheres fossem convencidas da importância de cuidar e seguir práticas sanitárias e de alimentação. Durante todo o século XIX, a puericultura e os higienistas foram responsáveis pela elaboração e divulgação desses discursos, que encontraram na burguesia terra fértil para fecundar. Amplificadas pelo Estado, essas ideias foram associadas ao amor.

A dificuldade da imposição destes conceitos para as classes não-burguesas se encontrava nas condições econômicas que impactavam nas dinâmicas familiares. Como seria possível alimentar adequadamente, oferecer um ambiente salubre, em um cenário econômico desfavorável? Deste modo, para coibir o abandono e o aborto, diversas instituições foram criadas, principalmente pela Igreja Católica, para receber as crianças que eram enjeitadas, inclusive no Brasil (VENÂNCIO, 2002). Aqui, tivemos também a influência do discurso médico, filosófico e religioso para incutir os valores relacionados ao amor materno. Assim, cada vez mais a maternidade passou a ser entendida como intrínseca à natureza da mulher. Conforme afirma Deborah Resende:

Entende-se que uma vez instaurado, o Mito do Amor Materno foi inscrito na memória familiar dos indivíduos e transmitido entre as gerações como uma crença irrefutável a partir do fim do século XVIII. Desde esta época percebe-se que o Mito do Amor Materno atuou como um elemento organizador das sociedades, de forma a possibilitar, através da crença no amor materno inato, o estabelecimento de regras de comportamento, que interessavam aos Estados, concernentes às mulheres mães. (RESENDE, 2017, p. 184).

Mesmo que o conceito de instinto materno tenha sido há muito superado pela ciência, ainda há resquícios desta ideia na sociedade. Nesse sentido, Badinter afirmou:

Mesmo reconhecendo que as atitudes maternas não pertencem ao domínio do instinto, continua-se a pensar que o amor da mãe pelo filho é tão forte e quase geral que provavelmente deve alguma coisinha à natureza. Mudou-se o vocabulário, mas conservaram-se as ilusões (BADINTER, 1980, p. 21).

No que concerne a esta pesquisa, podemos notar que este tema tangencia as entrevistas em que são expressados esses sentimentos quanto ao abandono - isto porque, na compreensão da maioria dos participantes, as mães não cumpriram com as suas obrigações, de dar proteção, educação e afeto. É interessante perceber que não demonstraram com tanta ênfase essa amargura com relação aos pais que, nos parece, também faltaram com essas atribuições. Às mães, destinaram esse sentimento, uma mágoa, pelo abandono. É com a expectativa que têm hoje, sobre qual seria a função da maternidade, que olham para o passado

e imputam responsabilidades e julgamentos para suas mães. Corrobora com essa perspectiva, Antonia de La Cruz:

O ato de afastar-se do filho ainda é mais penalizado quando realizado pela mulher/mãe do que pelo pai, em nossa sociedade. Ou seja, produz-se menos espanto quando são os pais que saem e demandam-se explicações, sejam sociais, econômicas ou psicológicas das mães não cuidadoras (DE LA CRUZ, 2014, pp 96-97).

Lauro, o entrevistado cuja mãe fugiu em um táxi e o pai logo o internou, citou que hoje a mãe, já idosa, habita na mesma cidade e que ele a visita regularmente. Segundo ele, foram as irmãs que fizeram o enfrentamento com a mãe para saber sobre seu passado e que, como os outros entrevistados, receberam a negativa em tratar do assunto. Contou que muitas vezes a questionaram:

Então, da minha mãe até hoje ela... ela virou, hoje ela é da Congregação, né? Ela... ela é uma pessoa que ela nega muita coisa que a gente às vezes fala pra ela, mas ela sabe que ela fez errado. Por que a gente fez muita pergunta, agora não pergunta mais, né? Porque ela já está com oitenta e pouco. "Por que a senhora levou um e não levou eu?", "É, porque ela tinha um ano só", eu falei "não, mas a *Lenita* tinha dois, era um toco... a senhora... ela não era filha do seu Francisco, que era meu pai? Mas qual a razão? Me diga!". E todo mundo perguntava isso pra ela. Qual a razão de você pegar um filho e deixar cinco pra trás? Olha. Tem gente que xinga ela até hoje. Fala "deixa eu ser uma pessoa de sorte. Você não sabe a sorte que você tem na vida de ter os teus filhos." ⁴⁵⁸

Nesse excerto, Lauro demonstrou que para ele a fuga da mãe e o seu abandono e de suas irmãs foi errado - e aqui, mais uma vez, conseguimos perceber como o ideal materno foi confrontado com a realidade, desconsiderando todas as hipóteses possíveis para que a mãe os tivesse deixado. O trecho final sobre a mãe ter sorte em tê-los como filhos corrobora com a mentalidade de que, por tê-los deixado, ela não merecia o reconhecimento, carinho ou cuidado de sua prole. Lauro afirmou que, apesar de já ter tido muita mágoa, hoje já teria as superado, mas sua esposa parece se ressentir por ele:

Ah, ela [a esposa] tem um pouco de mágoa da minha mãe. Ela não é uma pessoa que guarda rancor, porque ela é uma pessoa evangélica. Eu não frequento muito, mas ela é religiosa, né? Ela falou assim, "eu não... eu, eu não gosto da tua mãe pelo seguinte, como ela separou uma filha?" [...] porque ela ficou revoltada também com a história e minha mãe... minha mãe, hoje ela dá uma de santinha mas todo mundo jogava na cara da gente na cara dela. Ela [a esposa] fala: "mãe não abandona" ⁴⁵⁹

Lauro contou que muitas vezes a mãe foi provocada por outras pessoas devido a essa circunstância. Certa vez, quando moravam em São Paulo, ela teria entrado em uma discussão com uma mulher da comunidade em que moravam. A moça então, retrucou: "Tá vendo ali, ó? [apontava os filhos] Seis. Já tive em situação pior, mas meus filho nunca abandonei. Não

⁴⁵⁸ Entrevista Lauro. Realizada em 10/04/2020.

⁴⁵⁹ Entrevista Lauro. Realizada em 10/04/2020.

venha falar nada de mãe comigo, meus filho eu nunca abandonei”.⁴⁶⁰ A partir deste relato podemos perceber que a alcunha de ter deixado seus filhos acompanhou a vida dessa mãe.

Partindo desse imaginário que a identidade das mulheres estava relacionada à maternidade, que seriam completas quando mães e somente boas mães quando sua doação aos filhos fosse total, quem se afastava dessa ideia ficava à mercê de diversos julgamentos - “a mulher que, diante desse cenário, se vê diferente do papel considerado ideal, tende a se sentir inferior ou incapaz de lidar com situações decorrentes da função materna” (DAMACENO et al, 2021, p. 203). Se a construção da noção da família “desestruturada” existiu na comparação com a família normativa burguesa, também podemos tentar compreender como essa idealização da maternidade também prejudicava quem fugia a essas normas e que, durante muito tempo, foram chamadas de desnaturadas. Segundo Badinter:

Ora, a palavra "desnaturado" tem vários sentidos. Se definimos a natureza em termos da "norma", a mulher desnaturada será uma anormal, isto é, uma doente ou um monstro. E se identificamos a natureza com a virtude, a mulher desnaturada será corrompida ou viciosa, isto é, uma amoral, ou uma mãe ruim. (BADINTER, 1980, p. 190).

Com base no relato de Dona Zenaide, mãe de Saulo e Wagner, podemos inferir que a escolha por ter solicitado a colocação dos filhos em instituições pode não ter sido tão relacionada à frieza, à negação da maternidade ou à falta de afeto, como afirmaram muitos dos entrevistados. Mesmo a negativa em lembrar o assunto pode significar o sentimento de culpa que porventura experienciam. Renato Venâncio, de forma bastante sensível, escreveu: “a história do abandono de crianças é a história secreta da dor feminina” (2002, p.189).

Zenaide narrou que passou por muitas adversidades e que, quanto aos filhos, sofreu muita interferência do pai das crianças e mesmo dos pais. Devido à situação de vulnerabilidade que se encontrava, internou os menores no Educandário São Roque e Wagner, no Educandário Curitiba. Quando os pequenos ficaram doentes, os pais pediram que os enviasse para o sítio onde viviam. Depois, quando voltaram, o pai dos filhos usou da pressão psicológica para convencê-la e de sua influência para demandar a institucionalização das crianças. Ela afirmou, com a voz embargada: “Aquele tempo também as mulheres não tinham... não tinham voz ativa. Hoje em dia as mulheres têm voz ativa, naquele tempo não tinha.”⁴⁶¹ Desse modo, aludiu à influência do ex-marido na decisão da internação.

O fato dos filhos não sentirem que tiveram uma conversa onde os detalhes ficaram esclarecidos, permite que eles ainda nutram mágoas: por que as mães escolheram alguns para

⁴⁶⁰ Entrevista Lauro. Realizada em 10/04/2020.

⁴⁶¹ Entrevista Zenaide. Realizada em 03/12/2019.

ficar consigo e/ou com a família, e não eles? Por que não tentaram reaver a guarda?

Saulo, por exemplo, disse que tentou compreender o lado da mãe, mas que as negativas frequentes dela em contar sobre seus motivos de optar pela internação, causam a ele intensa tristeza - e geraram um afastamento, tanto que ele reconheceu sentir pela genitora uma relação mais próxima da obrigação, não de afeto. Em certo momento, relatou:

Então, como se diz, [sinto] como se não tivesse um amor de mãe nem de pai. Como se nós fossemos culpados pelos problemas que aconteceram. [...] Lá [em Rio de Areia de Cima] a gente se acostumou. A gente se acostumou porque a gente quando criança, a gente não sabia o que era cidade. Então a gente se acostumou porque recebeu amor dos avós. E das pessoas, tinha o meu tio lá também e minha tia. Então a gente se acostumou porque qual criança que não se acostuma com um local que é recebido com amor? ⁴⁶²

Esse trecho demonstra que entende que recebeu amor na infância - mas não da mãe. Ressaltou ainda que raramente a mãe os visitava na CAPEJO ou Campo Comprido. Não saber de todos os detalhes parece incomodá-lo, inquietá-lo; como ele afirmou: ela não teria condições de lhes dar amor? Ele evitava mencionar esses assuntos porque magoava a mãe, mas que nem sempre foi assim. Muitos dos entrevistados afirmaram que criticavam ou provocavam as mães sobre os acontecimentos de suas vidas, como Jairo relatou quando disse ter sido criado pelo IAM.

Lauro também narrou uma lembrança que, disse, teria ferido sua mãe:

Eu lembro que no domingo, sempre tinha visita. Aí, como eu já tava acostumado né, a não ter visita, eu saí, nós fomos lá no campinho, ficamos jogando bola. Aí eu ouvi no megafone, [...] chamaram meu nome “*Lauro*, comparecer na sala tal”. Aí eu fiquei “ué, será que eu vou apanhar?”, porque no lado da sala do diretor tinha uma outra sala e quando eles levavam lá era pra bater, aí pensei que ia apanhar. Aí eu tinha um tio, falecido tio Alfredo, que ele era grande e negro, bem grande, era uma pessoa difícil de esquecer. Aí eu cheguei lá, ele tava lá. E choro... aí ele me levou num canto, tinha uma mulher, com uma menininha pequena, tipo uns 3, 4 anos, aí ele virou pra mim “você conhece ela?”, e eu disse “eu não!”, aí ela começou a chorar, né? Ele disse “ela é tua mãe”, aí ela me abraçou, né? E eu fiquei reto, nem abracei. Eu pensei comigo “Ué? Eu achava que não tinha mais mãe”. ⁴⁶³

A partir desses relatos foi possível concluir que a idealização da maternidade direcionou esse sentimento de desamparo. Nas entrevistas, expressaram essas mágoas e classificaram as atitudes dos pais, sobretudo das mães, como errôneas. A palavra abandono foi muito utilizada. Entendemos, no entanto, que apesar de se sentirem assim, nem sempre o que chamam de abandono foi, na prática, negligência.

Na história do Brasil o abandono de crianças foi uma constante, tanto que foram criados mecanismos para coibir essa prática ou para garantir que os pequenos enjeitados sobrevivessem às intempéries e a outros riscos, como a Roda dos Expostos, por exemplo.

⁴⁶² Entrevista Saulo. Realizada em 03/12/2019.

⁴⁶³ Entrevista Lauro. Realizada em 10/04/2020.

Estes instrumentos se relacionavam aos ideais religiosos e visavam diminuir os abortamentos, bem como o infanticídio - sendo empregados em casos de relações extraconjugais ou gravidezes indesejadas e frutos de relacionamentos informais.

Contudo, principalmente a partir do fim do século XIX e início do XX, outros dispositivos foram engendrados. Nesse contexto, delegar a criação dos filhos não era necessariamente relacionado ao desafeto: “As famílias das camadas populares não viam os recursos à assistência como uma demonstração de ausência de amor pela criança, pelo contrário, a procura pelas instituições quase sempre era em decorrência de extrema pobreza” (NOGUEIRA, 2016, p. 499). Era uma estratégia que visava a manutenção da vida das crianças em um lar diferente do seu, com uma adoção provisória, ou em uma instituição de assistência, de forma temporária ou não (AREND, 2014, p. 71).

Essas considerações não parecem ter sido relevantes na interpretação dos entrevistados dessas pesquisas, como escreveu Antonia de La Cruz: “muitas vezes, a dimensão de construção histórico/social se perde e a naturalização do nosso olhar passa a ser uma poderosa juíza” (2014, p. 87). Essa foi a tônica dos relatos, com exceção de um dos participantes. Adalberto, em sua narrativa, mencionou a sua mãe com carinho e admiração “eu tiro meu chapéu pra ela, ela nunca deixou nenhum de nós passar fome. Ela trabalhava em troca de comida”.⁴⁶⁴ Ele lembra de quando a mãe o deixou na CAPEJO, um garotinho ainda franzino, com uma deficiência motora e na fala. Pelo que contou, parece ter compreendido que a escolha pela institucionalização dos sete filhos foi causada pela impossibilidade da mãe de prover a todos. E sua narrativa foi muito tranquila, como se entendesse realmente essa motivação.

De acordo com Carolina Soejima e Lidia Weber, “a decisão de abandonar um filho pode significar, para a mulher, aceitar a impossibilidade de criá-lo, ou sua rejeição a ela ou a frustração de seu amor e desejo maternantes” (2021, p. 177). Mesmo que com o relato de uma das mães, temos apenas as narrativas a partir do ponto de vista dos filhos, ex-pequenos jornaleros, que denotam a si mesmos o estigma do abandono. De fato, a despeito do viés legal ou da compreensão social do fenômeno, o que nos importa aqui é como expressaram esse momento de suas vidas e a privação da família, especialmente da mãe, em suas vivências.

São significativos os estudos que abordam os efeitos da ausência física e afetiva dos pais, bem como da institucionalização, no desenvolvimento físico, social e psicológico. O momento da separação da criança e dos pais, da entrada em uma institucionalização, afeta

⁴⁶⁴ Entrevista Adalberto. Realizada em 04/04/2019.

profundamente a percepção que a pessoa tem de si. Segundo Claudia Batista: “(...) é comum o acolhimento institucional promover a desresponsabilização das famílias, o que leva as mesmas a afastarem-se das suas crianças ou jovens, provocando nas mesmas o sentimento de não serem importantes e a ideia de terem sido esquecidos” (2014, p. 32).

A citação acima é muito pertinente para compreendermos nossas fontes: mesmo que não explicitamente, vários desses pontos foram expressos nas narrativas. Conseguimos relacionar sentimentos como mágoa, tristeza, solidão, incompreensão, associados à família e à instituição. E percebemos, ainda que de forma contida, a existência de outra questão bastante importante: a dificuldade em estabelecer vínculos afetivos e se compreender como pertencente a uma família..

Na conversa com Gilson e sua esposa, contaram situações cotidianas mas que revelam minúcias que se relacionam à sua vivência em instituições. Eliana cita, como exemplo, o fato de que seu marido sempre foi muito organizado e que tinha muito cuidado com seus pertences: reflexo da sua experiência na infância, onde precisava zelar por seus itens, para que ninguém os furtasse e para que o mantivesse em bom estado. Também comparam a criação dos dois: enquanto a esposa morou com seus sete irmãos, dividindo roupas e calçados, Gilson não teve essa vivência e, por isso, teve muita dificuldade nos primeiros anos de casamento:

Esse lado assim, eu cresci com um lado muito egoísta, sabe? Isso eu admito, sabe, de ... de... sempre... foi tão difícil pra mim ter as coisas e eu me apeguei nas coisas né, aí com ela aqui eu fui aprendendo, como é que era em família, né, dividir as coisas né? ⁴⁶⁵

Afirmou que o irmão, Vilmar, que além de instituições de abrigo serviu o exército, também apresenta comportamentos bem metódicos que entendem como resquícios desse período em suas vidas. No trecho final da citação, Gilson disse que precisou aprender a se relacionar em família. Wagner citou algo que guarda bastante semelhança com isso:

É .. não que eu era frio, ou que eu não interessava por isso [por feriados], é porque na verdade não me foi ensinado o que aquelas datas tinham, tinham que ter uma importância x, entendeu? Então não foi, nem pra mim, nem pros outros meninos. Então a gente só, que nem eu te falei né, começa a só dar importância quando você tem outra pessoa que depende de você e que você “opa! Tem essa data x..opa! tem essa data y...”, aí você começa a se ligar, né, na importância. ⁴⁶⁶

Ao mencionar a questão dos feriados, de que teve o entendimento dos significados de algumas datas somente quando compôs sua própria família, mostra também que houve coisas que só aprendeu dentro de seus núcleos, depois de mais velho. Um desdobramento se dá

⁴⁶⁵ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

⁴⁶⁶ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

também no fato de que muitos ressaltam que tentaram se descolar da ideia de paternidade que tinham, a do abandono, que tentaram ser presentes na vida dos filhos: “porque eu coloquei na minha cabeça assim: que eu já tinha vivido sem pais, sem meu pai e praticamente sem minha mãe, e não queria isso pra minha filha.”⁴⁶⁷

Foram muitos entrevistados que citaram os filhos e as conquistas destes. Cursos, graduações, feitos esportivos, a profissão, e que reiteraram que, na sua visão, foram e são pais presentes, de forma a se afastar do que conheciam por normalidade à época de sua infância. Levam os filhos para os encontros dos integrantes da CAPEJO e tentam, à medida do que lhes é possível, fazer-se presente, demonstrar algum afeto - ainda que isso lhes custe soterrar algumas amarguras. São sobre esses ressentimentos que tratamos a seguir.

6.2.2.3 O Ressentimento da Instituição

David Konstan realizou uma investigação sobre a história do ressentimento enquanto emoção a partir dos textos da antiguidade clássica e das suas traduções modernas para o inglês. Dessa forma, categorizando os sentimentos expressos na literatura, elencou três eixos para a compreensão do termo: o psicológico, social e existencial.

Para o autor, o primeiro sentido seria semelhante à raiva, mas expresso de maneira contida. Nutrido e acalentado, nasceria a partir da ofensa realizada pelo outro. O segundo eixo, social, se relacionaria à percepção de que um grupo foi subordinado injustamente por outro, entrelaçando o sentimento de pertencimento com o da discriminação. Konstan, a partir da análise de Nietzsche e Scheler, compreende o terceiro sentido, o existencial, como um adiamento das emoções - que seriam reprimidas e mantidas adormecidas, mas pacientemente alimentadas (KONSTAN, 2004).

Pierre Ansart também partiu das interpretações de Nietzsche e Scheler para compreender essa emoção “enigmática”. Para o primeiro filósofo alemão, o ressentimento é próprio da modernidade e que une a dimensão histórica, psicológica e sociopolítica, se relacionando ao que denomina impotência rancorosa: a convergência, sufocada pela moral judaico-cristã, do ódio e vingança com a impossibilidade de reação (VECCHI, 2004; ANSART, 2004).

Ansart afirmou que seriam várias as formas de ressentimentos. Existiriam aquelas entre as classes sociais, etnias e gerações; aquelas associadas aos grupos dominados e ainda, o

⁴⁶⁷ Entrevista Wagner. Realizada em 20/02/2019.

dos grupos dominantes que vêem sua autoridade sendo perdida.⁴⁶⁸ Uma crítica do francês aos filósofos supracitados diz respeito ao fato de que, na concepção dos alemães, o ressentimento parecia existir como um todo e que uma pessoa ou grupo teriam ou não essa emoção consigo. Ansart discordava: para ele, haveria uma gradação da intensidade desse sentimento, a depender do que o motiva (2004, p. 19).

Segundo o autor, é preciso “ênfatizar não apenas os sentimentos e afetos dos indivíduos, mas, de forma complementar, as representações, as ideologias, os imaginários, as crenças (e, portanto, as religiões), os discursos, que presumimos desempenhar papel relevante no devir dos ressentimentos” (ANSART, 2004, p. 19). Defendeu, portanto, que o ressentimento não deveria ser entendido somente como algo individual, mas que haveria a possibilidade do compartilhamento de rancores e hostilidades em um nível coletivo.

Mencionamos tais autores por compreendermos que nossas fontes podem ser analisadas a partir dessas concepções, visto que percebemos nos relatos de nossos entrevistados essas nuances. Descrevem o ressentimento como algo alimentado e acalentado por longos períodos, nutrido pela impotência, ligado à dificuldade de esquecer as humilhações e as injustiças (GRUNER, 2006, p. 90).

A partir dessa perspectiva, não conseguimos justapor o que evidenciaram os entrevistados sobre suas famílias à noção de ressentimento. Por mais profundas que sejam as mágoas dos entrevistados, consideramos que essas são muito mais vinculadas à falta de afeto, à expectativa de pertencer à uma família, à incompreensão dos motivos que levaram a esse afastamento - mas não ao ódio, ao rancor, a situações vexatórias, como as que foram direcionadas à institucionalização.

Como sustentou Ansart, algo que pode mobilizar o mais forte furor em alguém, pode até sensibilizar outro, mas talvez não com a mesma intensidade. Assim, nas narrativas aqui analisadas, o que alguém mencionou como sendo cotidiano, levou outro entrevistado às lágrimas; houve aqueles que citaram alguns aspectos que os ressentem, mas afirmaram que vêem a experiência na CAPEJO como positiva; outros tiveram muita dificuldade em narrar assuntos que não fossem superficiais.

A título de exemplo, selecionamos a narrativa de Gilson, na qual os ressentimentos adquiriram diversos tons e foram endereçados a várias pessoas e ao Estado. O primeiro momento em que esse sentimento foi expresso relaciona-se à forma abrupta com que ele e seus irmãos foram apartados da família:

⁴⁶⁸ Nesse sentido, corrobora Elias (2001) afirmando que o ressentimento se encontra na relação entre estabelecidos e outsiders, principalmente quando os primeiros sentem-se desafiados pelos segundos.

[...] Denunciaram... né, que a gente tava sendo maltratado né. Aí eles chegaram lá numa época, né, com um carro da polícia lá e... carregaram a gente assim, meio na marra, memo. Jogaram dentro de um carro, não sei se era uma rural ou um Jeep, um carro louco lá que tinha. E em Umuarama, levaram a gente pra delegacia... né? Só que não falaram pra nossa mãe que tinham pegado, que pegaram a gente. Pegaram escondido, esperaram ela, acho que ela sair, não sei como que foi lá... levaram a gente.⁴⁶⁹

A mãe de Gilson era vendedora ambulante e ele confirmou a questão dos maus tratos, porém o ressentimento foi direcionado ao Estado, por ter realizado essa separação. Mesmo que fosse pequeno, com menos de cinco anos, lembra-se desse acontecimento, de ser levado para uma delegacia, junto a adultos e depois, ter sido apartado dos irmãos, na chegada à Curitiba. Além da violência de toda essa situação, outro fator contribuiu para que o ressentimento se agravasse: a morte da mãe.

Quando completou 18 anos, Gilson juntou o pouco dinheiro que tinha e decidiu retornar à Umuarama, à procura da mãe e da família. Quando chegou à cidade, descobriu que a genitora havia se suicidado:

Eu, eu voltei uma vez quando eu tinha 18 anos, que eu tinha meu dinheiro. Só que eu fui atrás da minha mãe né, e até então eu não sabia que ela tinha... tirado a vida né? [...] É... passou uns tempos lá, ela se suicidou, ela tirou a própria vida. Mas também pense: tirar todos os filhos no soco? Então, ela tirou a própria vida. Pegou e pulou num poço que tinha lá. [...] Mas eu tinha no meu coração muito forte que eu queria encontrar minha mãe, não sei porque... tinha o lado bom da minha mãe assim no meu coração, mas minha irmã contou umas coisas que ela não era tão boa assim quanto eu imaginava. Mas eu fui pra encontrar minha mãe e acabei não achando...⁴⁷⁰

Como ele não conseguia se lembrar das coisas que a irmã mencionou sobre a mãe, guardava em sua memória o que chamou de “lado bom”. A despeito de ter forjado uma personalidade avessa a reencontros, efetuou esse retorno para cidade natal, em busca de sua mãe e de um relacionamento com ela. Mesmo que não conheça efetivamente os motivos pelos quais sua genitora atentou contra sua vida, ele associou essa questão ao modo como os filhos foram distanciados dela. A conexão que ele faz entre um acontecimento e outro foi relatada de forma muito segura, cheia de assertividade e dor. Procurava uma justificativa para a partida da mãe e, para ele, foi o Estado o responsável por essa morte. Essa mácula se transpôs em ressentimento: por ter sido separado da mãe, mas sobretudo, por não ter tido a chance de reencontrá-la.

Outro aspecto que podemos compreender como motivador de ressentimento de Gilson se relaciona ao tratamento que recebeu durante sua permanência na CAPEJO e na ocasião de seu desligamento. Segundo narrou, em data próxima de completar a maioridade, houve uma alteração na dinâmica da Casa e não existiu preparação para que ele fosse

⁴⁶⁹ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

⁴⁷⁰ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

desligado. No dia seguinte, teria sido mandado embora, com um pequeno enxoval e com pouco conhecimento de como proceder para se manter na cidade. Sobre isso, descreveu:

Quando eu saí, foi me passado os documentos lá. Eu tava na escola, só que daí na época eu tava meio revoltadão né, da forma que foi feito, que a gente saiu, assim. Praticamente a gente foi expulso da escola, né? Porque você completava dezoito anos, aí tinha que se virar. Aí depois, quando a gente completou 18 anos, aí eles dispensavam mesmo, tinha que se virar em pensão. [...] [assim que] foi feito, que foi assim, na base do... eles tomaram a decisão que quem completasse [18] ia sair, assim, do nada. Quem completasse 18 anos, iria ter que sair da escola, né. Mas o motivo, a gente nunca soube o porquê.⁴⁷¹

Conforme narrou, o desligamento era realizado de forma gradual - e isso o deixou bastante revoltado à época. No seu entender, também havia uma distinção de tratamento despendido pela instituição para com os meninos: os já mencionados “peixinhos”, que receberiam um ou outro benefício. Essa diferenciação é bastante presente em seu relato:

Tem mais um detalhe, né, que lá tinha os chegado dessa mulher aí, Marilena, que ela encaminhava pra emprego público, no caso pra... como que eu posso... como tem hoje o Menor Aprendiz, aí na época tinha, mas era uma coisa diferente, um outro nome sabe? Quando eles viam que a criança era mais dedicada pra estudo, pra curso, essas coisas, é... é... eles encaminhavam pra entrar nessas empresas do governo, né, SERPRO, SANEPAR, outras empresas que né, tinham na época, TELEPAR, que tinha a TELEPAR, eles davam um jeito de encaminhar pra essas empresas, sabe? Mas a gente via que em cima de tudo isso tinha um pouco de discriminação, sabe, com muitos assim. Então ela tinha os queridinhos assim que ela deu um jeito e conseguiram se sair [bem] e a maioria assim teve que se virar como eu se virei [...]

⁴⁷² ⁴⁷³

Parte de seu ressentimento advém, portanto, do que entende ser essa diferenciação vindo da diretoria e funcionários e direcionado aos internos, em que se sentiu, de certa forma, ignorado e prejudicado em suas oportunidades. Porém, a ênfase maior dada ao ressentimento está relacionada às violências às quais ele e seus colegas foram submetidos. Narrar o trauma, as agressões físicas e psicológicas, usando até mesmo a palavra tortura para descrever os castigos sofridos, com certeza incitou esse ressentimento. Em seu relato é notável a frustração do que pensa que a instituição deveria proporcionar e o que, na prática, vivenciou. São cenas que ficaram em sua lembrança e que impactam ainda hoje como percebe o mundo e a violência. Em certo momento, disse:

Daí depois que eu saí da escola, eu não voltei mais! Não queria saber mais nada. Sabia de passar assim, passava assim, na frente, passava, mas não voltei, o negócio foi tão sério, que eu nunca voltei lá, Como eu já fui aluno, eu podia voltar, mas eu só passava lá, olhava a placa, e já criava algo monstruoso assim, e saí fora.⁴⁷⁴

⁴⁷¹ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

⁴⁷² Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

⁴⁷³ Na entrevista de Marilena, ela negou fazer diferenciação. Disse que a chance era dada a todos. Mas é bastante possível que houvesse, sim, distinção entre os meninos, e que as questões raciais permeassem essas hierarquias. Entrevista Marilena Realizada em 18/12/2020.

⁴⁷⁴ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

Gilson, apesar de dizer que tentava não pensar muito nessa época, parece ter elaborado bastante sobre. Como vimos no tópico que trata sobre o trauma, ele mencionou a tortura, estresse pós-traumático, reações que tem involuntariamente, como o recolhimento, a tristeza, a negativa em ver qualquer ato que remeta à violência. Todas essas questões alimentam esse ressentimento que o envolve e que o fez tecer críticas à institucionalização: “(...) eles tinham total respaldo de fazerem o que quisessem com as crianças e a gente não tinha onde se proteger e buscar uma força assim, pra nos ajudar.”⁴⁷⁵

Outro entrevistado que pareceu se ressentir sobre esse aspecto foi Silvano. Afastado de sua família devido às circunstâncias de vulnerabilidade em que se encontravam, entende que sua história sofreu interferências de órgãos do governo. Ele demonstrou em sua narrativa que essa intervenção se fez sentir durante longos anos: as violências e experiências nas instituições, as adversidades nas ruas, a dificuldade em se estabilizar profissionalmente e em criar vínculos afetivos com seus irmãos e irmãs, seu envolvimento com substâncias químicas, os obstáculos em tentar ter sua própria família e ser presente na vida dos filhos. Todas essas menções, em sua fala, parecem ter sido permeadas pela questão do abandono, da institucionalização e também do racismo, porque sente que parte desse mau tratamento que teria recebido nos institutos e os empecilhos profissionais também foram permeados pelas questões raciais.

A internação foi tão importante em sua história que, somente a ideia de poder ser obrigado a continuar interno, dessa vez no Exército, era algo que lhe assombrava:

N – O senhor serviu o exército?

S - não, nem quis né (risos) nem quis servir né, porque essa vida de orfanato já né... a vida de orfanato já era um exército!

N – é que tem muitos rapazes que seguiram carreira militar...

S – ah, se eu soubesse né... eu... mas é que eu tinha sofrido tanto que eu não queria mais...⁴⁷⁶

Falar sobre essa fase de suas vidas traz sofrimento para ambos os entrevistados. Os ressentimentos afetaram e afetam suas trajetórias e suas narrativas de tal maneira que preferem seguir seus caminhos sem reavivar essas tristezas e percalços, sem ao menos transitar pela rua em que se situava a CAPEJO sem que isso lhes causasse incômodo. Para Silvano, o período que esteve transitando entre instituições, ou mesmo fugindo e dormindo nas ruas não lhe traz nenhuma lembrança que mereça ser celebrada. Igualmente, Gilson reiterou que não vê sentido nas reuniões e encontros de ex-internos, que não sente necessidade de rememorar em conjunto, talvez em companhia daqueles que também perpetuavam essas

⁴⁷⁵ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

⁴⁷⁶ Entrevista Silvano. Realizada em 28/06/2019.

violências. Afirmou: “o mesmo sentimento meu, é o sentimento da maioria. Não tem nada pra ficar se vendo, se falando, essas coisas, né... ninguém tem... um verdadeiro prazer sabe? De ficar lembrando e se vendo”.⁴⁷⁷

É interessante notar, desse modo, que os entrevistados que demonstraram esses ressentimentos acabaram por ser os mesmos citados quando abordamos as narrativas de violência e trauma. Isto se deve, justamente, porque o ressentimento pode ser compreendido como uma reação subjetiva motivada por uma humilhação sofrida (VECCHI, 2004, p. 457). Como afirmamos na seção em que versamos sobre a narrativa de eventos traumáticos, a falta de escuta é uma constante na vida de vítimas destas situações. Sem uma escuta atenta e qualificada, o sentimento não é expresso, compartilhado, criando assim terreno fértil para que os ressentimentos ganhem força e sejam amplificados. Como afirmou Maria Rita Kehl (2020), a memória do sofrimento pode alimentar o ressentimento.

*

Com base nas expressões e termos utilizados, na demonstração de emoções e mesmo, na dificuldade ou na negativa em abordar determinados temas, procuramos, neste capítulo, interpretar as narrativas dos entrevistados a partir do tortuoso e complexo caminho dos sentimentos.

Ao explorarmos as formas como os participantes trouxeram tais questões em seus relatos, pudemos perceber que não houve, de forma alguma, uma padronização dos relatos - cada entrevistado manifestou-se de modo singular, ordenando suas memórias, compondo sua narrativa, elaborando uma estrutura que procurasse dar sentido à sua vida e que se convertesse em algo compreensível para nós, pesquisadores. As fontes transitaram entre assuntos despreziosos, cômicos e de gratidão e outros delicados, que fazem referência a períodos difíceis e obscuros em suas vidas, principalmente no que diz respeito à violência a que alguns foram submetidos. Verificar essa gama de sentimentos foi importante para percebermos se havia diferenciação na maneira como narravam e como essa dessemelhança era exposta.

Acreditamos que trazer essas percepções sobre a internação foi significativo para viabilizar essas vivências e humanizar os personagens envolvidos em todos esses processos, e isso só foi possível pela uso da metodologia da História Oral, que permitiu que nos aproximássemos de narrativas outras que não encontravam espaço na documentação oficial das instituições.

⁴⁷⁷ Entrevista Gilson. Realizada em 01/04/2019.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma regra fundamental quando se vive
como nós estamos a viver – em sociedade,
porque somos uns animais gregários –
que é simplesmente não calar.
José Saramago

No início desta pesquisa, no delinear dos caminhos que iríamos percorrer, tínhamos como intenção escrever a história da instituição Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba. Essa entidade se fez presente na capital paranaense entre os anos de 1942 e 2002, assistindo centenas de meninos e rapazes órfãos ou distanciados (por inúmeros motivos) de suas famílias, providenciando a eles abrigo, alimento e educação básica. Pautada na moralização através do trabalho, tinha como eixo disciplinar a obrigatoriedade de que os internos exercessem a função de jornaleiros pelas ruas e praças da urbe.

Logo, a partir de muitas leituras e debates, percebemos algo muito significativo e que acabou por mudar os rumos dessa tese. Como afirmou Humberto Miranda: “as instituições não são exclusivamente o que está nos seus respectivos estatutos ou regimentos, e sim nas experiências das pessoas que ali vivem ou passam parte do seu dia” (MIRANDA, 2014, p. 23). Desse modo, alteramos nosso eixo de análise - que passou a ter os jornaleiros como foco de estudo.

Desde a pesquisa do mestrado, muitas questões ficaram inconclusas, devido à característica das fontes utilizadas e às suas limitações - a saber, prontuários e outros documentos oficiais. Por sua natureza, os registros oficiais apresentam discursos institucionais, retratando diretrizes e o que a instituição pretendia veicular à sociedade como prestação de contas. Nessa documentação, foi possível perceber que as perspectivas dos afetados pelas políticas estatais de internação poderiam ser traduzidas em uma palavra: ausência.

Quais seriam, isto posto, fontes favoráveis para que se pudesse investigar as interpretações daqueles que foram o público alvo dessas políticas? Como poderíamos responder a essas inquietudes? Contextualizando o período de maior atuação da CAPEJO, as crianças pouco amparadas financeira e afetivamente por suas famílias eram entendidas como *menores*, como sujeitos de intervenção e não de direitos. Sendo assim, dificilmente lhes foi ofertado espaço e escuta, durante a infância, para expressarem os diversos sentimentos que permeavam suas existências. Optamos, portanto, por nos empenhar em trazer à tona uma nova

documentação, produzida através da metodologia da História Oral, que privilegiasse a visão daqueles que participaram desse processo quando crianças.

A interlocução com os entrevistados proporcionou que narrativas de memórias de infância destes homens, que tiveram suas vidas atravessadas pelas questões da institucionalização, que foram afastados de suas famílias, viveram sob o imperativo da disciplina, que experienciaram adversidades, inerentes ao processo de desenvolvimento, mas agravadas pelo contexto no qual estavam inseridos. Assim, através das entrevistas e sua análise pelo viés dos estudos da memória, foi possível compreender a internação partindo de um novo olhar: daquele que a protagonizou.

A composição do quadro de participantes aconteceu principalmente em função de um grupo de aplicativo de mensagens que eles próprios haviam organizado pouco tempo antes de nosso primeiro contato. A partir disso, um entrevistado indicava o seguinte. Por fim, dois senhores foram localizados por meio de busca por redes sociais. Alguns entusiasmados, outros mais tímidos ou um tanto quanto relutantes, se dispuseram a contribuir com esta pesquisa.

Os temas que acabaram por propiciar relatos mais detalhados foram os que diziam respeito ao trabalho (cotidiano, organização, rotas e estratégias de venda), à instituição (regimento, disciplina, estrutura, violências), à família (configuração familiar, abandonos e reencontros) e às aventuras e transgressões (jogos, brincadeiras, passeios, conflitos, fugas). Diante do exposto, reafirmamos a importância da História Oral: das fontes, pudemos extrair questões que dificilmente surgiriam a partir de outras documentações e metodologias, fornecendo subsídios para que pudéssemos aprender mais sobre essa instituição pouco conhecida pelas pessoas que transitam atualmente pela região central da cidade. Em tempos passados, nessas mesmas ruas, poderia se observar a dispersão de garotos uniformizados, com jornais sob o braço ou apoiados à cabeça, partindo para sua jornada de vendas.

*

A existência da CAPEJO era legitimada pela sociedade que via em sua atuação uma forma de encaminhar a infância considerada desvirtuada, seja pelo ambiente que frequentava ou pelas pessoas com quem convivia, seja por condutas próprias da infância (brincadeiras, arruaças) que chocavam os transeuntes da Curitiba que almejava ocupar a lista de grandes metrópoles. Segundo juristas e intelectuais, o alvoroço de meninos e meninas - engraxates, jornaleiros, vendedores, gatunos - não era condizente com as primeiras avenidas, os cinemas recém-inaugurados e o *footing* das famílias afortunadas. Era preciso encaminhar essa infância

considerada desvalida para longe dos bairros centrais ou, ao menos, mantê-la sob vigilância de instituições religiosas e outras poucas iniciativas de Estado.

Nessa conjuntura, a família passou a sofrer intervenção e meninos e meninas foram alvo das políticas de Estado, com base nas ideias de que seriam os homens e mulheres do amanhã. Ambos, família e infância, foram objeto da produção de saberes que integravam a medicina, a puericultura, o higienismo, o direito, a psicologia, a economia - a fim de garantir a sobrevivência, física e moral, da população. Mais tarde, várias políticas foram elaboradas: abrigos e educandários, patronatos e escolas profissionais, o Código de Menores de 1927, a criação do Juizado de Menores, entre outras. A institucionalização, que já era uma constante na História do Brasil, continuou a ser incentivada como tentativa de disciplinar para essa parcela da população. Nesse sentido, a fundação da CAPEJO em 1942 foi providencial.

A instituição foi idealizada pela primeira-dama Anita Ribas, em terreno cedido por sua família, através de donativos e do apoio financeiro de grandes empresas da capital. Ainda hoje se pode observar a estrutura do prédio de dois andares localizado na Rua Saldanha Marinho, no centro da cidade. Como mencionamos no **segundo capítulo**, a Casa continha dormitórios coletivos, banheiros, cozinha e refeitório, salas de aula, consultório médico, almoxarifado, sala da direção e capela. Nas fontes oficiais essa organização espacial é descrita de modo muito breve, como se listasse um estoque. Pudemos compreender melhor como era esse ambiente a partir de algumas fotografias e, sobretudo, pelas narrativas dos entrevistados.

Os relatos que descrevem o lugar não tratam apenas de paredes ou disposição dos móveis, mas das memórias que falar desse espaço pode suscitar. Apenas um entrevistado realizou um detalhamento dos cômodos, Adalberto. Com mais idade que os outros participantes, viveu na CAPEJO como jornalista, como auxiliar administrativo e mais tarde, como professor voluntário. Por ter vivido por um longo período na instituição, talvez tivesse mais recursos para traçar esse esboço. Sua entrevista também mencionou um busto de bronze que teria o impactado logo no seu momento de chegada nas portas desse lugar no qual viveria tantas experiências.

Nas entrevistas, um cômodo sigiloso veio à tona: o quarto do mijão. Essa menção não trata somente de uma dependência, mas fez com que emergisse o relato de uma prática que incluía violência física e psicológica destinada aos meninos que possuíam algum tipo de disfunção urinária. Esse aposento, por óbvio, não estava relacionado na documentação oficial, bem como não estavam descritas as situações vexatórias as quais os internos eram submetidos.

Estes internos eram órfãos ou crianças que estavam separadas de suas famílias, devido à ingerência do Estado ou pela demanda dos próprios familiares. Como ressaltamos no **capítulo três**, era prerrogativa do Estado intervir caso entendesse que o ambiente não era adequado para a criação das crianças, ou seja, se fizessem parte do que se denominava “família desestruturada”. Este termo, amplamente divulgado, foi utilizado para julgar todas as configurações familiares que fugissem aos princípios da norma familiar burguesa, conceito difundido a partir do século XIX e estabelecido pelas elites. No foco da criminalização e intervenção estatal estavam, por certo, os grupos populares.

A interferência do Estado poderia ser motivada pela denúncia ou pela solicitação dos genitores e estava associada, nos documentos oficiais, à essa desestruturação familiar. Por sua vez, isto significava empecilhos financeiros relacionados à separação, à viuvez, ao abandono do pai, à migração e ao desemprego. Assim, as crianças eram retiradas dessas condições e, por conseguinte, afastadas de suas famílias.

No caso da família de Saulo e Wagner, o envolvimento do Estado ocasionou uma ruptura tão grande que os irmãos não compartilharam vivências e, não obstante cada um tenha sua experiência individual, praticamente não dividem memórias de infância. A intervenção na família de Davi distanciou os irmãos que o ele ainda busca rever; na de Gilson, foi realizada de forma violenta e traumática, que contou com o recolhimento das crianças sem a presença da mãe, noites na delegacia e transferência para instituições a mais de 500 quilômetros de distância de sua cidade natal.

A contradição consiste no fato de que, com o propósito de interferir em famílias consideradas desestruturadas, o próprio Estado as desestruturava: impedia a convivência familiar, separava irmãos e irmãs, enviava as crianças a cidades distantes do local de onde poderiam ter algum sentimento de pertencimento e afeto, dificultava o reencontro e o estabelecimento de vínculos fortes de amizade com as constantes transferências.

Apesar dos discursos que uniformizavam a noção de família, foi possível constatar que o tratamento ofertado para as famílias e as crianças dos grupos abastados era muito distinto daquele direcionado aos populares e empobrecidos. Aos primeiros, educação para forjar uma elite destinada a dirigir o futuro do Brasil; aos segundos, a instrução para o trabalho, lido como um hábito enobrecedor que deveria ser incutido nessa parcela da sociedade (SANTOS JR, 2014, p. 33). Essa também era a doutrina da CAPEJO: o trabalho como forma de disciplinarização.

Partindo da bibliografia que analisa documentos oficiais e descrevia como se organizava a rotina de trabalho, (PEREIRA, 2009; LIMA, 2017) tentamos compreender no

quarto capítulo como a cultura do trabalho presente na CAPEJO era percebida pelos entrevistados, já que o labor era visto como uma forma de inculcar valores morais.

Os entrevistados corroboraram com essa ideologia, defendendo a educação pelo trabalho e narrando altivos as adversidades enfrentadas - mesmo que, em alguns momentos, tenham afirmado que detestavam realizar a ocupação de jornalista. Alguns queixaram-se de trabalhar na chuva, da extensão dos trajetos, do peso dos jornais, da rigidez da rotina, da cobrança excessiva da instituição para que metas fossem cumpridas e de que não tinham aptidão para o comércio e, ainda assim, insistiram na importância de terem trabalhado quando crianças.

Houve aqueles que, apesar de valorizarem o trabalho exercido, declararam que não se sentiram preparados para empregar-se formalmente quando foram desligados da CAPEJO. Nesse sentido, exaltavam as oportunidades de educação profissional do CFP/MCC, onde eram ofertados cursos de marcenaria, carpintaria, costura, gráfica, etc. Entendem que era uma forma mais efetiva de educação, novamente, para o trabalho.

Ainda sobre o labor, não foram raras as conversas que descreveram trajetos e estratégias que lançavam mão a fim de amenizar os percalços dos seus serviços. Submetidos durante anos a rotinas extenuantes e repetitivas, poderiam descrever (e alguns de fato o fizeram) rua por rua de suas rotas de trabalho, horários, procedimentos de checagem e muitas coisas mais que envolvem o processo da venda dos jornais e revistas, e que não eram selecionadas para publicização: o peso da carga de venda, as longas distâncias percorridas, a quem confiavam a venda fiada de alguns exemplares, como cantavam as manchetes do dia - elementos pouco prováveis de se obter em outra categoria de fontes.

A forma como detalham os aspectos que se relacionam à rotina de trabalho nos fez refletir como essas memórias podem ser entendidas como memórias fortes, enraizadas e estruturantes de um grupo (CANDAU, 2012). Diante de tantos acontecimentos que os afetaram individualmente, talvez estas sejam algumas das poucas memórias que os entrevistados pudessem compartilhar com os colegas.

No **capítulo cinco**, foram analisadas memórias que versam sobre os momentos de estudo e lazer. Apesar dos discursos oficializados nos relatórios da CAPEJO nos quais a educação formal parecia ter posição de destaque, os relatos praticamente não mencionaram essa temática. Verificamos, mediante a análise das fontes, que os jornalistas recebiam instrução bastante rudimentar na própria instituição ou nos estabelecimentos escolares próximos. Um dos entrevistados afirmou que em dias em que era necessário realizar vendas

de edições especiais de folhetins, os garotos faltavam às aulas, demonstrando assim que parecia existir uma hierarquia das atividades, na qual o trabalho ocupava o primeiro lugar.

O capítulo é composto de relatos de momentos mais leves e divertidos, das peraltices e transgressões, que além disso, fizeram transparecer sentimentos de orgulho. Dividimos essas narrativas em dois conjuntos: as de lazer espontâneo, jogos, brincadeiras, idas à parques e rios, e as de lazer dirigido, ou seja, aquelas atividades que a própria CAPEJO ou o IAM propunham, como viagens à praia ou campeonatos esportivos entre as unidades do instituto de assistência. Ao explorar esses relatos, percebemos que havia questões de gênero que se relacionavam às atitudes da infância, mas também à forma como escolheram narrar essas mesmas atitudes.

No **sexto capítulo** partimos dos relatos que tratam do lazer para as narrativas difíceis. No início, discutimos quais emoções os entrevistados demonstraram, se consideravam seus relatos importantes ou se manifestaram desinteresse. Depois, procuramos investigar as narrativas sensíveis, enfatizando os relatos de trauma e os ressentimentos. Entendemos que há dificuldade em definir as fronteiras dos sentimentos. Não são fixos e imutáveis, mas complexos e ambíguos. Contudo, para uma melhor compreensão do texto, desmembramos os relatos em alguns eixos.

O primeiro se trata da gratidão. Os ex-jornaleiros expressam em suas frases gratidão pelas oportunidades, pelo abrigo, pelo amparo. Aqueles que demonstraram reconhecimento e orgulho em terem sido internos na CAPEJO, dedicaram à instituição muitas honras. Enalteciam suas atividades, mencionaram com carinho alguns funcionários e diretores e relataram serem gratos pelas oportunidades que receberam por seu intermédio. Suas narrativas se apresentam, inclusive, carregadas de saudosismo e lamentações pelo fim da instituição.

O segundo tópico abordou os sentimentos de abandono e o medo da rejeição, temas que apareciam logo no início das entrevistas. Quando lhes perguntava sua vida anterior à internação, as comoções prontamente surgiam - expressavam mágoas não apenas questão do abandono em si mas por não conseguirem sanar as curiosidades que tinham da época ou os motivos que levaram seus pais à opção da internação. De fato, se sentem em conflito por não conseguirem preencher as lacunas de sua história com informações mais detalhadas. A maioria dos entrevistados não reencontrou a família, que pudesse talvez colaborar com esta questão que os inquieta. Quem conseguiu localizar familiares, no entanto, demonstrou mágoa por não poder compor as minúcias de seu passado, devido à morte dos genitores ou porque estes se negavam a responder aos questionamentos dos filhos.

Constatamos também que a tristeza e mágoa que sentem quanto ao que chamam de abandono são direcionados, principalmente, à figura materna. Parte de suas amarguras advém ainda da concepção que possuem do que deveria ser uma família, como deveria ter sido seu passado, junto à família. Notamos que a expectativa da norma familiar burguesa possivelmente direcionou esse sentimento de abandono, isso porque, esta norma vai fundamentar a ideia de maternidade, da mãe cuidadosa, caridosa, presente. Assim, mesmo que a circulação de crianças seja frequente no Brasil, isso não significa que essa estratégia de sobrevivência não fomente a rejeição e a mágoa.

O último tema consiste no ressentimento da instituição que se baseou nos relatos daqueles que sofreram violências diversas e as expressaram em suas narrativas. Assim, percebemos que o ressentimento desses entrevistados foi canalizado a essas pessoas que perpetuavam agressões e aos órgãos de assistência do Estado. Suas vidas foram atravessadas e suas trajetórias modificadas pela ingerência do governo que separou famílias, que não teria os defendido quando necessário e/ou cumprido seu papel de forma ética, que se excedeu nas punições, que proporcionou situações vexatórias e de extrema violência. Desse modo, diante de tantos infortúnios, os ressentimentos foram sendo nutridos e contidos - e agora, expressos nesta investigação.

*

As fontes orais analisadas no presente trabalho permitiram que acessássemos uma multiplicidade de relatos, forjados na negociação do lembrar, esquecer, narrar, silenciar... Aqueles que contribuíram com essa pesquisa possuem interpretações diferentes sobre a instituição e sobre sua permanência nela. Não foi nosso intento confrontá-las ou desmentir uma ou outra, mas compreendê-las em suas potencialidades e limitações, e nas aproximações e distanciamentos possíveis entre si e com as demais fontes. Tentamos, com muito afincio, demonstrar essas perspectivas de modo respeitoso e ético.

As narrativas dos entrevistados nos ajudaram a perceber a instituição CAPEJO através de outras nuances, de forma distinta daquela presente na documentação oficial e na propaganda da imprensa. Proporcionaram elementos para que tomássemos conhecimento não apenas das atividades desta instituição em específico, mas também aquelas relacionadas às políticas voltadas à infância. Partindo do que escreveu Miranda (2014), que uma instituição não é apenas feita de concreto, mas de pessoas, as fontes orais nos permitiram humanizar aqueles que durante algum tempo de suas vidas não tiveram direito à afeto, respeito e nem

mesmo a seu próprio nome, visto que era cotidiano se chamarem pelos seus respectivos números.

Regina Guimarães Neto escreveu “há algo do passado incrustado no presente” (2014) e penso que essa frase é bastante significativa em relação a essa pesquisa. Primeiro porque, não podemos esquecer, é na interlocução de presente e passado que se estruturam as memórias, como afirmou Michael Pollak (1992). Depois, são muitos os temas que emergiram dessas narrativas ou que delas se desdobram que, nos últimos tempos, têm retornado como ponto de debate: a institucionalização, a redução da maioria penal, as formas de assistência às infâncias e às famílias, a educação voltada para o trabalho, que limitam ainda mais as oportunidades dos mais vulneráveis...

Ademais, estudar a infância e as memórias de infância, muitas vezes, é se deparar com violações de direitos humanos - operadas, com frequência, por aqueles que em teoria deveriam proteger essas crianças de toda sorte de tiranias, seja seu núcleo familiar consanguíneo ou afetivo, seja propriamente, o Estado. Mesmo com esses percalços, trazer essas narrativas à tona torna-se imperativo, para compreendermos como cada época articulou suas experiências e expectativas e para que isso auxilie a fundamentar os debates no campo da História e, acreditamos, também no Direito.

Esperamos, dessa forma, que essa tese possa contribuir para que, ao olharmos para o passado, possamos com ele romper, como afirmou Nietzsche (2005), para que possamos projetar o devir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Fontes Orais

BATISTA, D.S. (Davi) Entrevista realizada em 15, 17 e 19/04/2021. Online
 FARIA, M. (Miguel) Entrevista realizada em 15/07/2019. Curitiba/PR
 FERREIRA, L. (Lino) Entrevista realizada em 06/12/2019. Curitiba/PR
 LOPES, W. (Wagner). Entrevista realizada em 19/02/2019. Curitiba/PR
 MARQUES, A. (Adalberto) Entrevista realizada em 04/04/2019. Curitiba/PR
 PIMPÃO, M. E. R. (Marilena) Entrevista realizada em 18/12/2020. Curitiba/PR
 SANTOS, E. R. (Eliana) Entrevista realizada em 01/04/2019. Curitiba/PR
 SANTOS, G. (Gilson) Entrevista realizada em 01/04/2019. Curitiba/PR
 SILVA, A. C. (Adir) Entrevista realizada em 15/04/2020. Online.
 SILVA, C. (Carlos) Entrevista realizada em 28/03/2019. Curitiba/PR
 SILVA, C. E. da (Cosme) Entrevista realizada em 17/07/2019. Curitiba/PR
 SILVA, J. C. (Jairo) Entrevista realizada em 28/02/2019. Curitiba/PR
 SILVA, J. M. (Zenaide) Entrevista realizada em 03/12/2019. Pinhais/PR
 SILVA, L. B. da (Lauro) Entrevista realizada em 17/04/2020. Campo Largo/PR
 SILVA, M. S. (Márcio) Entrevista realizada em 06/12/2019. Curitiba/PR
 SILVA, S. M. (Saulo) Entrevista realizada em 03/12/2019. Pinhais/PR
 SILVÉRIO, S. (Silvano) Entrevista realizada em 28/06/2019. Araucária/PR

Fontes Secundárias

Imprensa

1º aniversário da fundação da Casa do Pequeno Jornaleiro. Gazeta do Povo, 27 de dezembro de 1944
 A Fábula de um Pequeno Jornaleiro. Gazeta do Povo. 15.09.2011
 Casa do Jornaleiro completa 50 anos. O Estado do Paraná, 29.12.199
 Casa do Jornaleiro: não há mais internos. Diário Popular, Curitiba. 30.03.1985.
 Casa do Pequeno Jornaleiro mostra como educar o menor. Diário do Paraná. Curitiba, 15.03.1978.
 Casa do Jornaleiro passa para a responsabilidade da Prefeitura. Gazeta do Povo. Curitiba, 24.12.1985.
 Compre um jornal, tio. O Estado do Paraná. Curitiba, 14.12.1980
 Conheça o exemplo dos bons jornaleiros. Jornal do Estado. 07.09.1983.
 Diário Popular torna alegre Natal do Pequeno Jornaleiro. Diário Popular. Curitiba. 28.12.1972.
 Dia do jornaleiro passou sem comemorações especiais. Sem menção ao jornal. Possivelmente natal de 1972
 Eles vendem notícia. Gazeta do povo. Curitiba, 07.02.1970
 Jornaleiro vive rotina. O Estado do Paraná. Curitiba, 15.12.1972
 Jornaleiro, a época romântica acabou. Jornal do Estado. Curitiba, 15.12.1983
 Jornaleiro, a era romântica acabou. Jornal do Estado, Curitiba, 15.12.1983.
 Jornaleiro, Casa quer dar a eles uma profissão. O Estado do Paraná, 15.12.1972

Jornaleiro, o trabalho que começa muito cedo. Gazeta do Povo, Curitiba.19.08.1983
162

Jornaleiro: o pequeno grande homem. Diário do Paraná. Curitiba, 15.12.1972

Jornaleiro vive rotina. O Estado do Paraná. Curitiba, 15.12.1972

Jornaleiro, uma atividade digna. Gazeta do Povo. Curitiba, 17.08.1973

Mais ação para promover o homem. Gazeta do Povo, Curitiba. 29.03.1973

Na Casa do Jornaleiro, trabalho e educação. Gazeta do Povo. Curitiba, 16.09.1995.

Ninguém quer sair daqui. Diário do Paraná. Curitiba. 12/12/1971

O Grande Homem da Imprensa. Diário Popular. Curitiba, 27.02.1963.

O Poema de Nora e Wande. Reportagem de Joana Neitsch. Gazeta do Povo, Curitiba.
23.05.2015. disponível em

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-ecidadania/especiais/perfil/o-poema-de-nora-e-wande-9xkschep3cg7rtb4c9xvqqwza>

São os jornaleiros. Revista Odisseia. 1969. Ano I, n 6. Pp 25-26

Semana do Jornaleiro encerra sábado. A Folha da Imprensa. Curitiba, 12.01.1994.

Recado do João: “Tá tudo bem aqui, pai”. Estado do Paraná. Curitiba. 07.10.1976

Uma casa querida comemora jubileu. O Estado do Paraná. Curitiba. 07.01.1994

Um bailarino de Kichute. José Carlos Fernandes. Gazeta do Povo. Curitiba. 10.12.2015

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/umbailari-no-de-kichute-eaggiecohk9cn0x39vciiqil7u>

Legislação

BRASIL, DECRETO-LEI Nº 229, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967.

BRASIL, DECRETO Nº 17.943-A DE 12 DE OUTUBRO DE 1927.

BRASIL, DECRETO Nº 19.710, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1931.

BRASIL, DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943.

BRASIL, LEI Nº 4.513, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1964.

BRASIL, EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 17 DE OUTUBRO DE 1969.

BRASIL, LEI Nº 6.697, DE 10 DE OUTUBRO DE 1979

PARANÁ, LEI 4617 - 16 DE JULHO DE 1962. (PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL Nº. 108 DE 16 DE JULHO DE 1962.)

PARANÁ. DECRETO Nº 17.954/1965. IAM/PR. CURITIBA, PR, 27 ABR. 1965.

Relatórios

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. Relatório anual 1953. Curitiba, 1953. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. Relatório anual 1959. Curitiba, 1959. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. Relatório anual 1960. Curitiba, 1960. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. Relatório anual 1961. Curitiba, 1961. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. Relatório anual 1962. Curitiba, 1962. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná

ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado de Saúde e Bem Estar Social, Instituto de Assistência ao Menor. Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido.

ESTADO DO PARANÁ. Relatório de Atividades - IAM - 1978. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

ESTADO DO PARANÁ. Conversa Franca - Revista do Instituto de Assistência ao Menor. Ano I - vol 1 - 1º semestre de 1986. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

FASCÍCULO DO 38º ANIVERSÁRIO DA CFPM. Acervo da Casa da Memória de Curitiba.

Extrato dos ESTATUTOS DA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO, 21 de setembro de 1942. Acervo da Casa da Memória de Curitiba.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOWICZ, Anete. **Estudos da Infância no Brasil: Encontros e Memórias**. São Carlos, EdUFSCar, 2015. 195 p.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1602/897>.

ABREU, Luciano Aronne de. Estado Novo, realismo e autoritarismo político. **Política e Sociedade**, n. 12, p. 49-66, abr.2008.

AGUIAR JUNIOR, Valdinei Santos de; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. A importância histórica e social da infância para a construção do direito à saúde no trabalho. **Saúde e Sociedade**, v. 26, p. 271-285, 2017.

ALVES, Paola Bissoli. (1998). **O brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua**. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

AMERICO JUNIOR, Elston. Jovens trabalhadores, jovens cidadãos: luta por direitos humanos na Curitiba em fins de 1940. **Revista Latino-Americana de História**, vol. 8, nº. 21 – jan./jul. de 2019. 259-280.

ANDRADE, Fábio Santos de. História Social da criança e do adolescente em situação de risco no Brasil a partir dos marcos legais e do cotidiano. **Rev. EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação** – Porto Velho (RO), v.3, n.5, pp. 44 - 62, 2016.

ALMEIDA, Angela Mendes de. **Família E História – Questões Metodológicas. ?**

ALVES, Roosenberg Rodrigues. Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações. **Anais do II Seminário de Pós-Graduação em História UFG/UCG**. Goiânia, Goiás. Setembro/2009. Pp 1-14.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. História Oral e memória da ditadura militar: o papel dos testemunhos. In: Angela de Castro Gomes. (Org.). **História Oral e Historiografia: Questões sensíveis**. 1a ed. São Paulo: Letra e Voz, 2020, v. 1, p. 15-35.

AREND, Silvia Maria Fávero. A lei e a construção da noção de menor: em cena os relatórios sociais (Florianópolis, 1930-1940). In: Davi Felix Schreiner; Ivonete Pereira; Silvia Maria

Fávero Arend. (Org.). **Infâncias brasileiras: experiências e discursos**. 1ª ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009, v. 1, p. 95-111

AREND, Silvia Maria Fávero. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção. (Florianópolis, 1930-1945). **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida. **Revista Estudos Históricos**. 1998. 21. pp 09-34.

BARBOSA, Andrea da Rocha R. P. Mãe desnaturada: a construção de um ideal de amor materno e o abandono de crianças. **Advir**. Julho de 2018.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Culturas Infantis: contribuições e reflexões. **Rev. Diálogo Educacionais**. Curitiba, v. 14, n. 43, p. 645-667, set./dez. 2014

BARBOSA, Michele Tupich. Darcy Vargas: uma trajetória feminina na formulação da Legião Brasileira de Assistência – LBA In: PRIORI, Claudia; PEREIRA, Márcio José. **Os estudos de gênero e seus percursos: intersecções possíveis com a história pública / organização de Claudia Priori, Márcio José Pereira – 1.ed. - Curitiba: Brazil Publishing, 2020.**

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BATISTA, Cláudia Gabriela Mendes. **Olhares sobre os (Des)afetos: A Perspetiva dos Profissionais sobre a Institucionalização de Crianças e Jovens**. Dissertação de Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Orientador: Professora Doutora Maria Elisabete Mendes. Portalegre, 2014.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 2010

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999

BERNAL, Elaine Marina Bueno. **Arquivos do abandono: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço de Menores de São Paulo (1938-1960)**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOEIRA, Daniel Alves. **Uma “Solução” para a Menoridade na Primeira República: O Caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918 – 1930)**. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, Ano de Obtenção: 2012. Orientadora: Luciana Rossato

BOEIRA, Daniel Alves. Uma “solução” para a menoridade na Primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918 – 1930). **Blumenau em Cadernos**, 53, 2012. pp 53-76

BOEIRA, Daniel Alves. Do olhar policial ao trabalhador nacional: os patronatos agrícolas e a ressocialização da delinquência juvenil no Brasil. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**, 2006, Florianópolis. Seminário internacional Fazendo Gênero 7. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006

BOLETIM DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Praças de Curitiba: espaços verdes na paisagem urbana. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 30, n. 131, set., 2006.

BORGES, Adriana Araújo Pereira. BARBOSA, Esther Augusta Nunes. Helena Antipoff e a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais: filantropia e ciência em prol dos anormais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 26, núm. 1, Suppl., pp. 163-177, 2019. Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702019000500009>.

BORSA, Mauricio. O futebol vira notícia: um lance da modernidade. Uma História do futebol em Porto Alegre – 1922 -1933. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**; São Paulo, julho 2011. 1- 15.

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1301276257_ARQUIVO_MauricioBorsa-o-futebolviranoticia.pdf

BOSCHILIA, Roseli Terezinha. **Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba: 1925-1965)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Prof. Dra. Etelvina Maria de Castro Trindade. Curitiba, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo: TA Queiroz, 1979.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. ; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Trad. Glória Rodríguez, Luiz Alberto Monjardim, Maria Magalhães e Maria Carlota Gomes. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-192.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

BRITES, Olga. Imagens da infância. São Paulo e Rio de Janeiro, 1930-1950. **Projeto História**, São Paulo. (19) novembro de 1999. 251-264.

BUIAR, Janaina Cristina; CONCEIÇÃO, Luiz Arthur. Exploração da força de trabalho infantojuvenil: as várias faces deste grave problema social. In: Cleverson V. Andreoli e Patrícia Lupion Torres. (Org.). **Complexidade: redes e conexões do ser sustentável**. 2ed. Curitiba: SENAR, 2014, v. 1, p. 593-612.

CAMPOS, Herculano Ricardo. ALVERGA, Alex Reinecke de. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. **Estudos de Psicologia** 2001, 6(2), 227-233.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, 11(1):33-43, jan/abr 2010. Pp.33-43

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

CARVALHO, Luciana Paula Vaz de. **O trabalho da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro: normas e ações de proteção**. Dissertação em Direito das Relações Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Pedro Paulo Teixeira Manus. São Paulo, 2010. 213 p.

CASTRO, Elizabeth Amorim de; IMAGUIRE, Marialba. **Ensaio sobre a arquitetura em Curitiba 2 – Colégios e Educandários**. Curitiba: Edição das autoras, 2006.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. Leprosário São Roque e a Modernidade: Uma abordagem da Hanseníase na Perspectiva da Relação Espaço-Tempo. **Revista RA'EGA**, Curitiba, n. 10, p. 9-32, 2005. Editora UFPR.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015. 100p.

CHAGAS, Viktor. O jornaleiro como objeto: o processo de institucionalização da atividade de distribuição da imprensa e as bancas de jornais como rede cultural e vetor de memória. **Anais do XV Encontro Regional de História** – ANPUH – RIO, 2012

CHMIEL, F. (2020): Las Casas de Sal: espacialidad y afecto en las memorias de las infancias en el exilio, **Sociedad e Infancias**, 4, 111-122.

COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias: Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, maio-ago. 2013.

COLOMBO, Irineu. **Adolescência Infratora Paranaense: História, Perfil e Prática Discursiva**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade de Brasília. Orientador: Prof. Celso Silva Fonseca. Ano de obtenção: 2006.

CORDEIRO, Andrea Bezerra. **Luz e Caminho Aos Pequenos: Os Primeiros Congressos Americanos da Criança e a Panamericanização dos Saberes Sobre a Infância (1916 A 1922)**. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gizele de Souza. Curitiba, 2015.

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. SANTOS, Débora Cavalcanti. Registro civil de nascimento, neodesenvolvimentismo e cidadania: as singularidades da certidão de nascimento no Brasil. **Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación latinoamericana de Sociología 2013**. p. 1-10

CORREA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal no Brasil: notas para o Estudo das formas de organização familiar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, 37, São Paulo, Maio, 1981. Pp 5-16

CORREIA, A. P. P. Escolas Normais: contribuição para a modernização do Estado do Paraná. **Educar em Revista** (Impresso), v. 49, p. 245-273, 2013.
<https://www.redalyc.org/pdf/1550/155028215014.pdf>

COSSETIN, Marcia. **Socioeducação no Paraná** – os sentidos de um enunciado necessário. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientação: Ivete Janice de Oliveira Brotto. Ano de obtenção 2012

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Política Educacional No Governo De Moyses Lupion: Aspectos Históricos Da Expansão Da Primária No Paraná/Brasil (1947 a 1951 e 1956 a 1960). **Revista Interações**. n. 40, PP. 170-191 (2016).
<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10692>

CORREA, Ana Paula Pupo. Escolas Normais: contribuição para a modernização do Estado do Paraná (1904 a 1927) **Educar em Revista**, núm. 49, julho-setembro, 2013, pp. 245-273 Universidade Federal do Paraná Paraná, Brasil.

CUEVAS, Alejandro Díaz Barriga. La representación social de la infancia mexicana a principios del siglo XVI. In: SOSENSKI, Susana. ALBARRÁN, Elena Jackson. (orgs). **Nuevas miradas a la Historia de la Infancia em América Latina: entre prácticas y representaciones**, México, Instituto de Investigaciones Históricas - Universidad Nacional Autónoma de México, 2012, pp. 23-62.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande. **Revista Espaço Acadêmico**, 13(150), 84-100.
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21122>

CUNNINGHAM, Hugh. Histories of Childhood. **American Historical Review**, October, 1998

DALBEN, André; GOIS JUNIOR, Edivaldo. Embates esportivos: o debate entre médicos, educadores e cronistas sobre os esportes e a educação da juventude (Rio de Janeiro e São Paulo, 1915-1929). **Movimento**, v. 24, p. 161-172, 2018.

DAMINELLI, Camila Serafim. **Uma Fundação Para O Brasil Jovem: Funabem, Menoridade E Políticas Sociais Para Infância E Juventude No Brasil (1964-1979)** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Orientadora: Profa. Dra. Luciana Rossato. 2019.

DE LA CRUZ, Antonia Maria Alves. **"Mãe, por que me abandonaste?"**: mito do amor materno, abandono e circulação de crianças em camadas populares. Tese (Doutorado em Psicologia) - Orientadora Prof. Dra. Anna Paula Uziel. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DE PAULA, Vera Cecília Abagge. Diretrizes Para Uma Política De Bem-Estar Do Menor: A Experiência Do Estado Do Paraná Antes Da Regulamentação Do Estatuto Da Criança E Do Adolescente. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, dez. 2003. ISSN 2236-7284. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/1747/1444>>. Acesso em: 02 ago. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v39i0.1747>.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORI, M. (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 223-240.

DIAS, Cleber. História e Historiografia do Lazer. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-26, jan./jun. 2018 <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/viewFile/17878/10833>

DITTRICH, Maria Glória; DOS SANTOS REFORÊDO, José Cláudio; DE OLIVEIRA, Micheline Ramos; RAMOS, Flávio; GOLEMBIEWSKI, Carlos . O calçadão de Curitiba: sua história como espaço público social da cidade. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v. 2, p. 173-184, 2016.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. v. 1.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973

ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo Político no Brasil. **A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. 3ª edição – São Paulo: Cortez, 2011. Pp 33 – 97.

FARIA, Lina. SANTOS, Luiz Antônio de Castro. A hanseníase e sua história no Brasil: a história de um “flagelo nacional”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. v.22, n.4, out.-dez. 2015, p.1491-1495

FÁVERI, Marlene de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007. Pp. 335-357.

FERNANDES, Priscila Dantas. OLIVEIRA, Kécia Karine S. Movimento higienista e o atendimento à criança. **Simpósio Regional Vozes Alternativas**. Aracaju. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi** (Rio J.) [online]. 2002, vol.3, n.5, pp.314-332. ISSN 2237-101X.

FIGUEIRA, Ivan; MENDLOWICZ, Mauro Vitor. Diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático. *Revista Brasileira de Psiquiatria* (São Paulo), Brasil, v. 25, n.suplem. 1, p. 12-16, 2003.

FRANK, Bruno; YAMAKI, Humberto. Reflexões e Teorias sobre o Lazer - Um roteiro para a Geografia. **RA'E GA: o Espaço Geográfico em Análise**, v. 37, p. 91-109, 2016.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal** (25a ed.). Rio de Janeiro: José Olympio. 1987.

FOGGIATO, Fernanda; ROCHA, Michelle Stival de. **“Curitiba Ontem e Hoje”**: as histórias e as memórias por trás das fotos. publicado 22/03/2016 05h10, última modificação 19/05/2022.

<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/201ccuritiba-ontem-e-hoje201d-as-historias-e-as-memorias-por-tras-das-fotos>

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade** v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005. 50-59.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 2000, p. 510-533

FONSECA, Cristina. A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**. Vol. 3. Número 2. 1993. Pp 97-116. Disponível em <https://www.scielo.br/j/physis/a/wgjQGVvSsSRyVwh95mJXNZR/?format=pdf&lang=pt>

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: edições graal, 1993

FOUCAULT, Michel. O dispositivo da sexualidade. IN: **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Pp. 98-125.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade II: o uso dos prazeres** Rio de Janeiro: Graal.(12ª ed.). 2007.

FREIRE, Mariza Scheffer. **Política Social para a Infância e a Adolescência: aspectos políticos nos discursos de governadores do Paraná (1910-2010)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste do Paraná. Orientação: Prof. Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredo. Cascavel, Paraná. 2013.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. A cidadania da infância e as novas responsabilidades do Estado e da Sociedade Civil na implementação dos direitos da criança. **Revista Memex: informação, cultura e tecnologia**. Belo Horizonte, março/abril de 2005, ano 4, nº 10, Disponível em <http://www.eci.ufmg.br/memex/navegarano4n10.pdf>

GANDELMAN, Luciana Mendes. **Mulheres Para Um Império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profª. Drª. Leila Mezan Algranti. Campinas, SP, 2005.

GANDELMAN, Luciana Mendes. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. **História, Ciências, Saúde** Vol. VIII(3). Set/dezembro 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/CX5BXnKtBYtVvCXVrZjZMzP/?format=pdf&lang=pt>

GATTAZ, André; MEIHY, J. C. S. B.; SEAWRIGHT, Leandro A. (Orgs.). **História oral: a democracia das vozes**. 1. ed. São Paulo: Pontocom, 2019. 356p .

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. **História Vida Privada. Da Renascença ao século das luzes**. São Paulo; Companhia das Letras, 1991,311- 329

GÓIS JUNIOR. Edivaldo. Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos. **Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador**. Campinas, 2007. Pp 1-9.

GOMES, C.L. Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer - RBEL**, v. 1, p. 3-20, 2014.

GOMES, Christianne L. Verbete Lazer – Concepções. In: GOMES, Christianne L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p.119-126

GOMES, Christianne Luce. **Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais no âmbito das políticas públicas (1926-1964)**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2003. (Tese, Doutorado em Educação)

GOMES, Christianne Luce; Melo, Victor Andrade de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, vol. 9, núm. 1, janeiro-abril, 2003, pp. 23-44. Rio Grande do Sul, Brasil.

GONÇALVES, Cleber Augusto; ANDRADE DE MELO, Victor. Lazer e urbanização no Brasil: notas de uma história recente (décadas de 1950/1970) **Movimento**, vol. 15, núm. 3, julho-setembro, 2009, pp. 249-27.1 Escola de Educação Física Rio Grande do Sul, Brasil.

GRAF, Elenir Kniess. **A Evolução Histórica e Legislativa do Trabalho do Menor**. Monografia em Direito. Orientadora: Prof. Me. Rosana Maria Rosa. Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2008. p. 86.

GRUNER, Clóvis. De uma revolta a outra: memória, história e ressentimento em Lima Barreto. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 85-95, jul.-dez. 2006

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart **A identidade cultural na pós-modernidade**. tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEIDEN, Roberto; RIBEIRO, D. L. ; CERQUEIRA, F. V. . A tradição dos doces coloniais em Pelotas: exposição, patrimônio e memória. **Museologia E Patrimônio**, v. 13, p. 219-231, 2020.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século. In: ALBERTI, Verena, FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., (orgs). **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. ISBN 85-85676-84-1. SciELO Books. Pp. 31-45. <http://books.scielo.org/id/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879-03.pdf>

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. Editora Boitempo. São Paulo. 2020.

KRENISKI, Gislania Carla P. AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. O Jornal Como Fonte Histórica: A Representação e o Imaginário Sobre O Vagabundo na Imprensa Brasileira (1989-1991). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

KROTH, Vanessa Wendt. **As famílias e os seus direitos no Brasil**: Conceituação sócio-histórica, previsão legal e decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça entre a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientação: Prof. Dr. Héctor Ricardo Leis. Florianópolis, 2008. 275 p.

KUPCZYK, Maria Cristina. **A influência do “Primeiro-Damismo” na política de assistência social no governo local do município de Guaratuba**. Trabalho de conclusão de curso (TCC). Curso de Serviço Social. Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Orientação: Professora Doutora Giselle Ávila Leal de Meirelles. 2015.

KUSNESOF, Elizabeth Anne. A família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700-1980). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9. N 17, pp 37-63. Setembro de 1988/fevereiro 1989.

LEAL, Eduardo Martinelli. Jogando pela honra: corpo e masculinidade em uma escola para meninos em situação de rua. **Movimento**, vol. 16, núm. 2, abril-junio, 2010, pp. 229-247

LECUONA, D. S.; GOMES, K. S.; Moraes, L.B; MARINHO, A. Levantamento Dos Grupos de Pesquisa Sobre Lazer Cadastrados na Plataforma Lattes: Uma Perspectiva Atual Sobre o Estado da Arte no Contexto da Educação Física. **Revista Licere**, v. 20, p. 129-151, 2017.

LIMA, Ana Cristina Pereira. Crianças “desvalidas” e o dever de trabalhar: ensino profissional e assistência à infância pobre no século XIX em Fortaleza (CE). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**. Vol. 13 Nº 25, Edição Especial de 2021. 91-108.

LIMA, Cláudia Araújo de. **Violência faz mal à saúde** / Cláudia Araújo de Lima (Coord.) et al.]. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 298 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

<https://ftp.medicina.ufmg.br/paraelas/Downloads/violenciafazmalasaude.pdf#page=29>

LIMA, Nicolle Taner. **Os meninos na casa do pequeno jornaleiro**: institucionalização, protagonismo e trajetórias (Curitiba, 1960-1978). Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis. Orientação: Prof. Dra. Silvia Maria Fávero Arend. 2017.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p.23-40

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: The past is a foreign country. Cambridge, Mass: University Press, 1985 - tradução de Lucia Haddad, disponibilizado na **Revista Projeto História**, São Paulo, (17), nov. 1998

MACEDO, Melissa Toledo de. **A Contribuição da Educação Física no Atendimento a Adolescentes Infratores da FEBEM**. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Educação Física) - Faculdade de Educação Física da UNICAMP; Orientador: Jocimar Daolio. 2000.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes**: as migrações que também migram. Tese (Doutorado). Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 2003.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**, Campinas: Papirus, 1990.

MARTINS, Bruna Maria Corazza; FARAJ, Suane Pastoriza; SANTOS, Samara Silva dos; SIQUEIRA, Aline Cardoso. Entregar o Filho para Adoção é Abandoná-lo? Concepções de Profissionais da Saúde. **Psicologia: Ciência E Profissão**, 2015, 35(4), 1294-1309

MARTINS, Ludmila Gonçalves. **Diálogos sobre a História Social da Infância e o reconhecimento da criança como sujeito de direitos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. Dissertação. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo. Orientação: Márcia Barros Ferreira Rodrigues. Vitória, 2012.

MEIHY, J. C. S. B. ; SEAWRIGHT, Leandro A. **Memórias e Narrativas**: História Oral Aplicada. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020. 192p .

MELO, Alexandre Soares de. Do Paradigma Do Menor em Conflito com a Lei ao Paradigma da Proteção Integral. **Anais do 7º Encontro Anual da ANDHEP – Direitos Humanos, Democracia e Diversidade**. 23 a 25 de maio de 2012, UFPR, Curitiba (PR). 1—19. <http://andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt01-04.pdf>.

MELO SILVA, Gustavo de. Adolescente em conflito com a lei no Brasil: da situação irregular à proteção integral. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** Vol. 3 N° 5, Julho de 2011. <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10428/6774>

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. **Revista Tempo**, Volume: 13, Número: 26, 2009. Pp 15-31
<https://www.scielo.br/j/tem/a/Cgs8nPJ3rJxMsWrBbLdPPDS/?lang=pt&format=pdf>

MENESES, Rejane de P. Enurese noturna monossintomática. **Jornal de Pediatria**. Sociedade Brasileira de Pediatria. Vol. 77, N°3, 2001. Pp 161-168.
<https://www.scielo.br/j/jped/a/463pGNhcnmLgf9BFX49Tstw/?lang=pt&format=pdf>

MILAN, Pollianna. **A década em que Curitiba olhou para cima**. Gazeta do Povo, Curitiba, 7 dez. 2012. Disponível em:
<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-ecidadania/a-decada-em-que-curitiba-olhou-para-cima-2ecgynshi5ia5grcig9vye91q/> >.

MIRANDA, Humberto da Silva. **O Menorismo Nosso De Cada Dia**. Coluna Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens / Coordenador Assis da Costa Oliveira. Revista online Empório do Direito. 01/10/2019.
<https://emporiiodireito.com.br/leitura/o-menorismo-nosso-de-cada-dia> . acesso em 30.07.2021.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febem's**: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco/1964-1985). Tese de doutorado. Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Orientação: Prof. Dra. Isabel Cristina Martins Guillen. Recife. 2014

MOLINA, Ana Heloisa “Temos Um Passeio Público, Digno Desta Adiantada Capital”: espaços de sociabilidades em registros fotográficos do acervo do Museu Paranaense. Curitiba. 1913-1930. **História** (São Paulo), v. 39, 2020, e2020013, ISSN 1980-4
<https://www.scielo.br/j/his/a/zNNhRDZzqHvjhYQRwZ3F5nH/?format=pdf&lang=pt>

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez 2000 N° 15. Pp 70-95

MOREIRA, Érika de Sene; VALE, Raquel Rosa Mendonça do; CAIXETA, Camila Cardoso; TEIXEIRA, Ricardo Antonio Gonçalves. Automutilação em adolescentes: revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3945-3954, 2020

NETO, Regina Beatriz Guimarães. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica.. In: Lucilia de Almeida Neves Delgado; Marieta de Moraes Ferreira. (Org.). **História do tempo presente**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, v. 1, p. 123-148.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: MONTENEGRO *et all* (org). **História Oral, Desigualdades e Diferenças**. Editora Universitária. Recife, 2012.

NIETZSCHE, F. II consideração intempestiva: sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: **Escritos sobre a história**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NOGUEIRA, Thaís de Souza. **A Relação Entre Esporte, Cultura, Lazer E A Medida Socioeducativa De Internação No Centro Socioeducativo Feminino** – CESEF/PARÁ, de 2006 a 2014. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Orientação: Prof^ª Dr^ª Flávia Cristina Silveira Lemos. Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

NUNES, Deise Gonçalves. A Infância dos pobres no Brasil da modernidade. **Revista Inter Ação**, 27(1), 31–46. 2007. <https://doi.org/10.5216/ia.v27i1.1514>

NUNES, Eduardo Silveira Netto. La infancia latinoamericana y el Instituto Internacional Americano de Protección a la Infancia (1916-1940). In: SOSENSKI, Susana. ALBARRÁN, Elena Jackson. (orgs). **Nuevas miradas a la Historia de la Infancia en América Latina: entre prácticas y representaciones**, México, Instituto de Investigaciones Históricas - Universidad Nacional Autónoma de México, 2012

OGANAUSKAS, Flávia Regina Marchiori. **Semear a “Terra Do Futuro”**: os projetos de modernização e o ensino agrônômico do Paraná (1897-1932). Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Leziany Silveira Daniel. 2015. 1-157.

OLIVEIRA, Izaura Dias de. **À caminho da servidão**. Monografia de conclusão do curso de Pós-Graduação em História Contemporânea da Universidade do Contestado – UNC – Mafra. Orientadora: Prof. Dra. Roseli Boschilia. Curitiba, 2005

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930). **História da Educação**, ASPHE/FAF/UFPel, Pelotas, n 15, p 129-142, abr 2004).

OLIVEIRA, N. R. F. de. O Campo das Práticas e Saberes Alimentares a partir da Agricultura Familiar. **Extensão Rural**, (20), 113–146. 2010.
<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5552>

OLIVEIRA, Renata Hoeflich Damaso de; FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. A gestão da política de socioeducação no Estado do Paraná: repercussões no período de 2007 a 2015. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 13, n. 30. Agosto de 2019.

PASSOS, D. A.; PRADO, R. C.; MARCHI JUNIOR, W.; CAPRARO, A. M. As origens do 'Vale-tudo' na cidade de Curitiba-PR: memórias sobre identidade, masculinidade e violência. **Movimento** (UFRGS. Impresso), v. v.20, p. 1153-1173, 2014.

PASSOS, Izabel C Friche. Violência e relações de poder. **Rev Med Minas Gerais** 2010; 20(2): 234-241.

PEREIRA, Ivonete. In: PEREIRA, Ivonete. AREND, Silvia Maria Fávero. (orgs). **Infâncias Brasileiras: experiências e discursos**. Cascavel: Ed. Unioeste, 2009

PEREIRA, Ivonete. SCHREINER, Davi Félix. PEREIRA, Ivonete. AREND, Silvia Maria Fávero. (orgs). **Infâncias Brasileiras: experiências e discursos**. Cascavel: Ed. Unioeste, 2009.

PEREIRA, Rodrigo Fernando. **Variáveis moderadoras do resultado da intervenção com alarme para a enurese noturna**. Tese. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. Área de concentração: Psicologia Clínica. Orientação: Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras. São Paulo, 2010. 143p.

PEREIRA, Welson Luis. **O menor e a Moralização pelo Trabalho**: Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba (1943 a 1962). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2009.

PEREIRA, Welson Luis. **O menor abandonado e as políticas de inserção social**: Casa do Pequeno Jornaleiro, 1953 a 1962. Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. Orientadora Judite Maria Trindade. 2005.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. São Paulo: Zahar, 1978

PINHEIRO, Luciana de Araújo. **O “magistrado paternal”**: o Juiz Mello Mattos e a Assistência e Proteção à infância (1924-1933). Tese de doutorado. Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde – Casa Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Orientadora Prof. Dra. Simone Petraglia Kropf. Coorientador: Prof. Dr. Gilberto Hochman. Ano de obtenção: 2014

PINTO, RUI CAVALLIN. A Rua XV de Novembro – Patrimônio Cultural do Estado. <https://site.mppr.mp.br/memorial/Pagina/Rua-XV-de-Novembro-Patrimonio-Cultural-do-Estado> 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como Arte de Escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Tradução de Ricardo Santhiago. 196 p.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas Reflexões sobre Ética na História Oral. In: **Projeto História** (15), 1997. São Paulo: PUC.

PUGET, Janine. Traumatismo social: memoria social y sentimiento de pertinência. Memoria social - memoria singular. **Psi-coanálisis APdeBA**, 32, 455-83. 2000. <https://www.apdeba.org/wp-content/uploads/022000puget.pdf>

RAFANTE, Heulalia Charalo. **Helena Antipoff e o Ensino na Capital Mineira**: A Fazenda do Rosário e a Educação pelo Trabalho dos Meninos “Excepcionais” de 1940 a 1948. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientação: Prof. Dra. Roseli Esquerdo Lopes. São Carlos, 2006.

REIS, Antero Maximiliano Dias dos. **Trabalho infantojuvenil, impactos e dilemas do ECA**: a luta por direitos na justiça do trabalho – TRT 12 (Florianópolis, década de 1990). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História Econômica. Orientação: Professora Doutora Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura. São Paulo. Ano de obtenção: 2015

RESENDE, Deborah Kopke. Maternidade: Uma Construção Histórica E Social. **Pretextos** - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas. v. 2, n. 4., jul./dez. 2017–ISSN 2448-0738

REZENDE, Antônio Paulo. **Ruídos do Efêmero**: histórias de dentro e de fora. Recife: Editora da UFPE, 2009.

RIOS, FÁBIO; “Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo”. In: **Revista Intratextos**, 2013, vol 5, n. 1, p. 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>

RIZZINI, Irene. Crianças e Menores: do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um Histórico da Legislação para a Infância no Brasil (1830-1990). In: RIZZINI, Irene. PILOTTI, Francisco (orgs). **A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. 3ª edição – São Paulo: Cortez, 2011. Pp 97-151.

RIZZINI, Irene **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente** / Irene Rizzini, Irma Rizzini. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio; São Paulo : Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. PILOTTI, Francisco (orgs). **A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. 3ª edição – São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irma. Meninos Desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2011. Pp. 225- 286.

SALVARIO, Willian Batista. **A Estética Da Nostalgia Na Construção Do Discurso Do Cine Passeio**. Dissertação. Programa Estudos de Linguagens (PPGEL), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Orientadora: Anuschka Reichmann Lemos. Co-orientadora: Carolina Fernandes da Silva Mandaji. Curitiba, 2021.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O Que Mudou Na Família Brasileira?** (Da Colônia À Atualidade). Psicologia Usp, 2002, Vol. 13, No.2, 27-48.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. **História Revista**, Goiânia, II (2), p. 7-21, jul./ dez. 1997.

SANTHIAGO, Ricardo. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, um pioneiro da história oral no Brasil. **História Oral**, 18(1), 221–239, 2015. <https://doi.org/10.51880/ho.v18i1.530>

SANTOS, A. C. de A. **Fontes Oraís: Testemunhos, Trajetórias De Vida E História**. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Testemuhotrajetoriasdevidaehistoria.pdf>

SANTOS, M. S.; ZEIN, Ruth Verde. A moderna Curitiba dos anos 1960: jovens arquitetos, concourseiros, planejadores. In: **8º Seminário Docomomo Brasil**, 2009, Rio de Janeiro. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes. Rio de Janeiro: UFRJ, UFF, Fiocruz, IPHAN, 2009.

SANTOS, Rita Brancato. **O Fogo da Modernização: tradição e tecnicismo no Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis (1940-1980)**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Orientação da Profª. Drª. Elizabeth Farias da Silva. Florianópolis, 2006.

SANTOS, Samuel Martins. **Ordem Jurídica E Identidade Nacional Na Primeira República: Três Projetos De Modernização Para O Brasil**. Dissertação. Departamento de Direito. Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientação: Profa. Dra. Thaís Luzia Colaço. Florianópolis, 2006.

SANTOS JR, José Pacheco. Rebeldes com causa: jovens trabalhadores e a luta por direitos em tempos de repressão. **Revista Mundos do Trabalho** | vol. 6 | n. 11 | janeiro-junho de 2014| p. 25-40.

SCHMITZ, Zenaide Inês; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Educação, infância e nacionalismo: uma abordagem a partir das cartilhas escolares “Getúlio Vargas para crianças” e “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 377-404, jan./abr. 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. **Trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho. Primeira edição, 2001.

SERAFIM, Jhonata Goulart. AZEREDO, Jeferson Luiz de. A (des)criminalização da cultura negra nos Códigos de 1890 e 1940. **Amicus Curiae** V.6, N.6 (2009), 2011. 1-17.

SOEJIMA, Carolina Santos; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. O que leva uma mãe a abandonar um filho? *Aletheia*, núm. 28, julho-dezembro, 2008, pp. 174-187. Universidade Luterana do Brasil Canoas, Brasil.

SILVA, Gabrielle; Santos, Cleito. Mito Da Democracia Racial Como Pensamento Hegemônico E A Contranarrativa Do Movimento Negro Unificado [MNU], **Anais do Seminário do Nemos: Movimentos Sociais e Sociedade Moderna**, 2021

SILVA, Joseane de Fátima Machado. **Cumpra-se e Archive-se** - Histórias da educação de meninas e meninos desvalidos no Estado do Paraná (1940-1969), Doutorado em Educação—Programa de Pós-Graduação em Educação. Ano de obtenção: 2015. Orientador: Gizele de Souza.

SILVA, Joseane de Fátima Machado. A educação da criança desvalida em instituições de assistência à infância (Curitiba, 1947-1957). In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**- Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013, Cuiabá (MT). Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. Cuiabá (MT): Editora UFMT, 2013.

SILVA, Joseane de Fátima Machado. **Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho**: Ações do Estado do Paraná à infância do Abrigo Provisório ao Educandário Santa Felicidade (1947-1957), Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação. Ano de Obtenção: 2009. Orientador: Gizele de Souza.

SILVEIRA, Diego Soares da. Governamentalidades, saberes e políticas públicas na área de Direitos Humanos da criança e do adolescente. In: RESENDE, Haroldo de (org). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Coleção Estudos Foucaultianos). Pp. 57-84.

SLENES, Robert W; FARIA, Scheila de Castro. Família escrava e trabalho. **Tempo** (London), Niterói, RJ, v. 3, n.6, p. 37-47, dezembro de 1998.

SLENES, Robert W. Esperanças e recordações: condições de cativo, cultura centro-africana e estratégias familiares. IN: SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Pp 131-228.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 362-400.

SOSENSKI, Susana. ALBARRÁN, Elena Jackson. (orgs). **Nuevas miradas a la historia de la infancia em América Latina**: entre prácticas y representaciones, México, Instituto de Investigaciones Históricas - Universidad Nacional Autónoma de México, 2012

SOUSA, José Carlos de. A Inserção Da Disciplina Educação Física Nas Escolas Públicas Do Piauí: Uma retrospectiva histórica de 1939-1975. **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte** (CONBRACE) e Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE). Vitória, Espírito Santo. 2015.

SOUSA, Marcos Paulo. **Educação, infância e família na imprensa uberlandense do Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação de mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Área de concentração: História e Historiografia da Educação Brasileira. Orientador: Professor Dr. Haroldo de Resende. 2010. p 111.

SOUZA, Candice Vidal; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. **Estudos Feministas**. 2/2001 ano 9. 2º semestre. 2001. Pp. 414-432.

SOUZA, Jhonatan Ueverton. De chuteiras e gravatas: apontamentos sobre a relação entre futebol e poder público na Curitiba das primeiras décadas do século XX. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015. 1-16.

https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945023_f798e51bb43cfae2dc6846cd56bc8e5d.pdf

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v.1, n.2, p.146-166, jul./dez. 2008

TEIXEIRA, Ângela Patrícia Gonçalves. MACHADO, Marília Novais da Mata. Dificuldades na supressão do trabalho infante-juvenil: Imaginário social, obstáculos à prevenção e pontos de fuga. **Anais de trabalhos completos - XV Encontro Nacional da ABRAPSO**. 2009

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. **Metamorfose: de criança para menor: Curitiba - início do século XX**. Tese. - Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1998. Orientação: Prof. Dr. Ana Maria de Oliveira Burmester.

TUAN, YI-FU. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983

VALE, A. L. F.; LIMA, L. C. ; BONFIM, M. G. . Século XX: 70 Anos de Migração Interna no Brasil. **Textos e Debates (UFRR)**, Boa Vista, v. único, n.07, p. 22-43, 2005.

VENANCIO, Renato Pinto. Maternidade negada In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

VENQUIARUTO, Luciana Dornelles. **Chimia, doce típico do povo gaúcho: tradição, ciência e cultura** / Luciana Dornelles Venquiarutto, José Vicente Lima Robaina. - Santo Ângelo : Metrics, 2022. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/248745>

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989

UJIE, Nájela Tavares. Brincar, brinquedo e brincadeira: usos e significações. **Analecta (UNICENTRO)**, v. 9, p. 51-59, 2008.

WADSWORTH, James. Moncorvo Filho e o Problema da Infância; modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.19, n.37, p.103-124, 1999

WARDE, Mirian Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 25, n. 1, 21-39, jan./jun. 2007.

WEINHARDT, Otávio Luiz Ganzert. Trabalho, Infância e Controle a partir dos Meninos Jornaleiros em Curitiba (passagem do século XIX ao XX). **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, Brasil. 2017

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. P.107-128. In: SCHPUN, Mônica R. **Masculinidades**. Santa Cruz do Sul: Boitempo, 2004.

WILKE, Fábio Roberto. O mito da união nacional: a construção das "famílias brasileiras" na ditadura do estado novo. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 10 , n. 2, jul./dez . 2017

APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Explicitamos abaixo o rol de questões básicas que nortearão a entrevista

- Nome completo do entrevistado;
- Lugar onde nasceu;
- Data de nascimento;
- Estado civil no momento da entrevista;
- Caso tenha um companheiro(a) ou marido/mulher, qual o seu nome;
- Região onde morava quando no momento da admissão na Casa do Pequeno Jornaleiro;
- Composição familiar anterior à admissão;
- Motivos de admissão na Casa do Pequeno Jornaleiro;
- Se esteve ou não em outras instituições para crianças;
- Se teve irmãos/irmãs internos em outras instituições para crianças ou na CAPEJO;
- Ano de admissão na Casa do Pequeno Jornaleiro; que idade tinha;
- Vida pregressa à entrada na instituição;
- Rotina durante a permanência na Casa do Pequeno Jornaleiro;
- Infância e amizades durante a permanência na Casa do Pequeno Jornaleiro;
- O que gostava e o que não gostava em estar na Casa do Pequeno Jornaleiro;
- Ano de desligamento da Casa do Pequeno Jornaleiro; que idade tinha;
- Motivos de desligamento;
- Vida pós-desligamento: primeiros anos fora da Casa, profissão, casamento, filhos.

ANEXOS

Anexo 1- Fotografia Da Cerimônia Do Lançamento Da Pedra Fundamental Da Casa Do Pequeno Jornaleiro.



FONTE: Acervo Museu Paranaense.

Anexo 2 – FOTOGRAFIA DA CERIMÔNIA DO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO.



FONTE: Acervo Museu Paranaense.

Anexo 3 Fotografia do Quadro de Honra da CAPEJO – Acervo Museu Paranaense. Fonte: PEREIRA, 2009, p. 108.



Anexo 4

Placa “Jornaleiros Premiados”. Fotografia do Quadro de Honra da CAPEJO – Acervo Museu Paranaense. Fonte: PEREIRA, 2009.



Anexo 5 – O Pequeno jornalista de Fritz.



Estátua do Pequeno Jornaleiro foi reinaugurada Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo

Anexo 6: Estátua do Jornaleiro. Erechim, Rio Grande do Sul, de Mateo Toniatti



Foto de Najasca Martins.

<https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/3301/monumentos-um-legado-a-memoria-coletiva>

Anexo 7 - Contando a fêria ou O engraxate e o jornaleiro, de Ricardo Cipicchia



Imagem: www.saopauloantiga.com.br

Anexo 8: Monumento ao Jornaleiro, Belém, Pará.



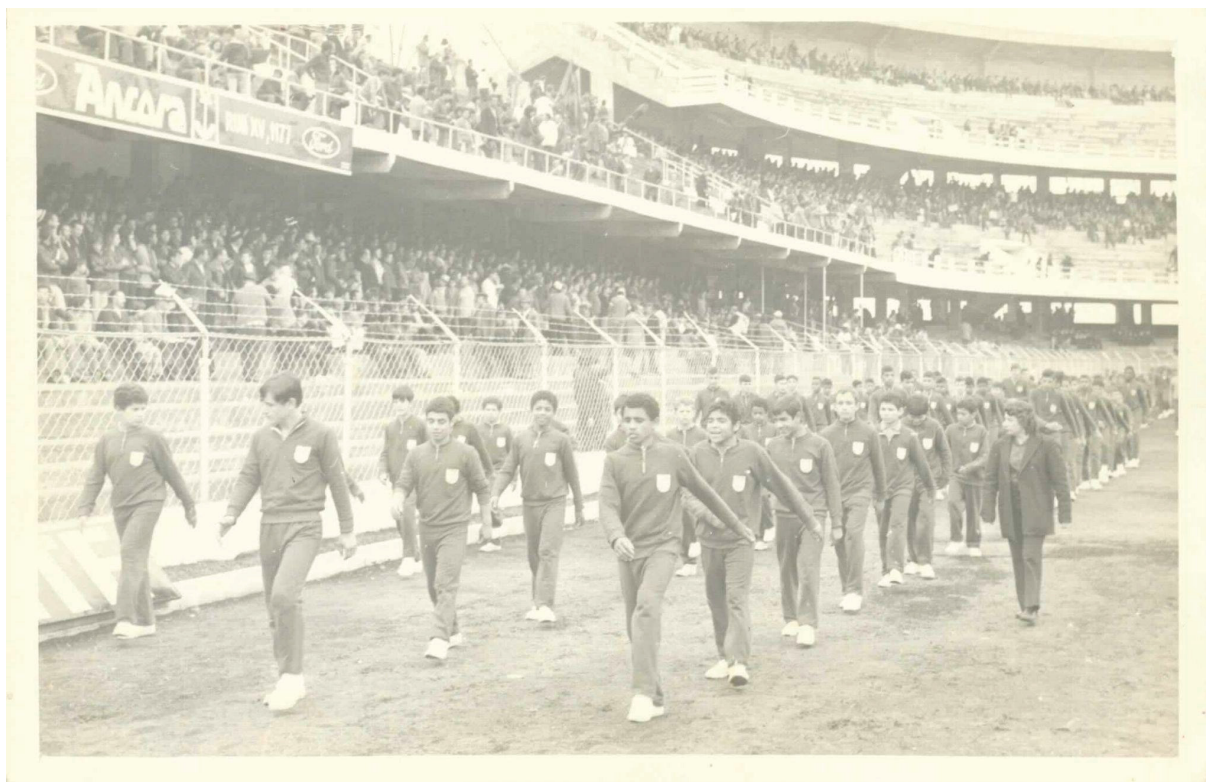
Fonte: Biblioteca IBGE

<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=42426&view=detalhes>

Anexo 9: Fotografia de campeonato - década de 1970- Arquivo Municipal de Curitiba



Anexo 10: Fotografia de desfile, provavelmente das chamadas Olimpíadas do IAM - década de 1970- Arquivo Municipal de Curitiba - É possível que o entrevistado Cosme seja o segundo menino da fila à direita.



Anexo 11: Fotografia de jornaleiros, década de 1940. Acervo Gazeta do Povo (disponível em redes sociais)

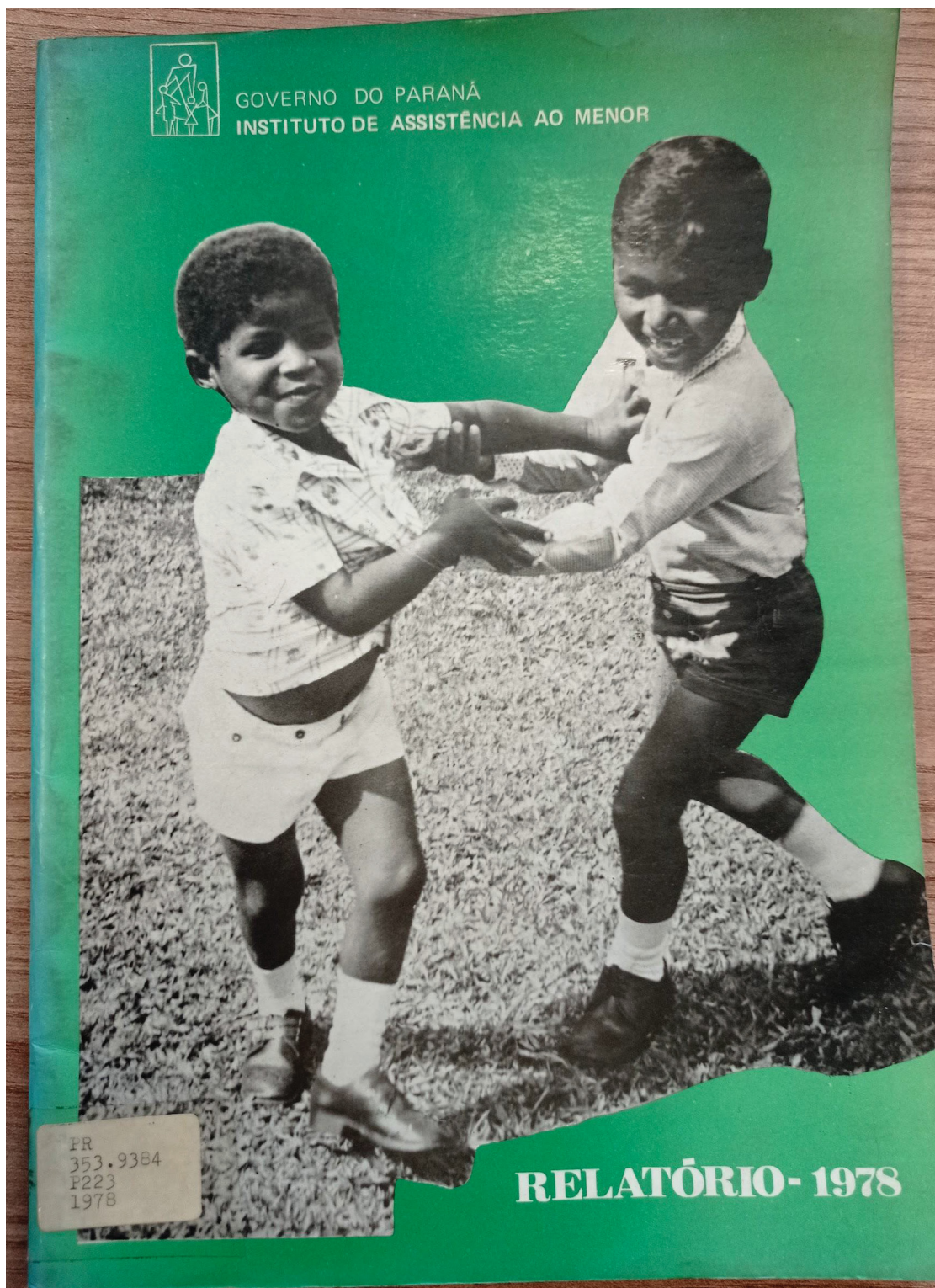


Anexo 12 - Fotografia do time CAPEJO nas Olimpíadas do IAM - década de 1970 - Arquivo Municipal de Curitiba - Cosme é o quarto menino ajoelhado (da esquerda para direita).



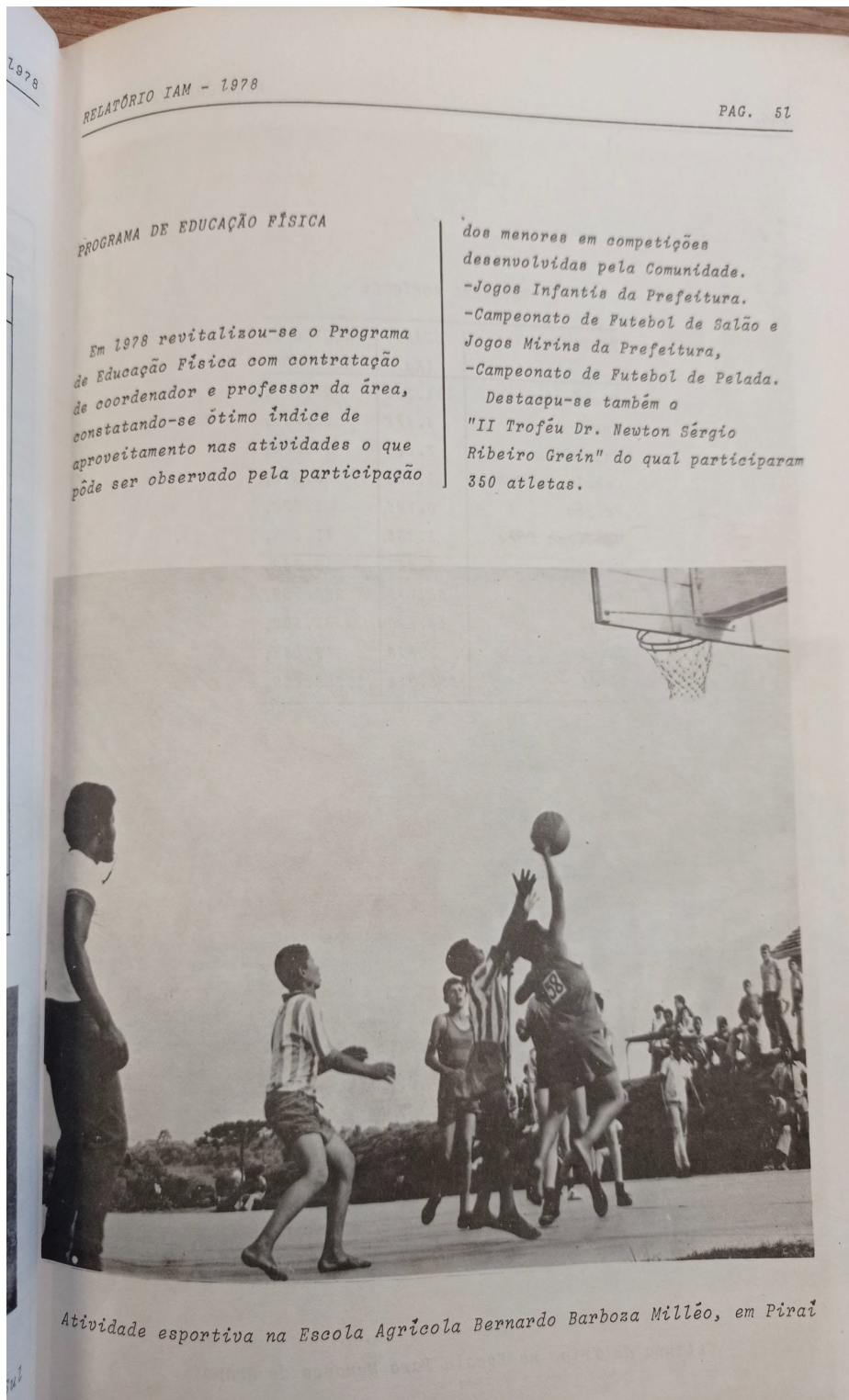
Anexo 13

Reprodução da Capa do Relatório do IAM de 1978 - Acervo da Biblioteca Pública do Paraná



Anexo 14

Reprodução de trecho do Relatório do IAM de 1978. - Acervo da Biblioteca Pública do Paraná



Anexo 15: autorização de uso de imagem - Museu Paranaense.**Setor de Museologia****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

A Diretora do Museu Paranaense, no uso de sua atribuição autoriza **Nicolle Taner de Lima**, historiadora e doutoranda pela Universidade Federal do Paraná, a reproduzir a imagem supracitada na composição da pesquisa intitulada *A instituição e seus meninos: trajetórias e memórias da Casa do Pequeno Jornaleiro (Curitiba, 1942-2002)*.

Curitiba, 04 de fevereiro de 2021.


Gabriela Bettega
Diretora
Museu Paranaense
Gabriela Ribeiro Bettega.
Diretora do Museu Paranaense.